UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política

MARTINO GABRIEL MUSUMECI

Semiótica das securitizações governamentais na América do Sul
contemporânea: construção das significações de segurança e defesa
em documentos políticos da região
(versão corrigida)

São Paulo

2011

MARTINO GABRIEL MUSUMECI

Semiótica das securitizações governamentais na América do Sul
contemporânea: construção das significações de segurança e defesa
em documentos políticos da região
(versão corrigida)

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em
Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Rafael Antonio
Duarte Villa

São Paulo

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Musumeci, Martino Gabriel

Semiótica das securitizações governamentais na América do Sul contemporânea : construção das significações de segurança e defesa de documentos políticos da região / Martino Gabriel Musumeci ; orientador Rafael Antonio Duarte Villa. – São Paulo, 2011.

220 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Relações internacionais.

1. Política de segurança – América do Sul. 2. Securitização. 3. Defesa nacional – América do Sul. 4. Documentos políticos. I. Título. II. Villa, Rafael Antonio Duarte.

Nome: MUSUMECI, Martino Gabriel

Título: Semiótica das securitizações governamentais na América do Sul contemporânea:
construção das significações de segurança e defesa em documentos políticos da região

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Ciência Política

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais

Agradecimentos

Seria desnecessário agradecer senão a Deus, de Quem todo o bem provém e que tudo provê, Pai que por Amor infinito entregou Seu Filho a este mundo, nascido da Virgem Maria, para a constituição da Igreja que celebra Seu reino na terra, e que pelo Espírito Santo ilumina os sacerdotes no admirável múnus de mantê-lo e propagá-lo.

Dada, porém, ser esta a oportunidade de registrar gratidão às pessoas queridas, faço-o como exteriorização de um sentimento que nem sempre temos chance ou encontramos oportunidade de expressar.

Agradeço, pois, à minha família, no seio da qual me formei e cresci, e sem cujo apoio jamais teria chegado até este ponto de meu caminho. Sou fruto de todo o esforço daqueles que me antecederam, e espero também poder dar continuidade a seu caminho por meus esforços.

Aos meus amigos e colegas, sejam próximos ou distantes, incontáveis e contínuas presenças que impossibilitam menção específica de nomes. Todos contribuíram, das mais diversas maneiras, para aquilo que sou, sinto, penso e faço hoje.

A todos os meus professores, que tiveram a bondade de transmitir seus conhecimentos e o ímpeto de fazer com que seus pupilos crescessem além desse conhecimento. Cada uma de suas contribuições foi determinante na formação do que ora se concretiza nessas páginas.

Ao meu orientador, pelos vários anos de cooperação e confiança, e pela oportunidade de realizar o presente trabalho, como continuação de uma trajetória intelectual que ele auxilia a impulsionar.

Aos funcionários da Universidade de São Paulo, por manterem a continuidade dos serviços que tornaram esse ambiente não apenas a casa de saber que hoje é largamente reconhecida, mas também o lugar onde desfrutei a maior parte dos dias dos últimos anos.

A esses e tantos outros que têm feito parte de minha vida, meu sincero agradecimento.

*A oscuras, y segura
por la secreta escala disfrazada,
¡oh dichosa ventura!
a oscuras, y en celada,
estando ya mi casa sosegada.*

San Juan de la Cruz, “*Noche oscura*”

Resumo

MUSUMECI, Martino Gabriel. **Semiótica das securitizações governamentais na América do Sul contemporânea**: construção das significações de segurança e defesa em documentos políticos da região. 225f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A partir do conceito de securitização proposto pela Escola de Copenhague dos estudos de segurança internacional, retoma-se da Pragmática discursiva anglo-saxônica o conceito de ato de linguagem (*speech act*) enquanto instância de contínua atualização discursiva do significado, para questionar as definições de defesa e segurança nas enunciações recentes de governos em dez países sul-americanos, materializadas em documentos políticos tais como legislações e os chamados livros brancos. Em busca da recuperação dos processos de significação desses termos, a análise desses documentos faz uso de determinadas categorias da Semiótica estruturalista de linhagem francesa, embora com a consciência de que esse procedimento tende a conduzir a pareamentos semanticamente hierarquizados que a epistemologia pós-estruturalista critica. Ao final, rediscute-se a classificação da América do Sul enquanto complexo regional de segurança, tendo em vista também as noções de comunidade de segurança e comunidade de linguagem.

Palavras-chaves: Segurança, Defesa, Semiótica, Pragmática, América do Sul.

Abstract

MUSUMECI, Martino Gabriel. **Semiotics of the contemporary South American governmental securitisations**: construction of security and defence meanings in political documents in the region. 225f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This work considers the Copenhagen School of security studies' concept of securitisation as speech act to develop an understanding of meaning as continuously actualized by discourse, according to the Anglo-Saxon Pragmatics perspective. In doing so, it questions the definitions of defence and security in recent political and legislative speeches by governments in ten South American countries. It then invokes certain categories of the French structuralist Semiotics in search of discovering processes of meaning-construction of these terms, even though having in mind that this procedure tends to lead to the semantically hierarchised pairs that are criticised by the recent poststructuralist epistemology. In the end, it rediscusses the classification of South America as a regional security complex, in parallel to the notions of security community and speech community.

Keywords: Security, Defence, Semiotics, Pragmatics, South America.

Sumário

Introdução	11
1. Teoria.....	25
1.1. Linguagem na construção e desconstrução das Relações Internacionais.....	25
1.2. Segurança e linguagem.....	33
1.2.1. A Análise de Discurso.....	40
1.2.2. O discurso.....	45
1.2.3. Condições de produção, formação discursiva, interdiscurso.....	47
1.2.4. O sujeito e os outros.....	51
1.2.5. Formação ideológica, ideologia, signo, planos de linguagem.....	55
1.2.6. A Pragmática discursiva.....	60
1.2.7. Semiótica.....	67
1.2.8. Quadro-resumo dos aportes teóricos linguísticos.....	75
2. Políticas de segurança e defesa da América do Sul.....	77
2.1. Argentina.....	81
2.2. Bolívia.....	96
2.3. Brasil.....	105
2.4. Chile.....	117
2.5. Colômbia.....	122
2.6. Equador.....	134
2.7. Paraguai.....	141
2.8. Peru.....	144
2.9. Uruguai.....	146
2.10. Venezuela.....	150
3. Alternativas teóricas de construção regional: das comunidades de segurança às comunidades de linguagem securitizante.....	153
3.1. Comunidades de segurança e funcionalismo.....	158
3.2. Sistemas subordinados (abordagem submacro).....	164
3.3. Teoria dos Complexos Regionais de Segurança.....	170
3.4. Comunidades de linguagem.....	173
Considerações finais: América do Sul enquanto região de segurança e defesa.....	179
Documentos principais usados para a análise.....	184
Bibliografia mencionada e referencial.....	187

Introdução

Este trabalho vem a lume num momento de efemérides significativas para as Relações Internacionais¹. Destas, convém salientar os cinquenta anos após o início da construção do muro de Berlim, que pode ser considerado o símbolo máximo da lógica da Guerra Fria, responsável por condicionar durante décadas o desenvolvimento intelectual nesta disciplina; e o aniversário de dez anos dos atentados de 11 de setembro, que suscitaram debates renovados e atenção sem precedentes para temas outrora subalternos entre os académicos dessa área.

Se aquilo que hoje se chama de “segurança internacional” tem sido engrenagem em *moto perpetuo* de impulso para as relações internacionais e o pensamento sobre elas, não é descabido afirmar que esses dois eventos podem representar marcos ímpares nas inflexões desse pensamento: por um lado, a Guerra Fria bruxuleava lenta e assombrosamente sobre as mentes dos intelectuais que buscavam na lógica respostas recalcitrantes para um cenário marcado pela obscuridade e estranhamento; por outro, muito do que era oculto e latente explodiu em cores vivas e marcantes no choque que os atentados de 2001 causaram, uma surpresa gritante que parecia desafiar e confundir qualquer lógica, mas para a qual não demoraram a surgir respostas rápidas e enfáticas.

Com as numerosas diferenças que conservam entre si, estes não deixam de ser, no entanto, dois grandes tempos de incerteza, sentimento capaz de aguçar como poucos outros a reflexão profunda sobre os temas que se lhe associam. Durante a segunda metade do século XX, havia certa crença generalizada de que essas incertezas poderiam ser em boa parte equacionadas pelos esforços científicos de redução, abstração, sistematização e estruturação. Na alvorada do século XXI, as estruturas parecem ter sucumbido juntamente com muitas das certezas nas assim classificadas ciências humanas, como que a fazer persistir a lembrança de que, enquanto se trata de humanos, as ambições de certeza não costumam passar de vãs pretensões.

Tributário caudaloso de longos e tortuosos afluentes, o fluxo desordenado de pensamentos que hoje corre com ímpeto avassalador não pode querer simplesmente silenciar as ideias que lhe precedem. Se tanto já foi execrado ao ostracismo e esquecimento pela ciência recente, provavelmente ainda há muitos tesouros trazidos por essas correntes jusantes

¹ Neste documento, empregam-se as iniciais maiúsculas (e seu acrônimo, RI) para diferenciar a disciplina académica dos fenómenos que ela a princípio se dedica a estudar.

que não foram totalmente prospectados, ou cujo brilho esteja ofuscado sob a violência da correnteza cotidiana. É no balanço dessa metáfora que a presente dissertação tenta vislumbrar e trazer à tona ao menos alguns fragmentos dessas preciosidades, a fim de observá-las à luz da manhã continuamente renovada do hoje.

Conquanto possam não ser satisfatórias as imagens, cumpre informar que, entre os objetivos visados para o escrito que ora se apresenta, está a ousadia de empregar métodos notadamente estruturalistas das décadas de 1950, 1960 e 1970 para tentar construir um entendimento crítico informado pelas abordagens pós-estruturalistas que vêm tomando cada vez mais espaço nos anos recentes. Mais que isso, trata-se de inserir nas Relações Internacionais abordagens linguísticas com um rigor pouco comum a seus debates corriqueiros, ao mesmo tempo em que reafirma com jocosidade o conhecido trocadilho pós-estruturalista, “don't be Saussure”².

E assim situado no conforto desconfortável de um não-lugar, pretende-se trabalhar com alguns documentos governamentais (“livros brancos”) sul-americanos sobre segurança e a defesa recentes (1988-2010), lançando sobre eles um estranho olhar de estranhamento, o qual confia nas minúcias desses textos para informar as bases de sua própria desconfiança. Com isso, faz-se um questionar constante da própria significação de segurança e defesa na região, a fim de encorajar o repensamento das semelhanças e dessemelhanças que perpassam por essas terras, ao mesmo tempo em que des(en)terra “verdades” aí (in)contidas.

Entre as sobreditas abordagens linguísticas que formam esse olhar, ocupa papel predominante a Semiótica estrutural greimasiana e a Pragmática anglo-saxônica, embora muito da miríade de conceitos que elas contêm não apareça na análise. Ao passo que *per se* a inserção desse método na análise de RI já seja capaz de causar certos desconfortos, opta-se por evitar o excesso de tecnicidades do linguajar científico semiótico para não causar sustos e reservas ainda mais fortes, uma vez que isso tornaria contraproducente o próprio esforço de ampliar o diálogo interdisciplinar, porque instalaria uma série de dificuldades na “comunicação” efetiva entre as partes envolvidas.

Com isso, e também por se tratar de uma metodologia qualitativa híbrida entre concepções epistemológicas diametralmente rivais, as interpretações aqui oferecidas podem

2 Atribuído ao linguista Eric Hamp (apud SAHLINS, 2004, p.11).

ser consideradas tudo senão incontestáveis³. Mesmo com a aterradora consciência dessa fraqueza, no entanto, insiste-se nessa abordagem ousada e arriscada, para que todo o esforço desse trabalho não redunde em simples satisfação do desiderato de revisão bibliográfica esperado para o nível acadêmico em que se situa. Espera-se, enfim, que a pretensão por muitos considerada ambiciosa possa ao menos atizar a curiosidade e a crítica dos menos intransigentes, abrindo o horizonte de possibilidades para a análise no estudos da segurança e da defesa.

Buzan, Wæver e De Wilde (1998, p.5) afirmam que uma das especificidades da segurança em relação à política em geral é a preocupação primordial com “ameaças existenciais a um objeto referente”⁴. Quando se combina isto à opinião de Karl Deutsch (apud SHEEHAN, 2005, p.1) sobre as relações internacionais enquanto “a arte e a ciência da sobrevivência da humanidade”, tem-se mais uma razão para afirmar que a segurança é um ponto essencial de estudo dessa disciplina.

Como tal, os debates sobre esse assunto têm acompanhado as trajetórias das contestações intelectuais mais conhecidas nas RI, desde seu surgimento com laivos positivistas e seu desenvolvimento estruturalista até as concepções mais declaradamente “pós-modernas” que não cessam de surgir, motivos por que vale relembrar alguns pontos principais que constituem esses diálogos, a fim de melhor situar as abordagens selecionadas para o restante do trabalho⁵.

Na matriz comumente conhecida como “realista” em RI, a concepção de poder perpassa pela necessidade de livrar o Estado de quaisquer ameaças externas: no cenário

3 Até porque não se faz uma pormenorização conforme se mereceria das abordagens linguísticas utilizadas, devido ao próprio escopo do trabalho. Cabe reconhecer que aqui a intenção de trabalhar com a linguagem era muito maior do que o que se pôde concretizar no presente documento, conforme a extensão e variedade da bibliografia indicada ao final indicam. Deslocando o humor de John Searle de seu contexto original, pela proximidade dos termos, poder-se-ia cometer o impropério de dizer que “a cauda intencionalista cresceu mais que o cachorro linguístico” (2002, p.IX).

4 A tradução desta e de todas as citações de bibliografia referenciada em língua estrangeira é de minha responsabilidade. É oportuno salientar desde já, como explica Jean Portela (in: FONTANILLE, 2008a, p.12), que “[o] tradutor – semioticista à paisana – parece gozar de um estatuto e de uma função semelhantes [à de “fazer sentido”]: partindo de uma língua e de uma cultura que supõem o 'todo', a regra, a unidade, ele deve, no entanto, em seu ofício, lidar com a parte e o fragmento, enfrentar a aparente falta de sentido, significar a exceção, formular hipóteses de leitura, procurando integrá-las ao 'todo' por meio de uma boa medida, de uma justa proporção”.

5 Trata-se de uma exposição muito panorâmica e generalizante de várias perspectivas, trecho do trabalho que pode ser simplesmente ignorado sem prejuízo pelos já conhecedores desses debates, uma vez que as perspectivas teóricas usadas para a análise aqui proposta são explicadas a partir do primeiro capítulo.

clássico caracteristicamente hobbesiano descrito por Edward H. Carr e Hans J. Morgenthau no período entre duas grandes guerras e durante a Guerra Fria, a política é governada por leis baseadas na natureza humana egoísta, cujos interesses se definem em termos de poder e são perseguidos numa lógica de *self-help*, donde sobrevêm, inevitavelmente, conflitos entre Estados que procuram maximizar suas capacidades. Graças ao mecanismo do equilíbrio de poder (*balance of power*), um estado de guerra permanente de todos contra todos no sistema internacional anárquico é evitado, ainda que de maneira frágil, instável e sujeita a constantes turbulências. Sua manutenção, contudo, é capaz de gerar uma corrida armamentista que define o chamado dilema de segurança, em que uma potência, ao buscar aumentar seu poder e sua própria segurança, gera a consequência de diminuir tais atributos nos demais componentes do sistema. Supostamente, estes outros, inseguros, procurarão em contrapartida aumentar suas capacidades, algo que, por sua vez, aumenta o temor de seus vizinhos, numa espiral de conflito informada pela profunda desconfiança de uns em relação aos outros: na medida em que não é possível ter certeza se as armas do vizinho serão usadas para a defesa ou para o ataque, cada Estado assume uma postura essencialmente pessimista e procura demonstrar que tem capacidades para um possível combate. Não surpreende, portanto, que o espaço para cooperação seja muito limitado, uma vez que a competição dá a tônica das relações interestatais.

Como se pode observar, o conceito de segurança, neste caso, ainda era muito dominado pela preocupação *nacional*, que lhe imprime um caráter quase exclusivamente militarista, ainda que apareçam outros instrumentos como o serviço diplomático e a inteligência, permeado por fatores de influência tais quais a força econômica e “simbólica” ou cultural (*soft power*), embora estas estejam num grau hierárquico inferior às potencialidades físicas dos Estados.

Talvez o maior exemplo disto seja a intensa apreensão gerada pelo desenvolvimento, posse e possível uso de armamentos nucleares, que se provaram como meios máximos de *dissuasão* das grandes potências, pela apocalíptica capacidade destrutiva que mostraram ter. Como bem resume Robert Jervis (1988, p.83), a existência destas armas influencia o cenário político em três direções: primeiramente, pela possibilidade de uma devastação total; em segundo lugar, porque tanto as partes em conflito como terceiros não poderiam escapar da destruição; e, em terceiro lugar, porque tal aniquilamento seria extremamente rápido. Ele

próprio aponta, todavia, que este medo generalizado faz com que a dissuasão mantenha uma paz claudicante, devido ao mútuo interesse dos Estados em preservar o *status quo* (p.90).

Esta preocupação com as armas nucleares foi uma das marcas mais fortes do ramo que se denominou *security studies*⁶, que teve entre seus maiores expoentes Stephen M. Walt, taxativo em sua definição deste ramo do realismo como o campo que procura estudar o fenômeno da guerra, a ameaça, uso e controle da força militar, tratando o conflito interestatal como uma eterna possibilidade e defendendo que o tratamento de quaisquer outras fontes de ameaça descaracterizaria a especificidade dos estudos de segurança. Ele próprio admite que, no começo da elaboração deste pensamento, do período pós-Segunda Guerra aos anos 1960, havia pouco suporte empírico para as teses e uma definição muito estreita de política, bastante voltada a fins e propensa a ignorar fatores domésticos, erros de percepção e a própria diplomacia (WALT, 1991, p.212-215). No entanto, a partir de meados da década de 1970, o campo teria renascido, assimilando maior uso da História, desafiando a teoria racional da dissuasão, revisando os efeitos políticos das armas nucleares e procurando construir uma base teórica mais forte, menos voltada para fins específicos. Aí entra, inclusive, a consideração de outros fatores, como o papel das idéias e da economia, mas sempre subordinados aos tradicionais recursos de poder.

Com o advento do final da Guerra Fria, os realistas, frente ao descrédito por que passaram perante a comunidade científica após a queda de seu cenário internacional ameaçador, reformularam variados conceitos da teoria, de tal forma a engendrar a matriz chamada neo-realista. Destarte, o nível de análise deixou de ser puramente estatal, para dar lugar à abordagem sistêmica, em que a lógica das relações internacionais não mais segue a natureza humana, mas sim a estrutura internacional, que não é independente das partes, mas com elas constantemente interage, numa determinação mútua (WALTZ, 1986, p.383).

Kenneth Waltz, em sua célebre *Theory of International Politics* (2002, original de 1973), afirma que a estrutura internacional limita a cooperação entre os Estados de duas maneiras: a primeira, por causa da constante desconfiança e incerteza que os leva a proteger-se uns dos outros, configurando o sistema de auto-ajuda em que cada um procura obter ganhos absolutos; e a segunda, devida à preocupação em não se tornar dependente de outros, pois isto indicaria vulnerabilidade. Em resumo, “[o]s estados não se colocam voluntariamente

6 Designação mantida nos termos originais, em inglês, para evitar ambigüidades.

em situações de mais dependência. Num sistema de auto-ajuda, as considerações de segurança subordinam os ganhos econômicos ao interesse político” (p.150). Daí decorre sua descrença na possibilidade de um governo mundial, pois tal esforço se fundaria na incapacidade de uma autoridade central, que levaria fatalmente à guerra, “a não ser que essa agência [central] seja capaz de proteger os seus estados clientes” (p.156). No entanto, é o próprio sistema de auto-ajuda que leva os estados, temendo-se mutuamente, a constituir “balanças de poder”, que prevalecem “onde quer que dois, e apenas dois, requisitos existam: que a ordem seja anárquica e que seja povoada por unidades que desejam sobreviver” (p.168).

Porém, entre os simpatizantes do pensamento realista houve aqueles que não concordaram com tudo o que Waltz afirmou, como é o caso de John Mearsheimer, a quem se atribui a inauguração da perspectiva neo-realista ofensiva (em oposição à corrente dita defensiva de Waltz), o qual procura retomar as compreensões clássicas de Morgenthau, mas a partir da perspectiva sistêmica. Já no título de sua obra principal, *The Tragedy of Great Power Politics* (2001), fica presente uma diferença: para ele, os atores são as grandes potências, enquanto os demais Estados são meras unidades ontológicas. Ademais, estas potências assim podem ser caracterizadas não simplesmente pela quantidade de poder que possuem, mas sim pela sua capacidade militar ofensiva e, ainda mais especificamente, capacidade militar terrestre, reputando menos importantes outras vertentes do poder. Afinal, como descreve Sheehan (2005, p.13), a força militar pode ter uma variedade considerável de usos, como a demonstração de força, afastamento de ameaças, intervenção ou instigação de guerras civis, dissuasão, apoio de aliados, aquisição de território, recursos e prestígio, subjugação de populações estrangeiras, entre outros.

No realismo ofensivo, ainda, os Estados nunca estão satisfeitos com a quantidade de poder que possuem, eles não se contentam com o *status quo*, são marcadamente revisionistas, porquanto a única forma de um Estado se sentir seguro é possuir a hegemonia mundial absoluta, uma condição virtualmente impossível (MEARSHEIMER, 2001, p.41). O máximo que uma grande potência pode alcançar é uma hegemonia regional, de que seria exemplo, hodiernamente, a situação dos Estados Unidos da América.

Finalmente, cabe reconhecer que as abordagens realistas se sujeitaram, ao longo do tempo, a inúmeras críticas: além das oposições que serão apresentadas na exposição das

outras escolas, abaixo, estes “filhos das trevas”⁷ foram acusados de forte normativismo e instrumentalismo, apesar de sua pretensa isenção e imparcialidade científica, no sentido de que suas teorias seriam voltadas para a solução de problemas ou para a formação de programas governamentais (vale lembrar, inclusive, que vários realistas trabalharam em gabinetes departamentais nos Estados Unidos), procurando definir o papel das potências no contexto internacional. Outros, ainda, apontam a insuficiência generalizante dos autores realistas voltados à geopolítica, como Halford Mackinder, que simplifica as relações internacionais numa visão a-histórica e unifatorial.

No capítulo de sua grande obra dedicado ao tema da segurança, Morgenthau revela entendê-la, basicamente, como a solução para o problema do desarmamento, ou seja, um mecanismo coletivo institucionalizado por meio do qual os países buscariam garantir a paz. No entanto, como representante do realismo, é profundamente cético quanto à plausibilidade de tal cooperação internacional, uma vez que três premissas dificilmente alcançáveis deveriam ser cumpridas para prevenir a guerra:

(1) o sistema coletivo precisa ter condições para comandar, a qualquer momento, uma força tão avassaladora contra qualquer potencial agressor, ou coalizão de agressores, que estes jamais ousariam desafiar a ordem defendida pelo referido sistema coletivo; (2) todas as nações cujas forças combinadas satisfariam a exigência do item anterior têm de compartilhar a mesma concepção de segurança que lhes cabe defender; (3) essas nações precisam aceitar voluntariamente a necessidade de subordinar os seus interesses políticos conflitantes ao bem comum definido em termos de defesa coletiva de todos os Estados-membros. (2003, p.784-785)

Por outro lado, inspirados na racionalidade de pensadores como Immanuel Kant e John Locke, os afiliados da tradição liberal de pensamento têm uma visão mais otimista das relações internacionais, em que a cooperação é uma possibilidade bastante crível para o comportamento entre os Estados, dando origem a regimes e organizações internacionais que, em alguma medida, confeririam maior ordenamento ao sistema internacional, razão pela qual tais autores também são comumente denominados institucionalistas. Não é de surpreender, portanto, que esta corrente de pensamento tenha sido muito forte no período entreguerras,

7 HERZ, 1950, apud SHEEHAN, 2005, p.16.

inspirada, por exemplo, pelo idealismo wilsoniano concretizado na malfadada Liga das Nações.

Pode ser considerado como exemplo desta abordagem Karl Deutsch, que, em finais dos anos 1950, cria na necessidade de a humanidade eliminar a guerra como instituição social (e, conseqüentemente, as armas de destruição em massa que ameaçavam o planeta) para sobreviver, algo abertamente contrário ao pensamento realista que coloca o conflito como uma característica permanente da política internacional (SHEEHAN, 2005, p.26).

Entretanto, Deutsch não é um idealista utópico, pois procura entender por que a guerra é algo menos freqüente que as relações cordiais entre os Estados. Sua resposta está no fato de que eles podem constituir comunidades políticas⁸ entre si, definidas como grupos que compartilham uma comunicação política, mecanismos de *enforcement* e alguns hábitos de obediência⁹.

O mesmo teórico (ib., p.29-31) tentou identificar fatores determinantes de tal cooperação, arrolando, entre outros, i) o pluralismo, que instaura uma tradição de consultas mútuas, comunicação e ações conjuntas entre os Estados; ii) a percepção pelas populações domésticas de que a soberania nacional se preservava, mas as questões de segurança recebiam melhorias com a formação de comunidades entre os países; iii) a compreensão da guerra como algo ilegítimo, apoiada em mudanças políticas domésticas que conduzissem à cooperação e integração; iv) a estabilidade em longo prazo dos estados participantes em tais comunidades, bem como sua capacidade de zelar por valores comuns e normas compartilhadas; v) o mecanismo fundamental da comunicação entre as partes, criando uma identificação no grupo; vi) um nível crescente de responsividade mútua. Deutsch, ao formular tais afirmações, tinha em mente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que seria um bom exemplo de comunidade política de segurança entre Estados.

Baseados nisto, autores como Robert Jervis (1982, p.357) formularam teorias defendendo a existência de regimes de segurança, definidos como princípios, regras e normas que permitem às nações restringir seu comportamento na crença de que outras farão o mesmo,

8 Vale dizer: os Estados, por si, são comunidades políticas entre indivíduos, os quais são entendidos como unidades da sociedade; mas, na perspectiva liberal, há a possibilidade de constituição de comunidades entre as unidades do sistema internacional, ou seja, organizações que congreguem Estados unidos por um objetivo comum (em oposição aos interesses conflitantes advogados pelos realistas).

9 DEUTSCH, 1957, apud SHEEHAN, 2005, p.27.

implicando não apenas expectativas que facilitem a cooperação, mas uma forma de colaboração que extravase o simples auto-interesse de curto prazo. Para Jervis (ib., p.358-359), o que diferencia a segurança de outros tópicos da agenda internacional são as seguintes particularidades: i) a plausibilidade do dilema anteriormente referido, razão pela qual os regimes de segurança são valiosos (uma vez que ações individuais são custosas e perigosas), ainda que de difícil concretização (por causa do constante temor entre os Estados de que o regime seja violado); ii) maior competitividade, constituindo uma soma zero em que o ganho de segurança de um necessariamente diminui a segurança de outro; iii) os comportamentos ofensivo e defensivo são, *a priori*, idênticos (premissa que, quando ignorada, faz a idéia de dilema de segurança perder força), ocasionando a percepção entre os Estados de que o armamentismo é sempre uma ameaça; iv) maior risco, porque pequenos erros podem ter grandes conseqüências; v) dificuldade de mensuração, devido à incerteza quanto aos resultados, à falta de transparência e circulação de informações deste campo entre os países.

Tais fatores, normalmente, fazem os Estados seguirem comportamentos unilaterais e competitivos, mas Jervis (ib., p.360-362) supõe que, em algumas condições, eles podem optar por formar um regime: i) caso as grandes potências desejem um ambiente mais regulado, ou seja, satisfaçam-se razoavelmente com o *status quo*; ii) caso os outros atores do sistema compartilhem um valor comum à segurança e cooperação mútuas; iii) os atores não podem acreditar que a melhor via para conseguir segurança é por políticas expansionistas; iv) a guerra deve ser vista como algo custoso (assertiva em que se observa com nitidez a influência do liberalismo econômico) de tal modo que as armas não sejam bens positivos¹⁰.

De fato, a expectativa de continuidade do regime dificultaria oposições ao *status quo*, e o império da reciprocidade entre os atores o reforçaria, reduzindo riscos e custos por meio de atitudes cooperativas que conduziriam a algum grau de institucionalização, a qual, por sua vez, facilita as comunicações, a coordenação e a circulação de informações entre as partes, atenuando o dilema da segurança (ib., p.365-367)¹¹.

10 A instância concreta que este autor (ib., p. 362-363) usa para tentar corroborar suas afirmações é o Concerto Europeu, situação de estabilidade que predominou em certo período do século XIX, durante o qual os principais atores do sistema internacional não queriam maximizar seu poder, nem tirar vantagens das fraquezas alheias, faziam mais concessões aos outros do que seria necessário, não se ameaçavam, e apresentavam um auto-interesse mais amplo e voltado ao longo prazo do que o usual, de modo que se viam mais como parceiros que como inimigos, compartilhando os valores comuns de evitar a guerra e controlar as instabilidades domésticas (mais uma vez, uma herança do pensamento liberal clássico).

11 Num artigo posterior (1985), Jervis detalha suas concepções sobre o equilíbrio e o concerto de poder, os maiores custos da não cooperação, os ganhos crescentes da cooperação, os menores ganhos e temores de

Nos últimos tempos, especialmente após a queda do muro de Berlim e da nítida bipolaridade mundial, a teoria liberal clássica foi retomada, com pesquisas que buscaram verificar a plausibilidade da aplicação de tal matriz de pensamento atualmente. Um bom exemplo são Mansfield e Snyder (1995), que resgataram a fórmula kantiana da paz democrática (apoiada em três pilares, o constitucional, o moral/cultural e o econômico), tentando demonstrar empiricamente que, de fato, há menor propensão de conflitos entre duas democracias, embora o mesmo não se aplique quando se trata de relações entre democracias e regimes autocráticos.

Consoante apresenta Sheehan (2005, p.36-39), esta correlação foi construída com base em alguns argumentos, resumidamente, i) as limitações constitucionais das democracias, cujos governantes têm responsabilidades para com o eleitorado; ii) a autopercepção das democracias que afeta os vários níveis da sociedade com a crença de que as diferenças de opinião (e, logo, conflitos) serão resolvidas pacificamente, de modo aberto e tolerante, pelo diálogo, acomodação e compromisso, ao invés de imposição forçada por algum lado; iii) o tratamento de uma democracia por outra como uma extensão de si mesma, no sentido de que acredita que tais percepções se aplicam em outros países que seguem tal regime político; iv) a visão das relações mútuas como somas positivas e não nulas, podendo gerar benefícios às partes; v) a necessidade de paz para assegurar os objetivos liberais democráticos de bem-estar, autopreservação e liberdade; vi) o sentimento negativo em relação aos regimes não democráticos, percebidos como indignos de confiança, autoritário, injustos e agressivos; vii) os comportamentos semelhantes entre democracias, que confiam umas nas outras e, assim, formam uma ordem cooperativa e pacífica entre si.

O mesmo autor (ib., p.39-42), finalmente, se responsabiliza por trazer algumas críticas que se fizeram aos liberais ao longo dos anos, apoiando sua argumentação na ocorrência de democracias que usam a guerra como um instrumento de política, frequentemente sem oposição doméstica que o impeça; ou no perigo de que isto se torne uma premissa de comparação qualitativa entre regimes, podendo levar a outros estranhamentos; ou, ainda, na abordagem de tradição neo-realista que minimiza a importância dos fatores internos diante da estrutura internacional anárquica.

exploração entre as partes, o mais alto nível de transparência e as mudanças nas estimativas de comportamento de um Estado em relação ao outro, entre outros aspectos.

Inserida nos esforços pós-positivistas da década de 90, a perspectiva construtivista das Relações Internacionais critica as abordagens neo-realista e neoliberal por serem muito voltadas à influência da estrutura internacional na política, donde também vem o epíteto de pós-estruturalistas usado (não sem polêmica) para denominar autores filiados a tal corrente. Na opinião de Emanuel Adler (1999, p.210), esta estrutura anárquica constitui “tanto o meio como o resultado da reprodução das práticas”, de tal forma que “entra simultaneamente na constituição do agente e das práticas sociais”, ou seja, ela não é um dado, mas sim uma edificação intersubjetiva que envolve e surge a partir da interação dos atores contidos neste sistema, cada um dos quais age baseado em crenças e julgamentos particulares, os quais, por sua vez, já são resultados, em alguma medida, das influências do ambiente em que se encontram. De fato, o construtivismo procura inovar quando considera que o mundo material forma a ação e interação ao mesmo tempo em que por elas é formado, dependendo, portanto, de interpretações normativas e epistêmicas dinâmicas. Conseqüentemente, até as instituições mais duradouras são baseadas em entendimentos coletivos, “difundidos e consolidados até que fossem tidos como inevitáveis” (ib., p.206).

Similarmente, Alexander Wendt (1992) é taxativo quando coloca como título de seu artigo a frase “a anarquia é o que os Estados fazem dela”, em que também se pode apreender por que Adler o classifica como um “construtivista estado-cêntrico”. De fato, Wendt comunga com este autor várias concepções, tal como a crítica aos “racionalistas”, que tratam as identidades e interesses dos agentes como exogenamente dadas, mas sua finalidade neste texto é mostrar que a lógica de *self-help* não deriva necessariamente da anarquia, sendo, portanto, um processo, e não uma estrutura. Partindo do pressuposto de que os atores adquirem identidades (entendimentos e expectativas relativamente estáveis sobre si) por meio do relacionamento com a coletividade, o autor postula que elas são a base dos interesses, definidos de acordo com as situações, e que um conjunto (ou “estrutura”) de identidades forma aquilo que se pode chamar de instituição, a qual, sendo uma entidade fundamentalmente cognitiva, funciona somente em virtude da participação dos atores no conhecimento coletivo.

Assim, a auto-ajuda seria uma instituição, mas ela poderia não ser uma característica inerente ao sistema internacional: para elucidar isto, Wendt propõe um *continuum* de sistemas de segurança, sendo que, numa ponta, estaria o competitivo (onde prevalece a auto-ajuda,

numa guerra hobbesiana de todos contra todos, praticamente impossibilitando uma ação coletiva), no meio estaria o individualista (em que os Estados são indiferentes entre si, preocupados com os ganhos absolutos, de acordo com o que dizem os neoliberais), e no outro extremo estaria o cooperativo, cuja tônica não é dada pela lógica da auto-ajuda, pois nele os Estados identificam-se positivamente entre si, de tal forma que a segurança é vista como responsabilidade de todos, fundindo interesses nacionais aos internacionais, e corroborando a idéia de Adler de que os interesses nacionais são entendimentos intersubjetivos¹².

Como se pode inferir, a cooperação, para os construtivistas, é cognitiva, e não comportamental, porque trata o conhecimento intersubjetivo que define a estrutura de identidades e interesses como endógeno à própria interação. Este elemento é mais uma instância que permite realizar a diferenciação ontológica dos construtivistas em relação aos positivistas, pois, apesar de eles terem basicamente o mesmo problema epistemológico, eles não concordam sobre o elemento que explica as condutas, já que, para os positivistas, este elemento objetivo é a matéria, e para o pensamento pós-positivista são as idéias.

O mesmo Adler, juntamente com Michael Barnett, num volume especialmente dedicado ao estudo das chamadas comunidades de segurança (1998, p.4), aponta que os conceitos supracitados de Deutsch se mostravam bastante aplicáveis à época, pois se podia ver entre os Estados o desenvolvimento de compreensões compartilhadas, valores transnacionais e fluxos de transações que contribuíam para a construção de comunidades, nas quais determinados comportamentos são esperados pelos membros, especialmente contra ameaças externas, ao mesmo tempo em que se procura atrair novos países possuidores de idéias semelhantes.

Estas comunidades de segurança com que se preocupam os autores seriam sistemas que permitem o surgimento de imagens positivas do poder, o qual, como informa Adler (1999, p.224), é percebido não somente em sua vertente material, como também no sentido de uma autoridade capaz de determinar significados compartilhados, a constituir identidades, interesses e práticas dos Estados, ou seja, “o poder é principalmente o poder institucional de incluir ou excluir, de legitimar e autorizar”.

¹² Uma metáfora didática utilizada por Wendt para clarificar isso é a de dois atores que se encontram pela primeira vez e agem de acordo com as probabilidades dos movimentos um do outro, de modo que tal ação é derivada dos sinais, interpretações e respostas entre ambos, caracterizando-se, portanto, como um ato social, construído pelo processo intersubjetivo (nem objetivo nem subjetivo em sua totalidade), e não natural.

Vale dizer, portanto, que o fato de a comunidade de segurança ser marcada pela cooperação não a despolitiza, porque existem, de fato, interesses e conflitos entre seus membros, mas as sociedades têm a expectativa de que os conflitos sejam solucionados pacificamente, pois o limite dos conflitos são os ditos valores e identidades, e o poder tem certos canais institucionalizados por onde correr, de tal forma que o seu exercício está limitado pelos valores comuns. Aliás, a própria cooperação em termos de segurança aprofundaria estes valores comuns e vínculos transnacionais: assim, como afirmava Deutsch, os participantes de uma comunidade de segurança compartilhariam alguma estabilidade na paz, mais do que uma simples ordem.

Para a epistemologia pós-moderna internacionalista, enfim, não há verdade única, nem ideologia singular, nem uma autoridade específica ou conjunto de valores que mereça lealdade inquestionável ao clamar o anúncio de uma verdade última, uma vez que o conhecimento é sempre orientado para interesses. Foucault é um dos que procura escancarar estas máscaras, identificando desde o iluminismo o desejo pelo poder camuflado sob o pretenso desejo pela verdade, procurando descobrir que relações de poder são apoiadas por “verdades” específicas e práticas de conhecimento, bem como as estruturas de exclusão que legitimam as estruturas de pensamento subjacentes pelas quais as sociedades alcançam suas identidades (SHEEHAN, 2005, p.136,141).

Destarte, perde obviedade a ampliação da agenda de segurança, porque se trataria tão-somente de uma evolução da técnica tradicional que os estados adotam de achar perigos externos nos quais basear sua intervenção em nome da ordem, baseado na diferenciação em relação ao Outro, por meio do que, simultaneamente, reforça as identidades estatais em seus próprios cidadãos, de modo que a política externa se torna uma maneira de criar e reiterar fronteiras. O que os pós-modernos tentam mostrar, no entanto, é que as identidades não precedem tais securitizações, mas existem em relação interdependente com as mesmas (ib., p.142).

Com isso, os teóricos críticos procuram assumir abertamente uma normatividade direcionada à emancipação, ou seja, a rejeição de todas as linguagens, textos e categorias modernas que “colonizam” o conhecimento em favor de seus próprios interesses pela desqualificação ou barbarização daquilo que combatem ou visam a eliminar, arrogando a si uma racionalidade superior. É por via deste aspecto que os pós-modernos ligam a

modernidade à guerra, porque seu discurso, praticado pelos Estados westphalianos, é excludente, procura abolir tudo o que é improdutivo, com marcante hostilidade, escudado na falácia da promoção do progresso da humanidade (ib., p.138), motivando os críticos a questionar a própria legitimidade da autoridade estabelecida pelo Estado.

Ashley e Walker (1990), nesta linha, iniciam seu artigo por uma lista de instâncias em que se pode perceber o declínio e enfraquecimento das categorizações que se marcam fortemente por tempo definido, território homogêneo, valores estáveis ou significados comuns certos: em tais situações, a identidade nunca é impassível de dúvida, o senso de comunidade e outros significados também restam incertos, constituindo formas de “exílio” e marginalização. Assim, uma nova concepção de poder entra em questão, agora positiva e produtiva, ao invés de repressiva e negativa, porque as práticas de poder têm a faculdade de produzir identidades, espaços territoriais e significados, marcando fronteiras e impondo diferenças.

Destarte, é a partir deste sentimento de dissidência que a teoria crítica formula suas proposições, procurando evidenciar um *ethos* libertário e emancipatório, assim como as presunções clássicas de soberania e outros conceitos que povoam a literatura de Relações Internacionais, assumindo uma postura claramente normativa, e além de tudo objurgando as teorias que a precederam por não admitirem seu caráter propositivo, e freqüentemente até apontando quais seriam as reais intenções de dominação e os beneficiários por trás destas perspectivas.

1. Teoria

1.1. Linguagem na construção e desconstrução das Relações Internacionais

Seria uma atitude muito ambiciosa e mesmo pouco respeitável pretender dar conta de toda o cabedal das contribuições provenientes dos estudos linguísticos para as abordagens construtivistas e para os esforços de desconstrução na teoria das Relações Internacionais (RI). Isso renderia teses de altíssimo nível acadêmico que jamais poderiam ser resumidas adequadamente neste espaço. O que se tenciona, aqui, ao invés, é um humilde esforço de organização de certas correlações que podem ajudar na compreensão dessas abordagens que frequentemente encontram resistência na academia internacionalista brasileira, de modo que, com alguma boa vontade, o assunto possa ser considerado sem preconceitos ou temores.

Maja Zehfuss, em obra dedicada com exclusividade ao quadro construtivista (2002), identifica como que três pontos de fuga nessa paisagem, convergindo cada um para os nomes de Alexander Wendt, Friedrich Kratochwil e Nicholas Onuf. Diante das plurívocas formulações e entendimentos sobre o construtivismo, ela relembra que alguns autores unem o construtivismo por uma posição contra as abordagens ditas racionalistas¹³, principais ou tradicionais, em que obviamente se incluem os “clássicos” (neo-)realismo e (neo)liberalismo (ib., p.3). Também por alguns críticos rotuladas de “modernas”, tais abordagens foram o alvo daqueles que vieram a ser agrupados frouxamente como pós-modernistas, muitas vezes confundidos com os pós-estruturalistas, ponto este em que, finalmente, existe um conector com os esforços desconstrutivistas inspirados em Derrida, conforme se intenta mostrar em breve a seguir.

Zehfuss (ib., p.4) rascunha algumas reivindicações características dos construtivistas que revelam alguns de seus descontentamentos com as abordagens por eles criticadas:

Como resultado de reconhecer que a prática influencia o resultado, o mundo social é visto como construído, não dado. Os Estados podem ser auto-interessados, mas continuamente (re)definem o que isso significa. Suas identidades podem mudar.

13 A própria importância do construtivismo, mais entendida do que sua própria identidade, adviria em boa parte de sua afirmação por vários acadêmicos enquanto interlocutor do debate com os racionalistas, uma espécie de “virada construtivista” que seria um dos mais significativos momentos de contestação acadêmica na disciplina dos estudos internacionais (ZEHFUSS, 2002, p.2). Porém, Maja Zehfuss considera que chamar esse momento de debate fica complicado, na medida em que, apesar de internacionalistas majoritariamente alemães terem trabalhado com as duas perspectivas em interlocução, o mesmo não poderia ser dito da academia anglo-saxã (ib., p.4).

Normas ajudam a definir situações e, daí, influenciam a prática internacional de modo significativo. A fim de apreciar essa influência das identidades e/ou normas, é necessário explorar a significação intersubjetiva.

Isso tem muita relação com o fenômeno que já se vislumbrava desde as décadas de 1970 e 1980 na ciência das Relações Internacionais: uma relativamente tardia “crise” da modernidade, em que as unidades fundacionais (sujeito autônomo, Estado soberano, teoria clássica) e oposições sintéticas (sujeito-objeto, eu-outro, interno-externo) enfrentam sérios e contínuos desafios”. De fato, essas chamadas práticas pós-estruturais¹⁴ “têm sido usadas criticamente para investigar como o sujeito [*subject*] – em ambos os sentidos de sujeito-assunto e sujeito-ator – das relações internacionais é constituído nos e através dos discursos e textos da política internacional”, algo muito próximo da compreensão que vem sendo desenvolvida no seio da Análise de Discurso de linhagem francesa (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, p. ix-x).

Embora se fracionem em numerosas abordagens, tais práticas pós-estruturais podem ser agrupadas segundo certos pressupostos comuns, por exemplo, o interesse pelas questões de como o conhecimento, as “verdades” e os significados são constituídos¹⁵, ou seja, o enfrentamento e a desnaturalização da racionalidade positivista e sua disfarçada normatividade que até então predominava nessa disciplina recente das ciências humanas e que ainda alcança muito prestígio e uso, não obstante as persistentes críticas que se lhe tenham sido feitas (ib., p. xiii).

Para isso, o primeiro passo apontado por Der Derian e Shapiro seria evidenciar como os processos, perspectivas, conceitos e fatos são socialmente construídos, de maneira tal a torná-los “distantes”, “estranhos”. Há vários métodos de suscitar esse estranhamento, dentre os quais muitos são baseados na filosofia da linguagem e outras abordagens linguísticas correlatas, algumas das quais serão tratadas adiante, de acordo com o que expõe um dos escassos livros especificamente dedicados à interação entre linguagem e RI.

14 Conforme afirma Donna Gregory (1989, p.xii-xiv), o pós-estruturalismo questiona as bases racionalistas e positivistas do pensamento ocidental tradicional e, com isso, interpõe um desafio radical tanto para a distinção entre fato e valor como para o próprio conceito de factualidade, porque este é considerado pelos seus teóricos como algo convencional e culturalmente construído, não natural.

15 Rejeita-se, assim, um pressuposto estruturalista exposto claramente por Hrabák: “o estruturalista procura integrar os fatos num feixe de relações que ponham em evidência sua inequivocidade dentro de uma superordenação e de uma subordinação” (apud CÂMARA Jr., 1973, p.6).

Derrida, em meados da década de 1960, desafia o rígido estruturalismo de Saussure¹⁶ ao questionar como e onde o “significado” residia na linguagem e, com a intenção de revolucionar os métodos de apreensão do mesmo, propõe a “deconstrução”, alternativa que observa, em primeiro lugar, que textos e argumentos dependem de uma estruturação opositiva básica: por exemplo, opõe-se “guerra” a “paz” antinomicamente, sem considerar categorias intermediárias ou alternativas ou termos plurais. Evidentemente, como lembram Der Derian e Shapiro (ib., p.xv-xvi), “[o]posições como estas sempre foram comuns, pervasivas e mesmo fundamentais para o argumento filosófico” e para a própria estruturação geral do pensamento, incluindo-se entre elas os binômios transcendente/imanente, geral/particular, cultura/natureza, eu/outro, lógico/ilógico, fato/valor. A maioria dessas oposições se dá no sentido de que são pares essencialmente diferentes e mutuamente exclusivos. Além disso, são também pesados de uma maneira desigual, um costuma ter mais força que o outro, trata-se de um conflito hierárquico em que o termo pejorizado funciona para salientar a significância do outro termo, de modo que sua função se torna significar ou identificar o termo dominante.

Essa operação opositiva tipificaria o que Derrida chamou de procedimento logocêntrico, que tem sido usado desde a filosofia grega como o modo dominante de construir o significado no pensamento ocidental. Os advogados das práticas deconstrutivistas tentam desfazer a estruturação de tais pares de conceitos como inevitavelmente opostos e como opostos numa relação de soma zero. Na explicação desse filósofo, tal operação deconstrutiva requereria essencialmente dois movimentos: um esforço intelectual de reversão da hierarquia e de desligar o pareamento, de modo a possibilitar um olhar crítico sobre o sistema logocêntrico subjacente àquele texto ou contexto em particular (ib., p.xvi).

Um dos problemas do logocentrismo mais caros aos internacionalistas, salientado por estes dois pesquisadores, “é não ver a contingência cultural de suas categorias filosóficas. O significado é, então, um processo dinâmico, muito mais como uma interação entre partículas (...) que um foco de luz emitido de um ponto solitário” (p.xvi). Como exemplo ímpar e até exaustivo desse tipo de construção, tem-se o capítulo do mesmo livro em que Ashley (1989) mostra como a concepção de “homem” para Waltz é oposta à sua concepção de “guerra”, sendo a primeira dominante e privilegiada: “[o] domínio da guerra, portanto, aumenta, enobrece e empodera a soberania da razão [do homem]” (ib., p.xvii).

16 Embora se retome o assunto adiante, fique registrada desde já referência a uma breve genealogia do pensamento estruturalista saussuriano, elaborada por CÂMARA Jr., 1973, p.11-16.

Trazendo a discussão de Derrida para um campo mais inteligível aos internacionalistas, Foucault percebe, por meio de suas “arqueologias” do conhecimento e “genealogias” do poder, que um processo análogo ao procedimento logocêntrico se dá no mundo social. Em sua opinião, à medida que no mundo social também seria muito comum um processo de diferenciação, marginalização e dominação, é possível assemelhar o que se dá no “mundo linguístico” para a construção do significado à estruturação social que resulta nessas hierarquizações. De fato, um dos pontos que mais une esses pós-estruturalistas tão díspares é o interesse na questão sobre se a construção do significado linguístico pode ser realmente conectada a como o poder social se constitui, ou se essa relação é apenas analógica, ficando a opinião de Foucault como corroboradora de que, sim, “há profundas interconexões entre as diferenciações nos níveis do discurso e da ação social” (p.xx-xxi).

Arrazoe-se, no entanto, que a arqueologia do conhecimento foucaultiana é pensada primariamente em relação aos indivíduos, na maneira como a percepção acerca de si próprios é criada por práticas discursivas que implicam relações de poder, transformam-nos em “sujeitos” no sentido dúbio. No entanto, isso já é uma realidade muito mais intrínseca aos Estados no sistema internacional, donde se pode concluir a necessidade de ênfase em outros métodos linguísticos ou correlatos complementares a tal noção.

É o mesmo Ashley já trazido à baila, juntamente com o colega Walker (ASHLEY; WALKER, 1990, p.260-261), que identificam os “lugares marginais” (ou até “não-lugares”) das relações internacionais, como “intrinsecamente ambíguos”, o que tem óbvias implicações para a significação¹⁷. Assim, tais lugares são “terrenos de luta, onde o poder está conspicuamente trabalhando”, o que, no entanto, não necessariamente quer dizer que as pessoas aqui “resistam ao poder em nome da vida e liberdade de alguma identidade soberana, alguma comunidade de verdade, alguma fonte absoluta e idêntica de poder que seja vitimizada e reprimida pelo poder”. Ao invés, são confrontações com “práticas culturais arbitrárias que trabalham para disciplinar a ambiguidade e impor efeitos de identidade e significado pela ereção de fronteiras excludentes”.

17 Vale lembrar que Ashley e Walker se referem, primariamente, às chamadas teorias críticas das RI. Embora elas sejam em geral distanciadas nas exposições didáticas, há certos motivos para que sejam consideradas como compartilhadoras de certos pressupostos epistemológicos com os construtivistas. Price e Reus Smit (1998, p.259) chegam, inclusive, a afirmar que “as raízes intelectuais do construtivismo estão na teoria social crítica, e que o projeto construtivista de elaboração conceitual e análise empírica não necessita violar os principais preceitos epistemológicos, metodológicos ou normativos da teoria crítica internacional”.

É o uso moderno da razão para subjugar a história, silenciar a incerteza, clarificar ambiguidades e alcançar a ambição ilusória de um conhecimento totalizante que Ashley critica tanto neste texto como no já mencionado de 1989. E isso, em sua opinião bem incisiva, é feito por palavras que “demarcam lugares e tempos marginais como vazios de verdade e significado que devem ser temidos, exilados e, se persistem, disciplinados pela imposição violenta das determinadas vozes de verdade de que carecem” (ib., p.262).

Afirmção semelhante pode ser feita quanto aos próprios trabalhos acadêmicos dissidentes nas RI¹⁸, grupo a que o construtivismo chegou a ser identificado durante seu surgimento. Mas, diferentemente de certas ambições mais amplas dos internacionalistas críticos mais reconhecidos, a dissidência do construtivismo pode ser vista no sentido de que resistiu à “assimilação a modos modernos de saber no interesse do poder das figuras modernas do homem soberano e do Estado soberano”, esta uma perspectiva bastante presente nos realistas, liberais e suas repaginações neo-neo.

Para Price e Reus-Smit (1998, p.261), há quatro orientações intelectuais comuns na amplitude de variações encontradas entre o que se possa chamar amplamente de teoria crítica internacional:

Epistemologicamente, os teóricos críticos questionam as abordagens positivistas ao conhecimento, criticando as tentativas de formular afirmativas objetivas de verdade empiricamente verificável sobre o mundo natural e social. Metodologicamente, eles rejeitam a hegemonia de um método científico único, defendendo uma pluralidade de abordagens à geração de conhecimento, enquanto enfatizam a importância de estratégias interpretativas. Ontologicamente, eles desafiam as concepções racionalistas da natureza e ação humana, chamando atenção para a construção das identidades de atores e a importância da identidade na constituição dos interesses e da ação. E, normativamente, eles condenam a teorização neutra em valores¹⁹, negando sua própria possibilidade, e clamando pelo desenvolvimento de teorias

18 Segundo o professor Rafael Villa (2008, p.95), “é notável a ênfase nas possibilidades normativas da teoria crítica, com o claro objetivo de servir de base para um projeto cosmopolita de emancipação humana. E, dentro desse conjunto de temas, a questão da exclusão internacional, que teria como fonte os particularismos nacionais e locais, ganha relevância na medida em que a teoria crítica estabelece uma tensão entre as possibilidades do racionalismo instrumental e as condições éticas da emancipação”.

19 Isso já era reconhecido pelos linguistas pelo menos desde as formulações seminais da Análise de Discurso, conforme se verá a seguir. De fato, para Michel Pêcheux, os traços essenciais dessa disciplina são “a indissociabilidade entre a língua e a história na ordem do discurso, o reconhecimento do caráter político do trabalho interpretativo e a necessidade de uma dimensão crítica na reflexão que a disciplina exerce sobre ela mesma” (COURTINE, 2009b, p.11).

explicitamente comprometidas ao desvelamento e dissolução das estruturas de dominação.

Jennifer Milliken, em sua tentativa de “trazer rigor à teoria crítica” (2001), diz que a pesquisa sobre o discurso deveria elucidar “as consequências políticas manifestas de se adotar um modo de representação sobre outro” (p.136). E, quase ironicamente, ela acredita que a desatenção aos estudos discursivos encontraria muita resistência ainda na academia da área devido às percepções generalizadas pouco amistosas sobre a crítica pós-moderna do fundacionalismo. Falando especificamente sobre o construtivismo, pondera que

os teóricos do discurso entendem a construção significativa numa maneira não compartilhada por todos os construtivistas. Primeiro, baseados em Saussure, é dada ênfase às *relações* em que as coisas são postas num sistema sóico e, mais precisamente, em relações pelas quais um objeto é *distinguido* de outro no sistema. Segundo, baseados na obra filosófica de Derrida, espera-se que os discursos sejam em grande parte estruturados em termos de *oposições binárias* (...) que, longe de serem neutras, estabelecem uma relação de poder de tal forma que um elemento no binário é privilegiado (p.138).

Assim, ainda é possível melhorar os estudos discursivos nas RI pois, se há aí um entendimento frouxamente compartilhado de que “os discursos operam como capacidades de fundo para que as pessoas diferenciem e identifiquem as coisas, dando-lhes qualidades e atributos que são tomados como dados, e relacionando-os a objetos” (p.140), há que se enfatizar que os discursos não são uma realidade externa ao mundo, mas sim estruturas atualizadas em seu uso regular pelos atores²⁰.

20 Apesar de reconhecer que não há um caminho só para a análise e abstração, Milliken tenta oferecer um método em especial para o estudo das práticas linguísticas nos textos comumente usados nos estudos de RI: trata-se da análise de predicado, conforme proposta por Marandin e Lecomte, dois colaboradores do ilustre Michel Pêcheux. Como a denominação indica, o foco dessa abordagem é nas práticas de predicação, que incluem principalmente verbos, adjetivos e advérbios justapostos aos substantivos. Porém, é forçoso reconhecer que os exemplos breves que a autora fornece desse método são feitos de uma maneira bem simples, quase à moda de uma análise textual corriqueira. Uma das contribuições mais interessantes que ela inclui é o bem conhecido ensinamento dos analistas de discurso, de que “um texto nunca constrói apenas uma coisa” (p.142): um conjunto de construtos predicativos define um “espaço de objetos” por meio da diferenciação entre uns e outros, algo bastante logocêntrico em termos derrideanos. Entre outras afirmações contestáveis, ela também coloca que “não se pode dizer que um único texto sirva para dar apoio empírico a argumentos sobre o discurso enquanto cenário social (...). Em vez disso, se a análise é para ser sobre significação social, uma análise de discurso deve ser baseada em um conjunto de textos de diferentes pessoas presumivelmente autorizadas (de acordo com o foco da pesquisa)” (p.142).

Ela até busca sofisticar a exposição de seu entendimento ao questionar-se sobre o modo de examinar a estruturação das distinções relacionais por meio de que se comparam os espaços de objetos que “ordenam o conjunto, servindo como moldura (frequentemente hierárquica) para definir certas identidades subjetivas” (p.143), mas ainda assim parece faltar ao método escolhido o rigor técnico que ela a princípio anuncia no título do próprio trabalho, à medida que seus procedimentos recaem, no máximo, entre os princípios mais

Sobre a objeção muito recorrente aos discursivistas acerca da relação entre discurso e fenômenos práticos da realidade social, Milliken tenta evidenciar que há nas RI um tipo de discurso dominante que “produz a realidade social que ele define. No entanto, discursos requerem esforço por parte dos falantes autorizados para que os (re)produzam, e tais esforços nem sempre têm sucesso”, algo em que os estudiosos da pragmática discursiva longamente insistiram desde meados da década de 1950 (p.151-152).

Numa tentativa de organizar os trabalhos de teóricos internacionalistas que se preocuparam com aspectos linguísticos, Milliken (p.152-153) os divide em quatro modos, aqui retomados pela grande pertinência em relação ao assunto geral do trabalho: o primeiro modo seria o deconstrutivo, pretendendo revelar a natureza contingente dos discursos por meio de análises textuais capazes de mostrar como os polos de oposição privilegiados em um texto e as realidades por ele construídas podem ser invertidas e desalocadas, de maneira a produzir outras “verdades”. O segundo seria justapositivo, e funciona de maneira semelhante ao deconstrutivo, mas enfatizando determinadas instâncias em que o discurso generalizado construído falha em sustentar o argumento selecionado pelo autor. O terceiro enfatiza os “conhecimentos subalternos” que o método justapositivo já utilizava, mas procura explorá-los com mais profundidade para mostrar que eles são habilitados por um discurso que não se sobrepõe ao discurso dominante. Finalmente, o quarto modo é o método genealógico, baseado em Foucault, o qual busca examinar a contingência de práticas discursivas por meio de estudos históricos de práticas discursivas passadas, com o fito de revelar como as formações discursivas são descontínuas, ao invés de aceitar a uniformidade teleológica construída pelos discursos dominantes homogeneizantes, nos quais “a unidade com o passado é conservada artificialmente, e a ordem é criada a partir de condições de desordem”. Sumarizando, ela escreve de maneira bem apreciável:

Essas abordagens não apenas mostram que o mundo poderia a princípio ser interpretado diferentemente (deconstrução) ou que em algumas instâncias ele pode ser interpretado diferentemente (justaposição). Elas também têm o potencial de mostrar que o mundo foi e é interpretado (julgado, encenado) de maneiras diversas de modo rotineiro e regular por vários grupos e culturas, como parte de sua existência cotidiana. (p.153)

básicos da análise de discurso.

Enfim, vale recordar com Shapiro (1989, p.11) que, assim como os textos literários, os textos políticos e outros que tratam de assuntos epistemologicamente explícitos podem ter uma relação mediada com a “realidade social” que representam, ou seja, a ideia até bem recorrente de que a “realidade social” emerge nesses escritos e que eles também contêm traços de construções históricas passadas”, uma visão bem consoante com o construtivismo, conforme já se pôde verificar. Em uma diferenciação sutil, mas muito adequada, referente aos estudiosos que tomam a textualidade como questão acadêmica, Shapiro coletiviza os autores da obra que prefacia explicando que,

enquanto muito do pensamento político se esgota na preocupação com a distribuição de elementos que se pensa serem significativos e valiosos, nossa atenção é direcionada a outro aspecto do processo político, o aspecto em que as fronteiras da constituição do significado e do valor são construídas. Os processos políticos são, entre outras coisas, competições sobre os entendimentos alternativos (frequentemente implícitos) imanentes nas práticas representativas que implicam as ações e objetos reconhecidos e os vários espaços – de lazer, trabalho, política, privado, público – nos quais as pessoas e as coisas tomam suas identidades. (p.12)

Não fossem tão precisas e adequadas as palavras deste autor, poder-se-ia evitar a menção longa a seu texto. No entanto, até como forma de dar mais voz a uma literatura dissidente ainda pouco e temerariamente empregada na academia internacionalista brasileira, convém reproduzir seu ensinamento que encoraja a persistência apesar das dificuldades:

Críticas ou formas resistentes de interpretação são menos transmitidas por uma forma explicitamente argumentativa que através de uma prática de escrita que seja resistente aos modos familiares de representação, uma prática que seja auto-reflexiva o suficiente para mostrar como o significado e as práticas de escritas são radicalmente emaranhados em geral, ou uma prática que tenda a desnaturalizar realidades familiares pelo emprego de gramáticas e figurações impertinentes; em resumo, pelo uso de uma textualidade insurrecionista. (p.13)

Lembrando que a noção de textualidade que ele privilegia pode ser compreendida como uma adição de significado a efeitos de valor, bem ao gosto da dos estudos na vertente semântica linguística, finaliza-se o texto com mais uma citação adequada que, não por acaso, contém inclusive um insofismável valor ilocucional propositivo-normativo:

Para apreciar os efeitos desta textualidade, é necessário prestar atenção especial à linguagem, mas isso não implica que uma abordagem que enfatize a textualidade reduz os fenômenos sociais a instâncias específicas da expressão linguística.

Textualizar um domínio de análise é reconhecer, em primeiro lugar, que qualquer 'realidade' é mediada por um modo de representação e, em segundo, que as representações não são descrições de um mundo de factualidade, mas sim modos de fazer a factualidade. (p.13-14)

1.2. Segurança e linguagem

Como o próprio título indica, o foco da atenção para esta pesquisa poderia ser considerado, a princípio, bastante tradicional, já que se trata tanto de políticas governamentais como de uma das mais clássicas funções do Estado, o provimento da segurança. De fato, o teor de inovação aqui não é dado pelo objeto empírico escolhido, mas sim pela perspectiva teórica sob a qual esse objeto será visado, a qual procura seguir a tendência de aprofundamento²¹ dos estudos sobre a segurança para além de sua simples definição como “um conceito socialmente construído”²² ou como “conceito essencialmente contestado”²³, entendimentos estes que às vezes mais contribuem para obscurecê-la enquanto objeto de pesquisa do que para explicá-la, ou seja, desdobrá-la para revelar algumas dentre tantas “camadas” que a compõem. Como se dizia, as ditas práticas pós-estruturais nas RI, embora se fracionem em numerosas abordagens, podem ser agrupadas segundo certos pressupostos

21 Isto é, como parte do movimento de *ampliação e aprofundamento* que vem caracterizando muitos escritos sobre o tema desde meados da década de 1980. Esse movimento pode ser tributado a duas grandes constatações, quais sejam, a de que muitos dos escritos no campo da segurança internacional são feitos para atender a fins políticos ao invés de científicos; e também a de que cada vez mais assuntos começaram a ser vistos como ligados ao âmbito da segurança fora de sua esfera tradicional, a político-militar (por exemplo, a economia na crise do petróleo, a ameaça aos humanos por fatores ambientais etc.), e reconhecidos dessa maneira pelos governos, organizações internacionais e outros atores. De acordo, a academia procurou suprir a lacuna analítica aí gerada por meio da *ampliação* do universo passível de ser tratado como assunto de segurança internacional, dos referentes em benefício dos quais se reivindica a segurança, e do próprio escopo de responsabilidade política pela promoção e manutenção da segurança por uma maior diversidade de atores (ROTHSCHILD, 1995), extensão plurívoca que suscita *per se* uma reflexão mais *profunda* sobre o próprio conceito. Um dos artigos seminais a respeito da ampliação é o de Richard Ullman (1983), significativo também por ter sido publicado na revista *International Security*, ligada aos estudos tradicionais da segurança, mas cujos editores parecem ter reconhecido a necessidade de considerar a dita tendência de ampliação desde aquele momento. Interessante também é notar o artigo de Jessica Matthews (1989) tratando do mesmo assunto em outro periódico de grande circulação, a *Foreign Affairs*.

22 Asserção típica dos assim denominados “construtivistas” nas RI, fonte teórica da qual a Escola de Copenhague (teoria discutida em primeiro plano neste trabalho) bebe sofregamente, conforme se verá adiante. Para referências básicas sobre o construtivismo nas RI, consultem-se, entre muitos outros, ADLER, 1997; WENDT, 1992, 1995; ZEHFUSS, 2002; HOPF, 1998; CHECKEL, 1998; GUZZINI, 2000; LUPOVICI, 2009. A respeito do construtivismo nos estudos de segurança e da noção característica de comunidades de segurança, especificamente, recomendam-se SHEEHAN, 2005, p.43 e ss.; ADLER; BARNETT, 1996, 1998; ADLER, GREVE, 2009.

23 Poucos citam, mas a ideia de “conceitos essencialmente contestados” é devida primordialmente ao britânico Walter Bryce Gallie (1955-1956). Sobre o uso do termo “conceitos essencialmente contestados” nos estudos de segurança, vale consultar BUZAN, 1984, 1991; e também SMITH, 2005.

comuns, por exemplo, o interesse pelas questões de como o conhecimento, as “verdades” e os significados são constituídos, ou seja, o enfrentamento e a desnaturalização das racionalidades e normatividades que até então predominavam nessa disciplina recente das ciências humanas e que ainda alcança muito prestígio e uso, não obstante as persistentes críticas que se lhe tenham sido feitas (ib., p. xiii).

Quanto ao caso específico da segurança internacional enquanto fenômeno, é interessante lembrar, de acordo com o que Buzan assinala (embora com certa cautela), que pode ser conveniente para os responsáveis pela formulação e execução das políticas estatais manter sua “ambiguidade simbólica”, porque o apelo a ela é usado como justificação para políticas e ações que atendem a diversos “interesses seccionais” nos Estados: “devido ao alavancamento sobre os assuntos domésticos que pode ser obtido por invocá-la, uma noção indefinida de segurança nacional oferece às elites militares e políticas escopo para estratégias de maximização de poder” (1991, p.11).

Sabe-se que uma das abordagens mais conhecidas e bem feitas acerca da segurança internacional é a chamada Escola de Copenhague (EdC)²⁴, capitaneada por Barry Buzan e Ole Wæver. Se, por um lado, essa perspectiva vem contribuindo muito para o desenvolvimento dos estudos de segurança, por meio de sua ampliação e aprofundamento; por outro, a primeira dessas tendências foi a base de algumas das críticas sobrecitadas. Como disse, por exemplo, o bastante conhecido Stephen Walt (1991, p.213), essa mesma abrangência poderia comprometer a coerência intelectual²⁵ dos estudos de segurança e tornar mais difícil a produção de soluções para os assuntos que ela torna prioritários (ou seja, as ameaças).

Conforme se vinha aqui afirmando anteriormente, a partir do momento em que se entenda a teoria como um conjunto de conceitos, definições e proposições inter-relacionados que procure apresentar uma concepção sistemática dos fenômenos escolhidos para estudo por meio da especificação de relação entre as variáveis selecionadas, a fim de *explicar* e *predizer*

24 Esta denominação aparece num artigo crítico de Bill McSweeney (v. 1996), pela proveniência dinamarquesa de Ole Wæver, o qual participava do Centro de Pesquisa em Paz e Conflito de Copenhague. Logo a denominação foi adotada por estes e outros que se filiaram à mesma corrente de pensamento, bem como pela comunidade acadêmica em referência a esta abordagem ampla da segurança internacional. Contudo, é importante lembrar que Wæver (2004, p.2), por exemplo, ressalva o uso do termo “Escola” porque, em sua opinião, isso faria entender que se trata de uma submanifestação das teorias principais ou dos grandes debates das Relações Internacionais, quando, na verdade, consistiria uma teoria com características próprias suficientes para distingui-la de outras na área. Dado, porém, ter-se feito comum o uso desta designação, ela será a adotada em todo o presente texto.

25 Esse problema é reconhecido abertamente pelos chefes da Escola (v. BUZAN et al., 1998, p.viii).

tais fenômenos²⁶, a crítica de Walt e muitos outros deve merecer atenção, porque uma noção de segurança insuficiente ou inadequada de alguma forma poderia minar a Escola de Copenhague enquanto teoria²⁷ e, daí, enquanto meio explicativo e preditivo das transformações na conjuntura internacional.

Convém salientar brevemente alguns dos pontos principais que caracterizam sua abordagem. Segundo Wæver (2004, p.8), os três traços mais marcantes dessa perspectiva são a *securitização*, a *setorização* e os *complexos regionais de segurança*. Essa tríade representa uma tentativa ensaiada por esses acadêmicos de fugir às compreensões “tradicionalistas” e “estadocentristas”²⁸ da segurança, que tendiam a vê-la como algo mormente relacionado a assuntos militares. Se desde a década de 1970 já fermentavam na academia e na prática política estudos e agendas ligando elementos primariamente econômicos e ambientais à noção de segurança, os autores da Escola de Copenhague acharam por bem reconceituar a segurança enquanto objeto de análise, ampliá-la e aprofundá-la, assim como alguns estudiosos já vinham fazendo²⁹.

Observe-se, no entanto, que não se trata de negar a tal posição tradicionalista. Nesse sentido, vale dizer que Buzan por muito tempo foi considerado um neo-realista, ao passo que Wæver costumava definir a si próprio como um “realista pós-moderno”. O que os autores declaram pretender na obra de 1998 que consolida a Escola é incorporar os estudos tradicionais e amalgamá-los num quadro teórico mais abrangente, que deixe de considerar

26 Fred Kerlinger apud LAKATOS; MARCONI, 1982, p.109.

27 *Nota bene*: trata-se aqui muito mais da crítica à Escola de Copenhague em sua vertente científica, e não ética-moral, não obstante haja motivos para preocupação quanto a este último aspecto (como aparece em ARADAU, 2004, é rebatido por BEHNKE, 2006 e é repensado em ARADAU, 2006). A respeito, pode-se consultar, entre outros, TAURECK, 2006b, artigo que se dedica exatamente a diferenciar estas duas críticas e mostrar que existe bastante pertinência da Escola apesar dos problemas que nela se apontem. Outra perspectiva relativamente integradora, formulada por um conjunto de pesquisadores franceses (C.A.S.E., 2006), procura mostrar que há como que uma “fertilização cruzada” entre as abordagens críticas, e que as fronteiras entre as visões tradicionais e críticas dos estudos de segurança internacional se encontram pouco claras na atualidade.

28 Em especial o realismo e o liberalismo, os quais, mesmo nas reformulações que caracterizaram o “debate neo-neo” ou seja, o estruturalismo das RI, no qual continuou-se a privilegiar os Estados como atores centrais do cenário internacional, ainda que a ênfase condicionante para seu comportamento tenha passado a recair sobre a assim chamada “estrutura internacional”. A respeito, pode-se consultar os capítulos correspondentes de SHEEHAN, 2005.

29 Os “ampliadores” citados são Richard Ullman (1983), Egbert Jahn, Pierre Lemaitre, um artigo de Joseph Nye e Sean Lynn-Jones (1988), Jessica Matthews (1989), Neville Brown, Neta Crawford, Helga Haftendorn (1991) e Jo Ann Tickner. Mais especificamente, também identificam estudos de economia política internacional que ligaram a economia à segurança, como os de Robert Gilpin, Joanne Gowa e Edward Mansfield; e, no setor ambiental, Daniel Deudney (v. BUZAN et al., 1998, p.2).

apenas a guerra e o uso da força como atributos-chaves da segurança internacional (1998, p.4).

Securitização é um construto³⁰ cunhado inicialmente por Ole Wæver num documento de trabalho não publicado, feito para o Centro de Pesquisa em Paz e Conflito de Copenhague, em 1989, intitulado *Security, the speech act: analysing the politics of a word*. Consoante já esclarece o título, o processo de securitização é definido como aquilo “que na teoria linguística se chama ato de linguagem [*speech act*], ou seja, a própria enunciação constitui o ato”: ao dizer o termo “segurança”, um agente move o fenômeno para uma área específica e reservada, declarando que o objeto referente tem direito à sobrevivência, e reivindicando o uso de medidas extraordinárias e emergenciais para lidar com essa ameaça existencial, o que não raramente culmina na tentativa de justificar rupturas com o ordenamento (jurídico, político, etc.) previamente em vigor³¹ (BUZAN et al., 1998, p.21-24).

Entre as implicações disso, é bom considerar que aí se reforça a noção da segurança internacional como algo relativo, que não pode conformar-se ou adequar-se a nenhuma espécie de padrão absoluto universal, exatamente na medida em que depende da percepção de determinado ator sobre o que ameaça o objeto colocado em questão³². Em segundo lugar, note-se que a securitização é como que o ponto terminal de um espectro que se inicia no polo da despolitização e passa pelo estado de politização, ou seja, ela é a versão extrema da politização, embora funcione com uma lógica totalmente diferente, pois acaba por deslocar ou tirar em certa medida o assunto do debate amplo que caracterizaria a instância política comum (ib., p.21-24).

30 Nas palavras de Lakatos e Marconi, “[c]onstruto é um conceito consciente e deliberadamente inventado ou adotado com um propósito científico, formado geralmente através de conceitos de nível inferior de abstração” (1982, p.100).

31 Esse é um assunto especialmente interessante e que tem gerado muitas críticas à EdC, em particular num viés ético-normativo. Não parece de todo excessivo aduzir à reflexão a ideia de “sociedade de risco” trazida por Ulrich Beck: nela, o estado de exceção converte-se no estado de normalidade, muito embora “o alcance, a urgência e a existência dos riscos oscilam com a pluralidade de valores e de interesses” dispersos na sociedade (1998, p.37).

32 A reflexão de Ulrich Beck (1998, p.28) sobre o risco é semelhante: segundo ele, enquanto latentes, os riscos costumam permanecer invisíveis e muitas vezes se baseiam simplesmente em *interpretações causais*, ou seja, podem ser transformados, ampliados, reduzidos, dramatizados ou minimizados de acordo com os processos sociais de definição. Ademais, essa racionalidade social tem que conviver com tais suposições especulativas e afirmações de probabilidade prognóstica formuladas a partir de determinada posição axiológica, de uma avaliação sobre o futuro que se arroga o poder de afetar o presente, convertendo-se concomitantemente em algo real e irreal (ib., p.35-39; 68-69).

A terminologia da EdC designa como “agente securitizador” ou “ator securitizante” aquele que realiza a securitização, e como “objeto referente” aquilo que o enunciador considera ameaçado em sua existência, ou seja, aquilo que o agente procura declarar como digno de sobrevivência³³. Isso condiz com uma das definições de segurança preferidas por Buzan já desde seu livro *People, states and fear* (1991), isto é, basicamente, liberdade de ameaça³⁴. Este processo intersubjetivo e socialmente construído, denominado securitização, porém, só tem sucesso quando há uma aceitação por parte do público (*audience*) a que se destina tal ato, não podendo nunca ser imposto univocamente por parte do agente securitizador (BUZAN et al, 1998, p.21, 23-26, 30-31). Vale dizer, ainda, que, além dos objetos referentes e atores securitizadores, há um terceiro tipo de unidade na análise de segurança, os denominados *atores funcionais*, que se diz serem capazes de afetar as dinâmicas de um setor de segurança por meio da influência que exercem nas decisões sobre a securitização³⁵ (ib., p.36).

Diante de tal entendimento da segurança como algo cujo conteúdo depende de como é apresentada ou declarada, os elementos ressaltados podem variar de acordo com o *setor* de segurança considerado, conforme Buzan já distinguia na década de 1980, em consonância com os artigos da época que percebiam a área de segurança de maneira ampliada. Assim, ela não mais estaria restrita aos tradicionais assuntos militares, mas também a vários outros possíveis, de acordo com a percepção de dada realidade e segundo a reivindicação de tratamento prioritário para tal assunto por um ator securitizante³⁶.

33 Vale reiterar que tanto o ator securitizante como o objeto referente podem ser desde um indivíduo até uma organização internacional ou mesmo algo supranacional, passando por grupos subnacionais, organizações não governamentais, entre outros. Uma percepção semelhante informa o conceito de *grey area phenomena*, também desenvolvida após o final da Guerra Fria (a respeito, v. CHALK, 2000).

34 É interessante notar que Buzan, nesta obra de 1991, edição revisada da publicação original em 1983, diz que, no contexto internacional, a liberdade de ameaça equivale à “capacidade de os Estados e sociedades manterem sua identidade independente e sua integridade funcional”. Como se nota, os dois tipos de objeto referente que aí aparecem são as unidades soberanas e as sociedades, o que confirma a pertinência da crítica de Wæver (1995), para quem o britânico, de alguma forma, ainda privilegiava o nível estatal em sua análise. O exemplo usado pelo dinamarquês para sustentar tal opinião é o próprio subtítulo da obra, que passou de *The national security problem in International Relations* em 1983 para *An agenda for international security studies in the post-Cold War era* em 1991.

35 Todavia, os próprios autores não costumam referir-se a atores funcionais em suas análises, de forma que o termo tem ficado em desuso.

36 Isso dá oportunidade para Buzan comentar a razão pela qual não crê que os estudos de segurança internacional sejam incorporados aos estudos estratégicos (normalmente ligados às clássicas questões de Defesa nacional), mas sim o contrário, porque estes seriam tão-somente um subcampo dentro de uma gama bem maior de possibilidades que a segurança internacional engloba (1991, p.23-24).

Destarte, se no setor *militar* o objeto referente é usualmente o Estado e a ameaça é de ordem territorial; no *político*, as ameaças afetam as instituições, sistemas de governo, a soberania ou a ideologia do Estado, ainda que o objeto referente para o qual se clama o direito à sobrevivência possa ser até supranacional (como a União Europeia); no *econômico*, colocam-se ameaças ao acesso a recursos em mercados necessários ao bem-estar da população ou outros referentes; no *societal*, o objeto são as mais diversificadas identidades coletivas, aí inclusa a sustentabilidade de padrões de línguas, culturas, religiões, costumes e nacionalidades que podem ser ameaçadas, por exemplo, por fluxos migratórios; enfim, no *ambiental*, que tem um objeto referente bastante extenso, as ameaças podem atingir a biosfera em totalidade ou parcialmente (BUZAN, 1991, p.19-20; BUZAN et al., 1998, p.21-23). É interessante, aliás, lembrar que estes setores não operam isoladamente uns dos outros: embora cada um defina um foco e uma maneira de ordenar prioridades dentro da problemática da segurança, todos estariam de alguma forma interconectados numa forte rede de ligações (BUZAN, 1991, p. 20).

Como se pode perceber, essa diversificação se valeu de um olhar inovador nas RI, porque considerou um número muito mais expressivo de *níveis de análise* do que as teorias anteriores costumavam tomar³⁷. Enquanto, até então, dava-se preferência ao nível estatal (nas teorias clássicas das RI, como o realismo e o liberalismo³⁸) ou ao sistêmico internacional (teorias estruturalistas, como o neo-realismo e o neoliberalismo), a Escola de Copenhague não encontra razão para privilegiar os Estados, já que o nível da unidade pode abranger muito mais do que eles (BUZAN et al, 1998, p.7). Destaca, pois, o nível *regional*, porque o colapso da bipolaridade que caracterizara a guerra fria removeu a principal força organizadora do nível global, deixando-o com lideranças fracas (ib., p.9), e porque os Estados, se tomados

37 Os níveis de análise em RI e, mais especificamente, nos estudos de segurança internacional, podem ser considerados referentes ontológicos usados para auxiliar na determinação tanto de objetos referentes como das causas de conflito, não constituindo fontes explanatórias *per se*, mas servindo para localizar onde acontecem os fatos e fenômenos, de modo a fornecer mais uma moldura para a teoria (BUZAN et al., 1998, p.5-6)

38 Mais especificamente, para Buzan (1991, p.2-3), os realistas não debatiam a segurança, porque a viam como derivada do poder, sua variável analítica principal, na medida em que o ator que tivesse poder gozaria de segurança como resultado (exemplo disso é a tradicional discussão acerca do famoso “dilema de segurança”: cf. HERZ, 1950; BOOTH; WHEELER, 2007). Do outro lado, os liberais-idealistas tendiam a ver a segurança como consequência da paz, e assim essa condição seria mais generalizada pelo mundo no momento em que não houvesse conflitos significativos opondo as nações. Buzan diz que uma visão mais elaborada do conceito ficaria entre esses dois extremos, incorporando-os e adicionando-lhes mais nuances (Buzan 1991, p.2-3). Como foi basicamente essa dicotomia realista-idealista que dominou os estudos de RI até a década de 1980, esse teria sido um dos motivos por que não se formara nenhuma corrente de pensamento consistente dedicada a estudar a segurança em particular.

enquanto unidades de análise, são fixos, e não móveis como as regiões, o que engessaria a análise para fenômenos transnacionais, como os da ordem econômica (ib., p.9-10).

Feita a explanação básica de dois grandes pilares da abordagem avançada pela Escola de Copenhague (o terceiro, complexos regionais de segurança, será retomado no capítulo final desta dissertação) pode-se passar para uma das partes mais substantivas do presente trabalho: como se adiantou, a intenção é retomar ainda uma vez o conceito de segurança internacional, tomando como ponto de partida a noção da EdC, mas procurando refiná-lo e sanar uma pendência com que poucos se têm preocupado. Trata-se precisamente do fato de haverem definido a segurança como ato de linguagem sem trabalhar uma série de implicações que isso gera e sem remeter tal conceito a seus quadros teóricos primários. Como decorrência de tal deslize, tem-se visto uma simplificação perigosa entre os que usam a Escola em suas análises, o que não dista muito da possibilidade de empregá-la inadequadamente.

Pouco adianta recorrer simplesmente a um dicionário de Análise de Discurso para preencher essa deficiência. Em Charaudeau e Maingueneau (2004, p.72), por exemplo, o ato de linguagem é apresentado como um termo originário do domínio da Pragmática linguística, um reino talvez tão ou mais obscuro para os analistas políticos. Por essa razão, os parágrafos seguintes tentarão fornecer alguns subsídios adicionais para esclarecer o conceito, após o que se perceberá como pode ser recompensador tal esforço, inobstante as dificuldades iniciais que se possam interpor.

A explicação de Wæver (1995) simplifica didaticamente o ato de linguagem da seguinte maneira: “segurança não é interessante como um signo que se refira a algo mais real; é a *própria enunciação* que é o ato. Ao falá-lo, algo é feito (como numa aposta, numa promessa ou na nomeação de um navio)”. Na nota de rodapé ao trecho, ele explica que, em termos mais técnicos, ela é um *ato ilocutório*, mas infelizmente não deixa mais pistas além da remissão àquele supramencionado documento de trabalho de 1989, cuja circulação foi muito restrita.

Assim, parece interessante centralizar a atenção, por ora, numa retomada de vários pressupostos aí contidos, a fim de clarificar o trecho e aparar algumas de suas arestas soltas, bem como mostrar que isso se trata de uma *escolha* epistemológica dos fundadores da Escola de Copenhague, e implica a subjacência de um *debate*, ou seja, a oposição a determinadas

perspectivas dos estudos linguísticos. Ainda assim, a escolha não elimina completamente a possibilidade de se usarem alguns pontos das abordagens linguísticas alternativas dentre aquelas com que a Pragmática discursiva dialoga. Como se verá, essas linhas alternativas revelam-se assaz interessantes para o estudo da segurança internacional enquanto questão definida intersubjetivamente.

1.2.1. A Análise de Discurso

Para começar de maneira simplificada, pode-se dizer que a “teoria dos atos de linguagem”³⁹, formulada essencialmente pelo britânico John Austin (1986, edição original póstuma de 1962) e aprimorada pelo norte-americano John Searle (1983, original de 1972), tende a privilegiar no discurso apenas a enunciação, seu objeto-resultante. Nesse ponto, tal teoria distingue-se de outras orientações, as quais procuram trabalhar não apenas com os elementos da instância enunciativa implícita, mas também com variáveis sócio-históricas. Estas últimas perspectivas, portanto, veem que o sentido do discurso depende tanto dos elementos linguísticos *stricto sensu* como das chamadas *condições de produção* (BARROS, 1988, p.5).

Sem dificuldade, já se notam aí dois entendimentos distintos acerca do *discurso*. De início, isso se deve bastante a uma distinção pensada por um dos grandes pais da Linguística, Ferdinand de Saussure, qual seja, entre língua (*langue*) e a fala (*parole, speech*)⁴⁰: resumidamente, a primeira seria o fenômeno essencial, impessoal, social da língua como sistema de signos⁴¹, e funcionaria como norma para todas as outras manifestações da linguagem⁴². A fala, por sua vez, seria o fenômeno de manifestação pessoal, individual da linguagem, e vista como acessória, “mais ou menos acidental”. Por isso, ainda que ambas

39 *Nota bene*: esta é propriamente a teoria dos *speech acts*. Há muita ambiguidade nas traduções que se vêm fazendo há décadas e mesmo entre os autores das diferentes perspectivas linguísticas e translinguísticas, conforme se verá adiante. Por isso, não é raro encontrar quem fale de “atos de discurso” ou ainda “atos de fala”, muito embora algumas abordagens atribuam diferentes conteúdos para cada uma destas denominações. Na medida do possível, este trabalho tentará evidenciar algumas destas diferenças, embora os limites não sejam suficientemente claros.

40 É convencional apontar a divisão saussuriana como marco fundador da linguística moderna. Para uma retrospectiva histórica concisa dos estudos linguísticos a partir da Antiguidade greco-romana e passando pela Europa medieval e renascentista até chegar o século XIX, pode-se consultar ROBINS, 1990.

41 Por essa característica, Saussure acredita ser possível conceber “uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social”, a semiologia, conforme se verá adiante (1945, p.43).

42 Sobre língua e linguagem, Saussure (1945, p.37) assevera: “a língua não é senão determinada parte da linguagem, embora essencial”, “um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”.

sejam interdependentes, Saussure acha que a língua é o objeto único que a linguística propriamente dita estuda, não a fala⁴³. (SAUSSURE, 1945, p.37-42).

Alguns atribuem essa bifurcação inicial a uma espécie de crise interna da Linguística a partir da década de 1950, que oportunizou a consolidação da Análise de Discurso enquanto disciplina. Na época, Émile Benveniste ressaltou o papel do sujeito falante no processo de enunciação, tentando mostrar a relação entre o *locutor*, seu *enunciado* e o *mundo*. Assim, o discurso seria uma instância de atualização da língua a cada vez que alguém assume o lugar do *eu* ou, em outras palavras, “[a]s formas da língua, ao serem assumidas por um sujeito, passam a constituir o *discurso*”. É essa relação sujeito-discurso-mundo que possibilita a inclusão do aspecto rejeitado por Saussure, e fica no centro daquelas abordagens discursivas que privilegiam a posição sócio-histórica dos enunciadores, conforme se dizia anteriormente (cf. FLORES, 2009, p.84; BRANDÃO, 1999, p.14).

Contribuição semelhante foi dada por Zellig Harris, cujo trabalho *Discourse analysis* pode ser considerado o ponto de partida da Análise de Discurso (AD) em dois sentidos: por um lado, mostra a possibilidade de *ultrapassar* as análises que se limitavam à frase⁴⁴; por outro, discute criticamente aquela oposição entre língua e fala, ao mesmo tempo em que elabora o conceito de *enunciação* e reflete sobre os processos de *significação*⁴⁵, procurando evidenciar a necessidade de serem pensados em seus processos histórico-culturais de constituição, o que se veio a chamar convencionalmente de condições de produção (ORLANDI, 1986, p.110).

43 Mas ele admite que se possa chamar o estudo da fala de “linguística da fala”, desde que jamais sejam confundidas (ib., p.47).

44 Trata-se da questão básica dos níveis de análise linguística, que foi bem trabalhada por Benveniste na época do estruturalismo triunfante na França, a década de 1960. Porém, neste seu primeiro *Problemas de Linguística geral*, Benveniste rejeita a possibilidade de extrapolar o nível frástico (isto é, do predicado ou categorema) para a análise: “[n]ão há nível linguístico além do categoremático” (1995, p.138). Cumpre lembrar, nesse tocante, que a AD é também tributária dos formalistas russos, dentre os quais um dos mais conhecidos foi Roman Jakobson (1896-1982, v. SURREAUX; KUHN, 2009): embora não cheguem a pensar as condições de produção como constitutivas, eles superaram uma abordagem impressionista e destacaram no texto uma lógica de encadeamentos transfrásticos, preparando o caminho para o que mais tarde viria a se chamar “discurso” (ORLANDI, 1986, p.111). A saber, o formalismo russo teve influência sobre Bakhtin e também foi decisivo na constituição da Semiótica, que incorpora daí a análise estrutural da narrativa, ou seja, a preocupação com a análise imanente do texto em busca da compreensão de suas estruturas objetivas (BARROS, 1988, p.11).

45 Orlandi bem resume essa contribuição para a AD em três pontos que se trabalharão mais profundamente adiante neste trabalho: “1. quanto à oposição língua/fala, a AD coloca como ruptura o conceito de discurso; 2. quanto ao conceito de enunciação, a AD propõe a descentração da noção de sujeito; 3. quanto aos processos de significação, a AD visa o caráter material do sentido, sua historicidade” (1986, p.111).

Denise Maldidier (1997, p.15-17) enxerga na França uma dupla fundação da Análise de Discurso, por Jean Dubois e Michel Pêcheux, “um encontro intelectual que não passa por um encontro pessoal”, como fruto de certas “condições de possibilidade de um campo novo dentro da conjuntura teórico-política do fim da década de 1960”. Em 1966, foi lançado o primeiro número da talvez mais famosa e importante revista nessa perspectiva, a *Langages*, da qual o primeiro participou já enquanto grande nome da linguística francesa. Pêcheux, por outro lado, proveio dos estudos de filosofia e de interesses sobre o marxismo, a psicanálise, a epistemologia e a história das ciências, e foi altamente influenciado pelo pensamento de Michel Foucault, que marcou as questões intelectuais da época.

Aquela suprarreferida crise dos estudos linguísticos seria advinda da percepção de uma tendência a uma visão redutora do texto, visão esta que privilegiava a análise das formas de organização de seus elementos constitutivos em detrimento das formas de instituição do sentido⁴⁶ que nele apareciam. Segundo Eni Orlandi (1986, p.108, 124), o domínio mais atingido por essa crise seria a Semântica, que pode ser considerada “ponto nodal” em que a Linguística “se confronta com a filosofia e com a ciência das formações sociais”⁴⁷. Assim, como resume a mesma autora (ib., p.106), a Análise de Discurso (AD) é a instauração de um problema bifronte: *interno* à Linguística por colocá-la em relação com a tal ciência das formações sociais; e *externo*, para as Ciências Humanas, como resposta às solicitações que estas exigiam da Linguística. Por essa dupla delimitação, ficam claras as fronteiras da AD tanto em relação à Análise de Conteúdo (parte das Ciências Humanas) quanto em relação à própria Linguística, porque esta tendia a certo a-historicismo ao privilegiar as abordagens formalista e subjetivista.

Apesar de toda essa tentativa de estabelecer regiões de domínio disciplinar próprio, e apesar de haver quem argumente a favor de limites claros entre tais regiões, é forçoso admitir, de acordo com Orlandi (ib., p.123), que a Análise de Discurso “não tem limites estritamente marcados”, ela seria antes certo *confinamento* fluido ou, ainda, uma região que transfronteiriça entre vários campos. Desse modo, “[a]o não fechar o cerco, não se propor como uma escola, nem se propor especificamente como uma doutrina, nem mesmo como uma

46 Vale lembrar Benveniste, em seu texto clássico (1995, p.130-131): “O *sentido* é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico”, “ele é uma condição indispensável da análise linguística”.

47 Essa concepção da Semântica não é consensual, mas sim tributária da opinião de Michel Pêcheux, sobre quem se falará melhor adiante.

disciplina, deixa mais espaço para a reflexão”. Um quadro sinótico, ainda que imperfeito, de acordo com este artigo de Orlandi, poderia ser traçado da seguinte maneira:

Quadro baseado em ORLANDI, 1986

Um pouco mais precisa, porém, é a distinção entre *duas concepções* da Análise de Discurso, a americana e a europeia⁴⁸. Segundo a primeira, a AD seria simples extensão da Linguística, ou seja, consistiria meramente um nível superior de complexidade na Linguística, tomando como objeto, ao invés de frases curtas, o discurso como se fosse um tipo de grande frase ou uma frase complexa. Com isso, o esforço se concentra em reduzir e formalizar os segmentos do texto, determinar como se organizam os elementos que o constituem, mas não esclarecer a instituição de seu sentido, ou melhor, subordina a questão do sentido à análise situada no interior do linguístico, por via da Pragmática e da Sociolinguística. Para isso, a contribuição da Pragmática é precisamente a de que se estude a linguagem em uso em termos dos atos de fala; a da Sociolinguística é a de observar o uso da linguagem em determinado momento histórico (“uso atual”) (ib., p.108).

Essa perspectiva mais americana da AD, como se disse, não constituiria ruptura significativa com a Linguística, porque a esta tão-somente acrescenta outro componente, algo secundário: “há mudança quanto à unidade de análise sem que haja modificação significativa

⁴⁸ Note-se que um dos mais importantes teóricos que baseou essa linha da Análise de Discurso frequentemente chamada “francesa” (e aqui até repetida, à força de simplificação tentativa de esclarecimento) “jamais foi reconhecido” nessa linhagem e até mesmo lutou contra ela, razão pela qual Courtine (2009b, p.13) recomenda não referi-la por tal gentílico.

quanto ao objeto teórico específico”, sem cisão com a metodologia da Linguística, numa relação de simples complementação que acaba por *não* distinguir língua e fala (ib., p.108-109).

Evidentemente, tal entendimento isomórfico da passagem da frase ao texto, que torna a AD uma continuação da Linguística, não é esposado por todos. Para a perspectiva europeia, há que se diferenciar a língua da fala: conforme argumenta Hjelmslev em seus *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (apud ib., p.107), o *objeto teórico* específico da AD é o *discurso*, não a língua; e sua *unidade de análise* é o *texto*, não o signo⁴⁹ ou a frase. Assim, incorporando (ou, talvez melhor, confinando com) o domínio da Semântica, ela não pode fazer parte exclusivamente da Linguística, porque procura apreender a relação entre o dizer e as condições de produção desse dizer⁵⁰.

Importante salientar, a esse respeito, que a relação constitutiva entre o discurso e sua exterioridade é considerada nessa perspectiva como *necessária*, e constituiria a marca fundamental da AD⁵¹. Isso também porque, conforme já afirmado, a AD convoca conceitos exteriores ao domínio da Linguística imanente para que intervenham na análise empreendida (ib., p.109-110). A seguir, quando se trazer à baila o estudo das condições de produção do discurso, esse ponto será melhor esclarecido.

Tal interação da AD com outras disciplinas se dá, de fato, em boa parte porque não pode deixar de considerar as contribuições que ela sugerem à análise da interação social. E não há razão, logo, para a recíproca deixar de ser verdadeira: se o discurso é entendido como palco da realização da intersubjetividade humana, da maneira que quis Bakhtin, cumpre que as demais disciplinas se deixem permear pelos métodos sugeridos nos estudos discursivos. É esse, aliás, um dos maiores objetivos do presente trabalho.

Como bem resume Courtine (apud BRANDÃO, p.97), “pretendendo ser uma teoria crítica da linguagem, a AD de orientação francesa luta contra qualquer forma de cristalização

49 Conforme se explicitará adiante, isso não implica necessariamente a rejeição da análise do signo, mas sim que esta análise seja feita no interior da análise discursiva, que faz o signo passar de algo inerte para algo “dialético, vivo, dinâmico” (BRANDÃO, 1999, p.8).

50 É também o que aparece em MAINGUENEAU, 1987.

51 Assim, nota-se uma relação tensa entre a AD e a Linguística, conquanto a primeira pressupõe a segunda e se vale disso para criticar também a análise de conteúdo clássica das ciências humanas, a qual trata o texto simplesmente como documento, ou seja, como um dado, como elemento cristalizado, naturalizado. A AD, por sua vez, proporia tratá-lo de modo crítico, reflexivo, como um “monumento”.

do conhecimento, contra a 'territorialização, o esquadrinhamento, a delimitação dos domínios do saber'", razão pela qual ela não poderia deixar de ser interdisciplinar e também por que ela é aqui adotada para suplementar a perspectiva de estudos discursivos adotada pela Escola de Copenhague.

1.2.2. O discurso

Para locupletar essa explicação, faz-se útil cotejar a seguir outras definições de discurso, de modo a invocar à análise outros autores e introduzir suas contribuições para a discussão dos assuntos em questão. Devido ao fato de que a pretensão última desta pesquisa é analisar as políticas governamentais de segurança dos países sul-americanos enquanto discursos (ou, inicialmente, sua dimensão de atos de discurso, como sugere a Escola de Copenhague), esse exercício de prospecção epistemológica não é exagerado, embora possa fazer-se um pouco fastidioso. Porém, o ganho científico parece compensar tal desvantagem por diminuir a parcialidade do trabalho, apesar da inescapabilidade de algumas de suas limitações inerentes.

Apesar de a distinção saussuriana ser deveras fundamental, ela claramente impõe limites aos estudos linguísticos por excluir *tout court* a análise da fala e por elevar a língua a um patamar abstrato idealizado, constituinte de um sistema sincrônico⁵² e homogêneo (BRANDÃO, 1999, p.7). Entre os que não se deixaram amarrar por essa "camisa de força" está o russo Mikhail Bakhtin. A centralidade de sua obra reside na análise da relação "eu"/"outro", ressaltando a *alteridade constitutiva* do ser humano e da linguagem. Sua produção teórica explora "a natureza dialógica da linguagem, suas relações de sentido e a atividade responsiva de sujeitos históricos constituídos no e pelo discurso"⁵³, de modo que a enunciação é alvo de forças centrípetas e centrífugas em permanente tensão, algo que garante "a dinamicidade dos sentidos pela interceptação entre vozes sociais diversas acentuadas valorativamente" (Di FANTI, 2009, p.239-240).

52 Sobre as noções de sincronia e diacronia nos estudos linguísticos, veja-se o estudo específico de COSERIU, 1979.

53 Isso deixa claro que Bakhtin contesta a concepção saussuriana da língua como sistema de normas imutáveis, bem como o entendimento da enunciação como ato individual. Ao invés disso, "destaca que a língua é dinâmica e a enunciação se concretiza como interação social, em momento histórico, a partir de acentos valorativos materializados em signos ideológicos" (Di FANTI, 2009, p.239-240). Os tópicos de valor e ideologia serão tratados posteriormente neste relatório.

De fato, para Bakhtin, o discurso pode ser definido como “a língua em sua integridade concreta e viva”, é um “fenômeno social complexo, multifacetado, que nasce a partir do diálogo entre discursos diversos”. Assim, “[t]odo discurso responde a outros dizeres e, por conseguinte, é tecido *heterogeneamente* por uma diversidade de vozes (posições sociais, pontos de vista)”. “Nesse processo, a materialização do discurso pressupõe a inscrição *valorativa* de um dado locutor, a posição de um sujeito frente a outros discursos (...). Logo, o discurso é constitutivamente *ideológico, dialógico e histórico*” (FLORES et al., p.84, ênfases minhas).

Isso significa que, segundo o russo, a “matéria linguística é apenas uma parte do enunciado; existe também uma outra parte, não-verbal, que corresponde ao contexto da enunciação”. É assim que Bakhtin “dá à situação de enunciação o papel de componente necessário para a compreensão e explicação da estrutura semântica de qualquer ato de comunicação” (BRANDÃO, 1999, p.8), contribuição que será muito importante para o quadro teórico deste trabalho.

De modo semelhante, essa característica faz com que Foucault distinga entre enunciado e enunciação para formar seu entendimento do discurso: uma vez que a enunciação sempre se dá num contexto diferente, ela sempre carregará uma função própria, mesmo que repita determinado enunciado com todas as letras. O enunciado, entendido como matéria, tem mais três características constitutivas: sua relação com o referencial (isto é, com aquilo que ele enuncia); sua relação com o sujeito; e a existência de um domínio (campo adjacente ou espaço colateral) que o integra a um conjunto de enunciados (ib., p.32-37).

Criticando Foucault, Pêcheux entra com uma crítica marxista que vê nos processos discursivos a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso, e a língua como a materialidade em que se realizam esses efeitos de sentido. É sob essa perspectiva que o processo discursivo passa a ser o espaço de produção de sentido, onde emergem as significações. Mais precisamente, “o lugar específico da constituição dos sentidos é a formação discursiva, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai constituir a tríade básica nas formulações teóricas da análise de discurso” (ib., p.42).

1.2.3. Condições de produção, formação discursiva, interdiscurso

No estudo das situações de comunicação, Charaudeau e Maingueneau (2008, p.115) enxergam a ocorrência de alguma assimilação do conceito de condições de produção ao termo ambíguo “contexto”. Essa ambiguidade é captada e simplificada por Greimas e Courtés (2008, p.97) como contexto explícito ou implícito. O primeiro, também chamado linguístico, pouco mais é para estes estudiosos do que a manifestação⁵⁴ do segundo, chamado extralinguístico ou situacional (de fato, já Hjelmslev afirmava que o contexto situacional pode ser sempre tornado explícito por meio do processo de semiose, conforme se tratará mais adiante).

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008, p.115), o problema aí presente é que “contexto”, ao referir-se aos “dados não-linguísticos que organizam um ato de enunciação”, pode ser entendido tanto como os dados que decorrem da própria situação de comunicação (conteúdo discursivo) quanto como aqueles dados provenientes de um “saber pré-construído” (condições situacionais: “saberes, crenças e valores que circulam no grupo social ao qual pertence ou ao qual se refere” o sujeito). Se é certo que ambos os “contextos” determinam o sujeito falante, há que se fazer atenção, na análise, para a alta importância dessa diferença⁵⁵.

Elucidativamente, Courtine explica que a noção de condições de produção (CP) tem três origens, a psicologia social, a sociolinguística e o próprio termo “análise de discurso” de Harris. Em ambos esses três campos teóricos originais era comum haver confusão entre CP e situação de enunciação, tendo sido Pêcheux o primeiro a ensaiar uma definição empírica geral da noção de CP, a partir de Jakobson. A importância desse francês é, pois, ver nos protagonistas do discurso não indivíduos físicos, mas uma representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social”, lugares imaginados que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro. É isso que permitiria ao emissor a tentativa de “antecipar as representações do receptor e, de acordo com essa antevisão do 'imaginário' do outro, fundar estratégias de discurso (ib., p.44).

Conforme informam Charaudeau e Maingueneau (2008, p.114), a noção de CP aparece em Pêcheux com a hipótese de que a um estado determinado das CP correspondem certas “invariantes semântico-retóricas, estáveis”. Cientificamente, isso permite ao estudioso

54 “Manifestação” no sentido técnico do termo na Semiótica (v. GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.299-300).

55 Nas Relações Internacionais, uma questão correlata e prolífica a esse respeito é o famoso debate agente/estrutura acerca da determinação do comportamento dos atores na ordem internacional.

selecionar para sua análise os *corpora* discursivos que considerar estáveis em determinadas condições de produção, ainda que remeta a uma condicionalidade exógena discutível, por deixar pouca margem de manobra aos sujeitos.

Paralelamente, existe a opinião, esposada por Courtine, de que Pêcheux sequer teria conseguido romper com as origens psicossociológicas da noção de CP, porque faz o processo de enunciação ser mais relacionado às características interindividuais do que a uma conjuntura propriamente histórica. Por isso, a sugestão de Courtine é redefinir a CP “alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente com o conceito de formação discursiva” (ib., p.45).

A noção de formação discursiva, como se mencionou, foi concebida por Foucault e envolve dois tipos de funcionamento, a paráfrase e o pré-construído. A primeira é definida como “um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade”, algo oposto à polissemia. Já o segundo é “aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, independente, por oposição ao que é 'construído' pelo enunciado”, algo que procura impor à “realidade” o seu sentido, sob a forma de universalidade (ib., p.48-49).

Com essas duas marcas, o conceito de FD ajuda a compreender e aceitar que sujeitos falantes concordem ou discordem sobre o sentido a dar às palavras, mesmo que situados em uma mesma conjuntura histórica. Destarte, a FD não é “uma única linguagem para todos” nem “para cada um sua linguagem”, mas conserva em si “várias linguagens em uma única”: como constatou Courtine, “uma FD é heterogênea a ela própria”, razão pela qual seu princípio constitutivo é a contradição, donde conclui Foucault que “a contradição funciona, no fio do discurso, como o princípio de sua historicidade” (ib., p.49-50).

É por isso que Foucault insiste na necessidade de a Análise de Discurso fazer desaparecer e reaparecer essas contradições, ou seja, identificar as regras da formação discursiva para que se possa descrever os sistemas de dispersão dos enunciados que compõem o discurso. A conclusão, muito importante para o presente trabalho, é que se os enunciados “apresentam um sistema de dispersão semelhante, podendo definir uma regularidade nas suas 'formas de repartição', pode-se dizer que eles pertencem a uma mesma FD” (ib., p.50-51).

Note-se, ainda, que uma formação discursiva “não deve ser entendida como um bloco compacto e coeso que se opõe a outras FDs”, até porque, sendo heterogênea a ela própria, seu fechamento é bastante instável, de modo que não se possa identificar nela um “interior” e um “exterior” precisamente delimitados. Diversamente, ocorre que uma FD confina e é atravessada por várias outras, e as fronteiras entre elas se deslocam conforme os embates da luta ideológica, razão por que se diz que “toda FD é definida a partir de seu interdiscurso” (ib., p.89).

Nesse sentido, Maingueneau é categórico ao proclamar o primado do interdiscurso sobre o discurso, e chega mesmo a preferir como unidade de análise esse “espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos”. Brandão vê aí a possibilidade de duas interpretações: por um lado, a de que o discurso deve ser estudado em relação a outros discursos; por outro, de que o espaço de regularidade pertinente (unidade de análise) seja o próprio interdiscurso (ib., p.89).

A esse respeito, a professora detalha a explicação de Maingueneau, o qual estabelece alguns níveis de análise, bastante interessantes para se pensar os próprios níveis de análise propostos pela Escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional: o mais abrangente seria o universo discursivo, que serve apenas como contextualização geral, mas não para análise científica, dada sua amplitude; abaixo deste viria o campo discursivo, definido como um conjunto de FDs que se encontram sincronicamente em concorrência e estabelecem relações de polêmica, aliança ou neutralidade; e, por fim, o espaço discursivo, nível em que a análise costuma ser feita devido ao fato de que mesmo os campos discursivos são difíceis de apreender em sua integridade (ib., p.90).

Para estudar determinado espaço discursivo escolhido, Maingueneau dá outra sugestão muito pertinente para a análise: “levar em conta os fundamentos semânticos dos discursos”, “construir um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações deste discurso com seu Outro”, ou seja, abordar a interdiscursividade. Num pensamento que permite fácil análise com as RI, o discurso não pode ser analisado de maneira exclusivamente autônoma (imanente) porque sempre remete a outros discursos, porque suas condições de possibilidades semânticas se concretizam num espaço de trocas, jamais enquanto identidade fechada (ib., p.91).

Assim, Helena Brandão (ib., p.91) conclui que a FD não pode ser vista como expressão cristalizada de certa visão de mundo compartilhada por determinado grupo social, porque ela é efeito da interdiscursividade, e

interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida (...) a incorporar elementos pré-construídos produzidos no interior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação.

Isso exige, portanto, uma abordagem diferente sobre a FD do que aquela praticada nos anos 1960: se ela guarda conexidade íntima com outras FDs, cumpre inscrever o interdiscurso no coração do intradiscurso, inscrever o Outro no Mesmo, uma necessidade decorrente do caráter dialógico de todo enunciado no discurso. E o papel da FD nessa inscrição é demarcar a zona do dizível legítimo e opô-la à zona do não-dizível em que se situa o Outro, o incompatível, excluindo-o da manifestação do dizer do Mesmo (ib., p.92-93).

Ao analista do discurso cabe o esforço de decifrar, portanto, tanto o “direito” como o “avesso” do discurso, dois lados indissociáveis de uma mesma moeda. Isso equivale a dizer que, ao perscrutar a face oculta em que se mascara a rejeição do discurso e de seu Outro, o analista apreende não apenas uma formação discursiva, “mas também a interação entre formações discursivas, uma vez que a identidade discursiva se constrói na relação com um Outro presente linguisticamente ou não no intradiscurso” (ib., p.93).

Tudo isso mostra que o universo discursivo realmente é dotado de uma intensa circulação, caracterizada pela instabilidade, em que ocorrem trocas bastante diversificadas, de acordo com os discursos e as circunstâncias concernidas. Bastante importante é que tal intercambialidade “toca também na questão da eficácia discursiva: ao fazer a remissão a outro(s) discurso(s), o sujeito recorre a elementos elaborados alhures, os quais, intervindo sub-repticiamente, criam um efeito de evidência que suscita a adesão de seu auditório” (ib., p.95), palavras muito semelhantes às usadas nas discussões pragmáticas de sucesso (felicidade) dos atos ilocutórios e, portanto, do sucesso das securitizações, segundo a Escola de Copenhague.

1.2.4. O sujeito e os outros

Cabe agora tratar de uma questão tangenciada até agora, mas ainda não adequadamente explicada, não por faltar-lhe interesse, mas porque sua consideração exigia o conhecimento de alguns elementos previamente abordados. Trata-se, pois, da noção de *subjetividade* (e, por decorrência, *intersubjetividade*), que se faz de crucial importância não apenas na análise discursiva como também no próprio debate das Relações Internacionais, em especial nas discussões sempre candentes acerca do processo de formulação e compreensão do comportamento do Estado em sua interação com outros atores.

Superado o neoplatonismo que esperava da língua uma função *per se* de representação da realidade, e iniciada a sua compreensão enquanto dotada de uma função demonstrativa, Benveniste foi um dos primeiros a salientar a importância do sujeito nos processos linguísticos e, vice-versa, a importância destes para o sujeito. Isso porque, por um lado, a linguagem passa a ser considerada como o lugar da constituição da subjetividade, ao passo que o sujeito, ao fazer uso dela, oportuniza na linguagem sua função de representar a realidade, mesmo que por meio de um uso monstrosário. Como exemplo disso, tem-se os próprios atos de linguagem de que se veio falando amiúde neste trabalho, bem como os demonstrativos propriamente ditos, pois eles resgatam a língua em sua capacidade operativa (de predicação, afirmação, etc.), ao invés de relegá-la a mera categoria gramatical (BRANDÃO, 1999, p.54).

Eni Orlandi identifica três fases da concepção do sujeito nas teorias linguísticas recentes, quais sejam: a primeira, centrada na ideia da interação entre *eu* e *tu*; a segunda, centrada numa quase tirania do *tu* sobre o *eu*; e a terceira, que busca na relação dinâmica entre *identidade* e *alteridade* a completude do *eu* no *tu*, em que o sujeito não é necessariamente atonizado, mas se compõe complementarmente de *si* somado ao *outro*, por meio do espaço *discursivo* criado entre ambos: nesta perspectiva, o sujeito “só se completa na interação com o outro” (apud ib., p.55).

Apesar de ter deixado uma contribuição importante ao reinserir o estudo da subjetividade na análise do discurso-enunciação, a abordagem egocêntrica de Benveniste, característica da primeira fase, foi logo refutada por Bakhtin, Ducrot e outros, que não aceitaram o pressuposto benvenistiano de restringir a constituição do sujeito à designação do *eu* enquanto locutor. Ao contrário, para esses últimos, representantes da rotulada segunda fase,

o sujeito só pode ser entendido *socialmente e historicamente*, porque ele é em essência um *sujeito ideológico* (ib., p.56-59).

Dessa maneira, emerge nessa segunda fase uma intensa preocupação com a inserção do *outro* como elemento central na análise, porque o sujeito teria por objetivo situar o seu próprio discurso em relação aos discursos do outro. E este, aliás, não deve apenas ser entendido como o destinatário para quem o sujeito planeja e ajusta sua fala, mas também os conjuntos de outros discursos historicamente já constituídos que emergem nessa fala: a atenção, portanto, volta-se tanto para o nível *intradiscursivo* (eu-tu) quanto para o *interdiscursivo* (discurso-discursos) (ib., p.59).

Com essa perspectiva dedicada ao *dialogismo* enquanto condição constitutiva do sentido, Bakhtin elabora uma *teoria da polifonia*. Por meio dela, o russo procura entender textos em que “várias máscaras falam simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras”. Tendo assim rompido o monologismo, Bakhtin enfatiza que a dialogização se dá de maneira *dupla e interdependente* entre sujeito-destinatário e discurso-discursos, porque a interdiscursividade é tão constitutiva do sujeito quanto a relação deste com o destinatário (ib., p.64). Nas muito bem escolhidas palavras do próprio autor, “um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinados, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos, vivos, tecidos pela consciência socioideológica em torno do objeto de tal enunciado”, de maneira que o discurso “se tece polifonicamente, num jogo de várias vozes cruzadas, complementares, concorrentes, contraditórias” (apud ib., p.64-65).

Ainda na mesma segunda fase de consideração da subjetividade se insere Oswald Ducrot, também elaborador de uma teoria polifônica, mas sob o viés da semântica da enunciação ou, como ele próprio prefere denominar, da “pragmática semântica”⁵⁶. Ele desenvolve essa ideia com o cuidado de distinguir no sujeito dois personagens, o *locutor* e o *enunciador*. O primeiro seria o “responsável pelo dizer, mas não é um ser no mundo, pois trata-se de uma ficção discursiva”, ao passo que o segundo seria “a figura da enunciação que representa a pessoa de cujo ponto de vista os acontecimentos são apresentados”, um sujeito de consciência que ocupa o centro da perspectiva⁵⁷ (ib., p.72-73).

56 Para mais pormenores, veja-se DUCROT, 1987, especialmente o oitavo capítulo, “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”.

57 *Nota bene*: não se deve confundir o locutor com o *sujeito falante empírico*, porque este é o produtor “físico”

Na teoria de Ducrot, destarte, a polifonia pode acontecer tanto no nível do locutor como no do enunciador, sendo a primeira considerada fraca, ao passo que a segunda, mais frequente, é considerada forte e tende a ser mais analiticamente interessante. No entanto, faça-se a ressalva de que Ducrot acaba por desconsiderar aquele senso importante de historicidade que estava presente na polifonia de Bakhtin, razão pela qual não poucos analistas de discurso procuram conciliar ambas as contribuições (ib., p.74-75).

Por fim, na terceira das etapas mencionadas, a concepção do sujeito privilegia a relação dinâmica entre identidade e alteridade⁵⁸, tomando o texto como espaço da interação constitutiva entre o sujeito e o outro, um espaço discursivo onde, por consequência, se faz a significação. Em consideração às contribuições da primeira e segunda fases, essa terceira tem entre seus pontos de partida principais a convicção de que nem o sentido nem o sujeito são dados *a priori*, porque eles se constituem simultaneamente no discurso (ib., p.76).

Entra aí a figura da *interpelação ideológica* de Pêcheux, muito importante para o estudo da significação: “o sentido de uma palavra, expressão, proposição não existe *em si mesmo*, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Logo, isso significa que o sentido muda de acordo com as posições sustentadas por aqueles que põem a língua em uso, ou seja, de acordo com aquelas *formações discursivas* e *formações ideológicas* que serão explicadas na seção seguinte deste trabalho: a formação discursiva norteia a interpelação ou *assujeitamento ideológico* do indivíduo em sujeito de seu discurso, possibilitando aos sujeitos concordar ou polemizar quanto ao sentido a ser dado às palavras (ib., p.77).

Althusser usa o conceito de interpelação ideológica para mostrar uma estrutura *especular* na ideologia: aos “bons sujeitos”, cujas ideologias são realizadas nos “aparelhos ideológicos do Estado”, correspondem em módulo oposto os “maus sujeitos” que, “não caminhando com a ideologia, provocam a ação do Estado através do seus aparelhos

efetivo do enunciado, e permanece exterior a seu sentido, enquanto o locutor pertence ao sentido do enunciado porque está inscrito na imagem da enunciação veiculada pelo enunciado (v. ib., p.72).

58 Não deixa de ser interessante notar, embora não seja possível estender a especulação, semelhanças entre essa perspectiva sobre identidade e alteridade com a relação entre homogeneidade e externalidade pensada por Derrida, na qual os elementos se fazem internos um ao outro, ao mesmo tempo em que preservam sua separação. É dessa relação de inscrição da repetibilidade na singularidade (o paradoxo do evento) que o filósofo cunhou o neologismo “*différance*”. Para uma referência introdutória, v. LAWLOR, 2006.

repressivos”. De fato, o assujeitamento em Althusser constitui um sujeito paradoxalmente livre enquanto centro de iniciativas e *submetido* (i.e., sujeito) às coerções impostas pelas condições de produção, ou seja, fruto de uma constituição inerentemente tensa (ib., p.80-81)⁵⁹.

Conforme explica Brandão (ib., p.105), nesse sentido, o processo do assujeitamento ideológico faz com que cada indivíduo seja levado a identificar-se ideologicamente com grupos de determinada formação social; porém, esse mesmo indivíduo não toma consciência disso, pois tem a impressão de que é senhor de sua própria vontade. Acerca desse aspecto, Pêcheux descreve o sujeito como afetado por uma ilusão discursiva produtora de *dois esquecimentos*: pelo primeiro, esse sujeito se coloca como fonte exclusiva do sentido de seu discurso, apagando inconscientemente elementos que remetam ao “exterior” de sua formação discursiva; pelo segundo, que pode ser até consciente, o sujeito usa estratégias discursivas para selecionar o que será dito e o que não será, concretizando a ilusão de que o discurso reflete seu conhecimento objetivo da realidade (ib., p.82).

Na sugestiva imagem que a mesma professora usa como exemplo, compõe-se e executa-se desse modo um “concerto polifônico” no qual a *heterogeneidade* produzida pela *dispersão do sujeito* adquire certa unidade e *coerência* a partir da “vocalização totalizante” impulsionada pela ilusão discursiva, seja por via da harmonização das diferentes vozes, seja pelo disfarce das vozes discordantes (ib., p.82-83).

Em conclusão, pode-se dizer, repetindo as palavras de Maingueneau, que

o Outro “não é um fragmento localizável, nem uma citação, nem uma entidade exterior... Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a ele próprio (...). Ele é o que sistematicamente falta num discurso e lhe permite fechar-se em um todo. Ele é esta parte do sentido que foi preciso que o discurso sacrificasse para construir sua identidade” (apud ib., p.92-3).

Como se apontou, aí se aliam as noções de subjetividade e interdiscurso, à medida em que o Outro é concebido não como uma presença explícita ou implícita, mas sim como uma *ausência*, como o *interdito* do discurso. Ele está na zona do não-dizível demarcada pela formação discursiva, a qual circunscreve a zona do dizível legítimo e delimita o território do Outro que lhe é incompatível, na tentativa de excluí-lo de seu dizer (ib., p. 93).

59 Para mais especificidade, consultem-se ALTHUSSER, 1985 (original de 1970) e VAISMAN, 2006.

Numa simplificação didática, por fim, pode-se tratar esse percurso das três fases da concepção de subjetividade como correspondente à sucessão da teoria da enunciação (subjetivista) para a análise do discurso (não subjetivista). Nesse caminho, é a preocupação com o “outro” que insere o histórico-ideológico na questão do linguístico e desloca o conceito de sujeito, de modo que este passa a ser caracterizado pela dispersão e por um “discurso heterogêneo que incorpora e assume diferentes vozes sociais” (ib., p.86).

1.2.5. Formação ideológica, ideologia, signo, planos de linguagem

Conforme já se pôde provavelmente inferir, as formações discursivas são tidas como componentes das chamadas formações ideológicas (FI), porque o discurso é um dos aspectos materiais da ideologia ou, segundo alguns, uma espécie pertencente ao gênero ideológico. Esse conceito de FI definiria a organização de posições políticas e ideológicas que se afrontam e estabelecem entre si relações de aliança, antagonismos ou dominação: no jargão marxista de que inicialmente se contaminou, “cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras” (ib., p.47). No entanto, não parece forçar demais o conceito a transposição da tensão da categoria de “classes” para outros agrupamentos sociais mais pertinentes, definidos por critérios alternativos.

Abundam definições e entendimentos sobre a ideologia. A princípio⁶⁰, podem-se tomar algumas sugestões de sua compreensão para a AD e, mais adiante, na seção 2.6, a opinião de Greimas para tratá-la na Semiótica. Charaudeau e Maingueneau (2008, p.267-269) explicam que, na AD francesa dos anos 1960 e 1970, a ideologia foi conceito central: aparece, conforme visto, na filosofia de Althusser, para quem a ideologia é causa não apenas da significação como da própria interpelação dos indivíduos em sujeitos⁶¹.

60 Para uma primeira aproximação ao tema da ideologia nos estudos linguísticos, recomenda-se o estudo competente e didático de FIORIN, 1988.

61 Vale reiterar que a matriz marxista do pensamento de Althusser impõe ao conceito de ideologia conotações bastante específicas e criticáveis. Porém, pode-se considerar esse autor também como parte de um entendimento mais ou menos consensual nos anos 60 e 70, pelo qual a ideologia era definida como “um sistema global de interpretação do mundo social” (a frase é de Raymond Aron) e, mais do que isso, como um sistema dotado de “uma existência e de um papel históricos no seio de uma sociedade determinada”, segundo Althusser (cf. CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.267).

Mais importante, no entanto, foi Pêcheux, que a relacionou ao inconsciente e ao discurso por meio do conceito foucaultiano de formação discursiva e das noções de pré-construído e interdiscurso: como explica Courtine, existe na formação ideológica um componente tomado como dado (*toujours déjà-là*), ou seja, pré-construído, que faculta ao sujeito a capacidade de procurar impor à “realidade” o seu sentido sob a forma de universalidade, por meio do assujeitamento ideológico (apud BRANDÃO, 1999, p.49).

É bem certo que parte das discussões sobre o conceito de ideologia, inclusive a de Pêcheux, se baseiam no marxismo, que tem como pressuposto analítico fundamental as amarras redutoras da divisão social em classes. Distanciando-se disso, Paul Ricœur a discute em três instâncias, segundo suas funções: função geral, de dominação e de deformação. A primeira delas seria seu papel de *mediadora na integração social*, por meio de cinco características: perpetua um ato fundador inicial; é dinâmica e motivadora (impulsiona a práxis social, e esta a concretiza, razão por que a ideologia é reflexo da sociedade e também justificação e projeto); é simplificadora e esquemática (algo inerente ao caráter de justificação); é operatória e não-temática (opera atrás dos indivíduos, que pensam a partir dela); e apresenta uma tendência inercial de conservação e resistência que a torna como que intolerante (ib., p.27-28).

A segunda função da ideologia, a de dominação, aparece ligada aos “aspectos hierárquicos da organização social cujo sistema de autoridade interpreta e justifica”, ou seja, seria um meio pelo qual a autoridade procura *legitimar-se*. Por fim, a terceira função, de deformação, recorda o entendimento marxista, mas não carrega necessariamente seu viés negativo: ao invés de defini-la como mascaramento da realidade social, toma-a simplesmente como “uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica” (ib., p.30).

É nesse sentido que todos os discursos podem ser ditos ideológicos e, pelo entendimento saussuriano de caráter *arbitrário* do signo, todos os signos também o são, na medida em que a linguagem o usa para manipular a construção de uma referência, produzindo sentidos novos, atenuando outros e mesmo eliminando sentidos eventualmente indesejáveis. E isso pode acontecer de maneira voluntária ou não, afinal, se a ideologia a todo tempo opera atrás dos indivíduos, eles tanto podem agir sem tematizá-la (trazê-la ao nível da consciência), como podem manifestá-la intencionalmente. (ib., p.30-32).

Desde o fim da década de 1970 e início da de 1980, algumas noções abalaram o ordenamento das formações ideológicas e discursivas, como é o caso das de clivagem, intradiscurso e heterogeneidade, e outros trazidos por Marandin, Authier-Revuz e até o próprio Pêcheux. Como a nova ênfase se dava sobre ideias relacionadas a *contradição* e *imbricamento*, a noção de ideologia passou a ser usada com menos frequência, porque implicava características idealmente contrárias a essas, como as de sistema, coerência e globalidade (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.268)⁶².

Quanto à semântica, a importância da ideologia é ressaltada no estudo do *signo*. Já houve oportunidade de apontar que ele não é apenas algo inerte “que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato”, mas sim algo “dialético, vivo, dinâmico”, precisamente pelo fato de adquirir significação distinta a cada realização discursiva, ou seja, em cada uma de suas ocasiões de emprego. Isso é confirmado por Bakhtin, para quem a interação social dota a palavra de uma plurivalência inerente e a torna “o signo ideológico por excelência”⁶³ (BRANDÃO, 1999, p.8-9).

Novamente, é de Saussure que vem a noção linguística do signo, classicamente definido como um bicomposto de *significante* (“imagem acústica”, substância sensorial ou física, apreendida pela percepção do “mundo exterior”) e *significado* (“imagem conceitual”, formada a partir de uma “substância psíquica”, apreendida pela percepção do “mundo interior”). O pensador francês usa a noção de *valor* para designar aquilo que determina a relação entre essas duas faces e, por consequência, também determina as relações com outros significantes e significados da mesma língua, de modo que o conjunto dessas posições diferenciais é denominado *sistema de valores* (FONTANILLE, 2008a, p.36-38).

62 Mais recentemente, com a Análise de Discurso Crítica, apoiada sobre van Dijk e desenvolvida por Fairclough, a noção de ideologia voltou com força para ser aplicada à análise de objetos como o sexismo e o racismo. Assim, seu entendimento básico fica como “sistemas sociocognitivos das representações mentais socialmente partilhadas que controlam outras representações mentais, como as atitudes dos grupos sociais”. Charaudeau e Maingueneau chegam a dizer que esse anseio por sistematizar a relação entre ideologia e discurso fez a AD Crítica tomar o lugar da AD francesa dos anos 70, inclusive seu viés “militante” (ib., p.269). Veja-se também FAIRCLOUGH, 1992; FAIRCLOUGH; WODAK, 1997b; MAGALHÃES, 2005; RESENDE; RAMALHO, 2006.

63 Assimilando, num primeiro momento, o signo à palavra (pois depois afirma que a frase também pode ser considerada uma espécie de signo, uma unidade pertencente ao discurso), Benveniste (1995, p.132) afirma que “[a] palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autônoma. (...) Na prática, a palavra é encarada sobretudo como elemento sintagmático, que constitui enunciados empíricos. As relações paradigmáticas têm menos importância quando se trata de uma palavra em função da frase”.

Já para Charles Peirce o signo não é diádico, pois é entendido como “aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém”. Alguns intérpretes de Peirce veem aí quatro elementos, isto é: “aquilo” (i) que representa “algo” (ii) “para alguém” (iii) sob “certo aspecto” (iv). Em sua explicação literal, o signo ou *representamen* (ii) cria na mente da pessoa um outro signo equivalente ou mais desenvolvido, chamado *interpretante* (iii). “Aquilo” que o signo representa é seu *objeto* (i), mas a pessoa só faz essa correlação com referência a um tipo de ideia, denominada *fundamento do representamen* (iv). Como se não fosse o bastante, às vezes ainda se acrescenta “a distinção entre *objeto dinâmico* (o objeto como ele é visado pelo *representamen*) e *objeto imediato* (o que é selecionado no objeto pelo interpretante), o que resulta, por fim, em um total de cinco elementos” (ib., p.38-39). Com a licença de uma longa citação, vale esclarecer melhor:

O funcionamento do signo pode ser resumido da seguinte forma: um *objeto dinâmico* (objeto ou situação percebidos em toda sua complexidade) entra em relação com um *representamen* (aquilo que o representa), mas isso apenas de um certo ponto de vista (*sob certo aspecto ou modo*) designado aqui como *fundamento*. Esse ponto de vista, ou *fundamento*, seleciona no *objeto dinâmico* um de seus aspectos pertinentes chamado *objeto imediato*, e a reunião do *representamen* e do *objeto imediato* é feita 'em nome de', ou 'para', ou 'graças a' um quinto elemento, o *interpretante* (ib., p.39).

De todo modo, o “referente”, comumente entendido como a realidade a que o signo remete, permanece fora de alcance, porque o “objeto dinâmico” é um percepto e o “objeto imediato” só seria um seu aspecto pertinente, uma imagem mental que existe segundo o “ponto de vista” imposto pelo “fundamento”. Na opinião ácida de Fontanille, assim, a compreensão peirceana do signo não dá conta “nem da exigência de uma significação nova nem se deu acabamento e fixação; ela não apreende nada além de um momento de uma vasta semiose sem fim, sem origem e sem horizonte” (ib., p.40).

Mais interessante é observar a síntese de Fontanille a esse respeito: “Nos dois casos, essa seleção das relações pertinentes apresenta-se como um *direcionamento do fluxo de atenção*” (e não à toa se adota o galicismo *visada* para denominá-lo), um direcionamento que pode ser entendido tanto como intencionalidade quanto como a definição de um domínio de pertinência, ou seja, como apreensão. Conforme ele bem reitera, a visada “diz respeito ao eixo representamen-objeto imediato-interpretante, ao passo que a apreensão diz respeito ao eixo

objeto dinâmico-fundamento-objeto imediato”, ambas atitudes que permitem ver na significação um resultado da percepção (ib., p.41).

Porém, para se analisar o discurso, Fontanille acredita ser melhor adotar outra perspectiva, deixando de lado a utilidade do signo. Sua sugestão é trabalhar com dois *planos de linguagem* baseados na divisão de Hjelmslev, o da expressão e o do conteúdo, correspondentes, em respectivo, àquilo que se chamou anteriormente de “mundo exterior” e “mundo interior”. Aqui também “[a] fronteira entre o 'exterior' e o 'interior' não é preestabelecida, não é a fronteira de uma 'consciência', mas simplesmente a fronteira que um ser vivo instaura cada vez que atribui uma significação a um acontecimento, uma situação ou um objeto”. E isso mesmo apesar da admoestação de Hjelmslev no sentido de que essa diferenciação não seria operatória, porquanto instável, sempre a aguardar fixação a cada análise (ib., p.42-43).

Porém, essa operabilidade dos planos de linguagem é encontrada por Fontanille não na existência presumida de ambos, mas sim na “fronteira” fluida determinada entre eles, porque esse espaço é “a posição que o sujeito da percepção atribui-se no mundo quando ele se põe a depreender seu sentido”. Assim, Fontanille recupera a partir de uma antiga sugestão de Greimas alguns termos mais técnicos para resumir sua compreensão: “exteroceptivo” (relativo ao plano da expressão), “interoceptivo” (relativo ao plano do conteúdo) e “proprioceptivo”⁶⁴ (relativo à posição assumida pelo sujeito da percepção) (ib., p.44).

Continuando o tratamento dos planos de expressão e conteúdo, Hjelmslev também retorna aos termos originais saussurianos para insistir que eles eram “substâncias” (físicas, afetivas, conceituais, etc.); no entanto, a função semiótica as converte em *formas* (forma da expressão e forma do conteúdo), ou seja: quando as substâncias se reúnem e assumem posições interdefinidas, constitui-se um *sistema de valores* que toma o lugar das tensões intencionais e variações características das substâncias (ib., p.48).

Ao estudioso, especialmente ao semioticista, cabe interpretar e reinterpretar a “cena primitiva” da significação advinda da instauração dos sistemas de valores, por meio da identificação das categorizações ou formações de tipos que os fundamentam. Para Fontanille, um dos interesses científicos mais importantes nessa atividade é depreender que essas

⁶⁴ Este termo origina-se da ideia de “corpo próprio”, que seria um invólucro sensível ou fronteira a determinar um domínio interior e um exterior (ib., p.44).

categorizações “se tornam *estratégias* no interior da atividade do discurso” (ib., p.51), estratégias estas que procuram incitar ou direcionar um tipo de leitura ou entendimento acerca daquilo que se enuncia.

1.2.6. A Pragmática discursiva

Vistos os debates mais gerais acerca dos conceitos basilares dos estudos linguísticos, que são retomados em grande parte das várias subvertentes que existem, é oportuno a partir de agora fazer uma breve recapitulação de algumas dessas abordagens mais específicas, de maneira a fechar melhor o quadro teórico pretendido para a presente pesquisa. Ainda que de maneira superficial e até pouco digna da riqueza dessas vertentes, a exposição aqui procurará colocar alguns elementos interessantes de três delas, quais sejam, a Pragmática discursiva anglo-saxônica, e a Semiótica estrutural de linhagem francesa.

Falar da pragmática é retornar ao ponto inicial de onde partiu a preocupação com os estudos linguísticos neste trabalho. Isso porque, conforme se veio enfatizando, a pragmática é o domínio de formulação da teoria dos atos de linguagem aproveitada pela Escola de Copenhague. Aproveitando o ensejo para dar continuidade à seção anterior, cabe que essa abordagem de Austin e Searle tem no significado uma de suas três noções preliminares, juntamente com a noção de regras e a de proposições, conforme se verá adiante (SEARLE, 1983, p.138).

A saber, a perspectiva pragmática tem um de seus nascimentos na noção de significado tributária de Wittgenstein, para quem grande parte dos casos do significado de palavras corresponde a seu uso linguageiro. Com isso, ele dissocia a concepção do significado como representação e instaura a centralidade da atualização da linguagem para tal compreensão, assim desviando o olhar tradicional que procurava o sentido em algo exterior à proposição, fosse algo num espaço objetivo ou numa representação mental. Por esse motivo, Wittgenstein insistia que o significado não fosse buscado em generalizações intelectuais, mas sim na exploração e descrição do uso da palavra em questão (BILETZKI; MATAR, 2009; v. também RANKIN, 1966).

A partir dos anos 1960, Paul Grice pondera que o significado tem alguns de seus elementos definidos pelo uso circunstancial, mas também outros definidos por aspectos convencionais mais perenes. Além disso, ele entende que, quando um enunciador quer

significar (to mean) algo ao dizer “x”, esse enunciador pretende que a *declaração* de “x” produza algum efeito em uma audiência, por meio do reconhecimento de sua *intenção*. Isso gerou toda uma série extensa de debates sobre o papel relativo de intenções e convenções na produção e percepção do significado (v. GRICE, 1957, 1968, 1969; STRAWSON, 1964; ZIFF, 1967; WILSON, 1970).

No campo da História das ideias, essa discussão ficou célebre na mesma época, ao final dos anos 1960, e teve um de seus pontos culminantes com o debate protagonizado por Quentin Skinner, acerca do dito *contextualismo linguístico*. Considerado, juntamente com John Pocock e John Dunn, como fundador da convencionalmente denominada Escola de Cambridge da epistemologia política, cujo enfoque seria a preocupação com a linguagem do pensamento político, Skinner esforçou-se em criticar algumas inadequações que se teriam tornado comuns nesse campo: o primeiro consiste no problema de atribuir ao frouxo contexto de “fatores religiosos, políticos e econômicos” a determinação para o significado dos textos; o segundo seria o radicalismo contrário, vale dizer, a consideração do texto autonomamente como única fonte de respostas para os significados contidos nele próprio, de modo a dispensar qualquer tentativa de reconstrução de contexto como desnecessária (SKINNER, 1969, p.3).

Fazendo contrapeso a ambas essas metodologias atraentes, ubíquas e perigosas, Skinner se volta à teoria dos atos de linguagem para nela encontrar uma resposta desejadamente livre de vícios originais: sua sugestão é tentar depreender tanto o que o texto intencionou dizer/significar quanto o modo como se tencionou que esse significado fosse depreendido. Numa asserção sem rodeios parafrásticos, “entender um texto deve ser entender a sua intenção de ser entendido e também a intenção de que essa intenção seja entendida” (ib., p.48).

Ainda explicando seu *intencionalismo*, Skinner assevera que o estudioso de certo texto deve buscar o componente ilocutório das enunciações ali contidas, por meio da apreensão daquilo que o autor do texto teria podido intencionar comunicar ao escrever naquele determinado tempo e para o público determinado que ele quis endereçar. Numa clarificação didática, a ambiciosa metodologia proposta consiste, pois, em “delinear toda a gama de comunicações que poderiam ter sido convencionalmente performadas na dada ocasião pela

enunciação do enunciado e, em seguida, traçar as relações entre esse enunciado e o contexto *linguístico* mais amplo como meio de decodificar a real intenção do autor” (ib., p.49)⁶⁵.

Retornando aos clássicos dos atos de linguagem, é necessário sublinhar que Austin e Searle elaboram um entendimento do significado crítico ao trabalhado por Grice, ainda que também situado no campo dos *speech acts*: para Searle, Grice acerta ao aliar significado e intenção, mas falha ao não diferenciar os *tipos de efeitos* possíveis (especialmente os ilocutórios e os perlocutórios), e também em sua percepção acerca da extensão da importância relativa do papel das convenções ou *regras* na conformação desse significado (SEARLE, 1983, p.143-144).

Talvez pareça um pouco óbvio, mas o problema aí apontado é que na concepção de Grice o ato de linguagem é quase onipotente, porque dependeria em maior parte da intenção de seu produtor, enquanto Searle tenta arrazoar essa noção e dimensionar o ato de linguagem como bastante dependente das regras: conforme o exemplo didático wittgensteiniano que emprega, pode ser difícil cumprir sempre a intenção de significar “está quente” quando se diz “está frio”, por mais que isso seja de fato plausível em certos registros especiais, como o modo irônico e o humorístico. Isso ocorre porque a regra convencionada que, ao dizer “está frio”, o enunciador realmente quer significar tal sensação, e não o contrário (ib., p.144).

Essas regras que Searle aponta como uma das noções preliminares fundamentais de sua teoria podem ser de dois tipos, quais sejam, as *constitutivas* e as *regulatórias*, de acordo com uma distinção baseada em Rawls. Isso porque estas últimas apenas regem formas existentes de comportamento, enquanto as primeiras não apenas regulam, mas também criam ou definem novas formas de comportamento. De uma maneira ou de outra, é importante reter que essa teoria tem como hipótese subjacente a ideia de que a semântica de uma língua pode ser vista como uma série de sistemas de regras constitutivas e que os atos ilocutórios são realizados de acordo com elas, conforme se procurou enfatizar no parágrafo anterior.

65 Por melhores que fossem as intenções de Skinner, é claro que ele não deixou de estar sujeito a críticas. Muitos pós-modernistas, por exemplo, são abertamente anti-intencionalistas; no entanto, mesmo fora de propostas mais radicais, há autores que vêm dialogando constantemente com as propostas skinnerianas, como Mark Bevir, Kari Palonen e Reinhart Koselleck. Como o objetivo neste trabalho não é reconstruir todo o debate, vale deixar menções bibliográficas que ajudam a segui-lo e compreendê-lo: RICHTER, 1990; BEVIR, 1992, 2000, 2002; SILVA, 2006, 2009, 2010.

O último elemento preliminar são as ditas *proposições*, entendidas como fatores constantes que caracterizam todos os atos ilocutórios, porque, na proclamação de um *speech act*, o enunciador se refere a certo sujeito e *predica* o ato que este fará. Reitere-se, quanto a isso, que a inovação consiste no entendimento de que essa predicação mesma já é parte do que o outro fará, não é algo meramente exterior à ação desse outro. Porém, deve ficar claro que a proposição não é esse ato, mas sim a tal predicação, ou seja, ela é o conteúdo proposto por uma declaração, e é apenas essa declaração proposicional ou asserção que pode ser considerada como parte da *performance* de um ato ilocutório (ib., p.141).

Noutras palavras, Searle afirma que, do ponto de vista semântico, essa distinção pode ser continuada com os contrastes entre o indicador *proposicional* na sentença e o indicador de sua *força ilocutória* ou *ilocucionária*; ou ainda, entre o elemento de indicação da proposição e o dispositivo de indicação da função proposta. Esse dispositivo mostra como a proposição enunciada deve ser tomada, ou seja, qual a força ilocutória que a declaração tenciona ter, qual ato ilocutório o enunciador está performando na declaração da sentença⁶⁶.

Tendo notado que sua dicotomia inicial entre atos de fala constataivos e performativos carecia de exatidão, porque os constataivos costumam conter *performances* e os performativos também contêm constatações, Austin lapidou sua teoria por meio da distinção de níveis de estrutura dos fatos linguísticos, passando a distinguir três tipos de atos realizados pela atividade enunciativa (BRANDÃO, 1997, p.71-72): atos *locutórios* (“dizer algo é, na plena acepção de dizer, fazer algo”), compostos de conteúdo fonético, fático e rético; atos *ilocutórios* (“um ato efetuado em dizendo algo”), que descrevem um aspecto não denotativo da significação e se caracterizam por um aspecto convencional parafraseável por uma fórmula performativa; e, finalmente, atos *perlocutórios*, à medida que “dizer algo provocará, muitas vezes, certos efeitos sobre os sentimentos, os pensamentos, os atos do auditório ou daquele que fala ou de outras pessoas ainda”. À diferença dos ilocutórios, os perlocutórios não seguem convenções (porque não basta seguir uma fórmula para produzir tais efeitos), nem se realizam propriamente dizendo, mas a partir do fato de se dizer.

⁶⁶ E é basicamente o mesmo funcionamento nos atos de fala indiretos, pelos quais “o falante comunica ao ouvinte mais do que realmente diz, contando com a informação de base, linguística e não linguística, que compartilhariam, e também com as capacidades gerais de racionalidade e inferência que teria o ouvinte” (SEARLE, 2002, p.47 e ss.).

Analogamente, Searle trabalha essa distinção semântica também no plano da sintaxe, ocasião em que ele afirma deverem existir regras diferentes para a expressão da proposição e para a indicação da função proposicional. No artigo ora evocado para este estudo, o norte-americano não trabalha com o primeiro tipo dessas regras, mas sim com o segundo, e a partir dessa consideração estabelece uma série de condições a serem cumpridas para o sucesso de um ato ilocutório. Na análise das políticas de segurança que ocupará a próxima etapa da pesquisa, essas regras certamente serão retomadas para se tecerem comentários a respeito do sucesso e das possibilidades de sucesso dessas securitizações enquanto atos ilocutórios⁶⁷.

Boa parte desse sucesso, frise-se, é atribuída por Searle à capacidade que o enunciador tenha de fazer com que o enunciatário reconheça sua intenção de produzir o efeito desejado. Para isso, como se disse, o analista deve compreender tanto o aspecto intencional propriamente dito quanto o aspecto convencional de que o enunciador lança mão na produção do ato ilocutório, afinal, o reconhecimento necessário ao enunciador advém da combinação das expressões declaradas com os efeitos pretendidos (ib., p.145-146).

Como é possível inferir a partir do já exposto, boa parte da pragmática se dedica à compreensão da intersubjetividade: segundo Habermas, pode-se chamar de abordagem pragmática toda aquela que estuda o modo como sujeitos falantes e agentes adquirem e *usam* o conhecimento, ou seja, aquilo que ele resume como racionalidade. Mais especificamente, uma abordagem pragmática procura compreender o conhecimento prático na atitude performativa, ou seja, do ponto de vista do enunciador. Isso porque o objetivo de tal esforço é explicitar teoricamente as competências humanas, reconstruir esse saber pré-teórico que envolve as capacidades de falar, entender, julgar e agir. Na persecução desse objetivo, Habermas encontrou a teoria dos atos de linguagem e dela aproveitou metodológica e normativamente para formular um entendimento mais empírico da racionalidade, afastando-se do modelo filosófico kantiano de inclinações transcendentalistas (BOHMAN; REHG, 2007).

A normatividade teórica habermasiana que procura reconstruir a “atitude performativa”, assim, trata a enunciação como eivada de um *telos* inerente, qual seja, o de alcançar o entendimento, já que a linguagem é um meio importante de coordenação de ações. De fato, o que Habermas chama de *ação comunicativa* é algo definido em contraste com as

⁶⁷ Aliás, esse ponto é um dos que mais aceitaria o diálogo entre perspectivas linguísticas distintas, porque é facilmente trabalhável sob a discussão das formações discursivas de Foucault e mesmo das condições da racionalidade argumentativa colocadas por Habermas e criticadas por Foucault.

ações estratégicas, sendo estas um tipo de ação social que não visa ao entendimento mútuo, mas sim à consecução de objetivos individuais por meio do apelo aos desejos e receios do interlocutor, entre outros meios (ib.).

A diferença sutil da *ação comunicativa* é, pois, que nela os interlocutores coordenam sua ação na busca de objetivos individuais ou conjuntos, mas com base num entendimento compartilhado de que esses objetivos sejam inerentemente razoáveis e válidos⁶⁸. O sucesso da ação comunicativa, destarte, não seria tanto a concretização do objetivo em si, como na ação estratégica, mas sim a própria concordância livre entre os atores de que seus objetivos validam o comportamento cooperativo (ib.).

É por essa característica que Habermas vê a ação comunicativa como uma forma de coordenação social inerentemente consensual. Embora esse acordo de alto nível pareça muito idealizado, Habermas também se preocupou em estudar os mecanismos para possibilitá-lo, ou seja, as *condições de aceitabilidade* em que se baseia o significado dos enunciados. Aí está, frise-se, um ponto de interesse alto na teoria de Habermas para este trabalho: ele não liga a significação à semântica, mas sim ao *sucesso ilocutório* dos atos de linguagem, exatamente porque sua abordagem privilegia a pragmática discursiva.

Mais especificamente, a compreensão do ato de linguagem passa pela identificação das razões que o enunciador fornece para convencer a audiência de que ele é apto a invocar validade para seu enunciado, ou seja, os fatores que o tornam aceitável. Esse atributo necessário traz à baila, por sua vez, outro elemento bem interessante para a discussão normativa da securitização, que fez parte de muitas críticas à Escola de Copenhague: trata-se da questão da legitimidade, porque essas reivindicações que os atos de linguagem exercem estão sujeitas a justificação e contestação, e concretizam um exercício de tentativa de legitimação em si mesmos. Ainda que esse não seja o foco da presente pesquisa, convém

68 Villa (2008, p.96-97) afirma que a teoria habermasiana da ação comunicativa é o caminho para a ambição dos internacionalistas críticos de superar relações de exclusão entre comunidades políticas. Isso seria parte de um projeto cosmopolita que muitos desses teóricos compartilham, o qual também se assentaria sobre outros dois pontos, também dotados de claras correlações com as ideias de Habermas: primeiro, “o consenso como base de legitimidade da comunidade política não pode seguir sendo o critério para a exclusão dos cidadãos de outros Estados naquelas decisões internacionais em que são afetados pelas políticas geradas em outras comunidades políticas”; segundo, que “a regra que orienta a deliberação e formação da vontade das comunidades nacionais já não é nem a vontade geral rousseauiana nem a regra da maioria da democracia liberal, mas a superioridade ética do melhor argumento”.

manter essa ideia em mente quando se toma a Escola como ponto de referência teórico principal⁶⁹.

De todo modo, também é interessante considerar o desenvolvimento habermasiano das categorias de enunciados de Austin. Tomando como exemplo o que este chamou de atos de fala constativos, por oposição aos performativos de que se veio falando mais amiúde, Habermas entende que ambos os tipos de enunciado contêm um conjunto tácito de *exigências de validade*: no caso, visando a expressar um “mundo interno” (intenção de comunicar uma opinião), a estabelecer uma relação comunicativa com o enunciatário, e a expressar o “mundo externo”, os atos de fala procuram analogamente ser sinceros (não enganosos), socialmente apropriados (corretos) e factualmente verdadeiros (representacionalmente adequados). É com base nessas três condições de sinceridade, correção normativa e verdade que Habermas enxerga a possibilidade de avaliar o sucesso ou fracasso dos atos de linguagem (ib.).

Portanto, “a teoria da ação comunicativa de Habermas se baseia na ideia de que a ordem social depende em última instância da capacidade dos atores em reconhecer a validade intersubjetiva das diferentes exigências para a cooperação social”. Como se pode objetar, porém, tal validade depende de uma justificação quando se confronta com críticas, fato a partir do qual provém o complemento reflexivo que esse alemão propõe para a ação comunicativa: a sua teoria do discurso (ou da argumentação) (ib.).

Essa *teoria do discurso* habermasiana procura fornecer esteio para a gramática superficial dos atos de linguagem, ou seja, um alicerce para o sistema multidimensional daquelas exigências de validade, por meio da suplementação da análise semântica pela análise pragmática dos diversos tipos de discurso argumentativo pelos quais a justificação intersubjetiva pode ocorrer. Sob essa perspectiva, uma condição de validade é considerada distinta de outra no caso em que sua justificativa discursiva tenha características relativas dessemelhantes.

Assim, para sobreviver ao teste crítico entre argumentos competitivos, o dado processo de comunicação deve ser retoricamente adequado, atendendo a quatro *pressuposições pragmáticas*, quais sejam, sumariamente: a de que ninguém capaz de adicionar uma contribuição relevante tenha sido excluído; a de que os participantes tenham voz igual; que

69 Não se pode deixar de mencionar o artigo muito interessante de Thomas Risse (2000) a esse respeito: é um esforço de questionamento da legitimidade da securitização baseado mormente em Habermas.

estes sejam internamente livres para expressar sua opinião honesta; e, por fim, que não haja fontes de coerção intrínsecas ao processo e aos procedimentos do discurso. É perfeitamente plausível, no entanto, que a realizabilidade destas pressuposições seja objetada pela carga normativa altamente exigente nelas contida, razão pela qual admite-se que elas sirvam mais como padrões ideais de autocorreção do que como exigências estritas e inescapáveis à qualidade dos atos de linguagem (ib.)⁷⁰.

1.2.7. Semiótica

Explicadas algumas linhas gerais da parte da pragmática linguística mais interessante a esta pesquisa, passa-se agora ao campo da Semiótica, a qual, amplamente considerada enquanto abrangente do nível do discurso, é uma das abordagens possivelmente mais completas para o estudo aqui previsto, porque se pretende capaz de fornecer instrumentos de análise tanto da parte da linguagem em uso preferida pela pragmática quanto da profundidade imanente pormenorizada contida no texto em si, bem como capaz de encampar e conciliar vários dos conceitos de Análise de Discurso anteriormente mencionados.

Fontanille (2008a) explica que a Semiótica se constituiu como ramo das ciências da linguagem na década de 1960, a partir da confluência entre a linguística, a antropologia e a lógica formal. Assim como muitas outras disciplinas, também a semiótica foi marcada por um período estruturalista⁷¹, do qual teria emergido cientificamente “forte” e de que ainda conserva muitas características. Mais especificamente, Diana de Barros (1988, p.10) encontra o apoio da semiótica nos estudos dos formalistas russos, já suprarreferidos, e também de Vladimir Propp e de Roland Barthes.

70 Considere-se, ainda, que aqueles tipos de exigências de verdade e correção também variam de acordo com a justificação argumentativa presente nas diferentes espécies de discursos: as razões de um discurso moral, por exemplo, não soem ser as mesmas que aquelas que caracterizam um discurso que objetive a asserção de certa verdade empírica. Mesmo o alcance da validade de tais razões, coerentemente, não é o mesmo, à medida em que os argumentos de fundo moral podem ser percebidos como mais pervasivos que os empíricos. Por fim, quanto às exigências de autenticidade, associadas por Habermas a um tipo de discurso “ético”, já há algum relaxamento (ainda que não total, a fim de se preservarem certos limites) da sobredita expectativa forte de consenso, porquanto se fundamentariam mais em questões contingentes a condições individuais e sociais relativamente particulares, desde histórias de vida e tradições até valores individuais tidos como referência pelos participantes em questão (ib.).

71 Isto é, o estruturalismo da década de 1960. Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1973, p.5-6), um dos grandes introdutores da linguística no Brasil, usa as palavras do tcheco Josef Hrabák, pertencente ao Círculo Linguístico de Praga, importante espaço de desenvolvimento do estruturalismo linguístico, para defini-lo: “[o] estruturalismo não é uma teoria nem um método; é um ponto de vista epistemológico. Parte da observação de que todo conceito num dado sistema é determinado por todos os outros conceitos do mesmo sistema, e nada significa por si próprio. Só se torna inequívoco quando integrado no sistema, na estrutura de que faz parte e onde tem lugar definido”.

Dos formalistas veio a preocupação fundamental com a análise *imane*nte do texto, com a obra interrogada em si mesma. Das sugestões de Propp, a Semiótica aproveitou a intenção de estudar as *regularidades subjacentes* ao discurso entre as variedades figurativas manifestadas, por meio da identificação de unidades sintagmáticas relativamente constantes. Isso possibilitou, por sua vez, que se montasse uma compreensão sintática narrativa capaz de descrever as relações entre actantes ou *funções actanciais* assumidas por esses atores figurativos do discurso, preocupação esta que, por sua vez, é reconhecida como herança de Barthes (ib., p.10-11; v. também GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.220).

A *teoria semiótica estruturalista*, desenvolvida na França por Algirdas Greimas e pelo Grupo de Investigações Sêmio-linguísticas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais⁷², é uma perspectiva riquíssima, muito utilizada e desenvolvida continuamente. Não cabe aqui tratar sobre seus meandros, até porque sua compreensão é muito facilitada pela operacionalidade, ou seja, o emprego de sua metodologia característica permite sua visualização de uma maneira muito mais clara para os menos acostumados à linguagem técnica do que uma exposição extensa de seus inúmeros conceitos e construtos teóricos⁷³. Por essa razão, faz-se a seguir apenas uma apresentação dos elementos mais básicos abordados pela semiótica e algumas correlações com os assuntos anteriormente tratados nas teorias de análise de discurso e pragmática, como os níveis de análise propostos em relação ao processo de semiose, bem como a questão da ideologia.

Os níveis que o estruturalismo semiótico propõe para a análise de um texto são classicamente dois, o *discursivo* e o semiótico, sendo este bicomposto pelos níveis *narrativo* e

72 Jean Portela (2008, p.30-31) informa que esse círculo greimasiano, no início de seus trabalhos, era responsável pela publicação, de 1978 a 1987, de duas revistas científicas (mas que também misturavam “atas de associação e ‘atos dos apóstolos’”), a *Actes Sémiotiques – Bulletin* e a *Actes Sémiotiques – Documents*. A primeira continha contribuições concernentes à teorização da semiótica e teve muitos de seus ensaios transformados em livros posteriormente, enquanto a segunda era espaço de discussão para temas variados, dentre os quais ressaltava a aplicação prática dessa teoria, sob a forma de análises de *corpus*. É claro que uma alimentava e reforçava a outra continuamente, de maneira que esse período seja em geral considerado como a época áurea do desenvolvimento da Semiótica na França.

73 Como bem registra Jean Portela (in: FONTANILLE, 2008a, p.12), “[o] semioticista é, por vezes, considerado, nem sempre de forma elogiosa, *rara avis* da comunidade científica: singular, ‘exótico’ e, se já não bastasse, insaciável. A alegada voracidade da semiótica, ou melhor, das semióticas, parece residir em sua vocação de pesquisa generalista, universalista e, ao mesmo tempo, específica, particularizante”. Para Tatit (2008, p.11-12), “a semiótica continua distante da prática descritiva dos estudantes interessados em análises de textos, sejam estes verbais ou não-verbais. Justamente em razão de sua complexidade teórica, os recursos aplicativos da disciplina são, em geral, substituídos por métodos menos rigorosos que atingem resultados imediatos, de cunho interpretativo ou parafrástico, descuidando-se totalmente da construção global de um modelo que subsista à descrição particular de cada texto”.

fundamental. Por preferências de praticidade, hoje é muito comum que os estudos de semiótica tratem os níveis diretamente como três, dadas as diferenças significativas que caracterizam cada uma das camadas componentes. Em ordem crescente na profundidade da abstração, situa-se o nível discursivo no plano mais manifesto, aparente, superficial, ao passo que o nível semiótico contém as estruturas sintáticas e semânticas complexas fundamentais a partir das quais se constrói o sentido.

Isso ocorre porque, da imanência abissal abstrata à concretude da epifenomenalização realizada, identifica-se um *percurso gerativo do sentido*: o papel da Semiótica e sua utilidade para a pesquisa acadêmica é precisamente a determinação das condições pelas quais determinado objeto se torna significante para o homem, tomando a linguagem antes como sistema de significações e relações do que como mero sistema de signos, já que percebe a significação como decorrente da relação estabelecida sintaticamente e organizada gramaticalmente (BARROS, 1988, p.13).

Bem preocupado com uma exposição didática da Semiótica, o professor Luiz Tatit (2008, p.14-15) explica que “[o] olhar semiótico é aquele que detecta, detrás das grandezas expressas no texto, valores de ordem actancial, modal, aspectual, espacial, temporal; numa palavra, valores de ordem tensiva, mantendo – ou esboçando – entre si interações sintáticas”, tendo por objetivo último aquilo que Louis Hjelmslev chamou de “forma semiótica” imanente ao texto, ou seja, a presença de certa constância sob a diversidade de determinadas manifestações. Isso porque, entre outros motivos, “a significação que nos parece emanar da superfície do texto pressupõe na realidade a compreensão de um sistema complexo de funções sintáticas que sustenta esses efeitos de sentido terminais”.

No nível⁷⁴ *discursivo*, a Semiótica volta o olhar principalmente para as categorias de *debreagens*, *atores*, *figuras* e *isotopias*. Pela *debreagem*, a instância da enunciação opera uma disjunção e projeta fora de si alguns elementos que inauguram o enunciado: numa *debreagem enunciativa*, opera-se o esquema sincrético “eu/aqui/agora” (actancial/espacial/temporal), ao passo que na *debreagem enunciva*, ocorre o esquema “ele/lá/então”. Os atores e figuras são os personagens e objetos descritos como aparecem no texto em questão, com seus detalhes e

74 Todos os termos técnicos expostos na breve descrição seguinte, desde o próprio verbete “nível” até os mais precisos como “sintagma”, podem ter sua explicação pormenorizada consultada em GREIMAS; COURTÉS, 2008. Para facilitar a identificação, realçaram-se alguns dos termos principais da teoria semiótica em estilo itálico nesta seção.

particularidades característicos; e que mantém suas inter-relações de acordo com as isotopias, ou seja, os fios condutores que fornecem uma trama coerente para o texto, podendo ser identificados de acordo com os principais temas nele manifestados (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.111-114, 44-45, 209-212, 275-278, 467).

No nível *narrativo*, subjacente ao discursivo, as categorias que recebem atenção são os *actantes*, os *programas narrativos* e as *modalidades*. Os actantes remetem à sintaxe entendida como articuladora do enunciado elementar em certas funções; os programas narrativos são os sintagmas elementares desse nível por integrar tanto os estados como as transformações protagonizadas e sofridas pelos actantes; e as modalidades, por fim, são enunciados que regem outros enunciados dentro desses programas narrativos, alterando-os tipicamente por meio das competências clássicas (saber, dever, poder, querer).

Por meio de uma aliança entre as concepções benvenistiana⁷⁵ e hjelmesleviana⁷⁶ de *função*, Greimas e Courtés (p.223-226) resumem a *função sintática de predicado* a uma fórmula canônica, expressa, por exemplo, da seguinte maneira: $F (A_1, A_2, \dots)$. De acordo com certos investimentos semânticos básicos, essa formulação lhes serviu para distinguir entre enunciados qualificativos (relativos a estado) e enunciados funcionais (relativos a ação), assunto que se retomará logo adiante em relação aos sujeitos (v. também ib., p.381-382). De início, pode-se generalizar que essas fórmulas narrativas aparecem em geral para ligar conjuntiva ($\cap$) ou disjuntivamente ($\cup$) um sujeito a um objeto, seja em programa ativo ou estático⁷⁷.

Simplesmente, o *actante* “pode ser concebido como aquele que realiza ou que sofre o ato” ou, mais tecnicamente, “um tipo de unidade sintática, de caráter propriamente formal, anteriormente a qualquer investimento semântico e/ ou ideológico”. Nesse sentido, Greimas e Courtés (2008, p.20-21) explicam que tal termo “remete a uma determinada concepção da sintaxe que articula o enunciado elementar em funções (...) e que considera o predicado como o núcleo do enunciado”, de modo que os actantes são os terminais da relação de função.

75 Benveniste, com inspiração nas ciências biológicas, utiliza o conceito de função enquanto elemento necessário à definição de *estrutura*: “o que dá à forma o caráter de uma estrutura é que as partes constituintes preenchem uma função” (apud GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.223).

76 Greimas e Courtés (2008, p.225) enxergam que Louis Hjelmslev investiu a noção de função de um caráter fundamentalmente lógico-matemático, arquétipo das metodologias estruturalistas, segundo o qual ela deve ser considerada “a relação entre duas variáveis”, uma “dependência que preenche as condições da análise”.

77 De acordo com a simbologia já corriqueira entre os semioticistas, ter-se-ia, basicamente: $F [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O)]$ ou então $F [S_1 \rightarrow (S_2 \cup O)]$.

Dos actantes, a atenção maior aqui será dada ao *sujeito*, situado pela lógica clássica “no interior de um enunciado objetivado e tratado como uma grandeza observável, suscetível de receber as determinações que o discurso lhe atribui”. Diz-se que um *sujeito de estado* é caracterizado pela relação de junção com os objetos-valor na narrativa, ao passo que o *sujeito de fazer* é definido pela relação de transformação⁷⁸. Considerando-se a sintaxe narrativa, de fato, vale lembrar que, enquanto o esquema é uma estrutura polêmica e/ ou contratual, fica implicado nele a existência polar de um papel de antissujeito em face do sujeito, que pode ser assimilado à noção de *vilão* (ib., p.487-489). Ao lado deles, a posição de *adjuvante* (e, diga-se também, anti-adjuvante) “designa o auxiliar positivo quando esse papel é assumido por um ator diferente do sujeito do fazer: corresponde a um poder-fazer individualizado que, sob a forma de ator, contribui com o seu auxílio para a realização do programa narrativo do sujeito” (ib., p.23-24).

Ainda na estrutura *polêmica* da narrativa (ib., p.376), a presença de sujeito e antissujeito pressupõe a existência (a eles assimétrica) das funções de *destinador* e *antidestinador* num eixo de contrários: na dimensão pragmática, o destinador “ativo” ou “manipulador” é “capaz de comunicar os constituintes da competência modal” e o conjunto dos valores em jogo; ao passo que, na dimensão cognitiva, o destinador “passivo” ou “julgador” é “capaz de receber o saber sobre o fazer do destinatário-sujeito e de sancioná-lo”, avaliando o resultado da *performance* (ib., p.132-133, 379-380, 64-67, 426-427).

Dentre as possibilidades de compreensão do termo “objeto”, emprega-se aqui a de “objeto-valor” enquanto “lugar de investimento dos valores (ou das determinações) com as quais o sujeito está em conjunção ou em disjunção”. Entre os valores, é útil a distinção entre valores de *uso* e valores de *base*, sendo aqueles os instrumentais para se executar o programa de aquisição destes (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.347, 527)⁷⁹. De acordo com o *investimento semântico* que se lhes superponha, os objetos podem ser *axiologizados* positiva ou negativamente (simbolizados por O^+ e O^-), segundo o percurso temático formado pela distribuição sintagmática em questão (ib., p.48, 274, 495).

78 Nas fórmulas sintéticas, conforme já apresentado, as relações de junção e disjunção aparecem simbolizadas, respectivamente, por “ $\cap$ ” e “ $\cup$ ”, ao passo que a relação de transformação costuma ser indicada por “ $\rightarrow$ ”.

79 Conforme se verá na análise do corpus, a segurança e/ou a defesa são frequentemente consideradas valores de uso ou de base de acordo com as manifestações discursivas em cada país e momento, de maneira que aqui interessa menos sua retomada definicional que a recordação dos demais objetos a elas apostos pelos formuladores das políticas em questão, conforme se fará no segundo capítulo.

Importantíssimas na configuração do nível narrativo, é quase injusto para a já longa tradição da Semiótica falar em poucas linhas sobre as *modalidades* e *competências*, porque estas constituíram um dos mais robustos cernes de seus estudos. À guisa de parca introdução, fique informado que uma competência modal “pode ser descrita como uma organização hierárquica de modalidades (ela será fundamentada, por exemplo, num querer-fazer ou num dever-fazer que rege um poder fazer ou um saber-fazer)” (ib., p.76). Esclarecendo, complete-se que a modalidade seria um enunciado sobredeterminante de outro, este descritivo. Além da possibilidade de os próprios enunciados de estado e fazer modalizarem-se entre si (fazer-ser ou ato, ser-fazer ou competência, ser-ser ou veridicção, fazer-fazer ou factitividade), há o conjunto bem conhecido, entre os semioticistas, das modalidades exotáticas e endotáticas, cada uma delas classificadas em virtualizantes, atualizantes e realizantes (respectivamente, das exotáticas, dever, poder e fazer; e das endotáticas, querer, saber e ser), muito úteis para a análise de programas e esquemas narrativos (ib., p.314-315).

Modalidades	virtualizantes	atualizantes	realizantes
exotáticas	dever	poder	fazer
endotáticas	querer	saber	ser

No nível *fundamental*, finalmente, define-se uma organização estrutural mínima que contém a relação entre dois termos-objetos (já que um só termo não significa, como se ressaltou no início da explanação). Essa estrutura é convertida em um modelo lógico que categoriza as possíveis relações em oposições contraditórias, contrárias ou complementares. A partir dessas noções, desenha-se o quadrado semiótico, concebido como representação lógica, o mais simples possível, de tal estrutura elementar (ib., p.400-404):

Na figura, as linhas contínuas com dupla seta indicam relação de *contradição* (entre o termo-conceito “s” e sua projeção negativa “não-s” ou, dinamicamente, *negação*), as linhas tracejadas com dupla seta indicam relação categorial de *contrariedade* (entre quaisquer termos-conceitos opostos por contraste situados no interior de um mesmo eixo semântico, “s₁” e “s₂”), e as linhas contínuas de seta única indicam relação de *complementaridade* (entre termos “s₁” e “não-s₂” e vice-versa ou, dinamicamente, *asserção*) (ib., p.98-99, 337-338, 77-78, 40-41).

De acordo com a análise semiológica estruturalista greimasiana, a simplificação até essas categorias mais *imanes* e *abstratas* no discurso permitiria que se enxerguem as *sintaxes* sumárias de que ele se compõe e, destarte, também a *semântica* fundamental dos conceitos nele inscritos (ib., p.255-256, 17, 471-478, 431-439). De acordo com o que se disse antes, a observação das regularidades aí existentes seria capaz de revelar pontos que não chegaram a manifestar-se ou realizar-se no discurso, seja conscientemente por escolha do enunciador ou inconscientemente, algo que diversas obras de análise do discurso tentam investigar e deixar claro, como é o caso de Pêcheux, que nessa empresa desenvolve as questões da subjetividade e ideologia, tão caras a essa disciplina. Além disso, a sintaxe e a semântica fundamentais guardam em si boa parte da chave científica oferecida pela semiótica, isto é, sua capacidade explicativa e preditiva, razão pela qual sua incorporação se faz interessante a todo trabalho que pretenda usar o discurso como fonte primária.

A concepção greimasiana de *ideologia* já evidencia um pouco do funcionamento do processo de semiose: não obstante a reconheça como algo que recobre um campo semântico rico (e, portanto, plurívoco), o semioticista vê nela um elemento articulado de modo sintático e investido como potencialidades de processos. Com isso, quer-se chamar atenção para a compreensão da ideologia como uma atualização ou assunção subjetiva (seja individual, seja coletiva) da axiologia, sendo esta situada no plano fundamental e aquela no nível narrativo, comumente identificada como modalizando o sujeito por um querer-ser ou um querer-fazer. Nas estruturas semióticas de superfície, Greimas e Courtés (ib., p.252-253) explicam que a ideologia “pode definir-se como uma estrutura actancial que atualiza os valores que ela seleciona no interior dos sistemas axiológicos (de ordem virtual)”.

Mais dinamicamente (ou, diriam alguns semioticistas de acordo com a terminologia usada nos últimos anos, tensivamente), a ideologia é uma busca constante dos valores, na

medida que a conjunção do sujeito com o objeto de valor é considerada como um estado que extingue a ideologia por *realizar* esses valores. Mesmo assim, não se deve perder de vista que a ideologia também pode ser identificada pairando ou influenciando em todo o percurso gerativo global, porque contém os valores assumidos que perpassam e *transcendem* os níveis de análise e abstração, seja mais ou menos figurativizada em cada instante (ib., p.253, 407, 509).

Em continuidade, é interessante informar que, nos anos 1980 e 1990, tornaram-se ainda mais trabalhados na Semiótica certos temas de pesquisa, antes quase sempre descartados como, por exemplo, o interesse pelo *implícito* e pelos subentendidos do discurso, rejeitados em nome de certo pretenso e suposto modelo de objetividade científica postulado pelo estruturalismo de inspiração positivista (ib., p.257-259). Muito interessante é dizer que a inserção de temas como esses na área se deve em boa parte à influência da Pragmática e da linguística da enunciação, por mais que houvesse germes já nos estudos de Bakhtin na primeira metade do século XX. De fato, Fontanille (2008a, p.24-25) realça que, entre esses deslocamentos de interesse que passaram a ocorrer, duas grandes direções podem ser identificadas, a saber, uma para o estudo das operações e atos, outra para as questões relativas às diferenças chamadas tensivas e graduais.

Em sua *Teoria do discurso*, Diana de Barros explica ter por objetivo construir uma ponte entre as formações sócio-ideológicas e as formações discursivas por meio da linguística da enunciação: “definir enunciação pelo duplo papel de mediação ao converter as estruturas narrativas em estruturas discursivas e ao relacionar ao texto com as condições sócio-históricas de sua produção e de sua percepção”. Nesta citação se percebe, logo, que um dos papéis principais da semiótica, aliada aos estudos discursivos, é o de explicar os “mecanismos de produção do sentido, produção que não se fecha no texto, mas vai do texto à cultura, ao mesmo tempo que dela depende” (BARROS, 1988, p.5, 14). É por meio dessa ideia que se pretende na presente dissertação realizar uma análise que englobe tanto aspectos da análise de discurso quanto da pragmática e da linguística da enunciação, todos compreendidos sob um olhar fundamentalmente semiótico⁸⁰.

80 É bastante claro que a lógica da departamentalização disciplinar normalmente desaconselha ou mesmo impede a realização de esforços de pesquisa cujos aportos teóricos provenham de tradições tão distintas. No entanto, o objetivo aqui, conforme já apontado, é tentar mostrar as ricas potencialidades de uma abordagem transdisciplinar por meio da qual contribuições de diversas proveniências possam complementar-se e formar um arcabouço rico, embora certamente passível de críticas (especialmente as de inspiração metodologicamente pós-estruturalista ou pós-positivista).

1.2.8. Quadro-resumo dos aportes teóricos linguísticos

Autor	Algumas contribuições ⁸¹
Saussure	<ul style="list-style-type: none"> - Distinção entre <i>língua</i> (impessoal, social, sistemática) e <i>fala</i> (pessoal, individual, acidental e excluída da Linguística). - Distinção entre <i>significante</i> e <i>significado</i>, que mantêm relações por meio do <i>valor</i> para formar o <i>signo</i>.
Peirce	<ul style="list-style-type: none"> - Signo composto por pelo menos cinco elementos: <i>representamen</i>, objeto dinâmico, objeto imediato, fundamento e referente.
Benveniste	<ul style="list-style-type: none"> - Ressalta papel do <i>sujeito</i> falante: relações locutor-enunciado-mundo; inclusão da <i>fala</i> (discurso) nos estudos linguísticos. - Linguagem como espaço de constituição da <i>subjetividade</i> (egocentrismo)
Harris	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Análise de Discurso</i>: ultrapassa análise frástica isolada; <i>descentraliza</i> o sujeito na enunciação; evidencia a <i>historicidade</i> da significação.
Hjelmslev	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Dissocia</i> AD (objeto: discurso; unidade de análise: texto) da Linguística (objeto: língua; unidade de análise: frase ou signo).
Bakhtin	<ul style="list-style-type: none"> - Ressalta <i>alteridade constitutiva</i> do ser humano e da linguagem: sujeitos são históricos, constituídos <i>no</i> discurso (valor) e <i>pelo</i> discurso (heterogeneidade). - <i>Sujeito</i>: só pode ser entendido socialmente e historicamente, porque é <i>ideológico</i>. - Teoria <i>polifônica</i>: dialogismo, interdiscursividade, interdependência. - Situação de <i>enunciação</i> é necessária para explicar ato de comunicação.
Foucault	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Enunciado</i> como matéria que se relaciona com o referencial, com o sujeito e com o domínio; <i>enunciação</i> como realização contextual sempre inédita de um enunciado. - <i>Formação discursiva</i> (FD) e <i>formação ideológica</i> (FI). - <i>Heterogeneidade</i> da FD faz com que a <i>contradição</i> seja o princípio da historicidade do discurso; regularidades de dispersão definem uma mesma FD.
Pêcheux	<ul style="list-style-type: none"> - Processos discursivos como fonte e espaço de produção do <i>sentido</i>. - <i>Condições de produção</i> (CP, baseado em Jakobson) como estruturas estáveis que subordinam o sujeito. - <i>Interpelação</i> ideológica (assujeitamento) capacita e condiciona relação entre o sujeito e as formações discursiva e ideológica. - <i>Ilusão</i> discursiva do sujeito: dois “<i>esquecimentos</i>” (apagamento da formação discursiva; seleção de conteúdo para refletir sua “realidade”).
Ricœur	<ul style="list-style-type: none"> - Três <i>funções</i> da ideologia: geral (mediação), dominação (legitimação), deformação (mascaramento).

⁸¹ Aqui, as contribuições não são necessariamente originais primeiramente dos estudiosos arrolados, nem procuram seguir uma ordem cronológica estrita de seu aparecimento nos estudos linguísticos: elas são listadas de acordo com a apresentação dos conceitos e ideias, empreendida anteriormente.

Ducrot	- “Pragmática semântica”; polifonia em <i>locutor</i> e <i>enunciador</i> .
Mainueneau	- Como a FD é definida pelo interdiscurso, há um primado deste sobre o discurso. - Condições de possibilidade <i>semânticas</i> do discurso se dão num espaço de <i>trocas</i> (interdiscursividade), jamais enquanto identidade fechada. - Inserção do <i>Outro</i> no <i>Mesmo</i> : ausência, interdito, zona do dizível legítimo. - <i>Níveis</i> de análise: universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo.
Fairclough	- Análise de Discurso Crítica: procura recolocar a centralidade da ideologia.
Austin	- Atos de linguagem: constativos e performativos. - Forças locutórias, ilocutórias e perlocutórias.
Grice	- Significação subordinada à <i>intenção</i> do enunciador em declarar algo.
Searle	- Objeção a Grice: complementa significado com outras duas noções preliminares, a de regras e a de proposições.
Skinner	- Intenção do enunciador <i>versus</i> contextualismo e análise imanente radicais. - Desdobramento: necessário entender a intenção de ser entendido e também a intenção de que a intenção seja entendida.
Habermas	- Teoria da <i>ação comunicativa</i> , em contraste com a <i>ação estratégica</i> . - Condições de aceitabilidade, exigências de validade. - <i>Teoria do discurso</i> : justificação, pressuposições pragmáticas.
Greimas	- <i>Semiótica estrutural</i> em dois/três níveis de abstração: discursivo e semiótico (este composto pelos níveis narrativo e fundamental). - Nível discursivo: atores e figuras, debreagens, isotopias. - Nível narrativo: actantes, modalidades, programas narrativos. - Nível fundamental: sintaxe sumária resumida no quadrado semiótico.

2. Políticas de segurança e defesa da América do Sul

É cansativamente comum que os linguistas, em geral, e os discursivistas, em particular, se deparem com objeções básicas do tipo “palavras não são ações” ou “o discurso não se torna prática”. Quando se trata sobre o discurso político, essas críticas parecem ser ainda mais abundantes e desconfiadas. Essa constatação é prontamente registrada por Courtine (2003), especialista no estudo de discursos políticos, que chega a iniciar um artigo com a declaração acachapante: “[o] discurso político está em crise nas sociedades ocidentais” (p.21). Ainda que se a considere, até por seu laconismo, artifício de despertamento de atenção dos leitores, ou mesmo como uma simplificação daquilo que se possa adjetivar de “político”, é difícil deixar de concordar com as motivações que levam o autor a usá-la como ponto de partida deste escrito em questão.

Mesmo tendo em mente as realidades específicas francesa e norte-americana, há certa familiaridade tropical e talvez mesmo global na impressão de Courtine sobre o “sentimento de incredulidade, ou aquele cada vez mais propalado de indiferença no que diz respeito aos discursos políticos”⁸². Diante disso, poderia ser desencorajador tomar discursos eminentemente políticos como objeto de estudo; porém, se houve algo bem enfatizado das discussões teóricas precedentes sobre a relação entre discurso e ação, isto terá sido o esforço dos pragmatistas em mostrar como o discurso não apenas tem o potencial e a força de converter-se em ação e inspirar ações alheias, como também *é* ação por si só.

Se, como já dito, um dos grandes nomes da Análise de Discurso, Michel Pechêux, afirmava que essa disciplina nascera para borrar as barreiras entre os fazeres discursivo, político e interpretativo, existe a impressão de que, desde a década de 1980 na França, essa característica teria sido atenuada e dado origem a trabalhos discursivistas mais temerosos, “pasteurizados”, generalizantes. Porém, provavelmente por certos traços privilegiados nas condições de produção acadêmicas brasileiras, os discursivistas cá nos trópicos teriam

82 Pouco impressiona aos brasileiros (acostumados à postura geral sobre as propagandas eleitorais gratuitas, por exemplo) que, ainda introduzindo o assunto, este francês veja ser frequentemente responsabilizada por isso a grande mídia, em especial, a televisão, à medida em que existe certa disseminação na opinião de que “a política-espetáculo deforma o debate de ideias”. No entanto, este discursivista não aceita a simplicidade mezinha e a facilidade conveniente de tal explicação para dar conta da tal crise: mesmo que certa maneira de fala pública propalada por muitos saudosistas, “fundada sobre os antigos oradores, concebida sobre o modelo do teatro e que até há pouco tempo fazia a ligação entre o homem político e o cidadão”, não seja mais tão aparente aos olhos atuais acostumados à velocidade e ao colorido proporcionado pelos tubos de raios catódicos, pelo cristal líquido e pelo plasma, trata-se contemporaneamente de perceber como ela se tem transformado em “estilos de comunicação radicalmente novos” (p.22).

mantido e transmitido esse espírito pêcheutiano, algo abertamente reconhecido e elogiado por Courtine: “*aí ele ainda quer dizer alguma coisa*, ao passo que aqui, na França, ele perdeu o essencial do que lhe dava significação” (2009b, p.12-13).

O mesmo Courtine (ib., p.14) ainda pondera que, embora seja conveniente conhecer Pêcheux e Foucault para se realizar uma análise de discurso, “não devemos repeti-los ao infinito, porque as condições históricas e teóricas mudaram, porque o objeto empírico, o próprio discurso, transformou-se”, algo que está muito coerente com os próprios esforços epistemológicos básicos dessa disciplina. Entre outros aspectos, os meios mesmos de produção e reprodução das mensagens políticas se vêm transformando continuamente, como não poderia deixar de ser para sua renovação e atualização eficiente, de maneira que “[n]ão podemos fazer a mesma Análise do discurso quando o orador dirige-se às massas reunidas, como era o caso no começo do século passado, e quando estamos diante de discursividades ‘líquidas’”⁸³.

É bem o caso de lembrar uma espécie de “cupinização” das chamadas “línguas de madeira”, expressão comumente usada na França para designar os modos de expressão de políticos profissionais. Possenti e Baronas (2006, p.47) contam que Pêcheux tomou a expressão de Regis Débray, quem a utilizava para designar certas estratégias linguísticas alegadamente utilizadas pelos poderes feudais para aumentar as distâncias entre os poucos senhores e as multidões, de que seria exemplo maior o uso do latim escrito na diplomacia e na religião, enquanto o povo fazia proliferar falas vernaculares em seu cotidiano. O falar nessas “línguas vulgares” demarcaria a estratificação entre dirigentes e dirigidos, favorecida pela capacidade simultânea de comunicação e não-comunicação da rigorosa língua latina.

Se havia uma recorrência marcante de grandiloquência, de empolamento e de uma tendência a especificidades vocabulares no discurso público (político) até meados da década de 1980, as novas tecnologias, costumes e características políticas exigiram que a discursividade desses profissionais também se alterasse, de modo que ela se tornou relativamente mais branda, acessível, dotada de uma proximidade familiar que costuma rejeitar os hermetismos a fim de conseguir maior aproximação dos ouvintes-espectadores e tentar habilitá-los ou cooptá-los a certa participação cúmplice nesses discursos. Esse

83 Aqui, além do claro intertexto com entendimentos recentes da “pós-modernidade”, Courtine clama por trabalhos que evitem reduzir o discurso político a manifestações verbais, e que façam atenção para outros fatores, novas materialidades oportunizadas pelas referidas mudanças, e que podem se concretizar na gestualidade, na prosódia vocal, na imagética e outros meios complementares aos verbais propriamente ditos.

aspecto da cooptação prescritiva, ligado à normatividade do “dever fazer”, pode ser visualizado no quadro semiótico abaixo.

Sobre os livros brancos enquanto objeto de pesquisa, parece útil citar o entendimento que um envolvido na prática de sua formulação resumiu, com bastante acuidade e sem exageros, acerca de seu caráter e finalidades: segundo o ex-Ministro da Defesa peruano, Roberto Chiabra León,

[e]stes livros servem para que cada Estado dê a conhecer à opinião pública nacional e internacional os Objetivos e Políticas de Segurança e Defesa Nacional, cuja finalidade é articular os esforços dos componentes do Estado e a população para fazer frente aos riscos, ameaças e desafios que os afetem. (REPÚBLICA DEL PERÚ, 2005, p.5)

No presente capítulo, são considerados alguns documentos principais⁸⁴ de cada país como *corpus* para uma análise textual prévia e não comparativa, a qual será fundamento para a discussão realizada no terceiro capítulo desta dissertação, onde há propostas de entendimento acerca da regionalização da América do Sul enquanto complexo regional de segurança. Por mais pauperizadas que fiquem as análises de um conjunto tão extenso, devido à inevitável delimitação de escopo para poder considerar a todos com eficácia, os elementos para que se chama atenção já podem constituir fundamento de apreciações introdutórias relevantes sobre essas matérias na região. Para uma visualização rápida, organizam-se os

84 Embora seja clara instância de recorte arbitrário, uma vez que é possível encontrar definições de segurança e defesa em muitos outros documentos de cada um desses países, a seleção se faz necessária para limitar a análise, cuja extensão já não é pequena. Porém, acredita-se ter obedecido a um critério de relevância na amostra, pelo fato de estes serem os documentos mais usados e comentados pelos interessados em estudar tal matéria na região.

documentos analisados no quadro abaixo, ficando os detalhes de cada um pormenorizados ao final do trabalho.

País	Documento
Argentina	Lei de Defesa Nacional (1988) Lei de Segurança Interior (1992) Livro Branco da República Argentina (1999) Revisão da Defesa (2001) Diretiva de Política de Defesa Nacional (2009)
Bolívia	Lei Orgânica das Forças Armadas (1992) Livro Branco da Defesa (2004) Nova Constituição Política do Estado (2009) Delineamentos para uma nova doutrina de segurança e defesa (2011)
Brasil	Política de Defesa Nacional (1996) Política de Defesa Nacional (2005) Estratégia Nacional de Defesa (2008)
Chile	Livro da Defesa Nacional (1997) Livro da Defesa Nacional (2002) Livro da Defesa Nacional (2010)
Colômbia	Política de Defesa e Segurança Democrática (2003) Política de Consolidação da Segurança Democrática (2007) Discurso de lançamento da Política de Segurança Cidadã (2010)
Equador	Livro Branco da Defesa Nacional (2002) Política da Defesa Nacional do Equador (2006) Plano Equador (2007)
Paraguai	Política de Defesa Nacional (1999)
Peru	Livro Branco da Defesa Nacional (2005)
Uruguai	Bases para uma Política de Defesa Nacional (1999) Lei Marco de Defesa Nacional (2010)
Venezuela	Lei Orgânica de Segurança da Nação (2002) Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana (2008)

2.1. Argentina⁸⁵

No Livro Branco da República Argentina, de 1999 (p.42), o primeiro marco jurídico citado da concepção contemporânea de defesa nacional é a Constituição do país, cuja última reforma data de 1994, e que em seu preâmbulo já declara entre os “altos propósitos constitutivos da Nação Argentina, o de ‘prover a defesa comum’”⁸⁶, ou seja, um objeto de base cuja conjunção virtual é estendida a um público surpreendentemente global, desde que determinado indivíduo habite em solo argentino⁸⁷. Desse modo, a fórmula do nível narrativo, $PN = F [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O^+)]$, para essa enunciação teria $F = \text{“prover”}$, $S_1 = \text{“nós, os representantes do povo da Nação Argentina”}$, $S_2 = \text{“nós, nossa posteridade, todos os homens do mundo que queiram habitar em solo argentino”}$, e $O^+ = \text{“defesa comum”}$.

Na Lei de Defesa Nacional argentina, aprovada em 1988, durante o governo de Raúl Alfonsín, o primeiro de uma série vigente até hoje de administrações democráticas sem interrupção autoritária da ordem constitucional, o art. 2º traz a seguinte definição e finalidade para a defesa⁸⁸:

85 Embora seja um dos países para cuja análise se considerou aqui um relativamente grande número de documentos, há outros no país que também tratam, de modo mais ou menos direto, sobre os assuntos aqui referidos. Entre eles, é bom recordar: a Modernização do Setor Defesa (2007), a Regulamentação da Lei de Defesa Nacional (Decreto Regulamentar 727, de 2006), a Diretiva sobre organização e funcionamento das Forças Armadas (Decreto 1691, de 2006), a Lei de Inteligência Nacional (Nº 25.520, de 2001), a Lei de Reestruturação das Forças Armadas (Nº 24.948, de 1998), a Diretiva para a realização do Planejamento Militar Conjunto (Decreto Nº 1116, de 1996), a Lei do Serviço Militar Voluntário (Nº 24.429, de 1994), a Lei de Ministérios (Nº 22.520, de 1992), a Lei para o Pessoal Militar (Nº 19.101, de 1971), o Código de Justiça Militar (Lei Nº 14.029, de 1951).

86 O texto do preâmbulo em questão é o seguinte: “Nós, os representantes do povo da Nação Argentina, reunidos no Congresso Geral Constituinte por vontade e eleição das províncias que a compõem, em cumprimento de pactos pré-existentes, com o objetivo de constituir a união nacional, afiançar a justiça, consolidar a paz interior, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral, e assegurar os benefícios da liberdade, para nós, para nossa posteridade, e para todos os homens do mundo que queiram habitar em solo argentino: invocando a proteção de Deus, fonte de toda razão e justiça, ordenamos, decretamos e estabelecemos esta Constituição para a Nação Argentina”.

87 Ainda a respeito desse texto constitucional, vale registrar que, entre as atribuições do Congresso, o segundo inciso do art. 75, de redação algo duvidosa e clarificação insuficiente pelo terceiro inciso, coloca a sua capacidade de declarar a defesa, ao lado da “segurança comum” e do “bem geral do Estado”, enquanto fonte de exigência (presumivelmente extraordinária) de contribuições inferivelmente coparticipáveis e diretas (não trasladadas), ou seja, fora dos impostos e taxas corriqueiros, ainda que a princípio por tempo determinado. Sobre o “labirinto da coparticipação” federal na Argentina, consulte-se GARAT, 2008.

88 Embora isso seja retomado pormenorizadamente no capítulo XI da Parte V do documento em questão (p.95-108, sucedidas até a p.117 pelos capítulos XII e XIII, respectivamente dedicados à descrição do Ministério da Defesa e do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas), onde se encontra não apenas uma exposição exaustiva das finalidades como também a descrição de cada uma das partes do sistema de defesa, essas primeiras definições, mais sucintas, bastam para os efeitos da análise que se pretende oferecer aqui.

A defesa é a integração e a ação coordenada de todas as forças da Nação para a solução daqueles conflitos que requeiram o emprego das Forças Armadas, em forma dissuasiva ou efetiva para enfrentar as agressões de origem externa.

Tem por finalidade garantir de modo permanente a soberania e independência da Nação Argentina, sua integridade territorial e capacidade de autodeterminação; proteger a vida e a liberdade de seus habitantes.

De primeiro, nota-se que ela é definida *qua* atividade⁸⁹, como o centro de um programa narrativo cujo sujeito de fazer são as Forças Armadas⁹⁰, contra um antissujeito oculto “de origem externa”, mas implícito por seu anti-objeto “agressões”, estas diretamente contrapostas ao objeto de uso de valor semanticamente positivo, “solução daqueles conflitos”. O objeto-valor de base, descrito no parágrafo subsequente, é bem tradicional⁹¹, qual seja, o conjunto de soberania, independência, integridade territorial e autodeterminação da Nação, bem como a vida e a liberdade para os habitantes na Argentina.

Alegadamente dedicado a “elucidar as questões atinentes à defesa nacional”, o art. 4º rege que “se deverá ter permanentemente em conta a diferença fundamental que separa a defesa nacional da segurança interior. A segurança interior será regida por uma lei especial”. Infelizmente, além de situar os dois termos no eixo dos contrários, não é fornecida nenhuma outra pista significativa sobre qual seria a “diferença fundamental” entre ambos, algo aberto à apreensão por meio da consulta à dita lei especial, conforme se fará a seguir⁹².

Essa lei especial, em complementação, viria a ser a Lei de Segurança Interior, de janeiro de 1992 (época da administração Carlos Menem, mas de autoria do mesmo

89 Confirma-o o artigo seguinte: “A defesa nacional se concretiza em um conjunto de planos e ações tendentes a prevenir ou superar os conflitos que essas agressões gerem, tanto em tempo de paz como de guerra, conduzir todos os aspectos da vida da Nação durante o estado bélico, assim como consolidar a paz, concluída a contenda”. Essa ação ainda aparece modalizada de maneiras virtualizante e atualizante no art. 6º: “A defesa nacional constitui um direito e um dever para todos os argentinos, na forma e termos que estabelecem as leis”.

90 Diferentemente, na descrição da “estrutura do sistema de defesa” (arts. 9º a 19 nesta lei), os seus “integrantes” são o Presidente da Nação, o Conselho de Defesa Nacional, o Congresso, o Ministério da Defesa, o Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, o Exército, a Marinha e a Força Aérea, a *Gendarmeria Nacional* e a *Prefectura Naval*, e o “povo da Nação”. Sobre as funções específicas das forças terrestre, naval e aérea da Argentina, recomenda-se o resumo oferecido em RESDAL, 2010, p.145, ou então a parte VI do Livro Branco de 1999 (p.118-143), toda votada aos detalhes do “instrumento militar”.

91 O que não deve causar grande surpresa, visto que naquela época ainda apenas se começava a debater a ampliação da agenda da segurança internacional.

92 Porém, antes de encerrar o soslaio sobre a Lei de Defesa Nacional argentina, convém salientar outra diferenciação que se manifesta no art. 33, o qual contém a definição de “defesa civil” como “o conjunto de medidas e atividades não agressivas tendentes a evitar, anular ou diminuir os efeitos que a guerra, os agentes da natureza ou qualquer outro desastre de outra origem possam provocar sobre a população e seus bens, contribuindo para restabelecer o ritmo normal de vida das zonas afetadas, conforme estabeleça a legislação respectiva”.

parlamentar que propôs a Lei de Defesa, Miguel Ángel Toma). Pela própria denominação, já se percebe que a segurança é concebida como atributo exclusivamente doméstico e, segundo informa o art. 7º e explica mais sucintamente o Livro Branco de 1999 (p.43), envolve um sistema cujos *atores* característicos são as Forças de Segurança (*Gendarmería Nacional e Prefectura Naval Argentina*), a Polícia Federal e as polícias das províncias que tenham aderido a esse sistema. Note-se, à diferença do sistema de defesa, a ausência das Forças Armadas, um princípio de subsidiariedade flexibilizado apenas em caso de invocação das mesmas por um Comitê de Crise durante Estado de Sítio declarado, com colaboração do Ministério da Defesa⁹³ (cf. art. 27) ou em certos papéis logísticos e complementares de participação eventual (Livro Branco, p.43).

Novamente, é o segundo artigo da peça que contém a definição do ponto principal: a segurança interior é “situação de fato baseada no direito, na qual se encontram resguardadas a liberdade, a vida e o patrimônio dos habitantes, seus direitos e garantias”, bem como a “plena vigência das instituições do sistema representativo, republicano e federal” estabelecido pela Constituição. Vê-se, aí, um enunciado de *estado*, cuja actante subjetiva é “habitantes” e cujos objetos-valor são todos aqueles que se promete “resguardar” (quase didaticamente, não há nenhum enunciado de fazer para exprimir transformações).

Por outro lado, o que ali faltam de verbos ativos, praticamente sobram no art. 6º: ao inserir a caracterização do “sistema de segurança interior”, a lei afirma que ele “tem como finalidade determinar as políticas de segurança, assim como planificar, coordenar, dirigir, controlar e apoiar o esforço nacional de polícia dirigido ao cumprimento dessas políticas”. Nesse sistema, vale lembrar, os *sujeitos do fazer* são aqueles já mencionados no Livro Branco, sob coordenação do Ministério do Interior, por delegação do Presidente da República (art. 8º), uma cascata de destinadores que não aparece na descrição do esforço de defesa (embora a letra da lei também o consolide, no respectivo art. 8º, sob a forma mais complexa de “sistema”, este se encontra sabidamente sob os cuidados de um ministério próprio exclusivo).

Quanto ao Livro Branco da República Argentina (1999), observa-se que ele é dividido em vinte e quatro capítulos, agrupados em nove partes: na primeira, descreve-se a

93 O Ministério da Defesa, estabelecido em 1958 por uma Lei de Ministérios, é designado, segundo a Lei de Defesa Nacional (art. 11), a exercer “a direção, ordenamento e coordenação das atividades próprias da defesa nacional, a que não se reserve ou realize diretamente o Presidente, ou que não são atribuídas na presente lei a outro funcionário, órgão ou organismo”.

visão argentina sobre o cenário estratégico nos níveis global, continental e nacional; na segunda, são colocados o marco legal da defesa argentina e os interesses nacionais; na terceira, as bases para a política de defesa, os principais campos de ação e se discute a necessidade de modernização e reestruturação; na quarta, semelhantemente, discorre-se sobre a redefinição das missões militares e as funções gerais das forças armadas; a quinta parte se ocupa dos meios institucionais de condução da defesa, em especial o Ministério e o Estado Maior Conjunto; a sexta contém informações sobre as três forças; a sétima faz um panorama dos recursos materiais referentes a logística, indústria, ciência e tecnologia de defesa; a oitava traz a contrapartida humana desses recursos, aí incluso o pessoal militar e civil, bem como a educação no sistema de defesa; e, finalmente, a última parte oferece as bases normativas do financiamento e descrições concernentes ao orçamento para defesa no país.

No prólogo, o então Ministro da Defesa, Jorge Domínguez, enfatiza desde o início o ineditismo daquele documento (numa debreagem discursiva típica, “[p]ela primeira vez em toda a sua história”, p.6) , o primeiro livro branco do país em seguimento de uma tendência mundial de publicar este tipo de documento. A finalidade precípua ressaltada é a de difundir publicamente os temas de defesa e assuntos militares, como um modo de oferecer uma orientação acerca do “pensamento do Estado Nacional na matéria”. O público designado, dado muito importante para se considerar a audiência dos atos de linguagem securitizadores, é composto tanto pela própria sociedade argentina quanto pelo exterior, “para que possa apreciar este livro como uma mostra de transparência e fomento da confiança”, relacionada à reinstauração da democracia no país, em dezembro de 1983 (p.6).

O ministro continua pela afirmação bem comum de que os assuntos de defesa nacional configuram questões de Estado que transcendem governos, razão pela qual o documento não conteria fatos circunstanciais, senão os “especialmente transcendentales” (p.6)⁹⁴. Sua elaboração teria sido resultado de consulta do Ministério às Forças Armadas e a outros órgãos do Estado, bem como a instituições e especialistas acadêmicos (ou seja, um sistema supostamente complexo de destinadores-julgadores no nível transcendente, que o sancionam e pretensamente confeririam parte importante da legitimidade desse ato de linguagem securitizador junto à sociedade), com o fito de conseguir “produzir um documento que recolhe uma visão da Defesa Nacional consensual aos principais atores nela envolvidos”

94 Como se poderá verificar mais adiante, não é exatamente isso que sói ocorrer, porque muitas concepções acabam por ser alteradas de acordo com as mudanças de governos, embora frequentemente se disfarcem sob a justificativa de acompanhamento de mudanças estruturais internacionais, resposta a transformações das ameaças com que o Estado lida, entre outras razões apresentadas nos vários documentos.

(p.7). Similarmente, o ministro se compromete, em nome de sua pasta, a acolher “todos os aportes intelectuais que se produzam como resultado do estudo dos temas expostos neste documento” (p.8).

Se dessas afirmações se infere que a ampla sociedade *não* é um daqueles “principais atores” envolvidos diretamente, uma declaração do ministro pouco depois parece vir a confirmá-lo em outras palavras, que apresentam a sociedade como sujeito desprovido e ansioso por certa “inteligência sintagmática”, modalizado por um “querer-saber-fazer” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.425):

Cremos que a sociedade – talvez inconscientemente – está ávida de conhecimentos sobre a Defesa Nacional. E, ainda que de maneira paulatina, é hora de que estas questões cheguem a diferentes níveis, para que cada pessoa, qualquer que seja sua posição, contribua para esta tarefa de todos. (Livro Branco, 1999, p.8)

Na mensagem do presidente Menem enquanto comandante-chefe das Forças Armadas, um detalhe excludente aparece em relação ao que expôs Domínguez: o livro branco estaria voltado aos concidadãos e para “os integrantes de todas as comunidades democráticas do mundo”, a fim de refletir as realizações e projetos referentes às mudanças ocorridas desde 1989 no Sistema de Defesa Nacional. Essas transformações teriam por princípio básico “uma visão globalizadora da realidade internacional, que aponta a consolidação da democracia como única e definitiva forma de governo, e auspicia o livre comércio entre os países e o fortalecimento da confiança em torno das questões militares” (p.9). Se na enunciação de seu ministro isso aparecia atenuado, não resta muita dúvida de que essa lógica de não-reconhecimento e fechamento ao diálogo com parte numerosa dos Estados no globo, composta por dois pares de relações simplificadas no mesmo quadrado abaixo, é uma tônica no documento.

Não obstante as figuras discursivas com valor pragmático de abertura (“visão globalizadora” e “livre comércio”, por exemplo), ele ressalva que “o principal propósito da Defesa Nacional segue sendo o de garantir a soberania e a integridade da Nação, preservando seus interesses vitais”, contexto em que “não se concebe a segurança internacional como um substituto da segurança nacional, mas sim como um complemento possível e necessário”. Além da continuidade da lógica egoísta um pouco mascarada, há que se notar aí a inserção de um tema que até então não havia sido tratado: a segurança internacional, já de pronto acompanhada por formas substantivas das modalizações exotáticas virtualizante e atualizante (dever e poder), isto é, revestida das competências para o sucesso de uma *performance* canônica, auxiliar na segurança nacional.

De fato, essa complementaridade fica marcada na continuação do documento, porque na maior parte dos enunciados desaparece a distinção entre segurança interna e internacional, ao mesmo tempo em que se prefere não colocar uma definição para o que elas sejam com exatidão⁹⁵. É apenas após várias páginas de texto que o leitor se depara com menções ao entendimento básico de segurança como liberdade de ameaça e como questão interdependente com “riscos de natureza complexa” (p.20).

No delineamento do cenário estratégico segundo a perspectiva argentina, tema da primeira parte, o tom mais marcante do pano de fundo é dado pela globalização, descrita como sendo capaz de abarcar toda a variedade de características generalizadas “em um só contexto”. Como se é de esperar, tal ênfase aparece com a intensificação e complexificação⁹⁶ de certos processos após o fim da Guerra Fria, tais como a interdependência complexa entre

95 Em parte, isso é mais bem trabalhado na terceira parte do Livro Branco (p.59), em que se realiza um intertexto com “a definição das Nações Unidas” para o conceito de segurança internacional: “É a situação na qual um Estado se considera resguardado contra agressões militares, pressões políticas ou coerções econômicas significativas, obtendo com isso liberdade de ação para prosseguir com seu próprio desenvolvimento e progresso”, uma síntese eficiente dos famosos conceitos de liberdade positiva e negativa.

96 A globalização como aumento de intensidade e densidade de globalismos é bem descrita por KEOHANE; NYE, 2000.

as economias nacionais oportunizada pelo crescimento do comércio internacional, o progresso científico-tecnológico, e a queda de “condicionamentos estratégicos rígidos” como a ameaça nuclear entre as duas grandes potências mundiais (p.11-13)⁹⁷.

Ponderadamente, o documento admite que as transformações características da globalização são assimétricas e acompanhadas de um movimento centrífugo de fragmentação, exemplificado pelo isolamento de países e áreas em relação ao fenômeno, por razões sociais, étnicas, religiosas ou culturais que costumam coadjuvar na exacerbação dos nacionalismos, uma “explosão de diversidades” e a percepção de graus distintos de estabilidade do sistema. Em continuidade, admite-se também que essa fragmentação “leva à aparição de regiões como conceito multifacetado”, não apenas no aspecto geográfico-econômico, mas também político, cultural e axiológico. Toda essa isotopia de atomização rebate na concepção estratégica, culminando no que o documento chama de “revolução dos assuntos militares”, isto é, uma “transformação na fisionomia tradicional do poder militar”, que tende a superar progressivamente o critério de massa numérica como fator decisivo e privilegiar certos elementos do chamado “poder brando”, como a inteligência, seu processamento (em sistemas mais avançados de comando, controle e comunicação; inteligência e informação) e a capacidade de agir segundo suas determinações, como é o caso dos potenciais de precisão cirúrgica (p.14-15).

A distância geográfica, aliás, não mais representaria importância tão grande quanto teve antes, em particular quanto a lugares de produção, consumo e centros de investimento, fato que “impõe uma maior exigência em termos de estabilidade geral e de segurança do sistema internacional, pelo maior alcance das perturbações, em muitos casos global”.

97 Embora considere que o poder se encontre difuso pelo mundo após o fim da bipolaridade, o livro branco coloca os Estados Unidos como a única superpotência (p.19-20). Ainda assim, não admite que esta aparente seja suficiente para evitar uma forte incerteza acerca do porvir dos assuntos mundiais, potencializada pela ação significativa de “novas manifestações de conflitos e perigos”, conforme se vê em seguida.

Outrossim, vive-se um estado de permeabilidade real e virtual das fronteiras, algo que relativiza a soberania absoluta do Estado e permite crescentemente o protagonismo de outros atores, como o indivíduo, grupos sociais internos, organizações não governamentais (ONG's) e a opinião pública, todos com capacidade de transnacionalização e influência nas relações internacionais. Evidentemente, criam-se aí vulnerabilidades que exigem adaptações por parte do Estado, muito embora este continue a ser “o ator fundamental e peça chave das relações de poder internacionais” (p.15-17).

Feito o excursão que ajuda a compreender alguns atributos do cenário em que surgem as ameaças por meio de que a segurança é definida por contraste, cumpre sublinhar que, adiante, aparece a concepção de paz como ordem, a qual não exclui totalmente a presença de conflitos, mas sim visaria a diminuir seus efeitos e administrar cuidadosamente o uso da força. Além disso, a paz também aparece “estritamente associada com outro valor”, a democracia e o realçamento que sua vigência dá a questões fundamentais para o indivíduo, de que são exemplo os Direitos Humanos (p.18), algo que torna interessante associar o quadrado abaixo àquele acima em que se inscreveu a contraposição entre democracia e desconfiança⁹⁸.

Se bem que os riscos se deem num cenário de ações transnacionais que aproveitam a permeabilidade de fronteiras e a relativização das soberanias, o documento descreve que a imprevisibilidade gerada por eles dificulta a antecipação estratégica de acontecimentos e consequências, razão por que justifica a manutenção da clássica necessidade de defesa do Estado (reafirmando que ele é o principal componente das relações internacionais), mas adaptada às novas características, como a interdependência que acompanha e oportuniza a transnacionalidade. Não à toa, as “ameaças emergentes” (embora se admita a permanência das

⁹⁸ Note-se, mais especificamente, que isso é reafirmado na descrição que o documento faz do cenário regional do continente americano, tanto em relação à democracia como confiança, quanto à relação positiva entre paz e ordem, oposta aos conflitos, cf. p.22-24. Aí se pode incluir, ainda, as declarações políticas do Mercosul e do Atlântico Sul enquanto zonas de paz e cooperação, de acordo com o texto da p.30.

clássicas)⁹⁹ compartilham esse mesmo atributo em sua base semântica, embora figurativizadas discursivamente enquanto, a saber, narcotráfico, terrorismo, fundamentalismos, proliferação de armas de destruição em massa, transferência e contrabando de armamentos, crime organizado, deterioração do meio ambiente e migrações. Mesmo assim, procura-se aí esclarecer, a fim de afastar uma crítica comum do processo de securitização, que isso não implica necessariamente a militarização na aproximação a estes novos problemas, mas sim a necessidade de adaptação dos componentes que integram a defesa estatal (p.19-21).

O livro branco prossegue, em seu terceiro capítulo, na descrição do protagonista dos programas narrados, ou seja, “a Nação”. Desde o princípio, está presente um ato de linguagem com chances pragmáticas de sucesso (condições de felicidade) não muito privilegiadas, mesmo que escudadas pelo texto constitucional: trata-se da afirmação de soberania sobre territórios da Antártida e sobre as ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul (p.32-33)¹⁰⁰. Essa afirmação vem praticamente em conjunto com outra sobre territórios, sendo a segunda apresentada como marca de realização de provas narrativas (todavia ainda fossem assuntos pendentes), talvez com a intenção de evidenciar as capacidades nacionais nessa matéria, ao menos no âmbito estritamente regional:

Nosso país já solucionou pacificamente a totalidade de seus diferendos limítrofes com seus vizinhos – em particular com o Chile a partir dos acordos presidenciais de 1991 –, havendo-se concluído com este país em 1998 o acordo presidencial relativo

99 Algo manifesto e sintetizado, por exemplo, nestes parágrafos consecutivos: “[à]s disputas fronteiriças – ativas ou latentes, das quais afortunadamente nosso país é alheio – se somam as ações do narcotráfico, do crime organizado, do tráfico ilegal de armas, os quais, associados ao terrorismo e a movimentos guerrilheiros, se apresentam com diversa intensidade em certas áreas da região. [§] Estes são problemas que afetam as pessoas, as sociedades, a identidade nacional, os valores e as instituições, mais que no sentido estreito tradicional de território-soberania, e embora não impliquem automaticamente o acionar direto do instrumento militar, fazem parte do interesse geral da defesa em sua relação com a segurança internacional de nosso país” (p.26).

100A primeira das disposições transitórias da Constituição é taxativa a esse respeito: “A Nação Argentina ratifica sua legítima e imprescritível soberania sobre as ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos e insulares correspondentes, por ser parte integrante do território nacional. A recuperação de ditos territórios e o exercício pleno da soberania, respeitando o modo de vida de seus habitantes, e conforme aos princípios do Direito Internacional, constituem um objetivo permanente e irrenunciável do povo argentino”. O Livro Branco (p.39) acrescenta que os supostos direitos argentinos sobre esses territórios encontrariam respaldo também na reserva de direitos estabelecida no segundo ponto da Declaração Conjunta das Delegações da Argentina e da Grã-Bretanha, adotada em Madri em 19 de outubro de 1989. Embora as relações diplomáticas entre as duas partes beligerantes desde 1990, ainda há focos de desentendimento recorrente, tais como a exploração dos recursos desses lugares.

Ainda no concernente ao território argentino, declara-se ali que a Antártida Un área indisolublemente ligada a los intereses de la Argentina, es la del continente antártico, donde la situación geopolítica ha sido, desde siempre, compleja. Diversidad de actores y los consecuentes intereses contrapuestos, pueden, en algún momento, generar situaciones conflictivas debido a las posiciones que al respecto tienen los países implicados” (p.39).

a um pequeno setor conhecido como a zona dos Gelos Continentais¹⁰¹, para o qual resta apenas a ratificação por ambos os Congressos. (p.36)

A narração continua com a descrição da *performance* de prova qualificante pelo sujeito, desta vez com a aquisição de competências no campo econômico, em que aparecem como objetos os sintagmas “sustentado crescimento econômico”, “solidez diante de crises financeiras internacionais e capacidade de atração de investimentos financeiros diretos”, “mudança de política econômica”, “novo sistema de instituições econômicas”, e a moeda como “instituição respeitada e confiável”, cuja estabilidade se constituiu em “um importante palanque de crescimento econômico” (p.36). Diante da pesada crise de inícios de século que o país viveu, não impressiona o exagero figurativo heroico com que se conta essa trajetória de superação, ainda que ela não seja tão simples como possa parecer.

Ao final da seção sobre a “situação nacional”, resolve-se discursivizar especificamente¹⁰² algumas das anteriormente ditas “novas ameaças e riscos” (p.17), “diversidade de ameaças”, “ameaças emergentes” (p.20), “ameaças, fatores de risco e fontes de instabilidade concretos para a região”, com “potencialidade transnacional” (p.26): trata-se dos parágrafos sucedâneos onde se assevera que “[a] Argentina pode chegar a estar exposta à ameaça emergente do narcotráfico e outros fenômenos transnacionais, se estes incrementarem seu agir, circunstância agravada pelas características de suas fronteiras (...), que obriga a constantes esforços de vigilância” e, logo a seguir, que “[o]utro desafio, como ocorre também a nível global, é constituído pelo terrorismo, do qual nosso país sofreu suas ações [sic], com grande perda de vidas” (p.38).

Por ora, para suspender a análise do documento na sua segunda parte, convém trazer à baila o quinto capítulo, sobre os “interesses nacionais”. Esse tema é de desenvolvimento extenso na literatura de Relações Internacionais, mas não se faz oportuno retomar esse debate aqui. Interessa, ao invés, salientar alguns pontos sobre as enunciações argentinas nesse campo que configura típicas narrações de estado e/ou modalizações virtualizantes de narrações performativas.

101Mais precisamente, seria o campo de gelo Patagônico Sul, com extensão de 16.800 km².

102Antes, as únicas especificações de ameaças que apareceram no documento foram a temida “ameaça infinita” da Guerra Fria (p.12) e o “novo perigo” da “ameaça sobre os sistemas informáticos” (p.15).

Há, no início dessa seção, uma distinção figurativa entre interesses e valores, em que estes sustentam aqueles por meio de um (algo misterioso) “caráter moral que a defesa possui”. Com a explicação feita pela instância enunciadora, pode-se considerar que esses valores provêm por extensão aos “valores básicos da sociedade argentina”, entre os quais se destaca, mais uma vez, “especialmente a preservação e fortalecimento da democracia; os direitos e liberdades fundamentais e o bem-estar da população”¹⁰³. Por um circunlóquio, também de novo se retoma o tema da ordem ao lado da democracia, porque os “fins variados e múltiplos” a que os homens aspiram na vida livre em sociedade requerem “uma certa ordem [sic] que favoreça seu alcance”, algo batizado de “ordem social justa”¹⁰⁴, adjetivo este que vem a tentar legitimar por um ato de linguagem indireto as associações axiológicas semanticamente positivas anteriormente realizadas (p.50).

Não demora muito para que, numa retomada da concepção weberiana do Estado, o documento manifeste a legitimidade única do “monopólio da força organizada por parte do Estado”, voltado à capacidade coercitiva necessária para obter a paz social, “no marco de um sistema democrático” afastado da hipótese de emprego direto das instituições militares na manutenção da segurança interior, a não ser eventualmente, conforme se havia escrito antes (p.51). Essa exclusividade de poder-fazer(-fazer) é típica da actante narrativa do destinador, que sustenta sua situação num domínio transcendente, em assimetria hiperonímica em relação ao destinatário.

Quanto aos “interesses vitais”, que podem ser vistos em sua relação aos valores como uma modalização do sujeito por um querer-fazer subsequente a um querer-ser (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.253), ficam estabelecidos pela determinação do Congresso enquanto “representantes do povo”, e só podem ser talmente adjetivados “quando contem com o sustento majoritário da sociedade, que aporte a convicção de preservá-los frente a uma agressão”. Mesmo assim, a maioria desses interesses, arrolados em quatro itens, se refere antes ao Estado e somente por metonímia aos cidadãos: são os clássicos já mencionados de

103Que, aliás, se presumem os mesmos “por trás das missões” das Forças Armadas: “existe um conjunto de valores fundacionais da Nação Argentina, que configuram as referências axiológicas de sua sociedade no terreno político” (p.51).

104A explicação vem nos parágrafos seguintes (p.50-51): “dita convivência [social] requer o império da justiça, mas esse conceito deve ser social, isto é, que, preservando os valores pessoais do homem (a vida, a liberdade, a dignidade, a subsistência, etc.), subordine os interesses individuais em função do bem comum da sociedade na qual convive. [§] Com esse propósito, a sociedade estabelece uma série de normas que intentam compatibilizar a diversidade de aspirações pessoais, mediante um ordenamento justo da vida social”.

soberania, independência nacional, integridade territorial, capacidade de autodeterminação e proteção da vida e liberdade dos habitantes (p.52).

Finalmente, é feita outra distinção para delimitar os “interesses estratégicos”, “que de uma maneira ou outra incidem no alcance dos interesses nacionais”, mas com “menor prelação com respeito aos interesses vitais – aos quais contribuem”, o que os torna “menos permanentes que aqueles, ao ter uma maior associação com as características variáveis que apresente o cenário estratégico e o desenvolvimento das relações internacionais do país”. Embora assim denominados contingenciais, nem todos parecem ser tão menos permanentes quanto o discurso afirma, pois incluem fatores cuja continuidade se supõe inercial, por exemplo, a “paz e segurança internacionais”, o “crescimento econômico-social” e o “crescimento científico-tecnológico” (p.53-54)¹⁰⁵.

Feita a descrição detida de aspectos subjetivos, objetivos, situacionais e performativos relevantes para a análise deste documento, que prossegue ainda por muitas páginas, é necessário passar ao cotejamento de outra peça política, de feitura do governo Fernando de la Rúa, a Revisão da Defesa (2001). Aqui, embora se trate de mais um documento relativamente longo, serão feitos apenas alguns apontamentos distintivos ou complementares em relação ao livro branco anterior, para economizar o esforço do leitor e prosseguir a exposição com mais agilidade.

Numa debreagem enuciva de inserção na isotopia da novidade, bem característica da maior parte desse tipo de documentos, o Presidente locuciona (p.1 de sua apresentação)¹⁰⁶: “[a] nova visão que impulsiono está caracterizada pela racionalidade e pela audácia, e será o ponto de partida de uma mudança estrutural séria, profissional e indispensável para alcançar os objetos que nos impusemos”. Porquanto pareça vago, poucos parágrafos depois há uma pista boa para compreender tal afirmação, quando se leve em conta as condições de produção desse discurso: “as Forças Armadas realizaram ao longo das últimas décadas ingentes esforços para adaptar-se e preservar sua excelência profissional em um contexto de queda dos

105Exatamente, os interesses estratégicos aí listados são: “a paz e segurança internacionais, as restrições de armas de destruição em massa, a integração e segurança regionais, o crescimento econômico-social, o crescimento científico-tecnológico, a preservação da Nação frente à ameaça do narcotráfico e do terrorismo internacionais, os recursos naturais, renováveis e não renováveis, a preservação do meio ambiente, os espaços marítimos, insulares e fluviais de interesse, o espaço aéreo argentino, as passagens interoceânicas, a preservação de vazios geopolíticos, a preservação do posicionamento argentino no Sistema Antártico”.

106O documento traz números de páginas divididos de acordo com as seções de que se compõe.

termos reais no orçamento de Defesa”. Acrescente-se, é claro, que não apenas o orçamento desse setor caiu na Argentina, porque nesses momentos (debreados enunciativamente no parágrafo seguinte, para provocar distanciamento) “o gasto público e o endividamento externo se incrementavam substancialmente”¹⁰⁷. Ao passo que esse aspecto seja bastante sabido por quase qualquer internacionalista que estude a região, é significativo que apareça logo no início da apresentação de um documento de defesa enquanto fator altamente determinante (condicionante) e saliente, já que costuma ser lateral em formulações de outros países, conforme se poderá observar *infra*.

O texto prossegue com discursos curtos de apoio pelo Ministro de Defesa, Ricardo López Murphy, e pelo Chefe do Estado Maior Conjunto, Juan Carlos Mugnolo, para então dar lugar às “considerações acerca do marco estratégico” (cenários mundial, hemisférico e regional, ameaças não tradicionais) e, em seguida, às “prioridades estratégicas para o século que se inicia”, bem como as alterações nas Forças Armadas de acordo com essas “novas necessidades”. Na metade final, insere-se o setor de defesa na “reengenharia do Estado”, em tentativa de demonstrar “maior transparência e eficiência” (não tanto pela conjuntura política, mas principalmente pelas constrições econômicas).

Passando por alto a descrição do cenário estratégico, em que não há muita novidade senão algumas atorializações de países que não eram mencionados diretamente no documento anterior, chama mais atenção, quanto aos programas narrativos vilânicos concorrentes aos heroicos, que a apresentação das tais ameaças não tradicionais seja feita da seguinte maneira: “[a]tividades tais como a degradação do meio ambiente, o crime internacional organizado, as ameaças à institucionalidade democrática em países da região, o tráfico ilegal de armas, o contrabando, as migrações clandestinas e o narcoterrorismo”. Note-se bem que as ameaças ambientais adquiriram maior proeminência que a simples contingencialidade passageira do documento anterior, provavelmente já tendo em vista o início da retomada das preocupações sobre esse assunto, às vésperas do aniversário de dez anos da grande conferência ambiental de 1992. Também a democracia passou da afirmação insistente para objeto referente da securitização, assim como a nova figura que cada vez mais entrou em voga, o

107Praticamente apresentando-o como consequência, de la Rúa declara que, na dêixis do enunciador, também “[o]s recursos orçamentários no futuro imediato são escassos”, a requerir o aprofundamento da entidade personificada radicalmente como “Reforma do Estado” (p.2). Para melhor apreensão dessas condições de produção, uma cronologia resumida dos eventos que marcaram a crise financeira argentina pode ser encontrada em HORNBECK, 2002.

“narcoterrorismo”, curiosamente prenunciando a associação subordinada do tráfico de drogas à macrossecuritização que se consolidaria a partir de setembro daquele ano.

Mais ainda, descreve-se que a expansão dessas ameaças “está gerando dificuldades de complexa resolução”, por meio não apenas da obstaculização das atividades normais do país no tocante ao desafio que representa ao valorizado monopólio da força, mas também da catálise de conflitos entre Estados, “e pode inclusive provocar a intervenção de poderes extra-regionais” supostamente malquistos. Dispondo esses dados de modo simplificado no quadrado semiótico tensivo, pode-se construir uma interpretação de resultado instigante sobre a previsão de consequências de acordo com a concentração e dispersão da força:

Ainda na terceira página das considerações sobre o marco estratégico, percebe-se a existência de um eixo maligno sobre o antissujeito metonímico discursivizado no narcoterrorismo: ele traz junto de si anti-objetos como o aumento da criminalidade e violência urbana às margens das grandes cidades por meio do aproveitamento do “desemprego estrutural” enquanto competência atualizante; afeta o meio ambiente porque obriga o uso de herbicidas químicos para o combate dos cultivos ilegais e porque o “beneficiamento” da cocaína implica o descarte “de toneladas de produtos químicos” pelos rios e cursos d’água.

Instalada a forte semantização negativa desse antissujeito, revela-se aquilo que pode ser identificado como seu respectivo antidestinador estrutural, não surpreendentemente, na “pobreza extrema, a desigualdade social, a desigual distribuição econômica, a corrupção, o contrabando, as migrações clandestinas, o dano à ecologia e a depredação dos recursos naturais”, um conjunto de semas cuja maior parte se refere a situações econômicas difíceis que desde cedo causam perturbação ao sujeito nesse documento.

Continuando a descrição da actante antissubjetiva, também é novidade nessa peça de 2001 o tratamento das “ameaças ou guerras assimétricas” (primeira página da parte “Forças Armadas para as novas necessidades”). Segundo se escreve,

[u]ma das definições mais difundidas no Ocidente sobre a natureza das “ameaças e guerras assimétricas” consiste nos “intentos de enganar ou erodir as forças do oponente, tirando proveito de suas debilidades, empregando métodos que diferem significativamente do modo usual em que atua um oponente em suas operações”.

Nesta categoria, em que se costuma localizar o terrorismo, o enunciador argentino interessadamente inclui também uma visão presente em outros vizinhos sul-americanos e outros países que sentem a assimetria em relação aos Estados considerados desenvolvidos, como é o caso do discurso venezuelano: assim, figuram aí a “guerra informática”, “incluindo ataques sobre infra-estrutura, ação psicológica e desinformação”, as armas de destruição em massa, e também “operações não convencionais, incluindo o uso de táticas de 'golpear e escapar', o uso de centros urbanos como cenários de combates, desestruturação da sociedade civil e transtornos econômicos”. Subentende-se, como sói ocorrer nessas aspectualizações, uma isotopia de covardia e perversão sobre o programa narrativo desses inimigos, de modo que eles se opõem à normalidade, racionalidade, previsibilidade e outras construções similares, conforme se poderá mostrar melhor à frente neste trabalho.

Por ora, cumpre finalizar a exposição do caso argentino com a Diretiva de Política de Defesa Nacional, de 2009, decretada durante a atual administração presidencial de Cristina Fernández de Kirchner. O maior interesse aqui é considerar a figura jurídica de “legítima defesa”, transportada a partir da esfera jusprivatista, sintagma inexistente nas Leis de 1988 e 1992 e no Livro de 1999. Embora estivesse presente com pouca importância na Revisão de 2001, e referente a um direito internacional baseado no sistema ONU, esse conceito encontra respaldo na Lei de Reestruturação das Forças Armadas, de 1998, que tem no segundo inciso do art. 2º a afirmação de que “[a] Nação Argentina exerce seu direito de organizar Forças Armadas aptas para o exercício da legítima defesa, contemplado expressamente no artigo 51 da Carta da Organização das Nações Unidas”. Porém, é apenas no Capítulo II da Diretiva de 2009 que esse tipo de defesa aparece como “o critério essencial e ordenador sobre o qual se estrutura todo o sistema de defesa do Estado Argentino”, ou seja, apresentado como o valor excelso, sobredeterminante para a totalidade das ações anteriormente descritas no âmbito desse sistema, passando a subordiná-las.

Explicando esse seu “modelo de defesa de caráter 'defensivo’” [sic], o Decreto o direciona contrariamente a “atitudes e capacidades ofensivas de projeção de poder até terceiros Estados”, a “toda agressão externa militar”, e não contra as diversas “novas ameaças”¹⁰⁸ que dominavam o discurso anterior. Aliando isso à descrição desabrida dos Estados Unidos já no quinto parágrafo do primeiro capítulo, enquanto detentor de “uma supremacia indiscutível, caracterizada por, entre outros elementos, um gasto de defesa que equivale a mais da metade do total mundial, uma liderança inquestionável”, firmado sobre “uma presença militar em escala mundial (...) e uma efetiva capacidade para projetar globalmente recursos militares e sustentar simultaneamente duas ou mais operações militares de envergadura em diferentes regiões do globo”, não resta muita dificuldade para concluir de que tipo de assimetria se trata nesse decreto. Ajuda na inferência também o tom provocativo usado para designar um problema que estava presente nos outros textos, só que agora de modo gritantemente explícito, isto é, a questão das ilhas Malvinas, Geórgias do Sul e Sandwich do Sul¹⁰⁹.

2.2. Bolívia

Na Bolívia, a Lei Orgânica das Forças Armadas regulou, no ano de 1992, durante o governo de Jaime Zamora, a “Segurança e Defesa Nacional” conformam um Sistema organizado pelo Estado por meio das Forças Armadas, com o objetivo de “neutralizar, rechaçar ou destruir qualquer ação tendente a vulnerabilizá-las” (art. 3º). Como se é de esperar, esta lei lança o foco da atenção para as Forças Armadas, protagonistas na tarefa, definidas como “a Instituição Armada Fundamental e permanente do Estado Boliviano”, sustentando certos “princípios doutrinários” bem detalhados, dos quais vale ressaltar, na alínea “d” do primeiro artigo, “[c]onstituir o baluarte da Segurança Nacional e da Defesa

108 Num silenciamento analiticamente valioso, o termo “ameaça” só faz uma aparição neste documento, e ainda para referir-se a uma situação debreada para o século XX, distante da realidade contemporânea do enunciador e dos enunciatários.

109 Com os chocantes destaques de caixa alta originais, no oitavo parágrafo do primeiro capítulo, “[c]abe destacar (...) a persistência de diferendos interestatais não resolvidos em matéria de soberania territorial, assim como a manutenção de enclaves coloniais em diversas partes do mundo (por exemplo, para o caso argentino, as ILHAS MALVINAS”; pouco antes do final do segundo capítulo, “a REPÚBLICA ARGENTINA rechaça e questiona os atos unilaterais britânicos na área disputada (...). Neste sentido, deve ter-se presente que o REINO UNIDO DA GRÃ BREITÂNHA E IRLANDA DO NORTE está trabalhando na pretensão de estender sua alegada soberania territorial nas ILHAS MALVINAS, GEÓRGIAS DO SUL E SANDWICH DO SUL e na Antártida até TREZENTOS E CINQUENTA (350) milhas marítimas”.

soberana da Pátria, contribuem ao bem-estar geral do povo boliviano, são o sustento da vigência da Constituição Política do Estado, da democracia e dos direitos e garantias cidadãos”. Ainda que não haja uma diferença enfática entre segurança e defesa e o sistema que as organiza e resguarda, já é possível interpretar as Forças, nesses excertos, como destinador do Sistema, aquele que o faz fazer as ações de rechaçamento e destruição de outras contrárias, ou seja: $PN = F [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O^+)]$, em que S_1 = Forças Armadas, S_2 = Sistema, e O^+ = Segurança e Defesa Nacional.

O artigo 6º dessa Lei rege que a missão fundamental das Forças¹¹⁰ é “conservar a independência nacional, a segurança e estabilidade da República, a honra e soberania nacional, assegurar o Império da Constituição Política do Estado, garantir a estabilidade do governo legalmente constituído e cooperar no desenvolvimento integral¹¹¹ do País”, algo que confirma o caráter objetificado da segurança no início dessa lei.

No entanto, o artigo seguinte adiciona que os cidadãos estão sujeitos a um dever-fazer superdeterminado pelas Forças Armadas enquanto destinador, uma vez que assim o exija previamente uma situação especial declarada pelo poder executivo enquanto guarda de sua missão constitucional¹¹². O art. 8º, por sua vez, explica que o Presidente da República usa esse mecanismo para, no plano externo, “preservar a existência, soberania, independência e integridade do Território Boliviano”¹¹³ e, no plano interno, “manter a ordem pública, quando as instituições legalmente constituídas para este fim resultarem insuficientes”. Aí se percebem de uma maneira bem didática as condições de ameaça existencial e extraordinariedade que a Escola de Copenhague estabelece para o ato de linguagem securitizante, embora os objetos

110 Na Constituição Política da Bolívia, que entrou em vigor em fevereiro de 2009, conforme se repetirá oportunamente a seguir, o texto não muda muito, segundo o art. 244: “As Forças Armadas têm por missão fundamental defender e conservar a independência, segurança e estabilidade do Estado, sua honra e a soberania do país; assegurar o império da Constituição, garantir a estabilidade do Governo legalmente constituído, e participar no desenvolvimento integral do país”.

111 Um conceito bem distintivo do caso boliviano, essa declaração de emprego das Forças para o “Desenvolvimento Nacional” se daria “mediante a capacitação dos recursos humanos para a realização de obras de infra-estrutura social, produtiva e outras, especialmente nas zonas fronteiriças”, além da participação nas indústrias básicas e estratégicas do país (arts. 13 e 14).

112 Art. 7º: “A Segurança e Defesa Nacional são deveres inexcusáveis de todos os bolivianos, com sujeição às disposições militares em tempo de guerra e de emergência nacional. Nenhum cidadão poderá recusar seus serviços profissionais, técnicos ou científicos à Instituição Armada, quando por razões especiais qualificadas por Decreto do Poder Executivo, e em cumprimento de sua missão constitucional, sejam requeridos para preservar a segurança, a integridade e a soberania da Nação”.

113 Registre-se que, no Livro Branco de 2004, esses itens são listados como “objetivos nacionais permanentes” junto ao “desenvolvimento integral do Estado”, “a justiça social e a paz interna” e a “reintegração marítima com soberania” (p.21).

referentes no caso ainda sejam todos ligados ao setor militar tradicional. Apenas para finalizar a consideração deste quarto capítulo da Lei Orgânica, note-se a presença também clara de uma actante adjuvante no art. 9º, o Conselho Supremo de Defesa Nacional, “o mais alto organismo assessor na segurança e defesa integral da Nação”.

Com menos circularidade e mais nitidez, o Livro Branco de Defesa, organizado em fins de 2004 sob a chancela de Carlos Mesa, prossegue na ênfase dada às Forças Armadas¹¹⁴, na fusão de segurança e defesa¹¹⁵, e mesmo assim na bipartição da segurança segundo os domínios interno e externo, além da contínua ênfase dada às Forças Armadas¹¹⁶: a primeira, relativa a ameaças ao desenvolvimento, tais como “corrupção, delinquência, instabilidade política, tráfico de armas, narcotráfico, terrorismo”, tem como encarregada de sua preservação a Polícia Nacional, designada pela ordem constituinte¹¹⁷; a segunda, que usa a defesa e a diplomacia como proporcionadoras de mecanismos, relaciona-se à “independência nacional, integridade territorial e soberania nacional” (p.20-21).

Nos parágrafos imediatamente anteriores, antes de diferenciá-las, no entanto, o documento traz uma definição de “segurança integral” enquanto um dos fins essenciais¹¹⁸ do Estado boliviano, ao lado do bem-estar geral. Essa categoria de segurança “[t]em a ver com todas as atividades que a população realiza de forma individual e coletiva”, a envolver “todas as expressões do poder nacional, o que significa uma responsabilidade de todos os setores da sociedade” (p.20), afirmações que, embora vazias de conteúdo proposicional mais específico,

114 Descrevendo-se mais como um observador do que como produtor do documento, o presidente o introduz, já no primeiro parágrafo, como o texto que “nos expõe de maneira clara e completa os princípios fundamentais que regem o agir de nossas Forças Armadas e o importante trabalho que esta instituição fundamental para a Pátria leva adiante em cada uma de suas estruturas”. Pode parecer exagero salientar isso, mas de fato o sintagma “Forças Armadas” está presente em absolutamente todos os parágrafos desse discurso inicial de Carlos Mesa.

115 Bem perceptível, desde o documento anterior, pelo simples fato de o adjetivo não ser flexionado em número plural, embora se refira a dois substantivos correlacionados por conjunção aditiva.

116 Descrevendo-se mais como um observador do que como produtor do documento, o presidente o introduz, já no primeiro parágrafo, como o texto que “nos expõe de maneira clara e completa os princípios fundamentais que regem o agir de nossas Forças Armadas e o importante trabalho que esta instituição fundamental para a Pátria leva adiante em cada uma de suas estruturas”. Pode parecer exagero salientar isso, mas de fato o sintagma “Forças Armadas” está presente em absolutamente todos os parágrafos desse discurso inicial de Carlos Mesa.

117 Adjuvam nisso as Forças Armadas, “de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica das Forças Armadas, sob solicitação do Executivo”, quando as possibilidades de controle da Polícia tenham sido rebaixadas (p.20).

118 Embora o “fim supremo” do Estado seja “a finalidade de lograr o bem comum de toda a população, o que se traduz na realização do cidadão boliviano, o que implica também a redução dos índices de pobreza, analfabetismo e segurança nacional”. A redação é confusa, tanto porque logo em seguida a segurança é apresentada como fim subalterno, quanto porque neste excerto ela provavelmente deve ter sido confundida com a insegurança, esta sim uma situação que corresponderia a um desiderato de redução.

constroem uma compreensão valorizada da segurança enquanto objeto precípua de uso para outros fins de base.

Abaixo, dispõe-se novamente, enquanto a primeira função do Estado, a defesa nacional, que, “como parte da responsabilidade do Estado, forma parte [sic] da segurança nacional. O progresso e bem-estar geral das nações não poderia ser uma realidade na ausência de segurança e defesa nacionais”. É mistificante observar que, nesse trecho, há uma relação de conteúdo e continente que insere, pela primeira vez, uma separação, ainda que fraca, entre os dois elementos. Somam-se a isso as linhas imediatamente seguintes, cuja informação é a de que a defesa nacional “compreende todo o conjunto de atividades que repondem às necessidades, interesses e expectativas da população, as quais são apoiadas por instâncias institucionais como os empresários, dirigentes sociais, cívicos e as Forças Armadas” (p.22).

A segurança, por sua vez, também faz uma aparição paralela no trecho sucedâneo, enquanto atributo que fortalece a capacidade do setor produtivo em seu papel para o desenvolvimento nacional, este voltado para a “função central do Estado” de “alcançar e preservar o bem comum”. Nessa instância, mais uma vez é oferecido um clareamento daquilo que se encontrava confuso nas páginas anteriores, pois também se estabelece uma hierarquia entre essas funções (antes tidas como “fins”).

Encerrando essa parte de definições de segurança e defesa no documento, vem um parágrafo rico de informações sobre como ambas se relacionam ao desenvolvimento, numa rede cuja descrição é complexa e truncada, razão pela qual se faz preferivelmente não parafraseável, embora a citação reste longa:

A relação da defesa nacional tem uma dupla conotação quanto à segurança e desenvolvimento. Com a primeira, é direta e concorrente porque constitui seu instrumento de ação; por outro lado, com a segunda é indireta, por meio da relação estabelecida com seu nível imediato que é a Segurança, esta relação se expressa na capacidade dissuasiva mínima que o Estado estabelece para a defesa, e ademais na manutenção das relações com a comunidade internacional por meio das medidas de confiança mútua. (p.22-23)

Entre outros pontos, basta por ora chamar atenção para a instrumentalização manifesta ao final do trecho, em que a confiança mútua é objeto de uso para a continuação segura das

interações com a comunidade internacional, entre as quais logicamente se deve incluir o comércio enquanto atividade influente no desenvolvimento.

Saltando um trecho de menor novidade para retomar as ameaças descritas, tem-se a bipartição comum entre as convencionais e as não convencionais. Quanto às primeiras, de relevante, sublinhe-se a coincidência de que, no cenário hemisférico, é observada “uma estabilidade estratégica que se traduz na vigência do processo democrático” (p.30). A respeito das segundas, conta-se que “estão referidas a problemas de segurança”, e têm merecido um trabalho conjunto dos Estados do continente para combatê-las (p.31). Outrossim, o (déficit de) desenvolvimento econômico e social emana descontentamentos geradores de violência contra o governo e até contra o supramencionado processo democrático¹¹⁹.

O terceiro capítulo do Livro Branco, intitulado “Política de Defesa Nacional”, contém nada menos que onze afirmações fundamentais sobre a Defesa e quatorze aforismas contínuos só sobre o conceito de segurança. Com essa miríade, a tarefa de fazer qualquer delineamento eficiente fica comprometida, mas mesmo assim é possível iluminar alguns pontos: em primeiro lugar, que se usa o pré-construído da doutrina das Forças Armadas na definição de defesa, a qual acaba por negar o que se afirmara páginas antes: “é a reunião e ação de todas as forças materiais que uma Nação pode opor às ameaças de um adversário interior e exterior (...)” (p.35), ou seja, praticamente anula aquele discurso (hoje bem comum no continente) acerca da superação da época autoritária em que havia o temor e combate do “inimigo interno”. Em segundo lugar, uma afirmação destoante dos documentos em países vizinhos, vizinhos, na qual se afirma que a segurança colombiana “engloba valores culturais, morais e espirituais”, uma discursivização que claramente retoma o já anteriormente adiantado papel que os livros brancos (assim como outros documentos políticos públicos) têm como instrumentos formadores (frequentemente restritivos) e corroboradores de identidade nacional, categoria ideológica supostamente forte na definição das formações discursivas em determinado país (p.36; v. também ORLANDI, 2003)¹²⁰.

119 Adiante, o Livro traz uma bipartição entre ameaças não convencionais “adversas” (normalmente internas), que costumam “manifestar seu ponto de inflexão na emergência de conflitos sociais [pobreza, exclusão social, racismo], de resultados imprevisíveis”; e ameaças não convencionais “antagônicas”, internas ou externas, “que manifestam atitudes dolosas e se contrapõem à consecução ou preservação dos objetivos nacionais”, em que se incluem a corrupção, o narcotráfico, a depredação do meio ambiente, o terrorismo, o crime organizado e o tráfico de armas (p.45-47).

120 Esse aspecto é muito rico em potencial de estudos e mereceria uma análise detalhada que não é possível empreender no presente trabalho. Embora cause certo estranhamento essa asserção (discursivização) presente no documento colombiano, é possível ver naquilo que se considere como “valores espirituais” um conjunto

Dos catorze pontos da segurança boliviana, os dois primeiros retomam-na enquanto situação cujo sujeito de estado são o indivíduo e os grupos humanos, aí inclusos os Estados soberanos (p.34), o quinto amplia-a ao locucionar que ela “pode ser individual, comunitária, específica, nacional ou coletiva” (uma sequência aparentemente desarrazoada e repetitiva, diga-se de passagem), o décimo tenta aclarar um aspecto antes obscuro, dizendo que “[a] Segurança não constitui em essência um fim, porque deriva da ação política que o Estado realiza em procura do Bem-estar”; e o décimo-terceiro ajuda a construir o quadrado tensivo já feito antes para a Argentina, pois estabelece essa Segurança *qua* “conceito dinâmico, porque deve ter um determinado grau de adequação para permitir que o Poder Nacional reaja diante de uma ameaça real ou potencial” (note-se a possibilidade de ameaça potencial, também presente na definição brasileira, e bem perigosa se considerada a ampla abrangência de suas possíveis consequências de extraordinariedade). Por mais que seja arriscado tentar simplificar esse labirinto construído pelo Livro Branco da Bolívia, a possibilidade de entendimento consolidada no gráfico seguinte tem a vantagem de ressaltar a indubitável asserção entre ambos os termos de interesse aqui, ao mesmo tempo em que atende à formulação direta de dinamicidade que se acaba de cotejar.

de elementos socialmente disseminados enquanto substratos em todos os outros países, ainda que com particularidades em cada lugar. A título de cogitação, não é desarrazoado pensar que a afirmação do governo colombiano baseada na figura da “Mãe Terra” insere um universo semântico cosmogônico distinto do que se admitiria nos demais países sul-americanos, muito provavelmente devido ao fato de que o governo de Evo Morales tem fortes bases de apoio em setores da população que ainda conservam tradições herdadas dos indígenas, talvez com relativamente menos influência “europeia” do que nesses outros países da região. Esse aspecto de ênfase na particularidade deve ser considerado como ressalva à generalização que subjaz ao esforço teórico de regionalização da segurança no continente sul-americano, assunto que ocupa a discussão do terceiro capítulo deste trabalho.

Enfim, se o Livro Branco de 2004 não é tão solícito para com os ávidos de precisão, ainda se pode recorrer a certas formulações recentes do governo Evo Morales¹²¹, marcado fortemente por uma formação discursiva que privilegia elementos das passadas polêmicas de independência no subcontinente, e também pela valorização da pluralidade e especificidade étnico-nacional da Bolívia, entre outras características. A apresentação de uma nova Constituição Política do Estado ao congresso em outubro de 2008, vigente a partir de fevereiro do ano seguinte, já contém bons indicativos de alguns desses caracteres: especialmente quanto à segurança e defesa, o décimo artigo da Constituição de 2009 reza que

I. A Bolívia é um estado pacifista, que promove a cultura da paz e o direito à paz, assim como a cooperação entre os povos da região e do mundo, a fim de contribuir ao conhecimento mútuo, ao desenvolvimento equitativo e à promoção da interculturalidade, com pleno respeito à soberania dos estados.

II. A Bolívia rechaça toda guerra de agressão como instrumento de solução aos diferendos e conflitos entre estados, e se reserva o direito à legítima defesa em caso de agressão que comprometa a independência e a integridade do Estado.

III. Proíbe-se a instalação de bases militares estrangeiras em território boliviano.

Assim, tem-se mais uma vez o conceito de legítima defesa enquanto direito do Estado, em resposta a agressões, embora não se restrinja a proveniências externas ou internas, deixando o direito reservado para qualquer situação em que se determine ameaça aos atributos básicos de independência e integridade do Estado. Ainda entre esses incisos, é difícil deixar de notar que o terceiro constitui um ato de linguagem de valor ilocutório interditivo e conteúdo proposicional com referência implícita ao incômodo com a presença de bases militares dos Estados Unidos na região, fonte de entreveros interestatais recentes.

No artigo 12, sobre a organização do Estado dentro do sistema de governo, faz-se uma separação inédita em sua clareza, segundo a qual “[s]ão funções estatais a de Controle¹²², a de Defesa da Sociedade e a de Defesa do Estado”. Quanto à parte da sociedade, pode-se acrescentar o exposto no segundo capítulo (“Ações de defesa”) do Título IV (Garantias jurisdicionais e ações de defesa”), sobre a defesa garantida a quaisquer indivíduos: de acordo com o art. 125 aí alocado,

121 Entre muitos outros autores que comentaram sobre as inflexões esperadas e concretizadas de seu governo, indicam-se FISHEL, 2006; MEJÍAS, 2010.

122 A saber, essa função é exercida primariamente pela Controladoria Geral do Estado, “instituição técnica que exerce a função de controle da administração das entidades públicas e daquelas nas que a função de controle da administração das entidades públicas e daquelas nas que o Estado tenha participação ou interesse econômico” (art. 213).

[t]oda pessoa que considere que sua vida está em perigo, que é ilegalmente perseguida, ou que é indevidamente processada ou privada de liberdade pessoal, poderá interpor Ação de Liberdade (...), e solicitará que se guarde tutela de sua vida, cesse a perseguição indevida, restabeleçam-se as formalidades legais ou se restitua seu direito à liberdade.

A explicação do que se entende, de fato, por defesa da sociedade, vem apenas por extensão no Título V da Carta Magna, ao descrever o papel da instituição primordial para a *performance* dessa função, a Defensoria do Povo: “velará pela vigência, promoção, difusão e cumprimento dos direitos humanos, individual e coletivos, que se estabelecem na Constituição, nas leis e nos instrumentos internacionais” (art. 218).

Quanto à parte estatal, além do já exposto, também cabe informar que o art. 172, em seus incisos 16 e 25, insere a preservação da segurança e da defesa do Estado enquanto atribuições do Presidente do Estado, para as quais deve exercer o poder de mando sobre as Forças Armadas, dispondo delas “para a defesa do Estado, sua independência e a integridade do território”. Todavia, o terceiro capítulo do mencionado Título V nomeia a Procuradoria Geral do Estado como depositária da função de Defesa do Estado, no sentido de que ela “tem como atribuição promover, defender e precaver os interesses do Estado” (art. 229), de modo a constituir uma significação da defesa baseada na representação jurídica pública da entidade estatal.

Quanto à segurança nesse texto constitucional, há que se fazer atenção para o art. 9º, que funde fins e funções do Estado e arrola, entre eles, no segundo inciso o de “[g]arantir o bem-estar, o desenvolvimento, a segurança e a proteção e igual dignidade das pessoas, nações povos e comunidades”. Embora haja muitas menções na Carta a outros aspectos aqui irrelevantes, como segurança alimentar, segurança industrial, segurança jurídica, seguridade social (designadas pelo mesmo termo na língua espanhola), é bom ressaltar ainda o art. 23, também endereçado a indivíduos, com a garantia de que “[t]oda pessoa tem direito à liberdade e segurança pessoal”, um binômio repetido nessa lei máxima também quando se faz menção à pena de prisão e retoma a isotopia da dinamicidade na significação do termo.

Inobstante, a “segurança do Estado” também é manifestada, além das já citadas atribuições reguladas no art. 172, na descrição de estados de exceção feita a partir do art. 137, o qual faculta ao Presidente declarar esse tipo de situação quando e onde necessário, “[e]m caso de perigo para a segurança do Estado, ameaça externa, comoção interna ou desastre natural”. Já no art. 244, fica reiterado que a missão fundamental das Forças Armadas é

“conservar a independência, segurança e estabilidade do Estado, sua honra e a soberania do país”, além de outras já sobreditas. Complementa-o o art. 263, que usa a modalidade deôntica para descrever que “[é] dever fundamental das Forças Armadas a defesa, segurança e controle das zonas de segurança fronteiriça”¹²³.

Realmente, trata-se de muitos conceitos de segurança e defesa na Bolívia, e talvez não tanto porque venham sendo constantemente alterados por substituição, e sim provavelmente porque vão adicionando-se. A esse respeito, para citar uma frase lapidar bastante recente da Ministra da Defesa do país, María Cecilia Chacón Rendón, por ocasião da IX Conferência de Ministros de Defesa das Américas e inauguração da Escola de Defesa e Segurança da ALBA-TCP no corrente ano, “hoje a visão integral de defesa é a defesa para o desenvolvimento, a defesa de nossos recursos naturais, a defesa de nossas culturas, a defesa da Mãe Terra, enfim, a Defesa da Vida” (*Lineamientos para una nueva doctrina de seguridad y defensa*, 2011, p.9). Ademais, o presidente Evo Morales pontua enfaticamente que

o primeiro mandamento de qualquer política de segurança deve apontar a defender a existência da Mãe Terra. Este é o bem supremo da humanidade. Não existe a mais mínima possibilidade de construir regimes duradouros de segurança econômica, política, militar, social ou tecnológica para nossos países se não garantimos a proteção e a segurança da Mãe Terra. (ib., p.85)

Ao que parece, esse realce do conceito de segurança e defesa da Mãe Terra visa, entre outros objetivos, a valorizar a construção identitária da Bolívia enquanto estado plurinacional que valoriza suas raízes étnicas indígenas e procura um ponto comum para unir essas diferentes origens, um ato linguageiro baseado numa espécie de discurso (re)fundador a fim de funcionar como referência histórica básica no imaginário constitutivo do país (ORLANDI, 2003, p.7; ZOPPI-FONTANA, 2003, p.132), como aliás fica valorizado desde o preâmbulo da nova Constituição boliviana: “[p]ovoamos esta sagrada Mãe Terra com rostos diferentes, e compreendemos desde então a pluralidade vigente de todas as coisas e nossa diversidade como seres e culturas”.

123 Informe-se: segundo o art. 262, “[c]onstitui zona de segurança fronteiriça os cinquenta quilômetros a partir da linha de fronteira”, onde, salvo exceção de necessidade estatal, nenhuma pessoa estrangeira individual ou em sociedade pode possuir ou adquirir propriedade de solo, água nem subsolo.

2.3. Brasil

Porquanto o debate acadêmico sobre a defesa e segurança já seja bem conhecido e talvez até desgastado no âmbito acadêmico do próprio país, não se julga necessário aqui fazer um excursus delongado sobre a formulação dos documentos de políticas e estratégia de defesa ou um detalhamento de suas bases jurídicas, do modo como se veio fazendo no caso dos outros países, porque é bem fácil encontrar já numerosas referências informativas a respeito¹²⁴, em especial neste momento em que se faz uma retomada vigorosa dos assuntos com vistas a finalizar a preparação do tão aguardado Livro Branco de Defesa. Parece ser melhor aproveitado o espaço e tempo não numa simples descrição dos documentos, do modo como é corriqueiro se ver ser feita, mas sim uma análise mais detida de certas das semelhanças e diferenças que guardam entre si, a fim de depreender com um pouco mais de acuidade a significação desses termos em tais textos. É a oportunidade, afinal, de realizar uma análise semiótica um pouco mais “pesada”, para revelar parte um pouco maior, e ainda assim modesta, do universo conceitual que ela dispõe e atualiza.

A começar atacando de pronto a Política Nacional de Defesa de 1996, por sua denominação, há quem questione que este documento possa ser realmente chamado de “política nacional de defesa”. Embora tenha sido o primeiro escrito brasileiro deste tipo mais declaratório, suas condições de produção são comumente observadas como determinantes mais de “uma harmonização de pontos de vista entre diversas agências responsáveis por assuntos externos do país”¹²⁵ ou de um tipo de “declaração da postura internacional” brasileira que de uma política de defesa ideal contendo todos os elementos tidos como essenciais esperados para um documento desse porte (PROENÇA Jr.; DINIZ, 1998, p.18). A saber, Clóvis Brigagão (1998, p.9) arrola tais elementos nas seguintes atividades: “avaliação

124 Mesmo um estudo linguístico bem fundamentado já foi empreendido por Vagner Santana (2007) em seu mestrado; porém, a perspectiva aí adotada se filia à vertente chamada Análise de Discurso Crítica, que joga o foco de análise sobre questões diferentes daquelas com que a perspectiva semiótico-pragmática aqui privilegiada se preocupa. De qualquer forma, fica a efusiva recomendação de consulta a este trabalho elaborado na Universidade de Brasília.

125 Ainda na identificação das condições de produção que envolvem a subjetividade expressa no documento, vale lembrar que, à época, “[d]iferentemente da maioria dos países democráticos”, não existia no Brasil o Ministério da Defesa, mas sim “cinco agências militares em nível de ministério – Exército, Marinha, Aeronáutica e Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e o ministro-chefe da Casa Militar –, além da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, todos voltados, no todo ou em parte, para os assuntos de defesa do Brasil. A esses, somavam-se ainda “instâncias diversas que exerceriam o papel de conselhos consultivos superiores sobre estes temas: o Conselho de Defesa, órgão constitucional, a Câmara Setorial de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Credena) e, ainda, setorialmente, estruturas de comando nacional e alto comando das forças singulares, cujos papéis se sobrepõem”. As que teriam participado diretamente na elaboração da PDN em 1996 são a SAE, os ministérios militares e o MRE, “além da presença, pouco clara em termos institucionais, do Ministério da Justiça” (PROENÇA Jr.; DINIZ, 1998, p.17-18).

estratégica governamental, projetos de forças e planejamento das ações militares e seu aspecto fundamental, o orçamento consolidado de defesa”.

Não obstante ter sido influenciada direta e indiretamente por numerosos atores da política nacional, esta PDN é assinada pela Presidência da República, sendo então ocupante do cargo de chefe do Estado Fernando Henrique Cardoso. Após sua elaboração relativamente rápida (ou, segundo relatos, feita às pressas¹²⁶), o documento foi simplesmente apresentado por FHC, não tendo oficialmente recebido revestimento jurídico pelo Congresso.

Nesse tocante, convém lembrar com brevidade o histórico contextual do momento: havia algum anseio, por parte da liderança governamental, pela criação do Ministério da Defesa brasileiro, à semelhança do que havia em tantos outros países (e na América Latina, em particular, por seu comum passado recente de regimes autocráticos) para assinalar com mais ênfase o controle civil sobre as Forças Armadas. Porém, estando seu processo de institucionalização “atolado no pântano das resistências corporativas” (ALSINA Jr., p.64), o Presidente se encontrava pressionado pelas rusgas entre os ministros militares e notava na dinâmica dos trabalhos destes uma falta de articulação preocupante, donde lhe teria vindo a convicção da “necessidade de elaboração de um documento público que proporcionasse um quadro de referências comum às forças singulares” (ib., p.67).

No entanto, essas pressões parecem ter sido suficientes para que o documento não trouxesse tantas mudanças, tendo-se limitado a uma “sistematização daquilo que cada uma das forças já vinha fazendo”, adicionada pela visão internacional alegadamente conciliadora do Ministério de Relações Exteriores e sua decorrente ênfase na cooperação em detrimento da projeção de poder ou afirmação incisiva das capacidades nacionais. Assim, no panorama geral resgatado por Alsina Jr. (ib., p.68-69),

[t]ratava-se, a um só tempo, de afirmar o foco externo da política de defesa, assegurar as intenções pacíficas perante os vizinhos e o mundo, demonstrar o engajamento nacional na construção de uma ordem mundial estável e salientar o papel primordial da diplomacia na resolução de diferendos.

126A esse respeito, v. ALSINA Jr., p.68-69. Segundo este autor, o caráter pouco inovador do documento é uma das razões por que “em apenas dois meses, com número não exaustivo de reuniões semanais, foi possível chegar a um texto consensual. Note-se, no entanto, que o Presidente teria estabelecido o prazo de apenas vinte dias úteis para a produção do documento! Nessas condições, seria de todo improvável chegar a uma fórmula que contemplasse qualquer inovação substantiva em relação às convicções arraigadas nos meios militar e diplomático”.

É, de fato, o que aparece no início do texto da PDN-1996: logo no primeiro parágrafo, sua introdução desenha o cenário internacional como um quadro de desafios e oportunidades, que desperta a necessidade de “promover no Brasil o desenvolvimento de modalidades próprias, flexíveis e criativas de pensamento estratégico, aptas a atender às necessidades de defesa do País”. Instalando dessa maneira os marcos dêiticos referenciais espaciais e temporais, o discurso toma parte numa isotopia de novidades que vêm de encontro ao sujeito, desafiando-o e instaurando para seu programa narrativo uma alta normatividade, materializada na recorrência dos sememas indicadores de dever-fazer tanto em forma gramatical adjetiva quanto substantiva, não apenas neste primeiro parágrafo, mas também no que lhe é sucedâneo, confirmando-o e realçando-o.

A solução para o impasse colocado é a capacitação do sujeito por meio de aptidões interessantemente chamadas “modalidades”, às quais a abordagem semiótica confere lugar central de análise da sintaxe narrativa, conforme se poderá verificar adiante. No caso, trata-se de uma expectativa de cumprimento pelo sujeito de um programa superador daqueles desafios, por meio de seu investimento com os atributos de individualidade, flexibilidade e criatividade.

No plano da performatividade privilegiado pela pragmática, o ato de linguagem indireto (v. SEARLE, 2002, p.47 e ss.), irrigado por aquele valor proposicional de capacitação, está revestido de força ilocucionária apelativa, da qual se espera, por um lado, uma perlocução adesiva da população brasileira para com essas normatividades mas, por outro (provavelmente, pela sobredita influência conciliadora do Itamaraty), certa tranquilização aos demais colegas no cenário internacional (confirmada pelo quarto parágrafo), com a impressão de que o Brasil ainda não é um sujeito que conte com as tais aptidões, ainda que isso se atenuie pelo evidente ímpeto de melhorar a situação subjetiva, este sendo, afinal, um dos objetivos implícitos do próprio documento, conforme se expôs pouco antes.

Não surpreende, pois, o fato de o terceiro parágrafo definir taxativamente que a PDN, “voltada para ameaças externas, tem por finalidade ficar os objetivos para a defesa da Nação, bem como orientar o preparo e o emprego da capacitação nacional”, envolvendo tanto os setores civil como militar. Nesta última menção, cumpre lembrar que o papel desses “setores” civil e militar, que não deixam de ser atores do nível discursivo, é o que Greimas chama, no plano da narratividade, de adjuvante do sujeito principal prosopopeizado na Nação (esta,

atorialização coletiva¹²⁷ de “Brasil”), ou seja, é “o auxiliar positivo quando esse papel é assumido por um ator”, correspondendo a um “poder-fazer individualizado que, sob a forma de ator, contribui com seu auxílio para a realização do programa narrativo do sujeito” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.23-24).

Após a breve descrição do “perfil brasileiro” (físico-geográfico, econômico) no quinto parágrafo, o sexto batiza de “defesa sustentável” um programa narrativo principal em que o sujeito adjuvante é objetificado enquanto instrumento da efetivação de um programa eufórico subordinado, a “construção de um modelo de desenvolvimento”, no qual se busca a conjunção com a “democracia” enquanto objeto-valor, e a disjunção com as “desigualdades sociais” e “desequilíbrios regionais” enquanto anti-objetos. Note-se, ainda, que a axiologização tímica¹²⁸ presente neste parágrafo acaba por privilegiar a disforia quando eleva como objetivos paralelos a “paulatina modernização da capacidade de auto-proteção” e a compatibilização das prioridades políticas, sociais, econômicas e militares com as necessidades de defesa e diplomacia.

No parágrafo seguinte, que encerra a introdução à PDN-1996, mais uma vez se confirma que esses objetos investem um poder-fazer: invocando de novo a temática da dificuldade que impõe o dever, procura-se conciliá-las com a “disponibilidade de meios”, atividade que o texto deixa condicionada à “aprovação de recursos pelo Congresso nacional”, instância clara do poder democrático, fortalecida mais uma vez pela sociedade enquanto adjuvante que se envolve, mas não cumpre programa, agora atorializada discursivamente nos “segmentos acadêmico, científico-tecnológico e industrial”.

A parte seguinte do documento, ao descrever o “quadro internacional” com mais pormenores, desenha uma estrutura mundial condicionante em muitos aspectos, dentre os

127 Alexander Wendt (1999, p.215-216; 2004) explica que a agência de uma corporação como o Estado é, na realidade, um tipo de “estrutura de conhecimento ou discurso compartilhado que permite aos indivíduos engajar-se na ação coletiva institucionalizada”. Para maior esclarecimento, vale lembrar que, segundo Wendt, existe uma divergência básica de opiniões acerca do status ontológico dessa estrutura entre “nominalistas” e “realistas”. Este realismo científico, que não deve ser confundido com o realismo clássico das RI, consiste na negação do entendimento nominalista predominante nas teorias da política internacional: enquanto o nominalismo vê a agência corporativa “meramente como uma ficção ou metáfora útil para descrever o que ‘na realidade’ são ações de indivíduos”, os realistas científicos acreditam que esta agência se refere a “um fenômeno real e emergente que não pode ser reduzido aos indivíduos” nem à soma das ações individuais, nem simplesmente ao “governo”, principalmente porque o “comportamento” dos agentes corporativos funciona para “se fazer previsões confiáveis sobre os indivíduos”, assim subvertendo o rumo de determinação e dependência, ainda que não necessariamente o suplante.

128 Vale lembrar as palavras de Greimas e Courtés (2008, p.505): “A categoria tímica articula-se, por sua vez, em *euforia/disforia* (tendo *aforia* como termo neutro) e desempenha um papel fundamental na transformação dos microuniversos em axiologias: conotando como eufórica uma dêixis do quadrado semiótico e como disfórica a dêixis oposta, ela provoca a valorização positiva e/ou negativa de cada um dos termos da estrutura elementar da significação”.

quais aparenta ser muito forte a inspiração de temor enquanto substrato da securitização. Ainda que de maneira relativamente indireta, apenas a menção a algumas expressões já é suficiente para dar a entender a construção desse lúgubre campo semântico de dúvida, obscuridade, fragilidade, incerteza e desconhecimento que busca perlocucionar linguisticamente a concordância da audiência com as medidas que seguem, tanto a partir do nono parágrafo desta segunda parte, quanto na seção 4 do mesmo documento: “indefinido”, “instável”, “falta de correspondência”, “evolução ainda é difícil de se prever”, “desapareceu a relativa previsibilidade”, “conflitos” “em quase todos os continentes”, “recrudescimento de extremismos”, “fragmentação”, “fase de transição”, “ausência de paradigmas claros”, “quadro de incertezas”, “continue a merecer o cuidado”, “abdicar de uma força de defesa”, “região mais desmilitarizada do mundo”, “extremamente complexo”. Uma abstração simplificada e generalizada possível para o nível fundamental seria a seguinte:

A partir do §2.9, conforme já adiantado, são iniciadas as sintaxes de uma gramática narrativa simultaneamente heroica e cordial do sujeito e seu sucesso na busca por objetos de valor semântico positivo. Isso vem a fechar o quadro de modalidades exotáticas virtualizante-atualizante-realizante (dever-poder-fazer): para esclarecer em um exemplo, o esforço brasileiro de “promover maior integração e aproximação entre os países do continente” lhe confere “credibilidade” e, assim, faz os vizinhos conformarem como que uma couraça à sua volta, “um verdadeiro anel de paz em torno do País, viabilizando a concentração de esforços com vistas à consecução de projeto nacional de desenvolvimento e de combate às desigualdades sociais” (§2.10).

Embora seja notável a ausência de menção a qualquer ator que cumpra o papel evidente de (anti)destinador, existe no §2.11 um ocultamento propiciado pela emprego de voz passiva cujo valor securitizante é bem forte: “pode ser compelido a envolver-se em conflitos

gerados externamente, como consequência de ameaças ao seu patrimônio e aos seus interesses vitais”, uma frase que reproduz em síntese quase didática as condições subjetivas que a Escola de Copenhague coloca para um ato de linguagem deste tipo (ameaça existencial à sobrevivência do objeto referente, invocação de medidas urgentes e/ou extraordinárias).

O parágrafo seguinte, no entanto, marca a actante narrativa de antissujeito para grupos frequentemente chamados nas Relações Internacionais de “novos atores”, a saber, “bandos armados” agindo nas fronteiras da Amazônia, e “o crime organizado internacional”, não obstante seja feita a ressalva de que a enumeração não se pretende exaustiva, porque esses são apenas “alguns dos pontos a provocar preocupação” (outra indefinição propagadora de temor e ansiedade).

A terceira seção, que lista os “objetivos da Defesa Nacional”, serve como que uma grande modalização endotáxica (querer) que marca a transição entre o registro predominantemente patético que se escrevia até então, para um registro pragmático propriamente dito, eivado de asserções bem mais incisivas que visam a indicar e enfatizar a dimensão da ação e obviamente opor-se àquele conjunto anterior de caos, incertezas e riscos. Entre os sememas responsáveis por isso, podem-se trazer: “atuação”, “prover”, “centrada”, “ativa”, “postura estratégica dissuasória”, “perfeitamente definidos”, “reconhecidos”, “estreito”, “confiança”, “respeito”, “rejeição”, “busca”, “uso da força”, “ação diplomática”, “eficaz”, “decisão”, “impondo”, “fortalecimento equilibrado”, entre outros. Novamente resumindo, não parece exagero retomar o quadrado com algumas leituras dessas axiologizações, aliadas àquelas antes vistas:

Não é por outra razão, finalmente, que a quinta e última parte do documento vem ainda mais recheada de verbos performativos e notadamente a adição da modalidade endotáxica atualizante (saber) como elemento que faltava para a completude do binômio

superiormente hierarquizado desejabilidade-verdade. Assim, o documento é encerrado com a tentativa de transmitir uma sensação de dinâmica e preparação que visa a aliviar as tensões antes criadas, desde que o contrato fiduciário proposto pelo enunciador à audiência seja aceito com sucesso¹²⁹.

Já quanto à Política de Defesa Nacional de 2005, embora tenham sobejado opiniões no sentido de que ela não inovava¹³⁰, os analistas mais atentos hão de se questionar ao menos sobre as razões por que certos trechos foram alterados, suprimidos ou adicionados, já que essa nova edição foi oficial (Decreto Nº 5.484, de 30 de junho), deu-se em um governo de inclinação ideológica alegadamente distinta (Lula da Silva) e sob condições de produção diversas, em especial porque se havia finalmente criado no País, no ano de 1999, o Ministério da Defesa (MD)¹³¹.

Já na apresentação do novo texto, abre-se uma concessão muito importante, que a PDN-1996 estrategicamente silenciava. Se antes a peça era “voltada para ameaças externas”, agora ela se torna “voltada, preponderantemente, para ameaças externas”. Infere-se que a intercalação do advérbio¹³² marque a admissão de possibilidade de existência ou a percepção de ameaças também internas, o que evidentemente muda a força ilocucionária desse ato de linguagem securitizador sem que altere seu valor proposicional propriamente dito.

No mesmo primeiro parágrafo, acrescenta-se aquele elemento institucional enfatizado pela maioria dos comentadores, o MD. Uma visão semiótica nota que sua menção aí como o órgão que “coordena as ações necessárias à Defesa Nacional” o investe de um poder

129 Dadas as muitas críticas verificadas tanto no setor acadêmico quanto entre parcela dos militares, há razões para crer que os macroatos de linguagem presentes na PDN-1996 não tiveram sucesso absoluto, em particular devido à falta de firmeza, de pormenorização e mesmo de coerência interna que alguns notaram (v., p. ex., ALSINA Jr., 2003, p.72-73).

130 É a opinião resoluta, por exemplo, exposta em PEREIRA, 2006, p.45: “conquanto denominada de nova Política de Defesa Nacional, é praticamente a mesma anterior, com mudanças de palavras, arranjos e introdução de uns poucos e discutíveis conceitos”. Este ex-Ministro da Marinha, aliás, não hesita em evidenciar com veemência sua avaliação de que haveria uma “dissonância entre palavra e vontade” (p.46), instanciada na reclamação pela alocação de recursos suficientes para o preparo das Forças, distribuição esta que a PDN afirma priorizar.

131 No entender de João Paulo Alsina Jr. (2003, p.54), “a publicação da PDN e a criação do MD representaram acontecimentos interligados”. Mais especificamente, “a PDN converteu-se em um passo lógico em direção ao Ministério da Defesa. Se o procedimento ortodoxo seria primeiro unificar Marinha, Exército e Aeronáutica sob o comando do MD e depois elaborar uma política de defesa que fornecesse as linhas de orientação para o preparo castrense, no plano concreto ocorreu o oposto. Inicialmente, formulou-se um documento declaratório que, apesar de suas deficiências, serviu como elemento impulsionador do processo de mudança que até então caminhava lentamente” (p.78). Em concordância, Helder da Silva (2007, p.13) enxerga que a PDN-1996 “abriu caminho para as reformas estruturais que as instituições de defesa do país necessitavam, a fim de adequá-las ao ordenamento democrático”.

132 Mudança extensamente analisada por Santana, 2007, p.75-77, que procura explicar a inserção desse “modalizador deôntico” inclusive em seus aspectos discursivos pragmáticos.

privilegiado, nomeadamente, o de destinatador, numa coincidência sintática muito apropriada com o classicamente estabelecido por Greimas e Courtés¹³³.

Poucos também parecem ter percebido que o segundo parágrafo, para além de uma metalinguagem explicativa e organizativa, contém uma divisão muito significativa para o entendimento da securitização. Afirma que a PDN “é composta por uma parte política, que contempla os conceitos, os ambientes internacional e nacional e os objetivos da defesa”, somada de “[o]utra parte, de estratégia”, em que se situam as orientações e diretrizes. Isso condiz muito com a visão da Escola de Copenhague sobre o espectro de politização rompido pelo ato de linguagem securitizador, porque este desloca o assunto e suas dinâmicas respectivas para uma esfera prioritária em que a contestação política fica minorada, em que o debate perde espaço para a afobada extraordinariedade das medidas emergenciais, isolando o domínio estratégico do domínio da política ou, nas palavras de Jürgen Habermas, a ação estratégica da ação comunicativa¹³⁴.

É bem certo que o parágrafo sucessivo ainda na introdução continue a colocar a (parte) Política de Defesa Nacional como “tema de interesse de todos os segmentos da sociedade brasileira” (note-se que a presença do adjetivo totalizante, homogeneizante e unificador que havia na PDN-1996 foi atenuada pela pluralidade de “segmentos”), mas adiciona que está condicionada não apenas às diretrizes alegadamente perenes da política externa (visão construída e bem discutível em que o Itamaraty e até estudiosos da política externa sempre insistem), mas também às contingências governamentais, esta sendo uma possibilidade sequer aventada em todo o texto da edição anterior da PDN. Reforça este argumento o fato de que a política externa vem acompanhada de um aposto explicativo definidor de tais diretivas, mas as “orientações governamentais” ficam ao lado numa notável e bem conveniente carência de explicitação e limitação.

133 Lembrando, o Destinatador “é aquele que comunica ao Destinatário-sujeito (do âmbito do universo imanente) não somente os elementos da competência modal, mas também o conjunto dos valores em jogo; é também aquele a quem é comunicado o resultado da performance do Destinatário-sujeito, que lhe compete sancionar” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.132).

134 Segundo a pragmática habermasiana, as ações estratégicas são um tipo de ação social que não visa primariamente ao entendimento mútuo, mas sim à consecução de objetivos individuais por meio do apelo aos desejos e receios do interlocutor, entre outros meios. A diferença sutil para com a ação comunicativa é, pois, que nesta os interlocutores coordenam sua ação na busca de objetivos individuais ou conjuntos, mas com base num entendimento compartilhado de que esses objetivos sejam inerentemente razoáveis e válidos. O sucesso da ação comunicativa, destarte, não seria tanto a concretização do objetivo em si, como na ação estratégica, mas sim a própria concordância livre entre os atores de que seus objetivos validam o comportamento cooperativo (BOHMAN; REHG, 2007).

No último parágrafo da até bastante inédita introdução, existe uma atenuação do tom cordial usado outrora: quase repreendendo os brasileiros por terem talvez deixado apagar-se da memória as ameaças de conflitos, o documento ecoa a cartilha maquiaveliana ao afirmar que “é imprudente imaginar que um país com o potencial do Brasil não tenha disputas ou antagonismos ao buscar alcançar seus legítimos interesses”, donde vem como consequência a frase imediatamente seguinte que apresenta a PDN como propositada a “conscientizar todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros”, cuja última parte é reiterada amiúde nas propagandas midiáticas das Forças. Insere-se, assim, também para o adjuvante coletivo a modalidade exotática virtualizante do dever-fazer, isto é, supera o envolvimento lateral de 1996 com uma determinação de compartilhamento ativo do programa narrado.

A seção de número 1, iniciada com o fim dos parágrafos introdutórios, traz uma série de definições sobre o Estado, a segurança e a defesa, as quais relembram o uso de sólito presente nas primeiras partes de textos jurídicos, aí incluídas convenções interestatais. Para um estudo preocupado com a significação, esse artifício didático vem bem a calhar para que não seja toda a impressão derivada de trechos paralelos. Nessa enumeração, aliás, há perceptíveis intertextos em relação à consolidada Teoria do Estado nas ciências jurídicas (Estado composto de território, povo, governo, soberania e leis) e, simultaneamente, com um dos maiores clássicos das ciências sociais na replicação weberiana do “monopólio legítimo dos meios de coerção”, acrescentando-lhe estabelecimento democrático da lei e da ordem que o Estado deve fazer valer e assegurar, segundo formula o item em questão.

O §1.2 inicia a definição da segurança com uma curiosa debreagem enunciativa: “[n]os primórdios, a segurança era vista somente pelo ângulo da confrontação entre Estados”, e depois contemporiza a dêixis para o leitor atual com a locupletação de que, “[à] medida que as sociedades se desenvolveram, novas exigências foram agregadas, além da ameaça de ataques externos”, algo que vem a confirmar aquilo que se percebia sutilmente desde o exórdio da introdução. Isso é continuado no item seguinte, que descreve a ampliação da segurança e parece até ter sido decalcado dos cinco setores previstos pela Escola de Copenhague (político, militar, econômico, social e ambiental), além de também envolver “defesa civil; segurança pública; políticas econômicas, de saúde, educacionais”, um escopo impressionantemente amplo que chega até à perspectiva notabilizada pelos autores que trabalharam o conceito de segurança humana e pode causar preocupação quando se pensa, por

exemplo, nas críticas normativas que enfatizam a necessidade de dessecuritização por seu potencial extraordinário detrimental já aludido *supra*.

Continuando a cascatear o conceito, o documento constrói um paralelismo sintático de subordinação e instrumentalização, “[a] segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que a defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado”; sucedido por uma invocação de autoridade e legitimidade plural universal, qual seja, a compreensão da segurança para certos especialistas convocados pela ONU como “uma condição pela qual os Estados consideram que não existe perigo de uma agressão militar, pressões políticas ou coerção econômica”, um dado que o analista pode transpor ao caos extralinguístico como uma das orientações mais enfatizadas pelo governo que lançou a PDN-2005.

Enfim, chega-se após um caminho algo tortuoso à definição própria para segurança e defesa: O Brasil teve na Política de Defesa Nacional de 2005, sob o governo Lula da Silva¹³⁵, duas alíneas do §1.4 dedicadas a esses conceitos:

- I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;
- II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

que não se compromete com vários dos conceitos citados nos parágrafos antecessores, mas insere novos elementos bem interessantes: na segurança, inclui-se a condição de “garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais” (por dedução, algo que a ameaça elimina ao instituir o domínio insegurança); na defesa, surpreendentemente abraça ameaças “potenciais”, algo que causaria calafrios a muitos internacionalistas críticos dos *preemptive attacks* norte-americanos, por exemplo.

Ainda sobre as condições de produção discursivas que se disse serem provavelmente influenciadas pelas orientações governamentais de que se falava, nota-se outra das já diversas novidades da nova PDN: no item 2.2, mencionam-se, de acordo com certas tendências de nomenclatura da política internacional, os “países em desenvolvimento” como desafiados

¹³⁵ Embora repita *ipsis litteris* boa parte da PDN de 1996, elaborada no governo Fernando Henrique Cardoso, há elementos suficientes para distanciar essas duas edições da PDN, dos quais a inclusão de uma definição para estes conceitos é um dos mais claros.

pelas alterações no mercado mundial que o fenômeno da globalização oportuniza e gradativamente exacerba, embora não explicita que o Brasil faça parte desse grupo. No parágrafo adiante, a nova percepção de morfologia do poder também é pintada com pinceladas mais precisas, uma “unipolaridade no campo militar” produtora de “tensões e instabilidades indesejáveis”, referência óbvia aos vizinhos do norte.

Na Estratégia Nacional de Defesa, de 2008, aquele caráter heróico e cordial do sujeito “Brasil” é retomado no discurso identitário: conforme indicam o primeiro e o segundo parágrafos, “[o] Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos (...). Esse traço de pacifismo é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro”; e, além disso, enquanto “[p]aíses em desenvolvimento, o Brasil ascenderá ao primeiro plano no mundo sem exercer hegemonia ou dominação”. Apesar dessas renúncias, é claro que não fica completamente descartado o traço de liderança regional tão ressaltado pela maioria dos analistas da América do Sul, porque permanecem no discurso as ambições de crescimento e ascensão.

Quanto ao aspecto do desenvolvimento aí presente, fica estabelecido em seguida, novamente com apelação à isotopia da identidade nacional, e em frases curtas de efeito conativo bem ao gosto do linguajar político contemporâneo assimilado ao propagandístico, que “Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação”. Embora aí a determinação apareça como via de mão dupla, o mesmo parágrafo restringe a defesa à competência modal de uma forma bem semelhante às origens dos estudos semióticos com os a análise da “morfologia dos contos” míticos russos, feita por Propp: “[d]efendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento”. Retomando o quadrado clássico do poder-fazer, trata-se de uma afirmação clara de liberdade e independência, a partir da aquisição de poder que rejeita a impotência (mero querer) e dispensa a obediência (mero dever). No caso, adicione-se:

A independência é muito amiúde afirmada no documento, com grande ênfase à performatividade que ela permite. Isso fica bem óbvio na enunciação das diretrizes da END, toda itemizada em verbos infinitivos que centralizam os programas de narração: dissuadir, organizar, desenvolver (não com surpresa, repetido nada menos que seis vezes nos 23 pontos), aprofundar, fortalecer, unificar, reposicionar, adensar, priorizar, promover, rever, estruturar, preparar (o único outro repetido), estimular, ampliar, capacitar, manter.

Ainda na temática das capacidades, após sobrepassar todo o restante da primeira parte que contém as heterôgeneas descrições de cada uma das três Forças, é forçoso mirar para as “principais vulnerabilidades da atual estrutura de defesa do País”, seção cujo conteúdo proposicional é marcado por um não-poder, mas cujo valor ilocutório é eivado de querer e dever, voltados inclusive para a população desde a primeira linha, que revela o “pouco envolvimento da sociedade brasileira com os assuntos de defesa e escassez de especialistas civis nesses temas”. Como seja mais interessante deixar marcada essa manifestação actancial na narrativa para os efeitos da conclusão, não é necessário detalhar os parágrafos seguintes, que rebatem reclamações contínuas que todo estudioso da defesa nacional já deve ter-se fatigado de presenciar, embora muito válidas: insuficiência e descontinuidade de recursos, obsolescência de equipamentos, má distribuição espacial, falta de articulação com o governo, inexistência de planejamento nacional e de regras de priorização, bloqueios tecnológicos exógenos, entre outras.

Completa a noção das vulnerabilidades a sombra das ameaças, descritas no trecho da END dedicado às “Hipóteses de Emprego”. São elas a “penetração nas fronteiras terrestres ou

abordagem nas águas jurisdicionais brasileiras”, “a ameaças de forças militares muito superiores na região amazônica”, a ultrapassagem dos limites de “uma guerra regional controlada, com emprego efetivo ou potencial de armamento nuclear”, “operações internas de Garantia da Lei e da Ordem” (onde se encaixa o combate às ameaças internas, como grupos de narcotraficantes) e “ameaça de conflito armado no Atlântico Sul”. Como se vê, na maior parte dos enunciados a actante antissujeito é omitido, exceto no caso da atorialização de “forças militares muito superiores”, novamente parte da reiterada retórica desafiadora aos países reconhecidamente desenvolvidos, que se fez comum nos discursos políticos do subcontinente.

Claro que há muitíssimos outros aspectos que merecem atenção e despertam a curiosidade, especialmente porque o presente trabalho tem todo o seu contexto situacional atravessado pelos interesses em analisar o caso específico do Brasil. Todavia, já feitos os apontamentos básicos, esse ímpeto precisa dar lugar ao imperativo de ter em conta os outros países da região, tanto para não tornar a análise demasiadamente desbalanceada, quanto para preservar a tentativa de fluidez em sua linearidade.

2.4. Chile

Devido a uma duradoura preocupação com a transparência nesse tema, é possível fazer a análise da segurança e defesa do Chile exclusivamente por meio de livros brancos, pois já são em número de três os que foram publicados desde 1997. Este primeiro, encabeçado pela assinatura do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle, é dividido em seis partes, quais sejam, “fundamentos da defesa”, “entornos que incidem na defesa”, “a defesa nacional”, “o cenário geográfico da defesa”, “as forças armadas” e “recursos econômicos para a defesa”, dentre as quais a atenção será voltada inicialmente para a terceira, porque é a portadora das definições diretas de segurança nacional e defesa nacional, juntamente com desenvolvimento nacional (e, à semelhança do Brasil, também uma quarta seção sobre a relação entre defesa e desenvolvimento).

Os formuladores preferiram começar a definição pela dêixis da contradição, em que refutam a distorcida “visão predominante na opinião pública” sobre a defesa como unicamente reduzida ao papel que os militares cumprem nela enquanto partícipes exclusivos

(p.70). Ao invés, ela deve ser entendida em sua polissemia, tanto qual função, qual organização, qual conjunto normativo ou qual desafio econômico, entendimentos estes que fazem alusão cruzada complementar à quinta e a sexta partes do livro, citadas anteriormente. De todo modo, a acepção mais universal informa que o conceito de defesa trata da “ação e efeito de conservar a posse de um bem ou de manter um grau suficiente de liberdade de ação que permita alcançar tal bem” (p.73), frase esta que bem poderia ser repetida sem alterações por um professor de semiótica que quisesse explicar o âmago das relações de junção com objetos de uso e objetos de base.

Mais especificamente, a função se refere às atividades que visam a salvaguardar o bem, a organização se refere aos meios materiais e humanos em que ela se materializa, o conjunto normativo alude ao marco jurídico supradeterminante; e o desafio econômico, às necessidades e recursos para tal. Logo a seguir, a abstração do objeto de valor positivo é materializada na figurativização da própria segurança: “a defesa nacional persegue alcançar uma condição de segurança externa tal que o país possa realizar seus Objetivos Nacionais livre de interferências exteriores” (p.73-74).

Com insistência, logo se faz outra distinção relacional entre ambos os termos-chaves: a defesa enquanto própria do nível político-estratégico, e a segurança como própria do nível político (p.74). Isso de pronto desafia o conceito de securitização que informa o entendimento fulcral do presente trabalho, razão por que convém retomar a concepção chilena da segurança para esmiuçar sua significação: ela corresponderia, segundo o decreto-lei Nº 181, de 1960, a “toda ação encaminhada a procurar a preservação da ordem jurídico-institucional do país, de modo que assegure o livre exercício da soberania da Nação, tanto no interior como no exterior”. Porém, essa concepção, dinâmica, é rejeitada em favor de outra, estática: “a segurança não se trata de 'ações', mas sim de uma 'condição' que se logra como produto de ações orientadas a atenuar ou eliminar certas vulnerabilidades” (p.71). Narrativamente, esse enunciado preferido pode ser reduzido à fórmula $PN = F [S_1 \rightarrow (S_2 \cup O)]$, em que PN = “segurança”, F = “ações”, O = “vulnerabilidades” e, na ausência de um destinador, S_1 e S_2 são sincretizados. Não havendo nesse enunciado específico a atorialização para tais actantes subjetivas, resta retornar ao ponto de que se partiu, em que seu ocupante é “país”, pois é esse

programa narrativo de privação que abre caminho¹³⁶ para o programa de aquisição descrito anteriormente, o qual busca a conjunção com os “Objetivos Nacionais”.

Embora reitere a diferença entre defesa e segurança, é apenas na definição desta que se encontra a complementação de um enunciado pendente acerca daquela: se a dita visão distorcida do senso comum considerava a defesa como concernente apenas às Forças Armadas, o enunciador governamental afirma que “[a] segurança nacional não é só questão de polícias e militares, mas também de desenvolvimento sócio-econômico, de coesão cidadã, de institucionalidade, de distribuição populacional, de nível cultural, etc.” (p.71). Ao passo que a baixa coerência definicional possa parecer desesperadora, pelo menos existe o consolo de que sequer os documentos bem-intencionados conseguem escapar do imbricamento entre esses dois conceitos que se vem tentando mapear.

Feita a passagem mediata, volta-se à outra pendência, à guisa de especificação: a segurança é considerada “política” e não “estratégica” por força de um significado amplo de bases na Antiguidade que assimila o político à esfera público, e não necessariamente ao debate e contestação, como é o caso das definições mais normativas da política. Essa inferência, aliás, é completada no mesmo parágrafo em que se revela a multidimensionalidade securitária em quatro eixos, nomeadamente, o interior (ordem interna e tranquilidade pública), o econômico (condições de desenvolvimento para todos os setores produtivos), o social (igualdade de oportunidades e acesso equitativo aos frutos do desenvolvimento), e o externo (independência nacional, soberania do Estado e integridade do território).

É reconfortante encontrar o seguinte trecho, que abrevia esforços explicativos e dispensa paráfrases por sua relativa concisão, não obstante o tamanho volumoso da citação:

Em síntese, se se analisa a totalidade dos riscos, perigos e ameaças que podem afetar um país, é possível considerar que se relacionam diretamente com a defesa aqueles que, por sua gravidade e transcendência, atentam de forma direta contra a sobrevivência do Estado, sua identidade ou o projeto nacional. Por outro lado, os riscos, perigos ou ameaças que se associam à delinquência, narcotráfico ou outros que afetem a ordem interior, constituem matéria de segurança interior e são objeto

136 Confirma-o um parágrafo intermediário: “[t]ampouco se pode considerar a segurança nacional como um fim em si mesmo, mas sim somente como um meio para lograr um fim superior: o bem comum, o qual tem expressão prática nos objetivos nacionais” (p.72).

de preocupação e responsabilidade a partir da perspectiva do desenvolvimento institucional. (p.74)

Descobertos os pontos principais, pode-se passar a indagar significações alternativas no Livro Branco de 2002, editado durante o governo de Ricardo Lagos: aqui, a Defesa passa de ação para objeto, porque “deve ser considerada como um bem público em um sentido integral”, embora siga sendo função básica e exclusiva do Estado, medianeira dos propósitos de proteger a população em termos existenciais e de desenvolvimento, preservar o território nacional e resguardar a capacidade do Estado para o exercício de sua soberania frente a ameaças externas, além de apoiar a consecução dos objetivos nacionais no âmbito internacional.

Acresce que a função de defesa pressupõe três programas anteriores, o primeiro de aquisição de poder-fazer-fazer (monopólio pelo Estado da força legítima), o segundo de fazer-poder-fazer (“que o Estado a organize, a dote de meios¹³⁷ e lhe assigne objetivos com um sentido nacional), e o último de fazer-fazer (“que o Estado realize esta tarefa de maneira continua no tempo, seja na paz ou na guerra”) (p.23).

Quanto à segurança, observa-se que ela aparece por primeiro na descrição de seu trinômio com a defesa e o desenvolvimento, tendo para com este a relação de que “consiste em uma condição que se deseja estabelecer para que se realizem os fins do Estado e da Nação, particularmente os do desenvolvimento social e econômico”, e para com aquela a relação de subordinação, no sentido de que “a segurança exterior se logra, primordialmente, através da função diplomática e da função de Defesa” (p.24).

Porém, enriquece-se a semântica da segurança por um aspecto antes não manifestado, que excede a divisão entre segurança interior e exterior para formar uma tripartição, cujo novo elemento é a “segurança ante catástrofes”, a qual “se consegue pela função 'Proteção Civil e Ambiental’”, embora esse sintagma não seja explicado no documento (e, até onde se pôde verificar, tampouco alhures). Não fosse o bastante, ainda há uma seção inteira para inserir outra denominação da segurança, baseada em certas propostas de regimes internacionais¹³⁸ e

137 No início do terceiro capítulo deste Livro, diz-se que esses meios incluem aspectos “materiais, humanos e morais que uma Nação pode opor às ameaças de um adversário” (p.74).

138 Mais especificamente, segundo King e Murray (2001-2002, p.585), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e em seguida o Grupo dos Oito (G8).

consolidada por parcela da academia preocupada com os estudos da paz, qual seja, a segurança humana:¹³⁹

O valor principal deste conceito reside em modificar a preocupação da segurança ao complementar o conceito tradicional focalizado no Estado com um enfoque centrado nas pessoas, de maneira a minimizar os efeitos negativos que surgem em um contexto de crescentes inseguranças e tensões. Com isso (...) se promove uma aproximação abrangente e se considera seu caráter multidimensional. (p.25)

É útil lembrar, com o fundamento teórico de Gary King e Christopher Murray (2001-2002, p.585), que o conceito de segurança humana veio bem a calhar para o caso chileno e para outros da América do Sul, conforme se verifica no decorrer do presente capítulo, porque ele teria consolidado o entrelaçamento de duas tendências dominantes de política externa dos anos 1990, a segurança militar e o desenvolvimento econômico. Porém, vale ressaltar que uma das críticas mais recorrentes, por quase obviedade, é que um conceito de segurança assim tão abrangente pode acabar por descaracterizá-la enquanto estado formado por atributos desiderativos específicos, já que abriria espaço para extremos de relativização individual.

Pode-se depreender tamanho comprometimento com o conceito de segurança humana que, no Livro Branco de 2010, o primeiro quadro já coloque, entre as “finalidades do Estado relativas à defesa”, um enunciado que sequer contém os vocábulos defesa ou segurança, mas se refira tão somente à esfera individual¹⁴⁰, para só então se referir ao dever do Estado em relação à coletividade, de “resguardar a segurança nacional, dar proteção à população e à família (...)” (art. 1º, inc. 5º da Constituição Política), inclusive limitando a própria soberania em respeito “aos direitos essenciais que emanam da natureza humana” (art. 5º, inc. 2º).

De resto, não se pode deixar de admitir a grande continuidade desse Livro do governo Sebastián Piñera em relação ao anterior quanto às definições gerais. Porém, quanto ao funcionamento do sistema, contempla mudanças simplificadoras no Ministério de Defesa, que teve diminuído o número de suas subsecretarias (p.121-122), aí inclusa a mudança determinada por uma reforma constitucional de 2005, pela qual as Forças de Ordem e Segurança (*Carabineros de Chile* e *Policía de Investigaciones*) passaram a integrar o

139 Para referências do debate acadêmico, recomenda-se PARIS, 2001; KING; MURRAY, 2001-2002.

140 Trata-se do Art. 1º, inc. 4º, da Constituição Política do Chile, datada de 1980: “O Estado está a serviço da pessoa humana e sua finalidade é promover o bem comum, para o qual deve contribuir a criar as condições sociais que permitam a todos e a cada um dos integrantes da comunidade nacional sua maior realização espiritual e material possível, com pleno respeito aos direitos e garantias que esta Constituição estabelece”.

Ministério do Interior, oficialmente convertido em Ministério do Interior e da Segurança Pública em fevereiro de 2011, segundo a lei Nº 20.502. Isso marca uma diferença importante a respeito do que ocorre, por exemplo, na Colômbia, em que se borram os limites de defesa, segurança nacional, internacional e pública, conforme se poderá notar a seguir.

2.5. Colômbia

O caso colombiano é relativamente desviante na América do Sul, tanto porque aí abundam documentos públicos de políticas de defesa e segurança, quanto porque elas estão entrelaçadas a um tal ponto que sequer o governo se preocupa em diferenciá-las. Para tomar um exemplo, em 2007 a segunda administração Uribe lançou a Política de Consolidação da Segurança Democrática definindo-a como “a política de defesa nacional da Colômbia”, e que é abrangente a ponto de incluir justiça social, controle territorial, proteção dos cidadãos contra ameaças, desmobilização e incapacitação de forças contrárias e combater a criminalidade urbana, entre outros aspectos. Como o *corpus* tomado para a análise das formulações deste país inclui um discurso presidencial enquanto opção preferida em relação à lei que ele descreve, resolveu-se fazer o mesmo com os outros dois documentos, de maneira a garantir maior uniformidade e, assim como se fez com o caso brasileiro, aproveitar as particularidades e o fato de que a política colombiana nessa área também já é bastante conhecida, para inserir um tipo de análise um pouco diferente que ajude a evidenciar possibilidades promissoras da perspectiva semiótica.

A começar pela Política de Defesa e Segurança Democrática, documento assinado pelo Presidente Álvaro Uribe Vélez em conjunto com a então Ministra da Defesa Nacional, Marta Lucía Ramírez de Rincón, registre-se que aparece seccionado em cinco partes principais: a primeira faz um panorama geral definidor da Política de Defesa e Segurança Democrática, a segunda descreve as ameaças visadas pelo Estado, a terceira delinea os “objetivos estratégicos” obstruídos por tais ameaças, a quarta traça as “linhas de ação” para lidar com esse embate, e a última consiste em uma página sobre financiamento e avaliação das políticas propostas.

Já no segundo parágrafo de sua carta introdutória, Uribe apresenta a entidade “Segurança Democrática” como deonticamente guiada por certos princípios e políticas “que

estão em desenvolvimento”, algo que fornece uma especulação inicial acerca do caráter inovador que ela teria, provavelmente em face de desafios também novos em alguma medida. Semelhantemente, situando esta política por uma dêixis temporal negativa, o presidente continua dizendo que “[e]ste Governo não faz suas as concepções de outras épocas como a “Segurança Nacional” na América Latina, que partia da consideração de um grupo ideológico ou partido político como ‘inimigo interno’” (p.5), de modo a tentar afastar a associação das ameaças presentes com aquelas que a compreensão de segurança na região privilegiava entre as décadas de 1960 e 1990.

Se esses elementos já inseriam um efeito pragmático de instigar a atenção para características distintas, sejam novas ou simplesmente atuais, dos “antípodas” do governo enquanto estandarte da “política democrática”, não demora muito para que isso seja confirmado na debreagem enunciativa por meio da qual Uribe recorda aos leitores dois atentados então bem recentes: o carro-bomba que explodiu junto à boate El Nogal, em Bogotá, a 7 de fevereiro de 2003, e a explosão de uma bomba em Neiva uma semana depois, cada qual com 35 e 16 mortes reportadas e ambos atribuídos às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Uribe prefere não nomear particularmente este antissujeito e, ao invés, generalizá-lo numa prosopopeia do terrorismo, em figura metonímica de substituição do ator pela ação. Tal substituição pode visar tanto ao não reconhecimento do Outro (este seria, afinal, um dos maiores objetivos dos grupos terroristas) enquanto partícipe do programa, quanto à ampliação do foco para um cenário maior, principalmente quando se tem em conta a alta apreensão mundial em relação ao terrorismo após os atentados de 2001 contra os Estados Unidos da América e suas bem conhecidas decorrências.

A menção ao também então recente¹⁴¹ acontecimento da explosão de uma bicicleta-bomba, responsável pela morte de um garoto de onze anos, invoca uma antítese que opõe a inocência da vítima à perversão dos terroristas. Mais que isso, tal prática pode mesmo estar impregnada de uma força ilocutória que vise a “criar um contágio estratégico” desse atributo de inocência nas demais pessoas afetadas pelos outros atos, minorando a politização de um lado ao mesmo tempo em que a exacerba do outro, provocando a securitização por meio de um ato de linguagem indireto (FORTIN, 1989, p.194-195)¹⁴². Não impressiona, pois, que a solução seja apresentada ainda no mesmo parágrafo, peremptoriamente: “[f]rente ao terrorismo só pode haver uma resposta: derrotá-lo. Aqueles que persistirem no uso desta prática criminosa suportarão todo o peso da lei”¹⁴³.

Novamente excluindo o Outro, figurativizado discursivamente no terrorismo e no parágrafo seguinte como “essa ameaça”, passa a haver uma coletivização do sujeito, em que o

141 A 17 de abril de 2003, em Fortul, município do norte colombiano localizado no Departamento de Arauca, fronteiro com a Venezuela. Nessa região, declarada “zona de guerra” por Uribe em setembro de 2002 (<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u45186.shtml>>, acesso em 28/07/11), e em que agiam guerrilheiros e paramilitares situados em polos alegadamente opostos do espectro político do país, reporta-se que havia forças dos Estados Unidos treinando uma brigada do Exército colombiano em operações “antiterroristas”. O Exército colombiano acusou as FARC de terem enganado a criança e a mandado levar a bicicleta com dez quilos de explosivos para uma base militar, onde a detonação ocorreria. A explosão aconteceu numa rua do município e deixou mais quatro civis com ferimentos graves. <<http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,OI101615-EI317,00-Explosao+mata+garoto+de+anos+na+Colombia.html>> (acesso em 25/07/11)

142 Nessa passagem, Fortin sugere que essa “contaminação da inocência” neutraliza politicamente os sujeitos-vítimas em relação aos alvos pejorizados do discurso. Uma boa alternativa, no entanto, é pensá-lo em termos derrideanos, conforme Donna Gregory introduz logo no início da mesma obra coletiva (1989, p.xv-xvi): nos pareamentos hierárquicos típicos do pensamento logocêntrico, um termo é rebaixado para significar e, sobretudo, salientar a importância superior do outro, fazendo-o dominante e quase sempre estabelecendo uma relação de oposição com soma zero.

143 Dizer que eles “suportarão todo o peso da lei”, a princípio, pode não ser identificado com a condição securitizante de excepcionalidade, mas o conteúdo proposicional desse ato de fala indireto está claramente impregnado de uma força ilocucionária de punição, indicada indubitavelmente não apenas pelos verbos em si, mas também na descrição narrativa de um programa tipicamente cumprido pelo destinador no percurso de sanção, o qual pressupõe *per se* “um absoluto de competência”, afinal, esta actante narrativa é a responsável pelo “fazer fazer” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.426).

enunciador se funde por meio de silepse de pessoa (“Los colombianos no cederemos”) e, em seguida, clama a “cidadania” como objeto-instrumento ou competência modal para a *performance*, ficando isso sintetizado pela asserção “[o] conceito-chave aqui é solidariedade. Solidariedade entre os cidadãos e solidariedade com a Força Pública”, ainda legitimada pela referência ao intertexto jurídico máximo da Constituição nacional (menção, aliás, de pretensões ilocutórias e perlocutórias bem especiais para um país cujo território se encontrava tão dividido entre grupos de interesses pouco compatíveis).

Pouco adiante, a solidariedade também é qualificada pelo dispositivo de modalização virtualizante do dever-ser (“necessitamos”) e estendida aos adjuvantes, oportunamente figurativizados nos “outros países”, em paralelo ao aparecimento de outra atividade “personificada”¹⁴⁴ como a actante de anti-adjuvante ou oponente, o “narcotráfico” aliado ao vilão que o discurso denomina de “terrorismo”.

A análise se enriquece às expensas de fragmentos que poderiam passar soslaídos, não fossem tão significativos: os protagonistas dos “novos conflitos” no discurso colombiano são investidos de uma simetria que, em um pensamento mais arrazoadado, não deveria encontrar correspondente exteroceptivo: em oposição à “soberania democrática” e à “soberania de nações”, encontra-se surpreendentemente a “soberania do terrorismo”¹⁴⁵. Esse artifício, longe de estar semanticamente esvaziado pela repetição espetacular do discurso antiterrorista pós-11/09, procura assertar a prescrição do “dever fazer” (prescrição) com seu correlato lógico no esquema positivo, o “não dever não fazer”, isto é, a permissividade¹⁴⁶.

144 Trata-se, evidentemente, do mesmo processo metonímico explicitado acima, e que paradoxalmente contém tanto um teor de personificação da atividade quanto uma negação dos correspondentes pessoais do mundo natural (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.324). Aliás, estas só começam a ser referenciadas nesse momento do texto, e ainda instrumentalizados como competências pragmáticas do programa narrativo paralelo (o do vilão), inclusive depois das “contas” bancárias que lhes dão suporte financeiro. Como se dizia, essas pessoas ficam completamente excluídas, algo novamente confirmado pela crueza acachapante e totalitária da frase que fecha o parágrafo em questão: “A luta é de todos contra o terrorismo”.

145 E, três parágrafos abaixo daí, a própria legitimidade é mostrada como dependente da “determinação de lutar *por igual* contra toda organização, grupo ou pessoa que ameace a segurança dos cidadãos, das instituições e da democracia” (ênfase minha).

146 Pouco mais sobre essa discussão da assimetria nas “novas guerras”, inclusive com referências à figura clássica do *jus gentium* chamada “guerra justa”, pode ser encontrado em MUSUMECI, 2011. Este artigo ora mencionado suscita uma inquietude pertinente para o presente texto: se, por um lado, o reconhecimento de *status* horizontal pode possibilitar a ação comunicativa segundo a normativa habermasiana; por outro, o indubitável fechamento ao diálogo que se encontra no discurso colombiano sob análise vem a confirmar como essas relações entre Estado e terroristas e narcotraficantes foi movida para o âmbito securitário que rejeita a possibilidade política de argumentação para privilegiar relações de força e coerção que, a princípio, deveriam ocorrer normalmente entre atores hierarquizados em patamares verticais. Essa rejeição é tanta que se nega até mesmo a necessidade de esses “grupos violentos” serem denominados com propriedade: é o que o presidente escreve uma página antes de encerrar sua introdução ao documento, “seja como forem chamados”.

É bem certo que logo abaixo um enunciado de estado qualificativo de “generosidade” para o sujeito elíptico “nós” externa outra possibilidade para a parte negativamente sobredeterminada dessa narrativa: a parada da continuação ou, discursivamente, “desmobilização”. Ela é inclusive afirmada enquanto algo próximo à continuação da parada (“albergar os que desistam da via violenta”), mas não há imediatamente ênfase à reinserção ativa desses antissujeitos hipoteticamente conversos, isto é, são bem fracos ou mesmo subalternos os indicadores de disposição ou tendência para que, num sentido inverso, ocorra continuação da continuação (progresso) ou parada da parada (reabilitação).

Ao contrário, esse sujeito identitário coletivizado positivo é o centro da movimentação e do fazer dominante na narrativa ali construída, algo bem perceptível nos sememas presentes no último parágrafo da exposição de Uribe, cuja compreensão dispensa maiores explicações além de uma simples justaposição: “avancamos”, “esforço de anos”, “perseverança”, “resultados”, “sustentável”, “demanda permanente”, “ânimo”, “não descansaremos”.

Na documento da Política de Consolidação da Segurança Democrática, seccionado de maneira semelhante ao anterior, também tem a parte mais pormenorizada é o delineamento dos objetivos estratégicos e, à diferença daquele, compreende as ameaças juntamente com o cenário estratégico, deixando mais enxuta a parte de descrições prévias. Na apresentação ao documento, ora feita pelo Ministro de Defesa Juan Manuel Santos Calderón (eleito para a Presidência a partir de agosto de 2010), se inicia precisamente pelo tema do progresso, o qual é cotejado à justiça social como construções resultantes de uma base de segurança, ou seja, deixa de entender esta como “um fim em si mesma” (p.9). O segundo parágrafo completa com a clássica definição que Buzan (1991, p.18-19) encontra para a segurança como liberdade de ameaça, mas contra os cidadãos e não apenas contra o Estado.

Precisando a dêixis temporal em relação a sua antecessora direta, reconhece-se que o “objetivo fundamental” da PDS-2003 foi “a recuperação do controle do Estado sobre a maior parte do território nacional, particularmente aquele afetado pela atividade de grupos armados ilegais e narcotraficantes”. Como se pode perceber claramente, isso já marca uma mudança significativa em relação ao texto escrito por Juan Manuel Santos quatro anos antes, por uma série de motivos: a atividade terrorista deixa de ser o inimigo principal para dar lugar a grupos de fato plurais, um deles ainda definido por sua prática criminosa do tráfico de entorpecentes, e outro observado por sua competência desafiadora ao Estado quanto à posse e uso legal de armas.

Ademais, a segunda administração se investe enquanto destinador no tocante à capacidade de avaliação da primeira, concluindo que os resultados logrados por esta “foram contundentes”, tendo produzido os frutos de uma melhora ostensiva da percepção de segurança nos colombianos, o aumento da confiança dos investidores e o progresso social. Mais que isso, pode-se inferir do parágrafo imediatamente sucessivo (p.10) um imbricamento da segurança e defesa nacionais com a segurança pública, já apontada pela ênfase nos cidadãos enquanto protegidos principais da PDS: isso porque, neste trecho da PDS, o Ministro escolhe citar certos indicadores de redução percentual para os resultados renunciados da política anterior, mas só os vincula por aproximação àqueles grupos mencionados, até porque eles não poderiam ser os perpetradores globais de todos os crimes enumerados nesses índices de queda (homicídios, sequestros extorsivos, homicídios coletivos, atentados terroristas e sequestros em bases ilegais)¹⁴⁷.

Ainda mais interessante é notar como o tema da novidade não se dissipou com o passar dos anos, porque, “como ocorre em todo processo dinâmico”, as ameaças começaram a se “adaptar às novas circunstâncias” e impor mimeticamente que seu combate continuasse sob outros parâmetros e com outras ênfases (p.10). Não parece ter outra razão a escolha de iniciar

¹⁴⁷É difícil deixar de lembrar, com essa listagem, da análise de Fortin (1989, p.193-194) sobre o texto antiterrorista: parece haver uma tendência por parte dos enunciadores, na formulação da isotopia do medo, a desafiar o leitor por meio de uma provocação retórica, no sentido em que a brutalidade funciona como “afirmação metalinguística que assinala o fim de qualquer equívoco possível ou construção alternativa sobre quem ou o quê é o terrorista”. Desse modo, o próprio texto agiria de maneira terrorista tanto convoca o temor da morte como estratégia de compromisso do enunciatário para com o enunciador, quanto quando justapõe certas práticas quase psicopáticas a outras lamentavelmente trivializadas (poderia ser o caso dos “homicídios coletivos”, que claramente invocam práticas de décadas atrás, mas que ainda são amplamente repugnadas pela memória social). Essa patologia além das margens da razão e da civilidade impulsionariam, na opinião desse estudioso, o fechamento precoce de questionamentos sobre “a problemática do terrorista enquanto pessoa, ou como reflexo de alguma formação social”.

o parágrafo com essas afirmações por uma locução adversativa, a qual se situa em oposição às estatísticas de sucesso das políticas, a fim de declarar a normativa de simultânea continuidade e transformação para haver também a continuação do sucesso.

Já que houve uma transformação discursiva das actantes do vilão e dos oponentes por meio do reconhecimento de sua individualidade (possibilitada por seu enfraquecimento em relação ao sujeito), a fala de Juan Manuel Santos deixa a entender que não é mais necessário ocultá-los ou generalizá-los: nesse sentido, informa-se que o “fenômeno do paramilitarismo no país” terminou a partir da “desmobilização dos grupos ilegais de autodefesa”, que contariam mais de trinta mil integrantes. Em paralelo, porém, o suposto vazio deixado pelo abandono do cenário por um dos atores teria sido preenchido por “bandos criminosos a serviço do narcotráfico, contra os quais se requer uma nova estratégia” (note-se, não à toa, a modalização atualizante).

Semelhante especificação ocorre com as FARC enquanto ator discursivo logo abaixo, descritas em primeiro lugar como enfraquecidas, desprovidas de competências e desideratos de conjunção para a consecução de seu programa, e em segundo como “forçadas a retroceder à fase da guerra de guerrilhas”, a qual é escrita por Santos como uma série de inconstâncias e covardias: “emboscadas esporádicas, rápidas fugas e ações terroristas” (p.10).

Ainda que a figura criticável da “narcoguerrilha” e seus derivados não sejam manifestados no discurso do Ministro, há que se perceber a conveniência da contiguidade de parágrafos entre a descrição do programa das FARC e a dos narcotraficantes, ambas bem parecidas, marcadas pelas mudanças adaptativas impostas pelo governo e pelas forças armadas e pela progressiva fragilização: “passaram de semear grandes extensões de cultivos ilícitos a pequenas parcelas em lugares de difícil acesso e camufladas com cultivos legais”. Aí há bem exposta não apenas a dificuldade dos vilões em espargir seus anti-objetos, mas também a fundamentação do significado no quadro de modalidades veridictórias, mais especificamente, segundo os metatermos contrários “segredo” (é, mas não parece) e “mentira” (parece, mas não é) (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.403-404, 532-533).

Descortinado o pano de fundo desse “novo cenário estratégico” que exige adaptações de ambos os lados, finalmente o programa correspondentemente novo do sujeito é adicionado ao texto: se o objetivo antes era retomar o controle territorial, agora passa a ser a consolidação desse domínio pelo Estado com o auxílio da Força Pública e das agências, bem como “a recuperação social do território”¹⁴⁸, o que vem a atender uma importante lacuna deixada pela apresentação da política anterior, aí inclusa a reintegração de certas zonas outrora condenadas pela violência ao isolamento dentro do próprio país, e também o “retorno da institucionalidade” (p.10-11).

O tom absolutizante da PDSD é mesmo relativizado na PCSD, a qual estabelece um gradiente de regiões de intensidade de operação das Forças e da Polícia Nacional (agora não mais coletivizados discursivamente sob a *dramatis persona* da “Força Pública”) segundo o grau de presença ameaçadora dos antípodas, “até que se possa garantir a atividade normal de todas as entidades do Estado”.

O Ministro faz uma adição bem relevante para o discurso ao reconhecer que a PCSD abraça a segurança urbana, “foco nevrálgico das preocupações de todos os cidadãos, cuja tranquilidade se vê afetada pela ação de bandos organizados de delinquência comum”. Isso não se trata apenas do já tão academicamente falado enovelamento do que alguns entendem como segurança nacional e segurança pública na Colômbia, mas, ainda mais

¹⁴⁸De fato, diz-se que a Doutrina de Ação Integral, introduzida na p.12 do documento, é desenhada para combinar “o uso legítimo da força com a ação social do Estado e da comunidade”.

preocupantemente, da securitização ou excepcionalização de um objeto referente admitido como “comum” no próprio discurso, o que pode conduzir a consequências perversas quanto à garantia de direitos e liberdades fundamentais¹⁴⁹.

Um problema correlato é o de perpetuação e consequente banalização da excepcionalidade, fantasma que parece pairar sobre as palavras seguintes de Juan Manuel Santos: “[a] estratégia de segurança democrática demonstrou ter todos os elementos para converter-se no eixo de uma política de segurança permanente e de longo prazo”. Não fosse a aparente disposição do governo em sempre alterar o conteúdo dessa política¹⁵⁰, poucas esperanças poderiam ser mantidas para o esforço de restauração da normalidade almejado no processo de dessecuritização.

No discurso de lançamento da Política de Segurança Cidadã, que constitui outra parte do *corpus* considerado para o caso colombiano, o pronunciamento de Santos começa com duas debreagens quase didáticas que servem de introdução a suas palavras: “[a] Colômbia de 2010 é radicalmente distinta à de dez anos atrás”. Na descrição da “Colômbia de 2010”, prevalece, evidentemente, o esquema sincrético (actancial/espacial/temporal) “eu/aqui/agora” característico da debreagem enunciativa (enunciação-enunciada), cujos valores sêmicos e isotopias são apresentados como radicalmente *contrários* àqueles que dominam no esquema “ele/lá/então” da debreagem enunciativa (enunciado) realizada para descrever o cenário pouco auspicioso da “Colômbia de dez anos atrás”.

Tendo escolhido simbolicamente a cidade de Cali para a alocução, Santos procurou fornecer certo contexto comum (continuidade) entre essas “duas” Colômbias, ao mesmo tempo em que ressaltava a melhoria qualitativa da “atual” sobre a “antiga” e procurava delimitar o problema que deve ser objeto da preocupação hodierna (e que a Política de Segurança Cidadã visa a resolver): há dez anos, houve o massacre de um grupo de camponeses em Macayepo, perpetrado pelos paramilitares da AUC (*Autodefensas Unidas de Colombia*), ao passo que “comandantes guerrilheiros se pavoneavam pela zona desmilitarizada do Caguán”. Hoje, contudo, alegadamente graças aos efeitos da PSD, “esses

149Embora, pouco depois, o enunciador volte a insistir, até com repetições realçadoras, que “[s]e configurará e aplicará uma política integral de direitos humanos que gere um processo sistemático de transformação a longo prazo rumo a uma cultura fortalecida de respeito aos direitos humanos por parte da Força Pública” (p.13).

150“Se os criminosos mudam, assim também devem mudar as estratégias para combatê-los, e por isso o princípio da flexibilidade será um dos diretores desta política” (p.12).

chefes militares e os políticos que os apoiavam estão pagando suas penas na prisão” e os membros das FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*) estão colhendo o resultado de insistir na violência, isto é, a morte. Porém, a preocupação atual seria a criminalidade, a delinquência comum, que “afeta a vida diária de todos os colombianos”.

Na análise do nível semiótico, ressaltar-se-ão as várias semelhanças que esse paralelismo conserva em si. Antes disso, cabe ressaltar que, no discurso de Santos, logicamente é a macroisotopia da segurança que dá a tônica principal, ainda que, a princípio, ela possa desdobrar-se nas isotopias de segurança pública e segurança nacional. A segurança funciona, portanto, como a cadeia sintagmática a ligar os conjuntos diversos de classemas, de forma a garantir homogeneidade ao discurso-enunciado. Entre esses classemas, podem-se invocar como exemplo as figuras indicadoras de “qualidade de vida”, valor que, quando em disjunção, gera “medo” e “impede de gozar os direitos que a Constituição garante”. Quanto a este último aspecto, a ênfase nesse discurso não vai tanto para o direito à vida ou à sobrevivência, como preveria a Escola de Copenhague (até porque a PSD teria dado conta dessa urgência) mas sim para as liberdades fundamentais, objeto para cuja preservação a PSC se destina.

Mais diversificados, no entanto, são os atores que compartilham o espaço-tempo da debreagem enunciativa em relação aos que se situam no âmbito da enunciativa: aqui, os que sofrem a violência são os cidadãos comuns em seu dia-a-dia, mesmo que se descrevam certos grupos mais vulneráveis, como os pobres, os idosos e as crianças; lá, o medo e as limitações eram mais generalizados, mas também há a identificação de alvos, e talvez ainda mais específicos, por critérios diferentes, como foi o caso dos camponeses de Macayepo.

Talvez uma das distinções figurativas mais interessantes, e que aliás recebeu mais atenção pela mídia por seu efeito ilustrativo, seja a oposição entre “cenoura” e “porrete”, que usa a expressão anglo-saxã “*carrots and sticks*” para designar as medidas previstas na PSC: para evitar a delinquência, a “cenoura” seria o investimento em educação, esporte e emprego; enquanto, no pólo “proativo”, o “porrete” seria garantido pelas reformas propostas aos Códigos e pela destinação de mais recursos para a Polícia Nacional, com vistas a modernizá-la.

Mais especificamente quanto ao nível narrativo, tendo-se em mente que as funções actanciais não são fixas, mas sim contingentes ao trecho enunciado em que se inscrevem e ao ponto de vista adotado, é possível identificar no pronunciamento sob análise as “Colômbias” como a atorialização de um *sujeito de estado* no cumprimento de dois diferentes programas narrativos, sob a influência de outros sujeitos antitéticos: o destinador ou *sujeito de fazer*, que procura afetá-la e direcioná-la na junção com determinados *objetos*, e os diferentes antissujeitos (estes, com seus respectivos antidestinadores e anti-objetos).

Num primeiro PN, situado no plano da debreagem enunciativa, o sujeito de estado ou destinatário (S_2) sofre a ação de antissujeitos fortalecidos, seja pela presença de antidestinadores fortes por trás destes (algo não esclarecido no nível discursivo do texto em questão), ou porque seu próprio sujeito de fazer / destinador (S_1), aqui interpretado atorialmente como o governo da época, se encontraria assaz enfraquecido, incapaz de colocá-la em conjunção com o objeto-valor da segurança: $PN_1 = F [S_1 \rightarrow (S_2 \cup O)]$, caracterizando um programa de *privação*, ao passo que os antissujeitos (atorializados como os guerrilheiros e paramilitares) logram disseminar seus anti-objetos (figurativizados discursivamente como o caos, o crime e a violência).

No segundo PN, da debreagem enunciativa, contrariamente, descreve-se o cumprimento de um programa de *aquisição*, porque o S_2 , tendo por trás de si um S_1 poderoso¹⁵¹ (que assume com sucesso as funções actanciais tanto de destinador-manipulador quanto de destinador-julgador), entra em conjunção com o objeto da segurança: $PN_2 = F [S_1 \rightarrow (S_2 \cap O)]$. Mais especificamente, S_1 manipula S_2 e o faz cumprir certo programa de competência ao adquirir um objeto modal, o poder-fazer (figurativamente no discurso, “poder viajar”, “poder trabalhar”, “poder gozar direitos”). Tais modalidades podem ser resumidas da seguinte maneira:

¹⁵¹Como as funções actanciais não são fixas, o cotejamento de outros discursos poderia, sem dificuldade, mostrar que o governo colombiano dos últimos tempos, ao exercer a função de sujeito-destinador domesticamente, seria destinatário (ou adjuvante) no plano internacional de um destinador ainda mais poderoso, os Estados Unidos da América. Esse aspecto, não evidenciado no pronunciamento ora em questão (embora o conteúdo semântico de *sticks and carrots* remeta a uma formação discursiva típica da segurança norte-americana, o que aliás seria uma boa oportunidade de exploração do contato entre as teorias linguísticas proposto por Diana de Barros), evidencia-se com as discussões sobre a subordinação da securitização da “guerra às drogas” à macrossecuritização da “guerra global ao terror”. A respeito, vejam-se, principalmente, BUZAN; WÆVER, 2009, e VILLA, 2009.

Ainda mais, quanto à função de destinador-julgador que Santos imbuí a seu governo, nota-se a ênfase em seu percurso de *sanção* (que, na semiótica, pode ser axiologicamente tanto positivo como negativo): aqui, são as figuras discursivas de “cenoura” e “porrete” que tomam parte, as quais assumem papel narrativo de recompensa e punição e são distribuídas aos sujeitos e antissujeitos de acordo com as junções em relação ao objeto. No nível profundo, conforme se verá a seguir, eles são eixos sêmicos importantes que ajudam a compreender o valor de que se reveste o objeto.

Por fim, nas profundezas do nível fundamental, dois exemplos bastam para corroborar o que se veio dizendo: o primeiro resolve a pendência tensiva entre “cenoura” e “porrete”, e o segundo ensaia uma abstração da semântica da segurança pública e da segurança nacional na Colômbia (ou, no mais das vezes, a lógica de segurança internacional que predomina em seu entendimento enquanto resultado de securitização). A partir da primeira oposição, já reduzida narrativamente para “recompensa” e “punição”, constrói-se o seguinte quadrado:

Tomando-se o conceito “crime” (eixo semântico da segurança pública) para tematizar o quadrado e relacioná-lo à “cenoura” e ao “porrete” discursivos de Santos, enxergam-se as seguintes relações tensivas: numa situação de obediência, não há necessidade de punição, o que possibilita o acionamento da recompensa; a recompensa procura assegurar a continuação

da parada do crime (liberdade); uma cessação da recompensa poderia ocasionar a impotência, ou seja, a parada da parada do crime; esta inércia do crime configura a anomia ou caos social (independência) e engatilha o mecanismo da punição, que visa a produzir a parada da continuação e, finalmente, restabelecer a obediência, que possibilita a continuação da recompensa, e assim por diante.

Talvez ainda mais interessante seja notar que essa estrutura tensiva fundamental possibilita trabalhar o eixo semântico da segurança internacional segundo a lógica da securitização, que constitui o segundo exemplo prometido para fechar a consideração do caso colombiano: como se vê no quadro abaixo, a insegurança inercial (continuação da continuação) inspira um anseio por não-insegurança (parada da continuação), que se traduz no movimento de securitização capaz de instalar a segurança por meio de medidas extraordinárias (continuação da parada). Porém, se a inércia desta parada é rompida, mina-se a situação excepcional de segurança (parada da parada), de modo a tender-se novamente para a insegurança. Se não for a origem pretendida do percurso gerativo do sentido da segurança cidadã na Colômbia que o atual presidente procurou traçar em seu discurso, ao menos parece uma interpretação válida e coerente com a seu atributo axiológico normativamente positivo por meio da associação com a recompensa e liberdade, oposta semântica e sintaticamente à insegurança enquanto instabilidade e punição.

2.6. Equador

A Política da Defesa Nacional do Equador, de 2002, que o próprio enunciador admite também poder ser chamada Livro Branco da Defesa, repete a organização da maioria das outras, com seu prólogo, introdução, delineamento do cenário político estratégico, descrição da política de defesa e seus componentes, das Forças Armadas, informações sobre a economia

de defesa e o apoio ao desenvolvimento (incluindo empresas militares), e se encerra com considerações sobre medidas de confiança mútua e compromissos internacionais, dos quais põe em relevo os contextos hemisférico, regional e sub-regional¹⁵². Além de sua exposição ser facilitada pelo fato de ter grande semelhança com outros documentos antes vistos, a sua redação consideravelmente descomplicada permite uma descrição mais rápida e ágil do que as outras, embora o número de citações diretas fique aumentado por sua concisão e simplicidade que afastam a necessidade de perífrases.

No prólogo, o Ministro de Defesa Nacional, Almirante Hugo Unda Aguirre, dita o mantra de que “[o]s assuntos da defesa nacional não são de responsabilidade exclusiva do setor militar, mas sim da sociedade em seu conjunto, já que a devemos entender como um bem público e como um direito e um dever cidadãos”¹⁵³. Este direito e dever, por sua vez, fundam-se sobre valores “que integrem a todos os setores e níveis da sociedade equatoriana para preservar o ordenamento jurídico, a soberania, a paz e o bem-estar cidadão, a fim de lograr, todos, o bem comum”. Nesse sentido, resume os objetivos da defesa nacional nos seguintes pontos:

exercer controle efetivo o espaço territorial para salvaguardar a integridade e soberania do Estado; proteger a vida da população e dos recursos; garantir o ordenamento jurídico do Estado equatoriano por meio da preservação do estado de direito e das instituições democráticas; fortalecer a consciência nacional e a participação cidadã para cumprir as tarefas da defesa, e contribuir para a paz mundial (...).

Para cumpri-los esses programa, coloca como sujeito apenas as Forças Armadas, “afirmadas em sólidos valores institucionais, dotadas de capacidade operativa e sujeitas a uma administração eficaz e transparente”, sendo esta, por obviedade, o governo em seu papel de destinador. No entanto, a dotação das competências não tem origem definida nessa fala do Ministro, ficando apenas a pista igualmente esperada de que os recursos orçamentários são insuficientes para cobrir os requerimentos operativos.

152 Por falta de numeração de páginas na versão usada para análise, procurar-se-á fazer menção às seções do documento em que as informações descritas se encontram.

153 Mais à frente, pouco antes de traçar os interesses e objetivos nacionais, o documento afirma que “[a] participação da sociedade e do Estado nos assuntos de segurança e defesa diante dos novos contextos globais é a base de uma 'cultura de defesa', que a identifique como um bem público, de responsabilidade não exclusiva do setor militar, mas sim da sociedade em seu conjunto”.

Quanto à segurança, é o General de Divisão Oswaldo Jarrín, Subsecretário de Defesa Nacional, que assina sua delimitação, embora haja menção prévia a concepção de uma nova definição, embora referencie a Estratégia de Segurança Nacional norte-americana como influência hemisférica, e também a situe *en passant* como atributo ao lado do desenvolvimento. Ela só é mais especificada, de fato, quanto às suas ameaças: ao passo que as tradicionais são vislumbradas como menos prováveis, as “emergentes” as complementam e “põem em risco a população, a integridade territorial e a soberania nacional. Não são de caráter estatatal, mas transfronteiriças, difusas, imprevisíveis e de afetação regional à estabilidade, à democracia e à paz”. A mesma seção, ainda, anuncia que este documento de 250 páginas inclui a delimitação de “responsabilidades e formas de cooperação para combater o narcotráfico, o crime organizado e o terrorismo; assim como as formas de cooperação na segurança cidadã e na segurança pública”, fazendo, assim, agrupamentos conceituais até bem precisos, que ajudam bastante na separação das respectivas significações.

Ainda nesse tocante, o panorama sobre o cenário estratégico também contém apontamentos valiosos sobre a segurança, porque pinta entre as “novas ameaças à segurança e defesa”, antissujeitos, anti-objetos e antidestinadores tais como “extrema pobreza e injustiça social”, terrorismo, grupos radicais, fundamentalistas religiosos, narcotráfico, redes criminosas (descritas como “ameaça da humanidade” e geradoras de “um vasto sistema de corrupção, violência e degradação humana”), governos que apoiam movimentos terroristas e fundamentalistas e buscam armamentos nucleares, químicos e bacteriológicos; a degradação do meio ambiente, e a escassez de recursos naturais. Embora não seja possível nem intencional fazer aqui um exercício de semiótica visual, a ilustração que acompanha esse parágrafo é muito simples e eficaz na figuração das ameaças enquanto cinturão transcendente que paira em sua malignidade sobre todo o globo terrestre.

A relação entre política de defesa e segurança aparece na segunda página da seção “Política de Defesa”, em que esta, “em seu componente militar, incorpora aspectos tais como a prevenção de conflitos, a gestão de crise, o controle do comércio de armamentos, o estabelecimento de regimes mais estritos de segurança e controles frente a riscos”. Já nos setores “político e social, as consequências da insegurança social e econômica sobre os sistemas de governo são um fato de alto risco que tem relação com os efeitos de uma economia mundial integrada sobre um Estado debilitado” por “desequilíbrios estruturais que afetam o tecido social, geram situações de violência, confrontação e crise de representação política”, com a consequência de fazer ser questionada a própria representatividade e legitimidade dos governos.

É na seção que locuciona os interesses e objetivos nacionais que se encontra, enfim, a definição de bem comum, antes conceituado como fim último (objeto de base) da defesa nacional, e ora complementado pela já trabalhada relação com a segurança:

A realização desses valores, interesses e aspirações é o que se denomina o bem comum da nação. O conceito de bem comum se traduz nos objetivos nacionais que são a expressão da vontade dos interesses e aspirações do povo que, em uma determinada fase de sua evolução histórica como nação, trata de satisfazer para alcançar a segurança e o bem-estar da comunidade.

Aliás, a própria segurança é o tema específico da seção seguinte: além de integrar os objetivos de interesse nacional juntamente com a integridade do território, a soberania da nação e sua integração, a democracia, o desenvolvimento integral sustentável e a justiça

social, ela é descrita como “centrada no ser humano, abandonando sua exclusividade militar para passar a ser multidisciplinar, abarcante de todos os campos e áreas do conviver nacional e internacional”. Ademais, realçando o conceito até em negrito, a instância enunciativa coloca que ela é “uma condição na qual o Estado considera a inexistência de qualquer forma de agressão externa, pressão política e coerção, de modo que se criem as condições necessárias para que a nação encontre um ambiente de paz, bem-estar e desenvolvimento”.

Esse programa narrativo idealizado de estado conjuntivo com a segurança tem óbices, manifestadamente, nas ameaças. Na descrição destas, o governo equatoriano não hesita em fazer menção direta e específica ao transbordamento fronteiriço dos “efeitos do conflito interno na Colômbia”, um tipo de acusação ao vizinho que não é tão usual nos expedientes de muitos outros países sul-americanos. As principais sequelas da baixa segurança fronteiriça colombiana ao Equador seriam o “incremento de deslocados internos e refugiados, altos índices de violência urbana e rural e ações criminosas relacionadas com a presença de grupos ilegais armados e o crime organizado na área”.

Acerca da Política de Defesa Nacional de 2006, cumpre dizer que o governo de Alfredo Palacio a justifica enquanto atualização que “responde à necessidade da sociedade e do Estado equatoriano de reinserir-se em novos cenários mundiais e regionais”, mudanças geopolíticas, avanços tecnológicos e novas aspirações. Porém, as causas dessas alterações, discursivizadas como a globalização e a Declaração do Milênio das Nações Unidas, já estavam presentes entre as condições de produção do documento de 2002, tornando difícil uma perlocução amplamente acolhedora dessa motivação no ato de linguagem de Palacio.

Pode-se continuar a buscar razões na primeira parte do miolo do documento, intitulada exatamente “considerações para a atualização da política de defesa nacional”. Aqui, o foco desde o início da narração seria o contexto regional e sub-regional, ou seja, o continente americano (segurança hemisférica), que estaria em uma fase de transição pela incorporação da agenda política multilateral de segurança e pela implementação de medidas de confiança explicitadas na Declaração sobre Segurança das Américas; e a América do Sul, que teve no âmbito andino a formulação dos *Lineamientos de Política de Seguridad Externa Común*, nos bolivarianos a Declaração Conjunta dos Ministros da Defesa e, no plano bilateral, a Declaração Conjunta dos Ministros de Defesa do Equador e Colômbia (p.15).

Após invocar mais regimes e organismos multilaterais que ajudaram na redefinição estrutural, constrói-se uma nova relação entre política de defesa e segurança integral, aquela promovendo a cooperação dentro da agenda prevista para esta, a qual, segundo se entende, “responde ao reconhecimento de que as atuais ameaças, preocupações e outros desafios à segurança são problemas intersetoriais, que requerem respostas múltiplas, com a concorrência dos setores público e privado e uma ampla convocatória e legitimidade social” (p.16).

Embora o Livro de 2002 mencionasse o conflito entre Equador e Peru e a guerra das Malvinas como “a expressão armada mais recente de enfrentamentos entre Estados” na América do Sul, o Livro de 2006 inova ao trazer, dentro da parte do contexto sub-regional, uma subseção exclusivamente dedicada às relações com esse país, além da repetição da ênfase das relações com o vizinho colombiano que já estavam antes manifestadas. Isso em boa parte devido aos crescentes diálogos bilaterais, que culminaram na concordância de ambos em integrar a área andina como zona de paz, e na assinatura da Convenção de execução da demarcação da fronteira comum, em julho de 2002. Com isso, há muito mais de uma axiologização semântica positiva do Peru enquanto adjuvante do que como antissujeito, mesmo que antes debruado na dêixis espaço-temporal “lá/então”.

Ainda no anseio por novidades significativas, pode-se passar rapidamente para o cotejamento do Plano Equador, quando assumiu o presidente Rafael Correa, pelo qual, a partir de 2007, a política de defesa “está baseada na proteção da população, dos recursos naturais, do patrimônio nacional e o controle efetivo de seu território” e faz parte da política de segurança enunciada de pronto como “segurança humana”. Vale reconhecer que este sintagma já estava presente nos documentos de 2002 e 2006: no mais antigo, com raras manifestações, e ainda assim apenas como mais uma entre várias possibilidades de consideração, com a qual o Estado não necessariamente afirmava comprometimento individual; no intermediário, também com somente três ocorrências, como uma sugestão externa (da OEA) para a segurança hemisférica. Porém, o documento de 2007 a abraça entusiasticamente, porque tem no conceito de segurança humana seu eixo conceitual primário¹⁵⁴.

A *raison d'être* do Plano Equador, além da reafirmação privilegiada da segurança humana, seria também consolidar “uma plataforma de ação integral para a fronteira norte do

¹⁵⁴ Já a primeira frase não deixa dúvida: “[o] Plano Equador é uma política do Estado equatoriano que concebe a segurança humana como o resultado da paz e do desenvolvimento”, algo muito em consonância com as demais atualizações discursivas desse conceito, consideradas *supra*.

país”, o que vem a mirar com acuidade aquelas prenunciações do conflito interno colombiano enquanto preocupação fundamental. Não à toa, o outro enunciado de estado na primeira página do documento afirma que “[o] presente plano é um ponto de partida que estabelece a agenda política do Governo com relação à fronteira norte”, porque nela vinha havendo “um progressivo deterioramento da segurança e das condições sociais e econômicas” (infere-se, pelas consequências do Plano Colômbia, em prática desde 1999). A menção a esses dois setores, veja-se, é bem própria da irmanação conceitual de base com o desenvolvimento em seu percurso gerativo de sentido:

Como se sabe, porém, o estranhamento se fez recrudescer, atingindo um ponto crítico em março de 2008, por força da incursão de forças militares colombianas no território do Equador para atingir um assentamento das FARC e assassinar um de seus principais líderes, Raúl Reyes, gerando o movimento de tropas tanto do país agredido como da Venezuela enquanto aliada. Solucionada alguns dias depois pelo diálogo encorajado no âmbito regional, a tensão pode ser considerada um dos fatores para certas mudanças institucionais no Equador, que incluíram a ratificação por referendo, em setembro daquele ano, de novo texto constitucional¹⁵⁵ que já estava em elaboração três meses antes do entrevero; e também a promulgação da Lei de Segurança Pública e do Estado (Lei Nº 35, de 28/09/09), cujo próprio nome confirma o paralelismo de preocupações entre segurança individual e estatal, mas não contém formulações distintas o suficiente para que sejam retrabalhadas aqui.

¹⁵⁵ Que, aliás, traz em seu art. 393: “O Estado garantirá a segurança humana por meio de políticas e ações integradas, para assegurar a convivência pacífica das pessoas, promover uma cultura de paz e prevenir as formas de violência e discriminação e o cometimento de infrações e delitos. O planejamento e aplicação destas políticas se encarregará a órgãos especializados nos diferentes níveis de governo”.

2.7. Paraguai

Dos documentos de segurança e defesa paraguaios, até agora só parece ser relevante considerar a Lei de Defesa Nacional e Segurança Interna¹⁵⁶, da transição entre os colorados Raúl Cubas Grau e Luiz Ángel González Macchi em 1999. Em geral, este curto “Documento Branco” aponta para características já anteriormente vistas, o que tornará seu tratamento aqui bem sucinto: defesa nacional como sistema de políticas, procedimentos e ações desenvolvidos exclusivamente pelo Estado para enfrentar agressões externas à soberania, independência, integridade territorial ou ao ordenamento constitucional democrático; segurança interna como “situação de fato na qual a ordem pública está resguardada, assim como a vida, a liberdade e os direitos das pessoas e entidades e seus bens”.

Note-se, apesar do adjetivo “interna” empregue para a segurança, que a lei desde a introdução se admite enquanto instrumento de política externa, já que “mostra a nossos aliados e amigos que o Paraguai está modernizando suas estruturas. Em resumo, estabelece um caminho conveniente e adequado para assegurar nossa segurança agora e no futuro”. Essa debreagem em direção ao futuro, embora seja de inferência lógica em absolutamente todas as políticas de segurança e defesa pelo próprio fato de elas lidarem com o risco, é pouco usualmente manifestada no nível discursivo. No entanto, o documento paraguaio a reitera com afinco e até causa estranheza, conforme se vê no parágrafo imediatamente posterior: “[a] presente Política de Defesa é o marco que guia nossos esforços nacionais em resposta aos futuros problemas de segurança nacional e internacional”. A estranheza, não deve suscitar muita dúvida, é quanto ao aparente paradoxo da relação “resposta aos futuros problemas”: parece válido cogitar, a partir daí que, à diferença de outros países, o Paraguai não identifica nenhuma ameaça presente tão preocupante para exigir resposta, mas procura preparar-se às eventualidades¹⁵⁷, como sói nos esforços militares em países declaradamente pacíficos.

156 FERREIRA (2010, p.262) informa que, poucos anos depois da queda do presidente militar Stroessner, houve tentativa de reformar as forças armadas paraguaias por meio de duas leis, em 1991 e 1993, as quais, embora aprovadas, não implicaram mudanças substanciais. O mesmo fracasso teria acontecido, ainda segundo sua opinião, com a iniciativa de reformar certas leis da organização militar, especialmente em 2007. Porém, coincidiu com a ascensão de Fernando Lugo ao poder, e seu ministro de defesa proveniente do quadro de militares reformados, um novo ânimo para as reformas, alegadamente impulsionado por certas percepções de armamentismo no subcontinente e, em particular, na vizinha Bolívia, que guarda uma reivindicação histórica sobre o Chaco paraguaio.

157 Em coerência, a seção que relaciona a política de defesa à política exterior contém a certeza confiante: “é claro que qualquer desafio à segurança e defesa do Paraguai será limitado e localizado”.

A impressão se confirma, após uma descrição em seis pontos sobre a “segurança integral”, com outra adjetivação incomum no subcontinente: “esta política contempla o controle de ameaças de baixa intensidade como o narcotráfico, o tráfico de armas, o terrorismo, as migrações ilegais, as agressões contra a identidade e unidade nacionais e a deterioração do meio ambiente, entre outras”. Sendo estas famosas “novas ameaças” pouco securitizadas, resta observar os seis pontos para esclarecer os objetos mais prementes, todos eles referindo-se a elementos tradicionais (exceto, talvez, o elemento mais societal configurado pela referência à identidade da Nação):

1. A existência do estado Paraguaio, sua liberdade, independência e soberania.
2. A integridade da população nacional e do patrimônio da República, tanto tangível como intangível, dentro e fora do país.
3. A plena vigência do Estado de Direito e das Instituições democráticas.
4. A preservação da identidade e unidade da Nação.
5. As condições propícias para a consecução e/ou manutenção dos objetivos nacionais.
6. A permanência das condições de estabilidade e previsibilidade indispensáveis para o normal desenvolvimento da vida nacional.

Logo também é feita a invocação dos “outros Estados” como auxiliares, desde que haja a coincidência de interesses nacionais, “tais como a proteção e conservação do ambiente e outras ameaças de caráter transnacional tais como o narcotráfico, o terrorismo e o tráfico de armas”. Trata-se, portanto, de uma narrativa heróica compartilhada por vários sujeitos sem um destinador atorializado comum, mas sim automovidos em seus ímpetos individuais consonantes pela conjunção com objetos igualmente semantizados.

Não há por que deixar de notar, já que não se fez até agora em nenhum outro caso, que muitas das enunciações paraguaias compartilham uma isotopia de severidade não apenas por restrição de recursos, como é o caso da maioria dos vizinhos, mas sim de intensa deontização do valor da autodisciplina, em especial no trato das Forças Armadas: “serão submetidas a uma série de melhoras em sua eficiência, por meio do aperfeiçoamento”, “transferência de recursos de funções logísticas para áreas operacionais nas fronteiras”, “mudanças radicais nas operações, de maneira que os padrões profissionais sejam alcançados e sustentados (...) em uma nova e exigente carreira profissional”. Essas figuras podem ser abstraídas para o seguinte esquema fundamental:

Tanto é assim que não há atenuação nas propostas de reformas para o setor de defesa, seja em sua abrangência, seja na repetição do programa de submissão das Forças à superioridade destinadora da autoridade civil: “para assegurar o controle da autoridade constitucional civil sobre as FFAA, se formula a reforma total da Defesa, devendo ser ela iniciada por várias frentes tais como a reformulação dos conceitos de segurança e defesa abarcando todos os interesses nacionais”.

Para confirmar outros aspectos ressaltados e certificar a semelhança com os vizinhos, vale lembrar que “a Segurança Integral da República aparece como um fim, e a Defesa Nacional como um conjunto de atividades que têm por objeto amparar, livrar e proteger a Nação em seu conjunto de todo perigo, dano ou risco, proveniente do exterior ou interior”. Nesse sentido, em conclusão, a defesa se reafirma como multissetorial, bem de acordo com a tendência de ampliação identificada pela Escola de Copenhague: “assume então um alcance que rebaixa amplamente o âmbito dos interesses puramente militares, e abarca os campos Político, Econômico, Militar, Psicossocial e Científico-Tecnológico, envolvendo em consequência tudo que constitui um Interesse Nacional”.

De desenvolvimentos recentes, por fim, tem-se uma tensão em março de 2010, sob a administração Lugo, que envolveu o então Ministro da Defesa, Bareiro Spaini, responsabilizado por enviar uma carta para a embaixadora dos Estados Unidos com conteúdo de reclamação sobre uma suposta imiscuição em questões internas. Embora tenha contribuído para a renúncia do ministro meses depois, ainda não foi o suficiente para concretizar em formulação de novas diretrizes as reformas por que se vem ansiando mais enfaticamente há pelo menos três anos.

2.8. Peru

O Peru teve seu Livro Branco da Defesa Nacional elaborado durante o governo Alejandro Toledo desde o Decreto Supremo Nº 009/SG, de setembro de 2002, aprovado como secreto em abril de 2004 e publicado somente um ano depois. Os capítulos em que se organiza, não muito inovadores sequer em sua ordem, são referentes a “globalização e mudança”, o “Peru no mundo”, “política de Estado para a Segurança e Defesa Nacional”, “Sistema de Segurança e Defesa Nacional”, “Ministério de Defesa”, “Comando Conjunto das Forças Armadas e Forças Armadas”, “projeção internacional das Forças Armadas”, “reforma do setor de defesa”, e “recursos econômicos para a Defesa Nacional”.

Na apresentação do livro, feita em simples quatro parágrafos por Toledo, já se resgata uma informação valiosa: “[e]xistem ameaças de diversas naturezas, umas, provenientes do interior do país e outras, do exterior”, e são elas que informam os deveres estatais de defender a soberania, garantir a vigência dos direitos humanos, proteger a população, e promover o bem-estar geral “que se fundamenta na justiça social e no desenvolvimento integral e equilibrado da Nação” (p.3).

Na interpretação da “letra e espírito da Constituição” (art. 44), vigente desde o derradeiro dia de 1993, o presidente encontra como pilares do Estado “a Defesa e o Desenvolvimento”, o que constitui mais um exemplo de regularidade internacional discursiva sul-americana. Também interessadamente, ele diz que a política de Segurança e Defesa Nacional está baseada num saber-fazer, qual seja, “o diagnóstico da realidade nacional, a formulação de objetivos e o estabelecimento de políticas e estratégias correspondentes” (p.3), todas essas figurações discursivas de um programa de aquisição daquela competência endotóxica atualizante, mas ainda não exatamente descrevendo o enunciado pragmático que se lhe seguiria.

No último parágrafo de seu entendimento sobre o texto que prefacia, o presidente revela a intertextualidade com o pré-construído multilateralmente na Conferência de Segurança das Américas, de 2003, quando se definiu que “a paz é um valor e um princípio em si mesmo e se baseia na democracia, justiça, respeito aos direitos humanos, solidariedade, segurança e respeito ao Direito Internacional”. Diz o presidente que tal definição, “não só a fazemos nossa, mas também a pomos em prática, a nível interno, contribuindo com o

desenvolvimento humano – impulsionado pelas Nações Unidas – e consolidando a união do povo peruano” (p.3).

Outra influência foi o Acordo Nacional assinado em 2002 pelo Presidente da República com ex-presidentes, líderes de partidos políticos, chefes de organizações econômicas, sociais, culturais, religiosas e sindicais, o qual estabeleceu a Nona Política de Estado, alcunhada “Política de Segurança Nacional”. Nesta, declara-se que “a Segurança Nacional é uma tarefa que envolve a sociedade em seu conjunto, os organismos de condução do Estado, em especial as forças armadas no marco da Constituição e das leis”. No término deste parágrafo do livro, afirma-se que, por consequência, “a Defesa Nacional é responsabilidade permanente de todos os peruanos” (ib., p.8)¹⁵⁸, deixando subentendida a Defesa enquanto programa narrativo subordinado ao programa de aquisição de segurança.

Mais pormenorizadamente, das 31 políticas resultantes do Acordo Nacional, o Livro Branco (p.64) menciona oito diretamente relacionadas com a de Segurança: a primeira, de fortalecimento do regime democrático e de Estado de Direito; a terceira, de afirmação da identidade nacional; a sexta, de política externa para a paz, democracia, desenvolvimento e integração; a sétima, de erradicação da violência e fortalecimento do civismo e da segurança cidadã; a 25ª, para acautelar a institucionalidade das forças armadas e seu serviço à democracia; a 27ª, visando à erradicação da produção, tráfico e consumo ilegal de entorpecentes; a 28ª, pela plena vigência da Constituição e dos direitos humanos, inclusive acesso à justiça e independência judicial; e a trigésima, com o fim de eliminar o terrorismo e afirmar a Reconciliação Nacional.

O capítulo III dispõe a defesa nacional como “conjunto de medidas, previsões e ações que o Estado gera, adota e executa em forma integral e permanente; se desenvolve nos âmbitos externo e interno”; e a segurança como “situação na qual o Estado tem garantida sua independência, soberania e integridade, e a população, os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição”, situação que contribui para “a consolidação da paz, o desenvolvimento integral e a justiça social, baseada nos valores democráticos e no respeito aos direitos humanos”, mas desafiada por “novas ameaças e outros desafios” que “constituem problemas

158 Também foi esse Acordo que assinalou os Objetivos peruanos, a saber, democracia e estado de direito, equidade e justiça social, competitividade do país, e eficiência, transparência e descentralização do Estado. São esses objetivos que fundamentaram o desenho de 31 políticas de Estado, das quais, como se disse, a nona é a correspondente à de Segurança Nacional (ib., p.63).

complexos que requerem respostas multissetoriais, complementadas pela sociedade civil” (p.62).

A relação entre ambas, muito aproximada, perpassa pela ação do Estado, o qual “garante a Segurança da Nação mediante o Sistema de Segurança e Defesa Nacional¹⁵⁹, que tem por função preparar, exercer e dirigir a Defesa Nacional em todos os campos da atividade nacional”. Novamente, a relação é entre constituinte e constituído, na medida em que se busca estruturar os esforços de Defesa em conjunto com o Desenvolvimento, com o fito de selecionar, preparar e fazer usar os meios estatais para manter a Segurança Nacional, “tanto na frente externa como na interna” (p.62).

A separação em externo e interno acompanha as ameaças, que neste âmbito se concretizam em “grupos terroristas e subversivos”, “grupos radicais que promovem a violência social”, “crime comum organizado”, “tráfico ilícito de drogas”, “corrupção” e “deprecação do meio ambiente”; ao passo que, naquele âmbito, se configuram em “doutrinas de segurança incompatíveis com a vigência do direito internacional”, “crises em função de escassez de recursos naturais de valor estratégico” e “terrorismo, narcotráfico e crime internacional” (p.63).

2.9. Uruguai

As Bases para uma Política de Defesa Nacional do Uruguai, datadas de 1999 (fins do governo de Julio María Sanguinetti), estão divididas em onze capítulos, sendo os três primeiros dedicados ao protagonista, seus interesses e o cenário em que se encontra e age (II-“Nosso país”, III-“interesses nacionais”, I-“situação internacional”); os quatro seguintes narrando os programas de ser e fazer, e os objetos de uso e de base da Defesa Nacional (IV-“conceito”, VI-“condução”, VII-“papel das Forças Armadas”, V-“objetivos”); mais dois sobre programas narrativos complementares (VIII-“política de defesa e política exterior”, IX-“políticas de defesa”) e dois finais sobre outros actantes (X-“Ministério de Defesa Nacional”, XI-“Forças Armadas”).

¹⁵⁹ Integrado pelas seguintes entidades: Conselho de Segurança Nacional, Sistema de Inteligência Nacional, Sistema Nacional de Defesa Civil, Ministérios, Organismos Públicos e Governos Regionais (ib., p.67)

No primeiro parágrafo do prólogo, o Ministro de Defesa Nacional, Juan Luis Storace, ajusta a debreagem inicial enunciativa como um programa de aquisição cujo objeto positivo é a própria publicação oficial sobre Defesa, porque ela é considerada competência endotóxica atualizante para o programa situacional do sujeito, ou seja, ela consiste um “saber-ser” discursivizado na carência que o país tinha de um documento como esses. Logo a seguir, a debreagem enunciativa insere o enunciador-destinador discursivamente coletivizado que faz-saber-ser, sendo o sujeito-enunciatário atorializado tanto no público interno como no externo, assim como se viu ser comum noutros documentos semelhantes: “consideramos conveniente contar com um documento que, igualmente ao que fizeram outros países, informe à sociedade e à comunidade internacional sobre os objetivos e instrumentos de nossa Defesa Nacional”.

Informa, ainda, que essas Bases são a introdução para um futuro Livro Branco propriamente dito, bem como para a elaboração das doutrinas individuais de cada Força, esforços para os quais se espera contar com o auxílio das esferas governamentais e acadêmicas especializadas na matéria, e para os quais se prevê uma duração de anos sob coordenação do Ministério da Defesa.

Em prosseguimento, conta-se que a Defesa segue sendo prioridade para todos os governos devido ao “quadro mundial de incerteza” rascunhado pelo fim da bipolaridade da Guerra Fria, a ausência de previsibilidade e um vazio de poder preenchido por “ameaças como o terrorismo, os extremismos étnicos e religiosos, o narcotráfico e o acesso às armas de destruição massiva”. Porém, o continente americano teria um trunfo para a diminuição dos riscos de conflito entre os países da região, qual seja, “o caminho da institucionalidade democrática”, que possibilita dirimir divergências a partir do diálogo e da negociação, em detrimento do recurso às armas.

Abaixo, afirma-se que, embora formulada pelo governo, a Política de Defesa é considerada *qua* Política de Estado, respaldada pelo consenso social. Nesse sentido, inclui um esforço coletivo no qual as Forças Armadas teriam “um papel transcendente”, mas também é necessária a participação dos outros atores: “[q]uando se trata da segurança externa de um país, todos os setores de atuação do Estado se veem envolvidos: o da Defesa, o de Interior, o de Relações Exteriores e o Econômico”, enunciado este que mais uma vez reitera a transitividade da Defesa para com a segurança externa.

Diretamente, o capítulo IV informa que “[a] Defesa Nacional não deve ser confundida com a Segurança, ainda que ambos os conceitos estejam estreitamente relacionados”. Isso porque a segurança “é a situação requerida para que exista uma ordem jurídica institucional dentro do território nacional”, “abarcando a manutenção da tranquilidade interior, a paz social, o nível cultural, as condições necessárias para o desenvolvimento normal das atividades econômicas, e a manutenção da soberania e independência do Estado”.

Nesse último aspecto, a Defesa aparece “como um conceito mais restrito que a Segurança, já que só se refere à manutenção das condições que permitam ao país assegurar seus interesses primários, ante possíveis ameaças ou ações do exterior”, de maneira a configurar “a faceta externa da Segurança”. Portanto, a Segurança engloba a Defesa e esta não alcança a Segurança, senão quando agregada ao desenvolvimento sócio-econômico do país e à manutenção da ordem interna.

Na legislação do país, as Leis Orgânicas do Exército (Nº 15.068), da Marinha (Nº 10.808) e das Forças Armadas (Nº 14.1457, modificada pela Nº 15.808) conceitualizam a Defesa Nacional como “o emprego da Força Armada para defender a honra, a independência, a paz, a integridade do território e a organização política dada pela constituição”. Com isso, tem-se que é possível considerar a Defesa, segundo o documento conclui, tanto como atividade quanto como estrutura: como a primeira, “busca manter as condições de segurança externa necessárias para que o país possa assegurar seus interesses primários”; como a segunda, “é a organização e o conjunto de recursos materiais e humanos destinados ao cumprimento da atividade antes definida”, uma divisão quase semioticamente didática, até pelo emprego alternativo dos verbos de ligação e de performatividade, que não deixam dúvida quanto ao caráter de cada um desses programas narrativos.

Os citados “interesses primários” devem ser entendidos de acordo com o que se expõe no capítulo III, pois aí se faz uma tripartição dos interesses entre primários, estratégicos e humanitários. Estes últimos podem ocasionar o uso dos recursos da defesa nacional por motivo de catástrofes naturais ou conflitos étnicos ou religiosos, entre outras questões emergenciais de solidariedade e respeito à vida humana, mas não teriam relação direta com os primários, ou seja, fazem parte de um programa sem concatenações sintagmáticas (mas apenas paradigmáticas) com os programas relativos aos outros dois interesses. Esses, por sua vez, mantêm entre si a subordinação semântica de uso e base, porquanto os estratégicos “[s]ão

aqueles que embora não afetem a sobrevivência nacional, contribuem a assegurar os interesses primários do país”; e os primários, obviamente, “[s]ão os que possuem uma importância fundamental para a sobrevivência do país”.

É quase desnecessário, mas convém confirmar: entre os primários se situam os bens da soberania nacional e independência estatal, integridade territorial, proteção da vida e liberdade da população, preservação da identidade cultural e da forma democrática republicana de governo; enquanto os estratégicos incluem paz e a segurança internacionais, desenvolvimento econômico e social do país, preservação do meio ambiente, projeção e promoção da presença estatal na Antártida, promoção da pesquisa científica e aquisição de tecnologia, aprofundamento de relações de cooperação, confiança e amizade na região, e manutenção da presença estatal nos espaços marítimos sob jurisdição nacional.

Como desenvolvimento recente, houve a aprovação da Lei Marco de Defesa Nacional, mas isso não implicou mudanças conceituais de maior relevância, a não ser quase exclusivamente pelo fato de ter deixado a compreensão sobre Defesa mais direta, recortando a abrangência anterior, e não mencionar a parte da segurança. Invocando as próprias palavras dos artigos 1º e 2º da dita Lei, tem-se que

Art. 1º. A Defesa Nacional compreende o conjunto de atividades civis e militares dirigidas a preservar a soberania e a independência de nosso país, a conservar a integridade do território e de seus recursos estratégicos, assim como a paz da República, no marco da Constituição e das leis; contribuindo para gerar as condições para o bem-estar social, presente e futuro da população.

Art. 2º. A Defesa Nacional constitui um direito e um dever do conjunto da cidadania, na forma e nos termos que se estabelecem na Constituição da República e nas leis. É um bem público, uma função essencial, permanente, indelegável e integral do Estado. Em sua instrumentalização confluem coordenadamente as energias e os recursos do conjunto da sociedade.

Note-se que, além do clássico binômio com a segurança ter sido deixado de lado, também não se faz menção ao desenvolvimento, como parecia tendência em boa parte da América do Sul, havendo apenas alguns sememas capazes de remeter a seu campo semântico, como os “recursos estratégicos” e o “bem-estar social”. Pelo estatocentrismo e finalidades tradicionais aí presentes, não restam comentários tão relevantes a fazer a respeito dessa lei.

2.10. Venezuela

A Venezuela traz seus conceitos na Lei Orgânica de Segurança da Nação, promulgada em 2002 durante a longa e ainda vigente administração Chávez. Dado serem os conceitos principais em questão tratados de forma direta e consecutiva pelo texto legislativo em questão, toma-se a liberdade de citá-los quase em sua completude, para em seguida se fazer uma breve análise já em conjunto, e assim encerrar esse segundo capítulo da dissertação. Sem rodeios introdutórios, o art. 3º define a “defesa integral” como

conjunto de sistemas, métodos, medidas e ações de defesa (...) que em forma ativa o Estado formule, coordene e execute com a participação das instituições públicas e privadas, e das pessoas naturais e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, com o objetivo de salvaguardar a independência, a liberdade, a democracia, a soberania, a integridade territorial e o desenvolvimento integral da Nação.

E o art. 2º., traz a “segurança da Nação” como

fundamentada no desenvolvimento integral, e é a condição, estado ou situação que garante o gozo e exercício dos direitos e garantias nos âmbitos econômico, social, político, cultural, geográfico, ambiental e militar dos princípios e valores constitucionais pela população, pelas instituições e cada uma das pessoas que conformam o Estado e a sociedade (...), dentro de um sistema democrático, participativo e protagônico, livre de ameaças a sua sobrevivência, sua soberania e à integridade de seu território e demais espaços geográficos.

Donde sobrevém a necessidade lógica de se saber o entendimento acerca do desenvolvimento integral, conteúdo do art. 4º:

consiste na execução de planos, programas, projetos e processos contínuos de atividades e trabalhos que, de acordo com a política geral do Estado e em concordância com o ordenamento jurídico vigente, se realizem com a finalidade de satisfazer as necessidades individuais e coletivas da população, nos âmbitos econômicos, social, político, cultural, geográfico, ambiental e militar.

Assim, devem ser sublinhados determinados pontos distintivos: em primeiro lugar, que os três conceitos contém em si discursivizações diversas para enunciar programas reduzíveis a uma função narrativa em cada. Da defesa, tem-se uma instrumentalização que visa tanto ao poder-ser securitário (i.e., possibilitar a conjunção com o objeto do programa de segurança, figurativizado em soberania e integridade territorial), quanto a um fazer-fazer do desenvolvimento, textualizado com a mesma figura no enunciado da própria defesa. Do

desenvolvimento integral, trata-se de programa de aquisição de objetos deontizados, situado enquanto programa de uso para um enunciado de ser, que é a segurança da Nação, constituindo, logo, um poder-ser paralelo àquele configurado pela defesa. Fica estabelecido, por decorrência dos anteriores, o programa de segurança enquanto término do esquema narrativo antecedido pelos outros dois, a ponta disfórica positivamente semantizada dessa estratégia narrativa.

Saliente-se, ainda, a repetida coparticipação do ator “população” como sujeito dos três programas, sendo que nos dois primeiros descritos esse papel actancial ainda se desdobra em “instituições públicas e privadas”, “pessoas naturais e jurídicas, nacionais ou estrangeiras”, “cada uma das pessoas” e “sociedade”. Pelo ato ilocutório definicional performedo nos três parágrafos, subsume-se daí a democracia enquanto valor proposicional comum, facilmente criticável como possível elemento da ilusão discursiva da polifonia a partir da qual se constitui a instância enunciativa.

Nesse aspecto, retome-se para confirmação o art. 5º, cujo *caput* enuncia propriamente a “corresponsabilidade entre Estado e sociedade”, termo que denota concomitância não necessariamente hierárquica¹⁶⁰ entre ambas as partes: “[o] Estado e a sociedade são corresponsáveis em matéria de segurança e defesa integral da Nação, e as distintas atividades que realizem (...) estarão dirigidas a garantir a satisfação dos interesses e objetivos nacionais plasmados na Constituição e nas leis”¹⁶¹.

Ainda a respeito, veja-se que o Título II, “Da segurança e defesa integral da nação”, contém três capítulos, sendo os dois primeiros referentes ao exposto nesse cabeçalho, e o terceiro, à “mobilização”, entendida como atividade de organização e conversão do potencial em poder nacional, quando uma situação de extraordinariedade seja instalada (art. 28). Quanto

160 Segundo Francine Jácome (2010b, p.302), uma série de mudanças em curso no setor de defesa venezuelano desde 1999 tem levado “à modificação substancial das relações cívico-militares, dando aos últimos um novo papel e debilitando o controle civil. O desenho das políticas de defesa e segurança está basicamente em mãos de uma elite conformada por militares ativos e retirados”.

161 Como falte nessa Lei Orgânica, à diferença de outras similares no continente, o precisamento dos interesses e objetivos nacionais, resta realmente recorrer à Constituição de 1999, que passou por dois referendos reformadores importantes em 2007 e 2009. Nela, tampouco há artigo específico para definir essas figuras, mas talvez seja lícito interpretá-los como consonantes aos “fins” que o preâmbulo insere com altos ideais, a informar todo o texto: “Com o fim supremo de refundar a República para estabelecer uma sociedade democrática, participativa e protagônica, multiétnica e pluricultural em um Estado de justiça, federal e descentralizado, que consolide os valores da liberdade, independência, paz, solidariedade, bem comum, integridade territorial, convivência e império da lei para esta geração e as futuras; assegure o direito à vida, ao trabalho, à cultura, à educação, à justiça social e à igualdade sem discriminação nem subordinação alguma; promova a cooperação pacífica entre as nações e impulsione e consolide a integração latino-americana de acordo com o princípio de não-intervenção e autodeterminação dos povos, a garantia universal e indivisível dos direitos humanos, a democratização da sociedade internacional, o desarmamento nuclear, o equilíbrio ecológico e os bens jurídicos ambientais como patrimônio comum e irrenunciável da humanidade”.

à segurança e à defesa, são expostas segundo os diferentes aspectos que visam a garantir, cada um ocupando um artigo consecutivo: assim, os referentes à segurança (objetos de base) são pluralidade política e participação cidadã; família; patrimônio cultural; povos indígenas; diversidade biológica, recursos genéticos e outros recursos naturais; genoma humano; e prevenção de riscos tecnológicos e científicos; enquanto os da defesa integral (objetos de uso) incluem a proteção da qualidade de vida e da ordem interna, a projeção da política exterior, o funcionamento eficaz da Força Armada Nacional¹⁶², o desenvolvimento da tecnologia e indústria militar, a interação com o sistema de inteligência e contra-inteligência, entre outros.

Apenas para encerrar, convém fazer menção passageira aos outros Títulos que a Lei traz, a fim de deixar registrado um panorama sobre sua estrutura: o terceiro Título dispõe sobre o Conselho de Defesa da Nação¹⁶³, o quarto sobre as zonas de segurança¹⁶⁴, o quinto acerca das sanções e penas aplicáveis, e o sexto traz as disposições transitórias. Na definição das zonas de segurança, é bem cabível ressaltar que é a única menção de todo o documento sobre a possibilidade de haver tanto ameaças externas quanto internas; o que não chega a se repetir, por outro lado, na definição mais tardia de região estratégica de defesa integral¹⁶⁵.

162 Desde julho de 2008, pela Decreto Nº 6.239, com Alcance, Valor e Força de Lei Orgânica, ela é denominada Força Armada Nacional Bolivariana, inovação denominativa que teria gerado “debate em torno da substituição de sua profissionalização pela ideologização, assinalando-se que a aceitação e o apoio por parte dos militares do projeto do socialismo do século XXI mostra que se está privilegiando uma sobre a outra” (JÁCOME, 2010b, p.302), este um entendimento bem fechado, mas nem por isso pouco generalizado.

163 Cumpre informar, também sobre papéis actantes, que a Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana criou o Comando Geral da Milícia Nacional Bolivariana, enquanto adjuvante para complementar a tarefa de garantia da defesa integral performada pela Força Armada (arts. 43 a 51 desta Lei).

164 Art. 47 da Lei Orgânica de Segurança: “Se entendem por Zonas de Segurança os espaços que, por sua importância estratégica, características e elementos que os conformam, estão sujeitos a regulação especial, quanto a pessoas, bens e atividades que aí se encontrem, com a finalidade de garantir a proteção destas zonas contra perigos ou ameaças internas ou externas”.

165 Lei Orgânica da Força Armada Nacional Bolivariana, art. 24: “É um espaço do território nacional com características geoestratégicas, estabelecido pelo Presidente (...) sobre a base da concepção estratégica defensiva nacional para planejar, conduzir e executar operações de defesa integral, a fim de garantir a independência, a soberania, a segurança, a integridade do espaço geográfico e o desenvolvimento nacional”.

3. Alternativas teóricas de construção regional: das comunidades de segurança às comunidades de linguagem securitizante

Esta parte se inicia com uma retomada da discussão teórica, para se explicitar o embasamento já anteriormente adiantado acerca do método de identificação da América do Sul enquanto região de segurança. Apresentam-se algumas possibilidades não exaustivas de trabalho para o estudioso internacionalista que pretende trabalhar com a questão das regiões, inclusive um modelo ao mesmo tempo mais abrangente e mais específico do que os disponíveis, que em certa medida os incorpora e também os critica ao incluir certas variáveis linguísticas não presentes em outros, qual seja, o das comunidades de linguagem.

Em uma obra dedicada ao entendimento do papel das Nações Unidas no cenário pós-Guerra Fria, a Comissão para a Governança Global¹⁶⁶ considera que “entre o mundo dos Estados-nação e a comunidade global das pessoas jazem as várias manifestações de regionalismo”, que tomam corpo nas diversas organizações de cooperação regional no mundo todo, embora suas finalidades, capacidades e efetividade comparada sejam bastante díspares. Porém, não é só esse aspecto “materializado” e “palpável” da regionalização que se deve ter em conta. O já citado teórico Andrew Hurrell, cujo pensamento pode ser colocado em consonância com autores da Escola Inglesa e com os construtivistas, tem trabalhado notavelmente com a questão das regiões, suas diversas formas de manifestação no mundo e a sua relevância para a ordem internacional.

Realmente, os termos região, regionalização e regionalismo são objetos de entendimento bastante divergente entre os vários pesquisadores que os trataram. Por isso, é útil principiar a apresentação com um esboço dos principais significados segundo os quais essas palavras foram compreendidas e utilizadas, a fim de evitar dúvidas e aparentes incoerências posteriores quando se realizar a exposição analítica das escolas de pensamento expostas na última seção, trabalham a regionalização da segurança internacional.

¹⁶⁶ Essa comissão, formada por 28 especialistas e cujo relatório foi muito bem acolhido por figuras importantes no âmbito mundial como Nelson Mandela, Václav Havel e Gro Brundtland, tem em seu nome o conceito atualmente ubíquo de “governança global”, em grande parte assimilável à ordem mundial como se definiu até agora neste trabalho, por constituir “a soma das muitas maneiras pelas quais indivíduos e instituições, públicas e privadas, gerenciam seus assuntos comuns”, um “processo contínuo pelo qual interesses conflitantes ou diversos podem ser acomodados, e ações cooperativas podem ser empreendidas” (p.2).

Tendo captado o pluralismo ambíguo dos termos, Hurrell¹⁶⁷ fornece um bom auxílio nesta tarefa, informando que, entre outras possibilidades, era comum o uso dessas expressões para indicar coesão social (por exemplo, gerada a partir de etnicidade, língua, religião, cultura, história, ou consciência de qualquer herança comum), econômica (padrões de comércio complementares), política (similaridade de regimes ou ideologia) ou organizacional (institucionalização), donde sobreveio a noção, muito comum na década de 1970, de interdependência regional.

De uma forma ou de outra, o autor já elucida, muito apropriadamente, que não existem regiões naturais *per se*, mas sim a tomada consciente de fatores que possam habilitar a regionalização das unidades por meio de sua gravitação em torno de determinado tema eleito para a análise. Importa também, além do olhar externo do analista, a percepção dos próprios atores envolvidos, na medida em que se tenha em conta que as regiões são socialmente construídas e, conseqüentemente, politicamente contestadas, objetos de polêmica passíveis de constante reconfiguração.

Assim, por exemplo, para os assuntos culturais, pode fazer muito sentido pensar no âmbito regional da América Latina, porém, para os assuntos de segurança que aqui interessam mais, é bem apropriado trabalhar com a região mais restrita da América do Sul, porque há certos países latino-americanos como o México e vários caribenhos que fogem às lógicas de segurança características da América do Sul, inserindo-se mais devidamente na esfera de influência regional da América do Norte, fortemente demarcada pelo polo de poder estadunidense.

Uma distinção inicial que Hurrell ensaia quanto ao regionalismo é particularmente interessante, porque, da forma como se poderá verificar a seguir, se presta bem à comparação de aspectos fundamentais de certas teorias de regionalização da segurança internacional: trata-se da diferença entre regionalismo entendido numa vertente descritiva ou segundo uma noção prescritiva. Na primeira, privilegia-se a observação e interpretação dos fatos, enquanto a segunda carrega um viés normativo que recomenda ou elogia a rejeição parcial ou total dos

¹⁶⁷A exposição da questão regional a partir desse ponto se baseia em dois textos quase contemporâneos e em boa parte semelhantes de Andrew Hurrell, cujas edições datam ambas de 1995, conforme indica em detalhes a bibliografia. Como são curtos, dispensa-se a referência pormenorizada às páginas específicas em que cada informação está localizada nesses textos.

egoísmos unitários em direção ao desenvolvimento de algum grau de cooperação potencialmente benéfico entre as partes.

Não contente apenas com essa dicotomia, Hurrell vai além e arrola cinco categorias distintas, embora correlatas, para desanuviar a discussão: a) regionalização, b) consciência regional e identidade, c) cooperação regional interestatal, d) integração regional promovida por estados, e e) coesão regional. Embora os próximos parágrafos se preocupem em resumir o entendimento e esclarecimento do autor acerca destas categorias, isso não significa que serão as suas definições que informarão o significado do uso de tais expressões no restante do texto, já que existem algumas críticas a se fazer a certas sugestões suas, como se poderá perceber claramente a seguir.

A primeira, talvez a principal na presente análise, referir-se-ia ao “crescimento da integração social dentro de uma região e aos processos frequentemente não direcionados de interação social e econômica”, o que salienta a temática da configuração da ordem mundial organizada segundo os processos autônomos (conscientes, espontâneos ou não) que conduzem a uma integração relativamente informal, cujas forças motoras podem ser, por exemplo, os mercados ou alianças estratégicas. A esse respeito, é indubitavelmente adequada a ressalva que o autor faz quanto ao fato de que isso não precisa inevitavelmente implicar impacto determinante nas relações entre as unidades, nem coincidir com as suas fronteiras geográficas.

O problema, no entanto, é que a interpretação de Hurrell para “regionalização” apresenta apenas sua acepção enquanto processo no qual certos elementos (fluxos de pessoas, redes sociais, grupos transnacionais) estão envolvidos, mas não inclui o esforço realizado por um observador, pesquisador ou formulador de política externo a tal processo. E parece bastante claro que o ato de um analista fragmentar espaços a partir de um todo dado pode apropriadamente ser chamado de regionalização ou exercício de regionalização em nível teórico, o que determina que o presente trabalho amplie a tal interpretação de Hurrell para atender aos propósitos de especificidade analítica que pretende e que avança na última seção.

A segunda categoria, consciência e identidade regional, é ainda mais sujeita a imprecisões, mesmo que bem intencionada e precisa, mas adquire relevo especial para este texto porque é componente basilar da noção teórica de Adler e Barnett para a teoria das comunidades de segurança a que se fará menção no capítulo seguinte. Trata-se da conotação

das regiões em seu aspecto cognitivo, como comunidades imaginadas (como escreveu Benedict Anderson), socialmente construídas e constantemente redefinidas a partir de linguagens, discursos e retóricas comuns, tanto em relação a fatores internos compartilhados como em oposição a fatores externos como a diferenciação em relação a um “outro”, seja este um inimigo ameaçador ou não.

Uma terceira alternativa relaciona-se a um sentido bastante ubíquo nas décadas de 1960 e 1970, em que a região é tida como espaço de negociações conducentes a acordos intergovernamentais e regimes com os mais variados propósitos, ou seja, aproximações mais ou menos formais entre unidades previamente constituídas. Quanto a isso, façam-se duas ponderações, quais sejam, que essas unidades seriam majoritariamente os Estados, que podem ser vistos como perdedores ou ganhadores nestes processos, a depender da inclinação do observador para avaliar os efeitos deles decorrentes) e, em segundo lugar, que graus crescentes de institucionalização não significam invariavelmente a efetividade ou importância política do arranjo em questão.

A próxima possibilidade listada por Hurrell é ver a região através de lentes que façam sobressaltar os processos de integração (particularmente econômica) iniciados e levados a cabo pelos Estados, uma visão que numerosos acadêmicos partilham até hoje. À diferença da primeira instância, por algum motivo inexplicado, Hurrell aqui considera a utilidade dessa dimensão como ferramenta analítica que permite comparar componentes selecionados, como o escopo dos assuntos sujeitos às políticas comuns, a profundidade e extensão da harmonização política, bem como os graus de institucionalização e centralização auferidos por estes processos.

Finalmente, a quinta categoria pretensiosamente congrega as quatro anteriores¹⁶⁸, as quais, entendidas como processos distintos (apesar da linha tenuíssima que separa a terceira e a quarta), podem originar uma “unidade regional coesa e consolidada” quando combinadas, coesão esta que seria responsável por despertar interesse ao estudo do regionalismo nas relações internacionais. Neste caso, cancela-se a ressalva feita anteriormente, porque uma das compreensões possíveis para a coesão que o autor cita é a de a região exercer um papel

168 Uma observação epistemológica importante a ser feita nesse ponto é que, como toda congregação de categorias previamente estabelecidas, a capacidade heurística e até o significado ontológico dessa nova categoria conjunta podem ser questionados, tanto por falta de componentes particulares próprios como pela dificuldade de sua verificação empírica na realidade internacional, no caso.

definidor das relações entre os atores nela contidos e o resto do ambiente, de modo até que sua significância seja função direta dos custos que ela representa ou elimina para os atores internos ou externos.

É interessante notar, por último, que Hurrell registra alguns modelos em que se pode basear a coesão regional: a criação gradual de uma organização supranacional entre os seus Estados componentes, a criação de uma série de arranjos institucionalmente sobrepostos¹⁶⁹, a mistura de formas de intergovernamentalismo e supranacionalismo, formações consociativas, ordens neomedievais¹⁷⁰ ou sistemas de hegemonia, entre outros.

Como se disse e se evidenciou, a utilidade do esforço de Hurrell é parcial, tanto porque alguns dos significados pouco relevam para o estudo aqui avançado, quanto porque a divisão e capacidade heurística de certas categorias são bastante discutíveis. De todo modo, é um dos esforços mais bem sistematizados disponíveis sobre o assunto. Os laivos dessas compreensões poderão ser mais facilmente identificados e criticados nos usos que deles fazem as abordagens regionalistas da segurança internacional trabalhadas aqui na sequência, assim evitando pausas explicativas deslocadas das discussões mais interessantes em cada uma.

Os textos citados de Andrew Hurrell compartmentam o debate em teorias sistêmicas, teorias da interdependência regionalista e teorias de nível doméstico. Entre as sistêmicas, o autor arrola o neorrealismo e a vertente estrutural das teorias da interdependência e globalização; entre as teorias da interdependência regionalista (não estrutural), situa o neofuncionalismo, o institucionalismo neoliberal e o construtivismo; finalmente, na categoria de teorias domésticas, agrupa as sistematizações sobre coerência (coesão) regional entre Estados, teorias baseadas nas semelhanças regionais de regimes políticos (como a democracia) e teorias da convergência de preferências políticas domésticas.

Bem antes disso, Michael Banks já afirmava que o pensamento regionalista vinha desenvolvendo-se rapidamente desde as décadas de 1940 e 1950, formando um *corpus* teórico

169 Isso é muito típico das regionalizações espontâneas continuamente institucionalizadas e ampliadas, como a europeia desde a Comunidade do Carvão e do Aço e a sul-americana desde o Mercosul, Comunidade Andina e IIRSA até a Unasul, muito embora aqui o caso seja mais de crescimento em abrangência que de fortalecimento institucional.

170 O neomedievalismo é tratado magistralmente por Hedley Bull e alguns de seus seguidores da Escola Inglesa. Por mais que esse conceito tenha sido criticado como retrógrado ou como inapropriado para a realidade internacional contemporânea que contém tantas características diferentes da Idade Média, não deixa de ser um lampejo muito sagaz e provocativo de Bull acerca de certas configurações do poder internacional no século XX.

por ele dividido em quatro grupos: o primeiro, precisamente caracterizado por uma discussão normativa da ordem mundial; o segundo, por estudos empíricos que visavam a verificar se as organizações de segurança regionais tinham efetividade na manutenção da paz; o terceiro, por formulações que enfatizavam as estruturas regionais em termos institucionais; e o quarto, que teria levado ao então importante viés funcionalista, a partir de considerações sobre a importância relativa das interações regionais, em comparação com aquelas de âmbito universal. A exposição das perspectivas a seguir, portanto, procurará identificar os elementos comuns ao primeiro grupo identificado por Banks nas teorias tradicionais e nas recentes acerca da regionalização da segurança internacional.

3.1. Comunidades de segurança e funcionalismo

A jornada pelas teorias regionalistas de segurança internacional propriamente ditas pode ser iniciada a partir de um momento que muitos julgam ser aquele em que as Relações Internacionais estariam começando a consolidar-se definitivamente como disciplina distinta, muito embora haja controvérsia a esse respeito: trata-se da década de 1950, quando mudanças na conjuntura internacional levaram diversos acadêmicos a debruçar-se sobre questões novas e produzir conhecimento científico analítico sobre tais inovações.

Evitando-se, por motivos de concisão e porque é bem conhecido, a regressão ao realismo clássico de Hans Morgenthau, é interessante iniciar a exposição pelo estudo comumente atribuído ao também já mencionado Karl Deutsch¹⁷¹ sobre o conceito de “comunidade de segurança”, um “grupo de pessoas que se tornou integrado”, entendida aí a integração como “o atingimento, dentro de um território, de um 'senso de comunidade' e de instituições e práticas suficientemente fortes e disseminadas para garantir, por um 'longo' tempo, expectativas confiáveis de 'mudança pacífica' entre sua população”¹⁷².

171 Na verdade, o estudo datado de 1957 em que Karl Deutsch analisa especificamente o caso do Atlântico Norte como uma possível comunidade de segurança, conceito que posteriormente viria a ser retrabalhado e generalizado por Adler e Barnett na década de 1990, é fruto de um esforço coletivo com os seguintes pesquisadores, chamados por Haas (1958) de “grupo de Princeton”: Sidney Burrell, Robert Kann, Maurice Lee Jr., Martin Lichtermann, Raymond Lindgren, Francis Loewenheim e Richard van Wagenen. É interessante informar que antes disso, em 1953 e 1954, Deutsch publicara volumes cujo foco era mais no aspecto de comunidades e comunicações sociais em sentido antropológico e sociológico em geral do que sua observação nos comportamentos dos atores internacionais especificamente, ou seja, percebe-se alguma derivação dos conceitos para aplicá-los à lógica das relações entre sociedades, mesmo que tal exercício de transposição receba críticas quanto à acuidade explicativa que pode alcançar.

172 A citação provém de DEUTSCH et al., 1957 apud HAAS, 1958, p.442.

Por enquanto, há dois elementos que merecem destaque na definição acima, para os efeitos do objetivo aqui perseguido, quais sejam, o da própria segurança e o de “território”. Quanto a este, pressupõe-se um espaço (pode-se inferir, físico) delimitado que una os indivíduos compartilhadores do tal senso de comunidade, apesar de a passagem citada não especificar se há necessidade ou não da presença de um caráter contiguidade geográfica. De qualquer maneira, a vagueza permite que, dependendo do tipo de unidade considerado, tal *locus* possa ser concebido das maneiras mais variadas, como um bairro, um Estado ou uma região de países, sendo este último caso aquele com que o refinamento internacionalista do conceito viria a trabalhar.

Em relação ao elemento da segurança, trata-se de uma concepção evidentemente ligada às “expectativas confiáveis de mudança pacífica”: diferentemente da concepção hobbesiana de natureza humana assimilada pelos realistas ao comportamento dos Estados, Deutsch acredita que pode, de fato, haver confiança e, conseqüentemente, expectativas pacíficas entre os indivíduos, e não apenas o medo e o receio recíprocos sempre presentes num ambiente desregulado.

Informe-se, ainda, que as comunidades de segurança, segundo esse tcheco de ascendência alemã, podem ser de dois subtipos, amalgamadas e pluralistas. As amalgamadas ocorrem quando há a “fusão formal de duas ou mais unidades previamente independentes numa única unidade maior, com algum tipo de governo comum depois da fusão”, de que seria exemplo histórico o arranjo federativo constituinte dos Estados Unidos da América, o qual instituiu uma dose considerável de centralização da tomada de decisões anteriormente dispersas.

As pluralistas, alternativamente, são aquelas que “retêm a independência legal de governos separados”, mas interligados por uma compatibilidade de valores derivados de instituições comuns (na acepção ampla da palavra) e responsividade mútua. Encontram-se aí envolvidos, outrossim, elementos como identidade, confiança e lealdade, bem como um sentimento de coletividade e pensamento socialmente interativo potencialmente conducente a outras formas de integração (não necessariamente mais formais, entretanto), mas não há criação de uma nova unidade centralizada de tomada de decisões¹⁷³. Na operacionalidade, o

173 Isso está presente na retomada recente que realizam Adler e Barnett do conceito de comunidades de segurança em seu famoso volume de 1998. Antes, também pode ser identificado na derivação funcionalista que lhe empresta Ernst Haas, visível em seu artigo de 1958 citado na bibliografia.

propósito de assistência recíproca em matéria de defesa compartilhado por países de sistemas políticos próximos (liberais ou capitalistas) na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) pode servir como bom exemplo desses aspectos na ordem internacional.

Ainda empiricamente, o argumento de Deutsch e companheiros procura sustentar-se na suposição de que a comunicação serve como liga entre as unidades, permitindo-as desenvolver mais pensamentos, visões e ações comuns, manifestações de uma identificação compartilhada surgida a partir de processos como fluxos transacionais, comércio, migração, turismo, intercâmbios culturais e meios tecnológicos de comunicação¹⁷⁴.

Remarque-se, nesse tocante, que o chamado grupo de Princeton também desafia as concepções mais tradicionais ao dar grande relevância a processos caracteristicamente transnacionais, que podem estar contidos em regiões específicas ou ter caráter global. Embora a visão revelada em seu estudo seja tributária de uma perspectiva que enfatizava certas mudanças no contexto internacional, não é muito pessimista ponderar que a lógica da Guerra Fria que se acirrará poucos anos depois fez parecer quase utópicas essas opiniões, e lançou incentivos quase inexoráveis para que os pesquisadores voltassem sua atenção para o plano global, em detrimento de outros níveis de análise, conforme se verá mais adiante. Não à toa, o estudo das comunidades de segurança foi relegado à obscuridade até que a situação novamente favorecesse sua retomada, o que viria a acontecer com o fim do período de competição entre superpotências, a partir da década de 1990.

Mesmo assim, quase imediatamente após a publicação do estudo de Deutsch e seus colegas, o professor Ernst Haas tecerá críticas sob outro enfoque, mais tarde classificado como funcionalista, privilegiando, como muitos autores do período, o aspecto da integração presente na definição supracitada, em especial nos casos de existência de sinais de algum grau de institucionalização neste tipo de processo, como era o caso da OTAN e da Comunidade Econômica Europeia.

Nessas abordagens sobre integração, é comum perceber uma noção ampliada de regionalismo identificável à que ocupa a quarta posição da lista de Hurrell, uma visão pouco

174 No plano internacional, conforme observam Adler e Barnett no volume citado acima, é interessante notar a ousadia desses pensadores para aquele tempo, pois contrapuseram os elementos tipicamente materiais no sistema internacional do pensamento realista então dominante à possibilidade de considerar importantes nessa interação forças ideacionais situadas num ambiente densamente normativo, uma proposta semelhante à via média da Escola Inglesa de Relações Internacionais que surgia quase contemporaneamente

restritiva que passa a abranger qualquer arranjo interestatal, de maneira praticamente independente do número e até da localização geográfica de seus membros, desde que haja alguma institucionalização material aí visível.

Além dessa diferença cabal com a previamente explicada teoria das comunidades de segurança, outra sutileza importante que as distancia reside no tratamento dos atores no processo: ao passo que Deutsch identifica um tecido social resultante de comunicações amplas entre massas e elites, Haas não hesita em asseverar que a integração regional depende primordialmente das percepções e predições bem-sucedidas apenas das elites ativas na região, ou seja, que entre os atores tidos como principais prevaleçam auto-imagens mutuamente compatíveis e um sentimento de simpatia, mais importante do que compromissos verbais e que a comunalidade de símbolos e proposições como liberdade, paz ou ameaça (em que se vê sua pouca preocupação com assuntos referentes à segurança internacional). Segundo esse viés, fica bastante comprometido o pensamento em termos de ordem mundial e possibilita-se uma melhor aplicação das características da ordem internacional para os fins da classificação aqui .

A esse respeito, Haas bem tenta afastar-se da tradição prescritiva quando diz que “explicar o regionalismo (...) não é justificá-lo como um instrumento desejável de ordem”¹⁷⁵, mas ecoa Deutsch na opinião de que “[o] desafio mais interessante para o estudo do regionalismo jaz nas potencialidades do campo para considerações sobre o processo de formação de comunidade no nível internacional”, processo que “fornece muitos dados sobre o processo de 'desnacionalização' das funções normais de governo com sua delegação para unidades regionais de tomada de decisão”. Há até algum adiantamento da opinião de Buzan e Wæver de que “os dados serão mais instrutivos no nível regional”, apesar de dizer, ao mesmo tempo, que existem razões para justificar também o tratamento do tema da segurança em nível global (na época, evidentemente, a razão principal para isso era a própria bipolarização da Guerra Fria).

Mas o funcionalismo, classificado por Hurrell como uma teoria de lógica *outside-in* (de fora para dentro), guarda seu trunfo não só no estudo dos processos de integração, e sim na ordem em que ele acontece, como se pretende evidenciar aqui: a interdependência, uma lógica regional (transnacional) incentivaria a cooperação e esta, por sua vez, conduziria à

175 As frases mencionadas são extraídas daquele artigo de 1958, à página 441.

integração política por meio de instituições para a resolução de problemas comuns (dando azo para que os pósteros rotulassem a abordagem como uma *problem-solving theory*). Isso significa que a cooperação em assuntos técnicos e não controversos carregaria o potencial de “transbordar” (*spill over*) para a alta política (domínio onde se situa a segurança internacional), conforme se observa na citação:

A integração de sucesso tende a tomar espaço em torno a uma 'área central' [*core area*], uma região que possua capacidades administrativas, poder militar, recursos e técnicas econômicas superiores, bem como a capacidade de receber e assimilar as demandas de outras regiões de modo a satisfazê-las. Atores nas áreas mais fracas buscam no centro liderança e auxílio na satisfação de suas demandas; uma resposta simpática das elites na área central então engendra integração progressiva sem que isso implique em qualquer 'balanço de poder' entre as unidades participantes. (Haas, 1958, p.443)¹⁷⁶

Não há que se negar o interesse que desperta o próprio conceito de transbordamento para as finalidades práticas que o presente trabalho procura apontar, já que esse *spill over* adquire dois sentidos ou momentos, conforme resumiu Hurrell nos textos de 1995: o primeiro, do processo funcional pelo qual se cria um círculo virtuoso (na acepção prescritiva-normativa) em que pequenos e parciais passos iniciais advindos de uma lógica regional levariam à integração e esta, por sua vez, criaria novos problemas (interdependências) que só poderiam ser resolvidas por mais cooperação, forçando os governos a expandir a integração. Por dedução, esse círculo vicioso pode ser considerado como um dos pressupostos contidos no encorajamento dos acordos regionais que a Carta da ONU cita para auxiliar na preservação da paz e segurança internacionais enquanto atributos da ordem mundial, no capítulo VIII do documento.

O segundo sentido, como decorrência do anterior, consistiria um *spill over* político em que a existência de instituições supranacionais incentiva um processo retroalimentado de construção de instituições, já que o gerenciamento de interdependências complexas requer uma tecnocracia centralizada que acaba por adquirir dinâmica própria. Isso, por último,

176 Arrazoe-se, contudo, que o trecho não deixa de apresentar algumas complicações problemáticas: em primeiro lugar, não fica claro se o conceito de 'área central' e correlatos se refere a áreas geográficas ou se, por exemplo, à simples atratividade de uma grande potência; em segundo lugar, não deixa de revelar-se aí um pressuposto realista de que os mais fracos tomarão atitudes de “carona” e possivelmente *bandwagoning*, mesmo que logo em seguida apareça a rejeição à lógica do balanço de poder característica do realismo; e, finalmente, o próprio uso da palavra 'região' fica bastante deslocado, com uma vagueza muito conveniente ao autor, que até perde utilidade se comparado com os significados mais precisos de outras teorias aqui apresentadas.

levaria a uma alteração de lealdades para um novo centro supranacional, regional. Seria, de fato, um tipo especial de *path dependence* com ênfase nas consequências não intencionais de decisões prévias (tomadas como resposta a incentivos ou constrangimentos regionais, não internos nem necessariamente globais).

Outro conceito particular que aparece em Haas, mas não foi muito esposado posteriormente é o de “decolagem” (*take-off*), ou seja, quando determinada doutrina de integração deixa o âmbito exclusivamente literário-filosófico e é adotada e defendida por uma elite como sua própria. Isso implicaria a prevalência de imagens mutuamente compatíveis entre as elites internacionalmente aliadas, valores complementares, capacidade de compromisso e de “desenfaturar” assuntos divisivos ou polêmicos que possam estragar a aliança”.

É quase inevitável pensar aqui no processo de dessecuritização que caracteriza diversos complexos regionais de segurança com características de comunidades de segurança, como a América do Norte, conforme o entendimento da Escola de Copenhague. Ainda curiosamente em consonância com boa parte desta Escola, Haas prossegue dizendo que “[o] uso da força é mais frequentemente um obstáculo que um auxílio”, mesmo que se trate de relações de segurança, e que o movimento de decolagem tem mais sucesso se os líderes tiram a ênfase da integração em si para colocá-la nos fins em relação aos quais ela funcionaria somente como um meio ou seria vista de maneira instrumentalizada. Outra dedução lógica leva a concluir que essa instrumentalização pode conduzir ao propósito maior e mais abrangente de assegurar a ordem internacional ou mundial, mesmo que por meio de um caminho lento e árduo.

Mais especificamente, a ligação entre estes dois conceitos caracteristicamente funcionalistas vem numa frase taxativa de Haas (ib., p.451): “o sucesso de uma decolagem é manifestação do sucesso prévio de um transbordamento”. Esta é uma conclusão importante a que ele chega após fazer uma análise algo pormenorizada de seu objeto empírico, a Comunidade Econômica Europeia. Em seu processo de formação, o *spill over* empiricamente observado reforçaria a proposição de que as instituições são ligações causais cruciais na cadeia de integração, o que, aliás, vem a calhar com o que afirma o grupo de Princeton.

Por fim, para encerrar a compreensão dos níveis de análise e contribuições de Haas, é interessante observar que ele separa a análise segundo o papel dos atores principais no processo de integração que estuda: dessa maneira, abandona a rigidez e identifica que alguns dos pressupostos da teoria da comunidade de segurança com que concorda funcionam apenas para certos parcelas das elites ativas; outros se adaptam melhor ao entendimento das motivações de grupos diferentes, o que acaba por caracterizar uma gama de variáveis relativamente adaptáveis aos contextos próprios de cada ator, como os industrialistas, sindicatos, partidos políticos, entre outros.

Não se devem deixar de mencionar, porém, as críticas¹⁷⁷ ao (neo)funcionalismo que podem consistir em ressalvas importantes aos exercícios de lógica dedutiva mencionados para compreender sua relevância para a compreensão e produção da ordem mundial: em primeiro lugar, os funcionalistas teriam subestimado a resiliência dos Estados e das lealdades ao nível nacional, superestimado a possibilidade de a baixa política influenciar a alta, desconsiderando a forte ligação desta com o aparelho estatal (e, destarte, a menor probabilidade de ser regulada supranacionalmente).

Em segundo lugar, essa perspectiva teria posto pouca ênfase no caráter cambiante dos fatores externos, assumindo uma posição assaz determinista e apolítica. Ademais, sua interpretação estaria muito enviesada a favor do declínio do papel do Estado, esquecendo que, não raramente, estes atores buscam nas instituições e cooperação regional fortalecer suas tarefas (ou reduzir custos), além do fato de que a regionalização ainda não seria uma constante tão presente em todas as regiões do mundo, em comparação com a importância resistente dos processos pertencentes ao nível nacional.

3.2. Sistemas subordinados (abordagem submacro)

À medida que os processos integrativos regionais evoluíam, o debate acadêmico procurou acompanhá-los por meio do refinamento das ideias existentes e do desenvolvimento de tendências de pensamento suficientemente distintas das anteriores para caracterizar, se não novas teorias, ao menos correntes inovadoras nas antigas escolas. Desse modo, os finais da década de 1960 e os anos 1970 forneceram o arcabouço empírico de interdependência que

¹⁷⁷ Para um detalhamento dessas críticas, consulte-se Hurrell, 1995a, p.60-61.

permitiu o alcance de um ponto culminante para que a teoria institucionalista ganhasse notoriedade capaz de desafiar o realismo dominante nas décadas anteriores.

Em um de seus trabalhos pertinentes ao institucionalismo, de 1968, o conhecidíssimo professor norte-americano Joseph Nye revisita as lógicas da integração internacional, a começar por críticas tanto à perspectiva das comunidades de segurança de Deutsch como ao funcionalismo de Haas, e pela discussão dos usos do conceito que se podiam observar. É neste intuito que já alerta para algo reafirmado por Hurrell: havia autores que imbuíam a integração de uma aura normativa positiva de que seja algo inerentemente bom, desejável e proporcionador da paz ou da prosperidade. Nesse sentido, pode-se perceber certo distanciamento dessa perspectiva em relação ao ideal racionalista e revolucionista de ordenação mundial, o que não deixa de tornar a apresentação de suas proposições interessantes para o presente trabalho, na medida em que são reaproveitadas por teorias posteriores de regionalização da segurança internacional.

Apesar de o autor se esforçar na separação e mensuração algo mais rigorosa de processos econômicos, sociais e políticos de integração (sem que isso implique sua inter-relação por meio do transbordamento funcionalista), os fatos de não dar atenção específica para a discussão da região enquanto *locus* desses processos nem abordar a segurança de algum ponto de vista inovador o tornam pouco adequado para o estudo aqui empreendido¹⁷⁸.

O mais interessante da época talvez tenha sido, por outro lado, o corpo de produção científica que girou em torno da chamada abordagem “submacro”, ou seja, situada entre o nível tido como micro (Estado) e o macro (sistema internacional global), espaço mediano que nada mais vem a ser senão o que se veio chamando até agora de regionalização. Os autores esclarecem, todavia, que preferem não se referir a regionalismo porque o termo estaria eivado de um inconveniente caráter de determinismo geográfico¹⁷⁹. Talvez não muitos se tenham dado conta, mas essa abordagem, que recebeu uma edição especial da reconhecida publicação *International Studies Quarterly* e inseriu temas como o de sistema subordinado na discussão,

178 Outro esforço metateórico (autodenominado pré-teorização, preocupado com questões metodológicas, empíricas e conceituais, como variáveis explicativas, causalidade, processualística, agrupamento, abrangência e generalização dos fenômenos observados) sobre a integração internacional é realizado pelo próprio Haas, em artigo mais denso datado de 1970.

179 Esta é, efetivamente, a observação de alerta feita por Peter Berton (1969, p.329), que foi inteligentemente considerada pelos estudos contemporâneos de regionalização da segurança internacional.

foi reaproveitada intensamente por Buzan e Wæver em sua obra magna sobre o tema, *Regions and powers*.

O professor Peter Berton arrola as vantagens acadêmicas de se trabalhar nesse nível intermediário como as seguintes: reduz o número de unidades que entra em consideração e, conseqüentemente, a complexidade do esforço de pesquisa; evitava a ênfase comum na determinação imposta pelas relações entre as duas superpotências, que obscurecia todos os outros níveis em detrimento do global; permite comparações inovadoras ao longo de recortes escolhidos de tempo e espaço; e tendia a produzir dados mais confiáveis, especialmente ao inserir novo ânimo de se buscarem informações sobre as partes do mundo sobre as quais pairava um véu de desconhecimento na época (os países situados atrás da “cortina de ferro”, os países subdesenvolvidos e aqueles cujas línguas eram inacessíveis à maioria dos pesquisadores, ou seja, basicamente, toda a porção não-ocidental do mundo naquele período).

É nesse contexto que os largamente esquecidos Cantori e Spiegel, ainda situados no grande debate regionalista de princípios da década de 1970, lançam uma abordagem comparativa sobre cinco dos quinze sistemas subordinados que identificam no planeta. Para caracterizar um sistema subordinado, usam a definição de “um Estado ou dois ou mais Estados geograficamente próximos e interativos que partilham em algum grau elos étnicos, linguísticos, culturais, sociais e históricos comuns, e cujo senso de identidade é, por vezes, aumentado pelas ações e atitudes de Estados externos ao sistema” (1969, p.361-362). De alguma forma, pode-se marcar aí o retorno a alguns aspectos semelhantes àquilo que Bull chamou de objetivos elementares, primários e universais constitutivos de uma sociedade internacional, mesmo que não propriamente mundial.

Não obstante ainda se prestarem a padecer de algumas das mesmas críticas já feitas a Haas, não deixa de ser relevante mencionar que há três subdivisões nos sistemas subordinados, batizadas de setor¹⁸⁰ central, composto de um arcabouço ou atividade social, político, econômico ou organizacional que produz o foco da política internacional naquela

¹⁸⁰ É necessário que os menos familiarizados não confundam esses setores com aqueles que a Escola de Copenhague aduz para agrupar as securitizações. Mesmo que essa possibilidade de engano pairasse, optou-se por manter os termos originais de Cantori e Spiegel para preservar seu legado e por razões de fidelidade e precisão tradutológica.

região¹⁸¹; setor periférico, que demarca todos os outros países alheios ao centro¹⁸²; e o sistema intrusivo, ou seja, a participação politicamente significativa de potências externas à região considerada.

O modelo continua a apresentar seus pressupostos colocando as quatro variáveis padrões, além da geografia, que ajudam a demarcar as subdivisões dos sistemas subordinados: i) natureza e nível de coesão (em termos de similaridade e complementaridade dos atributos entre as partes), ii) natureza das comunicações (no sentido mais genérico, de troca de ideias, comércio, fluxos de informação via mídia e transportes), iii) nível de poder (medido segundo a capacidade de um país alterar os processos de tomada de decisão em outros) e iv) estrutura das relações (que diz respeito ao espectro cooperação-conflito, suas causas e meios). Essas variáveis são elementos bastante interessantes a se considerar numa derivação analítica do regionalismo ao multilateralismo universal constitutivo da ordem mundial.

Naquele artigo supracitado de Michael Banks (1969), este pesquisador entra na discussão teórica submacro para endossar as fundamentais opiniões de que não há consenso acadêmico sobre a definição de regiões e regionalismo, que a demarcação das regiões é uma decisão de caráter avaliativo ou político, sujeita a mudanças de acordo com as alterações de circunstâncias políticas, e que há noções que fogem ao entendimento comum de regiões, como a não contiguidade da Commonwealth e os desafios colocados pela tecnologia (já sentidos em 1970, ainda mais marcantes na atualidade). Tais considerações parecem até uma vanguarda de muito daquilo que os construtivistas e até os pós-modernistas das RI viriam a dizer a partir da década de 1980.

Como se não fosse bastante, Banks ainda fornece mais elementos muito próximos da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança quando diz que não existe “verdade final” quando se trata de níveis de análise, nem uma escolha que leve ao conhecimento total sobre determinado objeto, ou seja, a abordagem subsistêmica (antes um quadro conceitual que uma teoria propriamente dita, em sua opinião) por ele esposada pretende delimitar os questionamentos e permitir uma visibilidade mais compreensível sobre tal objeto, a partir da escolha de um aspecto coerente para a análise, mesmo que se tenha em mente o fato de que

181 Embora os autores reconheça que possa haver, surpreendentemente, mais de um setor central numa mesma região, o que certamente alguns críticos devem identificar como dispersão de foco, ameaçando o próprio elemento definitivo desta categoria.

182 Mas essa subdivisão também não recebe refinamento que informe qual o grau aceitável de distanciamento e proximidade que permita seu atrelamento a esse centro.

isto relegue para uma caixa preta várias outras possibilidades de investigação. Isso corrobora aquele exemplo anteriormente avançado acerca das propriedades regionais distintas das regiões latino-americana e sul-americana segundo os aspectos que o interessado em analisar seus países privilegie.

Explicitamente partindo das contribuições de Banks, William Thompson procura delinear uma “explicação conceitual e um inventário propositivo”, segundo informa o subtítulo de seu artigo sobre subsistemas regionais, publicado em 1973. Para tanto, primeiramente realiza mais uma sistematização abrangente da vintena de características que diversos especialistas elaboraram para os subsistemas regionais¹⁸³, dissecando seus meandros, para em seguida inventariar as questões não respondidas que subsistiam neste tipo de abordagem, a fim de acender interesse acadêmico para trabalhos posteriores¹⁸⁴.

Pois bem, Thompson é muito minucioso ao deitar oito conjuntos de proposições subramificadas sobre os subsistemas regionais, mas o espaço aqui disponível só permite que sejam citados os tópicos que encabeçam cada uma destas chaves e entre os quais se pode identificar alguns elementos claramente relacionados a aspectos normativos da ordem mundial enquanto paz e segurança: desenvolvimento e transformação dos subsistemas, estabilidade dos subsistemas, interação intra-subsistemas, comportamento intrusivo-penetrativo, comportamento da periferia do subsistema, questões e orientações do subsistema, papéis e objetivos subsistêmicos e, finalmente, interação inter-subsistêmica.

A simples menção desses temas e da existência de inúmeros campos a ser explorados dentro de cada um deles já dá ideia da herança riquíssima, mas pouco lembrada e mesmo valorizada na atualidade, que a abordagem dos subsistemas regionais legou ao estudo da segurança internacional. Uma ligação bem direta que amarra esta perspectiva e a funcionalista à prototeoria dos complexos regionais de segurança¹⁸⁵ é realizada pelo finlandês Raimo

183 Aliás, este autor informa que outras denominações dispersas são equivalentes, justificando que ele as analise em conjunto sob a mesma perspectiva: sistema internacional subordinado, subsistema regional, sistema de nações, sistema internacional parcial, subsistema internacional, sistema subordinado relacionado a região internacional, e sistema estatal (para verificar quais teóricos utilizam cada uma destas, v. Thompson, 1973).

184 Porquanto repetir sua tarefa de esmiuçar as dezenas de atributos dos subsistemas regionais seria exaustivo no melhor e no pior sentido da palavra, é mais interessante remeter os interessados em tais detalhes ao original (em especial o quadro sinótico da p.93) e tratar, aqui, apenas das proposições de pesquisa avançadas pelo autor, já à guisa de conclusão do tratamento desta abordagem.

185 Prototeoria no sentido de que Väyrynen ainda se referia à primeira edição do volume *People, States and fear* de Buzan, que já talvez contivesse os principais apontamentos para o que viria a ser a TCRS, mas ainda era colocada numa maneira relativamente menos refinada.

Väyrynen, já na década que viria a revolucionar os estudos das relações internacionais com a enorme contribuição do construtivismo, em 1984, embora muitos de seus pressupostos já estivessem presentes nas décadas anteriores, como se espera ter mostrado.

Entre os temas tratados por Väyrynen neste artigo recorrentemente citado por Ole Wæver, encontra-se, além de uma marcada crítica às políticas de interferência das superpotências no chamado Terceiro Mundo¹⁸⁶, a perspectiva de que os subsistemas regionais são gerados a partir de discontinuidades ocorrentes no sistema internacional marcado pela fragmentação, advindas de fatores diversos, sejam político-militares (fronteiras de blocos regionais), econômicos (barreiras tarifárias), normativos (clivagens étnicas e religiosas) ou geográficos, uma gama de tantas variedades que torna a sobreposição entre os subsistemas inevitável. Note-se, por sinal, que isso se contrapõe sensivelmente a uma das pretensões centrais da TCRS, que é a de construir como ferramentas analíticas regiões mutuamente excludentes, mesmo que para isso tenha que lançar mão de um recurso relativamente ambíguo, mas provavelmente inevitável, que é a consideração de certos Estados como insuladores ou “tampões” entre ou dentro de certos destes complexos.

Talvez ainda mais interessante para este trabalho seja aquilo que Väyrynen faz com o conceito de formação regional de conflitos que intitula seu artigo: coerentemente com a linha que se veio traçando até aqui, o autor considera que uma das reações à difusão de poder no mundo foi a re-emergência de tendências à integração regional, particularmente nas periferias do sistema. Por outro lado, ele ressalta que essa “ascensão do regionalismo também significa a institucionalização de violentos *conflitos regionais*” (ib., p.344), resultantes das heterogeneidades intra-regionais e das relações de dominação entre centro e periferia. Isso configura uma dialética interessante bastante próxima àquilo que o professor Celso Lafer chama em vários de seus escritos de “forças centrífugas” e “forças centrípetas”, que coexistem simultaneamente no cenário da globalização e regionalização.

Voltando a Väyrynen, esses conflitos eminentemente regionais, complexificados por se tornarem emaranhados em uma série de dinâmicas distintas, dificilmente podem ser considerados ou decompostos em conflitos individuais separados. E é exatamente nesse atributo de complexidade que Väyrynen toca diretamente a Escola de Copenhague, citando o

186 Não deixa de ser interessante notar que Hedley Bull, no mesmo livro que se veio citando recorrentemente, faz menção ao regionalismo como um fenômeno tipicamente terceiromundista em alguns aspectos.

volume inaugural de Buzan, que já formulava a famosa frase definidora dos complexos regionais de segurança, com poucas alterações: são grupos de estados cujas preocupações primárias de segurança se ligam de maneira suficientemente próxima para que suas seguranças nacionais não possam ser realisticamente consideradas separadamente umas das outras, além das outras características que finalmente podem ser rememoradas com a tranquilidade de que suas origens foram majoritariamente esclarecidas, como a durabilidade, sem que implique permanência nem rigidez.

É gratificante observar neste autor a ponte que se veio construindo durante toda essa digressão teórica, especialmente no momento em que ele considera a então sequer assim denominada Escola de Copenhague como uma abordagem centrada na interface entre os sistemas global e local, por meio do nível regional¹⁸⁷, reconhecendo aí a dualidade das estruturas sociais, no sentido de que “os subsistemas regionais não devem ser analisados apenas como objetos da rivalidade entre grandes potências, mas também como sujeitos que pode, sob certas condições, ser capazes de moldar o desenvolvimento do sistema internacional” (ib., p.344).

3.3. Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

Uma vez que várias de suas características já foram apontadas nas explanações anteriores, essa seção trata da TCRS de maneira muito sucinta para abordar seus aspectos mais inovadores em relação às citadas. Os complexos regionais de segurança (CRS's) são um construto que Buzan cunhou para revelar a inevitável interdependência existente em subsistemas regionais¹⁸⁸. Depois de vinte anos da publicação da primeira edição de *People, States and fear*, o trabalho *Regions and Powers* retoma fortemente esta categoria, definindo um CRS como um “conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização¹⁸⁹ ou ambos são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente”, delineado segundo padrões

187 Confira-se, em especial, o segundo capítulo do volume conjunto de Buzan e Wæver (2003).

188 Assunto longamente tratado em todo um trecho de BUZAN, 1991, p. 186-229.

189 Apesar de o termo possibilitar inferência relativamente óbvia, vale salientar que a dessecuritização é o processo contrário da securitização, ou seja, a remoção de determinados assuntos da agenda de segurança para a da política comum, algo propugnado por muitos críticos por temerem o arbítrio que pode decorrer da securitização e o esvaziamento da própria noção de segurança, que ficaria por demais abrangente e justificaria medidas excepcionais potencialmente nefastas.

duráveis de amizade e inimizade que se manifestam sob a forma de interdependência em segurança¹⁹⁰, mantendo-se a ideia original de que tais processos se darão em *clusters* regionais (subglobais) geograficamente coerentes, mas não necessariamente contíguos¹⁹¹, muito embora a proximidade física contribua para sua formação.

Em cada complexo, podem identificar-se características¹⁹² assimiláveis àquelas normalmente atribuídas à estrutura internacional mundial, com quatro variáveis: fronteira (separando um CRS de outro), anarquia (devem ser compostos de duas ou mais unidades autônomas, sem nenhuma instância de poder superior a elas), polaridade (distribuição e morfologia de poder entre as unidades) e construção social (os supracitados padrões de amizade e inimizade entre as unidades componentes). Similarmente, ficam abertas três possibilidades de evolução para o CRS, a saber, a manutenção do *status quo*, a sua transformação interna e a sua transformação externa, a depender da origem de tais alterações.

A referência a partir destes complexos permite que se trabalhe com quatro níveis de análise, a saber, o doméstico em cada estado da região (particularmente suas vulnerabilidades), as relações de estado a estado (que geram a região como tal), a interação da região com as regiões vizinhas (em que se insere a possibilidade de trabalhar normativamente a ordem mundial) e, por fim, o papel das potências globais na região. Importa salientar que, na “constelação de segurança” formada pelos quatro níveis, o regional não precisa ser sempre o dominante, mas prevalece a presunção de que ele é fundamental na lógica do sistema internacional pós-Guerra Fria.

Embora figure já na citada obra de 1998, o conceito de *constelação de segurança* recebeu maior refinamento apenas em um artigo publicado no ano passado na *Review of International Studies*, em que se afirma sua utilidade para correlacionar todos os níveis e setores nos quais as securitizações acontecem. A fim de evidenciar que as securitizações não são isoladas de identidades sociais e processos políticos que ocorrem noutros níveis, as constelações de segurança seriam como que macrorregiões em que se podem inserir um ou mais complexos regionais de segurança. De forma simplificada e didática, é possível dizer

190 Essas considerações e as dos parágrafos seguintes são todas baseadas em Buzan e Wæver, 2003.

191 Uma possibilidade, nesse aspecto, é considerar as formações de grupos negociativos de geografia variável de acordo com os auto-interesses convergentes nas diversas organizações internacionais, os populares “G’s”.

192 Essas características são marcadamente semelhantes ao que o professor Celso Lafer chama de “forças profundas” em seu livro citado sobre a identidade internacional brasileira.

que as constelações são para as macrossecuritizações o equivalente dos CRS's para as securitizações de menor abrangência.

Um exemplo potencialmente disruptivo de macrossecuritização na constelação da ordem internacional é a chamada guerra global ao terror, uma securitização de alto sucesso empreendida pelos Estados Unidos de maneira acentuada na administração de George W. Bush desde os ataques de 11 de setembro de 2001. De alguma maneira, no entanto, configurando os paradoxos típicos dos tempos hodiernos e retomando as clássicas perspectivas realista e liberal concatenadas pelo racionalismo grociano, esse acontecimento produziu, após uma desestabilização considerável da ordem internacional, uma série de realinhamentos e reforços de lealdades que oportunizaram certo reordenamento, ao menos entre as “civilizações” mais próximas, como formulou Samuel Huntington, muito embora as consequências disso ainda não possam ser notadas e analisadas de maneira bem consolidada pelo próprio caráter recente de todos esses fatos.

De fato, conforme corroboram os quase trinta pesquisadores da citada Comissão sobre Governança Global¹⁹³, “o desenvolvimento do regionalismo não pode ser isolado das instituições globais. Afetando um ao outro de diversas maneiras, esses grupos devem ser ligados num processo dinâmico de interação”, porque “têm o potencial de complementar e contribuir para a governança global”, “a capacidade de contribuir para a construção de um mundo mais harmônico e próspero”, ideais indubitavelmente presentes no ideal de ordem mundial pelo qual anseiam, ao menos de alguma maneira, todos os apreciadores da conjuntura contemporânea.

193 Os trechos citados se encontram a partir da página 287, mas não se deve deixar de salientar que esse grupo de acadêmicos reconhece um longo caminho a ser percorrido desde o regionalismo até a ordem mundial, não somente no sentido de que as formações regionais existentes se defrontam com uma série de limitações, mas também no aspecto de adaptação necessária das instituições multilaterais universais, em especial a ONU, para acolher e trabalhar cooperativamente com essas iniciativas regionais, a fim de produzir resultados efetivos conducentes a elementos cada vez mais concretos da ordem internacional e mundial.

3.4. Comunidades de linguagem

O conceito de *comunidade de linguagem*¹⁹⁴ é relativamente antigo: a maioria dos estudiosos atribui o desenvolvimento de sua noção inicial ao célebre linguista norte-americano Leonard Bloomfield em meados da década de 1920. Para se entender os silogismos que sustentam esse construto teórico, convém considerar alguns de seus “postulados para a ciência da linguagem”, uma série de axiomas descritivos que ele conjugou alguns anos antes da publicação daquela que viria a ser sua obra mais reconhecida e sistemática, *Language* (1933), volume que serviu de introdução às ciências linguísticas por cerca de trinta anos na América anglófona. O primeiro desses postulados define que “um ato de linguagem é uma *enunciação*”, e traz consigo a presunção dependente de que, “dentro de certas comunidades, sucessivas enunciações são semelhantes ou parcialmente semelhantes”. A definição seguinte é taxativa: “qualquer dessas comunidades é uma *comunidade de linguagem*” (BLOOMFIELD, 1926, p.154-155).

Essa mesma série de postulados já contém também os germes que inspirariam o desenvolvimento da sociolinguística¹⁹⁵, em especial o viés histórico preocupado com as

194 Como vários outros construtos teóricos, este conceito está eivado de ambiguidade, inclusive quanto à denominação: o original “*speech communities*” foi traduzido no francês como “*communauté linguistique*” (BLOOMFIELD, 1970) e já apareceu em português como “comunidade de fala” (v. PASSOS, 2004). Optou-se aqui por usar “comunidade de linguagem” como uma tentativa de recuperar a velha e sempre recorrente bipartição saussuriana entre *langue* e *parole* (SAUSSURE, 1945, p.37-42), bem como para dar coerência à tradução especializada dos “*speech acts*” como “atos de linguagem” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p.72-76). Em consonância, a preferência pelo emprego da preposição procura evitar a não menos abrangente plurivocidade do adjetivo “linguístico”. Note-se com atenção, no entanto, que em língua inglesa também aparece o termo “*language community*” (para referência básica, v. LAITIN, 2000), que não deve ser confundido porque trata sobre compartilhamento de um mesmo idioma. Ainda nesse tocante, cumpre informar que a tradução de todas as citações de bibliografia referenciada em língua estrangeira são de minha responsabilidade.

195 Embora haja certa ideia generalizada sobre uma área difusa abrangida pela sociolinguística, é forçoso reconhecer que seja também este um termo impreciso: em geral, essa área chega a confundir-se com a “sociologia da linguagem”; porém, como bem destaca Pierre Encrevé (1976, p.9), “na sociologia da linguagem há 'sociologia', na sociolinguística, há 'linguística’”. Provavelmente o nome mais conhecido na sociolinguística seja o de William Labov, que a valoriza não como um dos ramos da linguística, nem como uma “disciplina interdisciplinar”, mas sim como a própria linguística, “toda a linguística”, colocando assim em relevo a característica primordial de que a língua é inerentemente um fato social, mas rejeitando a exclusão saussuriana que privilegia a língua como objeto de estudo da linguística em detrimento das variações de fala. Isso culmina na proposta laboviana de estudar a língua a partir dos elementos sistemáticos existentes nas variações da linguagem (ib., p.12), ou seja, considerar “as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p.141). Esse é, outrossim, o intento geral da Análise de Discurso; no entanto, conforme esclarece a professora Eni Orlandi (1987, p.97, 104), as perspectivas divergem quanto ao enfoque escolhido para se entender a natureza dessa relação entre língua e sociedade: os discursivistas o deslocam para o eixo entre a língua e sua instância de atualização no uso social, o discurso. Ainda no reino da sociolinguística que trata das comunidades de linguagem, pode-se considerar a bipartição entre um viés *macro*, que costuma estudar manifestações dialetológicas em determinadas sociedades, e um viés *micro*, mais centrado no estudo dos idioletos em

mudanças linguísticas ocasionadas nas sociedades (ib., p.162-164). Embora o conceito de comunidade de linguagem tenha sido extensamente empregado pelos sociolinguistas, não há aqui interesse em desenvolver esses aspectos, mas sim transpô-lo para outras formulações da Linguística, em especial a Pragmática¹⁹⁶, já que esta também pode ser considerada como tendo uma de seus principais vertentes¹⁹⁷, a norte-americana, derivada dos estudos e sugestões de Bloomfield.

Não obstante ambas tenham a linguagem em uso como objeto basilar, a Sociolinguística observa esse uso em determinado momento histórico (“uso atual”), ao passo que a Pragmática, de acordo com o já explicitado, o estuda principalmente em termos dos atos de linguagem, buscando na atualização do uso languageiro os significados, ao invés de entendê-los primeiramente como representação¹⁹⁸.

A formulação original de Bloomfield (1970, p.44), bem ampla, coloca a comunidade de linguagem enquanto “um grupo de pessoas que interage por meio do discurso”. Aí já se pode perceber que se trata de “um conceito fundamental para a relação entre língua, fala [discurso] e estrutura social”, mas, como muitos outros conceitos fundamentais, “é mais frequentemente presumido que analisado ou explicado” (HYMES, 1964, p.385). No esforço de fazê-lo, Dell Hymes assinala que “a análise das maneiras em que características linguísticas covariam com outros fatores de eventos de fala mostra que tal variação não é aleatória, mas segue regras de uso”, uma visão que permite substituir a premissa de que a fala

relação aos dialetos respectivos (para uma aproximação introdutória, v. ROMAINE, 1995). De uma maneira ou de outra, o paradigma instaurado por Labov na sociolinguística tem como unidade de análise e agrupamento a “variável linguística” considerada de certo modo quantitativo (SANTA ANA; PARODI, 1998, p.27-28), o que não coaduna com a proposta avançada neste artigo, conforme se esclarecerá a seguir.

196 Em um arrazoamento cuidadoso, Talmy Givón (apud NERLICH; CLARKE, 1996, p.3) pondera que, “enquanto uma disciplina empírica séria, a pragmática ainda está em sua infância, desajeitadamente tentando encontrar seu próprio significado. Seria, portanto, presunçoso, e talvez até estranho ao próprio espírito da pragmática, selá-la prematuramente com uma definição rígida”. De início, pode-se empregar a noção geral de que ela foi “o membro negligenciado da divisão tradicional em três partes do estudo dos sinais” [também conhecido por semiótica], ao lado da sintaxe e da semântica: ao passo que a sintaxe estuda as sentenças e a semântica estuda as proposições, a pragmática seria “o estudo dos atos linguísticos e dos contextos nos quais eles são executados” (STALNAKER, 1982, p.59, 64).

197 As origens remotas (transição do século XIX para o XX), tanto americanas quanto europeias, da pragmática são estudadas detalhadamente em NERLICH; CLARKE, 1996.

198 Malcolm Coulthard (1977, p.11) aponta que na base da formulação da pragmática dos atos de linguagem está a percepção de que as afirmações nem sempre se dedicam a descrever algum estado de coisas ou “afirmar um fato” como os filósofos da linguagem costumavam procurar estudar a significação: ao invés, existiriam algumas sentenças que, por si sós, já são a *performance*, e não sua descrição, e foi a essas que primordialmente se empregou o termo “atos de linguagem” ou, mais especificamente, atos ilocutórios.

é o âmbito da variação por contraste à língua enquanto âmbito de estruturação: assim, “todo a extensão da atividade de fala de uma comunidade é estruturada” (ib., p.386).

Isso coincide em grande parte com a ideia de Paul Grice que baseou um dos princípios da Pragmática: a significação tem alguns de seus elementos definidos pelo uso circunstancial, mas também outros definidos por aspectos convencionais mais perenes (v. GRICE, 1957; SBISÀ, 1995, p.497). Como a professora Helena Brandão (1997, p.70) expõe didaticamente, uma das grandes contribuições para a Pragmática, dada por John Austin, “foi distinguir, ao lado das enunciações constatativas (por ex.: “Chove”), reconhecidas tradicionalmente pelos filósofos, a existência das enunciações performativas (por ex.: “Prometo que virei”). Sendo as primeiras usadas tipicamente na descrição, elas “podem ser qualificadas sobre o eixo do verdadeiro e do falso (se correspondem ou não à realidade referida); todavia, as segundas, por tratarem do *fazer*, “não podem ser definidas em termos de verdadeiro e falso, mas sobre o eixo felicidade/infelicidade” ou sucesso/insucesso que amealhem junto à audiência para a qual o discurso se dirige.

Evidentemente, há critérios reguladores que condicionam a felicidade ou não de um ato de linguagem, resumidas pela mesma estudiosa da seguinte maneira, também a partir de Austin (1986, p.12 e ss.): “as circunstâncias e as pessoas envolvidas no ato devem ser apropriadas; as pessoas devem ter a intenção de assumir o comportamento implicado; a enunciação performativa acarreta certas consequências, como obrigações, sanções”.

Ronald Wardhaugh (2006, p.119) simplifica que “a língua é tanto uma posse individual quanto uma posse social”, donde provém a expectativa de que “certos indivíduos se comportariam linguisticamente como outros indivíduos”, donde se poderia falar que eles sejam membros da mesma comunidade de linguagem. É bem possível objetar que as regras e convenções que façam parte dessa “posse social” na perspectiva das comunidades de linguagem sejam diferentes das regras que os pragmatistas observam reger os atos de linguagem. Porém, se se considerar que “a padronagem da língua, como manifestada na gramática, não é senão uma fase e, até certo ponto dependente, da padronagem da atividade discursiva em geral” (HYMES, 1964, p.386), será possível aproximar ambos os dois olhares para que convirjam numa visão desse tipo de comunidade como um conjunto de membros que partilhem atos de linguagem semelhantes.

Tendo essa possibilidade em mente, continua-se a caracterização das comunidades de linguagem: na concepção bloomfieldiana, as semelhanças discursivas dos membros eram dadas por aquilo que ele chamou simplesmente de “contato” (MORGAN, 2004, p.7). Numa sofisticação que procurou reviver o conceito após os insistentes e incisivos ataques de Noam Chomsky, John Gumperz (2001, p.66) o definiu como “qualquer agregado humano caracterizado por interação frequente e regular por meio de um corpo de signos verbais e distinto de agregados similares por diferenças significativas no uso da língua”. O foco de Gumperz seria a interface de comunicação e a determinação de que são necessárias interações e contato “consistentes, repetidos e previsíveis” para a existência de tal comunidade; além disso, este autor fortaleceu o conceito ao incorporar-lhe com mais aderência os aspectos linguísticos relacionados a valores, atitudes e ideologias, expandindo-o para incluir crenças e práticas generalizadas entre os membros (MORGAN, 2004, p.8; WARDHAUGH, 2006, p.122-123).

Para os internacionalistas, esse conjunto de atributos deve rememorar o conceito original de Karl Deutsch para as “comunidades de segurança”. No entanto, para ser cientificamente válida a aproximação com o que se veio discutindo, é necessário tecer outro nó epistemológico que permita cotejar o indivíduo, unidade de análise típica das comunidades de linguagem, e os Estados, unidades de estudo das Relações Internacionais (RI) e, conseqüentemente, dos tipos de comunidades de segurança mencionados. A considerar-se aquelas “expectativas confiáveis de mudança pacífica” como característica do comportamento do Estado, não seria lógico amarrar o nó de comparação entre indivíduo e Estado por meio da assimilação de comportamentos agressivos de base hobbesiana tipicamente estabelecida pelos realistas da teoria internacional: ao invés, é coerente empregar a abordagem construtivista, que procurou sustentar tal antropomorfização do Estado de maneira sutilmente distinta, conforme se expõe brevemente a seguir.

Retornando à teoria de RI, tem-se que Alexander Wendt (1999, p.215-216; 2004) explica que a agência de uma corporação como o Estado é, na realidade, um tipo de “estrutura de conhecimento ou discurso compartilhado que permite aos indivíduos engajar-se na ação coletiva institucionalizada”. Segundo Wendt, existe uma divergência básica de opiniões acerca do *status* ontológico dessa estrutura entre “nominalistas” e “realistas”. Este realismo científico, que não deve ser confundido com o realismo clássico das RI, consiste na negação

do entendimento nominalista predominante nas teorias da política internacional: enquanto o nominalismo vê a agência corporativa “meramente como uma ficção ou metáfora útil para descrever o que 'na realidade' são ações de indivíduos”, os realistas científicos acreditam que esta agência se refere a “um fenômeno real e emergente que não pode ser reduzido aos indivíduos” nem à soma das ações individuais, nem simplesmente ao “governo”, principalmente porque o “comportamento” dos agentes corporativos funciona para “se fazer previsões confiáveis sobre os indivíduos”, assim subvertendo o rumo de determinação e dependência, ainda que não necessariamente o suplante.

Mais especificamente contra a proposição nominalista de que a agência do Estado nada mais seria senão os atos do governo, o realismo defendido por Wendt responde que a própria estrutura estatal explica propriedades dos governos, em primeiro lugar, porque “têm uma dimensão coletiva que causa regularidades de nível macro entre seus elementos (governos) ao longo do espaço e tempo” e, em segundo lugar, porque “não podemos entender as ações de governos desligadas das estruturas dos Estados que as constituem como significativas” (ib., p.217).

Não deve ser necessário alongar a explicação do intrincado argumento de Wendt, pois cumpre seguir na caracterização das comunidades de que se vinha falando. Uma vez que se aceite a comparabilidade entre indivíduo e Estado, convém acolher a aplicação que Adler e Barnett (1998, p.3) fazem das comunidades de segurança para a realidade mundial. Já no primeiro trecho do texto que dedicam integralmente à explicação teórica dessa ideia, eles provocam a academia internacionalista tradicional, que em geral se sente desconfortável em evocar a “linguagem da comunidade” para suas análises, e se mostra incrédula e temerária diante da ideia de que esses atores “podem compartilhar valores, normas e símbolos que proveem uma identidade social, e engajar-se em várias interações em uma miríade de esferas que refletem o interesse a longo prazo, reciprocidade difusa e confiança”.

Esse desconforto fazia parte de uma reticência perante as mudanças de configuração internacional do poder e, conseqüentemente, da própria segurança, que começou a abranger novos temas e discussões mais profundas. Adler e Barnett (p.5) se apresentam como porta-bandeiras de um conceito de comunidade que consiste um “desafio direto aos modelos de política de segurança que dominaram a disciplina nas décadas passadas, e demanda que tomemos seriamente tanto a teorização sociológica como o caráter social da política global”,

de maneira que a relevância da discussão do *status* ontológico dessas comunidades perde importância em relação a um debate superior, sobre quando, onde e como essas comunidades são relevantes.

Noutra formulação, Ken Booth (2008, p.134-135) diz que a primeira pergunta sobre comunidades é “onde *nós* terminamos e *eles* começam?”, seguida por uma questão de identidade subjacente e mais complexa: “*quem ou o que* somos 'nós', e *quem ou o que* são 'eles'?”. Longe de consistir mero artifício retórico, as dúvidas de Booth refletem sua sinceridade em admitir que “comunidade é o tipo de palavras que somos tentados a sobreutilizar por causa de suas conotações positivas (um senso de identidade comum, interesses partilhados, obrigações mútuas, um senso de interdependência, entendimentos sociais comuns, hábitos culturais, etc)”, mas que, apesar dessa acolhedora persuasão, as distinções que a definem “nunca são tão claras na vida cotidiana quanto na sociologia”, levando até mesmo certos sociólogos a considerar o termo como um dos mais vagos, ilusórios e desprovidos de significação entre os conceitos empregues por essa disciplina.

Como fica bem perceptível, uma das cautelas centrais de Booth é com a normatividade comumente implícita na compreensão logocêntrica do termo “comunidade”, seu teor misto entre “descrição, sentimento e princípio moral” (TILLY, 1998, p.397), algo para que os teóricos críticos sempre chamam atenção. Em se tratando de comunidades de segurança, esse distanciamento é especialmente válido porque um de seus conteúdos mais primordiais é a violência, mesmo que muitas vezes passe despercebida em discursos que se pretendam portadores de uma carga semântica ligada à paz (não raramente visada a partir do *combate* às ameaças).

Não à toa, aí reside uma das mais potentes críticas à perspectiva da *securitização* que subjaz à teoria dos complexos regionais de segurança propelida pela Escola de Copenhague. No entanto, isso não deve invalidar de todo as ideias e o considerável esforço de sistematização científica capitaneados por Buzan e Wæver (esp. 2003). Isso porque a abordagem da securitização traz a teoria dos atos de linguagem para a discussão relevante da segurança, embora esse elemento não tenha sido precisamente privilegiado nos debates acadêmicos que se arrogam a colocada em prática do quadro teórico dessa Escola.

Considerações finais: América do Sul enquanto região de segurança e defesa

Feito o excursus que rumou dos entendimentos internacionalistas para o regionalismo até a noção de comunidades de linguagem construídas sobre os *speech acts* bloomfieldianos, pode-se finalmente terminar este trabalho com um breve repensamento acerca da consideração da América do Sul enquanto região de segurança e defesa, a partir das considerações teóricas e empíricas que se fez anteriormente.

Buzan e Wæver (2003, p.267) identificam na região securitária sul-americana um incremento geral das relações após o final da Guerra Fria¹⁹⁹, tendo por forças motrizes principais a democratização e certas pressões das dinâmicas oportunizadas pela globalização, entre as quais se pode contar a crescente securitização das atividades relacionadas a entorpecentes e a consequente influência dos Estados Unidos no desenvolvimento dessa agenda (e de outras, é claro), frequentemente colocada pela superpotência interveniente extra-regional enquanto “hemisférica”.

Os capitães da Escola de Copenhague trabalham as mudanças a partir desse período de fins da década de 1980 de acordo com os níveis doméstico, regional e inter-regional/ global. No primeiro, houve três desenrolares disseminados interligados, a saber, a democratização, a redução da influência militar na política e reformas neoliberais com a internacionalização para a internacionalização das economias e reestruturação dos Estados. De maneira um pouco mais localizada, também seria possível observar as securitizações de movimentos indígenas e do desenvolvimento social, apesar de que a abertura da agenda para conceitos mais abrangentes de segurança seja reticente pelo pairamento do fantasma de enfatizar a capacitação militar.

No nível da região e seus sub-complexos, enxergam a tensão de projetos de integração próprios em contraste a outros, hemisféricos; algo a se levar em conta em um contexto de crescente proeminência do setor econômico²⁰⁰ nas dinâmicas de segurança regionais. No nível inter-regional e global, finalmente, há a postura complicada dos protagonistas do Cone Sul em relação aos Estados Unidos, à medida em que não convém manter com os vizinhos do norte

199 Não obstante admitam que a “América Latina é provavelmente a região onde o fim da Guerra Fria enquanto tal foi menos significativo” (ib., p.320).

200 Mais ainda, falando sobre a instância específica do Mercosul, aliás bastante enfatizada no capítulo desta obra dedicado à América do Sul, Buzan e Wæver veem esse projeto como parcialmente conduzido por dois argumentos de segurança, a saber, o medo de marginalização numa economia simultaneamente globalizante e regionalizante, e a defesa da democracia, precocemente diagnosticadas por muitos atores e cientistas políticos da própria região como vulneráveis (ib., p.325).

nem uma aliança estreita nem uma política de provocação. Não se esqueça, é claro, dos reflexos intrarregionais da inserção colombiana na lógica macrossecuritizadora da guerra global ao terror por via do combate ao narcotráfico, bem como as ameaças ligadas em rede ao crime organizado de maneira geral.

Uma vez que se escolheu trabalhar com definições, as quais são teoricamente identificáveis com a paráfrase e com a operação de tipo metalinguístico ou seu resultado (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.118), e também se tenha restringido o número de conceitos da abordagem semiótica para apenas algumas especificidades, é chegado o momento de tecer especulações para que esses conceitos revelem algo sobre os padrões de regularidades e irregularidades que se pretende encontrar no *corpus* discursivo sob análise, em uma perspectiva comparativa transversal. Para tanto, o último trunfo da teoria semiótica que se empregará é o conceito de provas, porque ele parece muito adequado à identificação das regularidades iterativas entre diferentes enunciações.

É no conceito de “esquema narrativo canônico” que a Semiótica direciona o olhar do analista para a regularidade sintagmática de provas iterativas descritas para os sujeitos da narração. De acordo com o investimento semântico que recebem, essas provas podem ser tripartidas em qualificante, decisiva e glorificante (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.116, 238, 330-336, 405). A primeira, situada na dimensão pragmática, “corresponde à aquisição da competência (ou, mais precisamente, das modalidades atualizantes do saber-fazer e/ou do poder-fazer)” e é logicamente pressuposta para a prova decisiva. À semelhança dos objetos-valores, a prova qualificante pode ser chamada de programa de uso no caso de se considerar o programa de *performance* como programa básico.

A prova decisiva, pressuponente da qualificante e por sua vez pressuposta para a prova glorificante, pode ser encontrada na sintaxe narrativa de superfície representando o o programa que leva o sujeito à conjunção com o objeto-valor visado (o objeto da busca). Por fim, a prova glorificante, diferentemente das outras duas, está na dimensão cognitiva, inclui o fazer persuasivo do sujeito, especialmente um fazer-saber figurativizado pela *marca*, pois é esta que confere a possibilitação do reconhecimento e, portanto, coloca em jogo as próprias modalidades veridictórias (ib., p.303, 409).

As marcas são uma ocorrência constante nesse tipo de documento governamental que se considerou, também para auxiliar nos efeitos pragmáticos ilocutórios junto à audiência geral que receber os discursos. De sólito, elas aparecem sob a forma de estatísticas, ou de narrações de sucesso que os enunciadores descrevam frente à superação de ameaças ou outras dificuldades estruturais. A apresentação do percurso das provas, outrossim, é um dos únicos elementos que parece seguir um padrão geral nos documentos de defesa e segurança considerados, ainda que nem sempre isso fique manifestado com clareza: a partir da constatação de ameaças enquanto antissujeitos e/ou anti-objetos, o(s) sujeito(s) é (são) impelido(s) pela modalização virtualizante (às vezes, por via do destinador) a buscar a conjunção com os objetos-valor que lhe fornecerão a competência atualizante pressuposta para a realização efetiva de seu programa narrativo.

Embora haja exceções perceptíveis, existe uma tendência comum nos documentos, especialmente quando tomados em viés diacrônico num mesmo espaço (ou seja, quando se consideram documentos de um mesmo país lançados por administrações governamentais diferentes, ou sob condições de produção distintas), de apresentar o esquema narrativo canônico do sujeito-herói, seja atorializado no Estado ou no governo. Esse caminho euforizante logicamente tenta deixar as marcas reconhecíveis de que o sujeito adquiriu competências e perfez os atos que deveria. Lido quer pelos cidadãos do país, quer pelos vizinhos sul-americanos ou ainda por outros atores do cenário internacional, esse esquema narrativo quer transmitir eficiência e inspirar confiança, entre outros atributos. Um olhar atento para as práticas linguísticas por meio das quais isso é feito ajuda o analista a dar-se conta desses atos de linguagem de modo mais preciso e circunstanciado, fornecendo inclusive um arcabouço mais robusto para eventuais críticas e avaliações acadêmicas sobre a empregabilidade teórica e a situação geral do subcontinente enquanto região segundo os critérios de segurança e defesa.

Embora o escopo do nível em que se situa este trabalho não seja primariamente voltado à chegada de conclusões inovadoras, ficaram aqui registrados alguns elementos que se considera úteis à reflexão sobre o continente sul-americano enquanto região segundo esses dois critérios. Entre as possibilidades de pesquisa que se descortinam pelo presente esforço, está não apenas a sistematização mais acurada dos actantes, objetos e programas narrativos que se descreveu dispersamente, mas também as conclusões que se possam abstrair com base nessa organização. Entre elas, podem-se aventar, por exemplo, as diferenças significativas da segurança e da defesa em cada uma das atualizações discursivas que se considere, pois elas podem, cada uma, representar objetos de uso, de valor, programas narrativos instrumentais ou finais e até mesmo actantes de destinação.

Do mesmo modo, as instituições que os internacionalistas normalmente analisam estaticamente, podem receber análises de viés bastante dinâmico quando se consideram os deslizamentos significativos por que elas passam nas atualizações discursivas: embora não tenha sido possível ampliar as discussões a esse respeito no presente trabalho, provavelmente ficou bem claro que as Forças Armadas, os Ministérios de Defesa, e mesmo a sociedade ou população são termos que, de acordo com o contexto de manifestação, recebem significações bastante distintas que podem ter consequências (perlocutórias) bastante diversas.

Finalmente, ainda é possível usar as abordagens linguísticas para informar elucubrações teóricas e metateóricas sobre a própria estrutura internacional e os elementos a ela correlacionados: se essa estrutura e as respectivas regularidades que ela presume puderem ser validamente abstraídas enquanto gramática das relações internacionais, fica possibilitado o entendimento das altas variações sintáticas e semânticas das interações que ela contém enquanto manifestações ainda desconstruídas devido à falta de identificação segundo um substrato ou transcendência comum: por exemplo, seria o caso da perda das regularidades que a Guerra Fria possibilitava, ou então do desafio à pressuposição regular geral do monopólio estatal da força armada, performado pelas novas ameaças que atuam e se fazem perceber no âmbito interno e transnacional. Quiçá toda essa linguagem possa servir para tratar a segurança e a defesa de uma maneira *poética*, no sentido belamente empregado por Constantinou (2000) para essas questões de violência tão distantes do lirismo:

Uso a poética para indicar, – e apontar para certos outros tempos; para olhar tradições e contradições da segurança; para ilustrar como algumas noções da segurança prevaleceram sobre outras, e como essa escolha relativamente arbitrária tem consequências de longo alcance para nosso entendimento da segurança hoje. Nesse sentido, a intervenção poética é política; isto é, se não reduzimos o político meramente à praxiologia – ou no mínimo a uma praxiologia definida em oposição à teoria.

Documentos principais usados para a análise

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLÍVIA. **Ley N° 1.405**: Ley Orgánica de las Fuerzas Armadas de la Nación. 30/12/1992. Disponível em: <http://www.mindef.gob.bo/mindef/sites/default/files/LEY_ORGÁNICA_DE_LAS_FUERZAS_ARMADAS_DE_LA_NACIÓN.pdf> (último acesso em 15/08/11).

_____. **Libro Blanco de Defensa**. 2004. Disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/bolivia2004.pdf>> (último acesso em 15/08/11).

_____. **Nueva Constitución Política del Estado**. Promulgada em 09/02/09. Versão digital disponível em: <<http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>> (último acesso em 16/08/11).

_____. **Lineamientos para una nueva doctrina de seguridad y defensa**. Agosto de 2011. Disponível em: <http://www.mindef.gob.bo/mindef/sites/default/files/libro_interior_texto.pdf> (último acesso em 16/08/11).

REPÚBLICA ARGENTINA. **Decreto 1.714/2009**: Directiva de Política de Defensa Nacional. 10/11/2009. Versão digital disponível em: <http://www.mindef.gov.ar/leyes_y_decretos/Decreto_1714_-_2009.doc> (último acesso em 15/08/11).

_____. **Revisión de la Defensa**. 2001. Versão digital disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/Argentina2001print.pdf>> (último acesso em 15/08/11).

_____. **Libro blanco de la República Argentina**. 1999. Versão digital disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/Argentina1999.pdf>> (último acesso em 13/08/11).

_____. **Ley N° 24.059**: Ley de Seguridad Interior. Promulgada em 06/01/92, publicada em 17/01/92. Versão digital disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/ArgentinaMarcoJuridico.pdf>> (último acesso em 13/08/11).

_____. **Ley N° 23.554**: Ley de Defensa Nacional. Promulgada em 26/04/1988, publicada em 05/05/88. Versão digital disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/ArgentinaMarcoJuridico.pdf>> (último acesso em 13/08/11).

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Ley Orgánica de Seguridad de la Nación**. Promulgada em 18/12/02 na Gaceta Oficial N° 37.594. Disponível em: <<http://www.resdal.org/Archivo/venezuela-ley-seguridad.htm>> (último acesso em 17/08/11).

_____. **Decreto N° 6239**, con Rango, Valor y Fuerza de Ley Orgánica de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana. Publicada em 31/07/08. Disponível em: <<http://www.resdal.org/atlas/venezuela-lofan.pdf>> (último acesso em 18/08/11).

REPÚBLICA DE CHILE. **Libro Blanco de la Defensa Nacional de Chile**. 1997. Versão digital disponível em: <http://www.defensa.cl/wp-content/uploads/LIBRO-DE-LA-DEFENSA-NACIONAL_1997.pdf> (último acesso em 16/08/11).

_____. **Libro Blanco de la Defensa Nacional de Chile**. 2002. Disponível em: <http://www.defensa.cl/libro_2002/index.htm> (último acesso em 16/08/11).

_____. **Libro Blanco de la Defensa Nacional de Chile**. 2010. Disponível em: <http://www.defensa.cl/libro_2010/index.htm> (último acesso em 16/08/11).

REPÚBLICA DE COLOMBIA. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. 2003. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Colombia.pdf>> (último acesso em 17/08/11)

_____. **Política de Consolidación de la Seguridad Democrática**. 2007. Disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/Colombia2007.pdf>> (último acesso em 17/08/11).

_____. Palabras del Presidente Juan Manuel Santos Calderón en la presentación de la Política de Seguridad Ciudadana. Cali, 04/10/2010. Disponível em: <http://wsp.presidencia.gov.co/Prensa/2010/Octubre/Paginas/20101004_06.aspx> (último acesso em 17/08/11).

REPÚBLICA DEL ECUADOR. **Política de la Defensa Nacional del Ecuador**. 2002. Disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/Ecuador2002.pdf>> (último acesso em 17/08/11).

- _____. **Política de la Defensa Nacional del Ecuador**. 2006. Disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/Ecuador2006.pdf>> (último acesso em 17/08/11).
- _____. **Plan Ecuador**. 2007. Disponível em: <<http://www.resdal.org/ultimos-documentos/plan-ecuador07.pdf>> (último acesso em 17/08/11).
- REPÚBLICA DEL PARAGUAY. **Política de Defensa Nacional**. 1999. Disponível em: <<http://www.mdn.gov.py/v2/politica.html>> (último acesso em 17/08/11).
- REPÚBLICA DEL PERÚ. **Libro Blanco de la Defensa Nacional**. 2005. Disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/Peru2005.pdf>> (último acesso em 17/08/11).
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES.HTM> (último acesso em 16/06/11).
- _____. **Decreto N° 5.484**: Política de Defesa Nacional. Promulgado em 30/06/05, publicado no Diário Oficial da União de 01/07/05. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm> (último acesso em 16/06/11).
- _____. **Decreto N° 6.703**: Estratégia Nacional de Defesa. Promulgado em 18/12/2008, publicado no Diário Oficial de 19/12/08. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/defesa/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf> (último acesso em 16/08/11).
- REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. **Bases para una política de defensa nacional**. Outubro/ 1999. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/doclibrdefUrug.asp>> (último acesso em 17/08/11).
- _____. **Ley N° 18.650**: Ley Marco de Defensa Nacional. Promulgada em 19/02/2010. Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=18650&Anchor=>>> (último acesso em 17/08/11).

Bibliografia mencionada e referencial²⁰¹

- ADLER, Emanuel. Seizing the middle ground: constructivism in world politics. **European Journal of International Relations**, v.3, n.3, p.319-363, 1997 (tradução para o português: O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. **Lua Nova**: revista de cultura e política, n.47, p.201-252, ago. 1999).
- _____. The spread of security communities: communities of practice, self-restraint, and NATO's post-Cold War transformation. **European Journal of International Relations**, v.14, n.2, p.195-230, 2008.
- _____; BARNETT, Michael. Governing anarchy: a research agenda for the study of security communities. **Ethics & International Affairs**, v.10, n.1, p.63-98, 1996.
- _____; BARNETT, Michael. **Security communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- _____; GREVE, Patricia. When security community meets balance of power: overlapping regional mechanisms of security governance. **Review of International Studies**, v.35, n.1, p.59-84, 2009.
- ALEGRÍA, Ciro. “Perú: el Ministerio de Defensa del Perú”. In: PANEL 28: “Ministerios de Defensa, casos de estudio” (REDES). Brasília: 7 a 10 de agosto, 2002.
- ALKER, Hayward R. On securitization politics as contexted texts and talk. **Journal of International Relations and Development**, v.9, n.1, p.70-80, 2006.
- ALSINA Jr., João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.46, n.2, p.53-86, 2003.
- ALSTON, William P. Linguistic acts. **American Philosophical Quarterly**, v.1, n.2, p.138-146, Apr. 1964.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985 (original francês publicado em 1970).

201 Embora boa parte dos trabalhos aqui referenciados não tenha sido diretamente mencionada no texto desta dissertação, optou-se também por apresentar na presente lista certas obras que foram consultadas, mas não apareceram explícitas durante a exposição. Isso atende tanto à consolidação de um arrolamento relativamente amplo de bibliografia pertinente para o estudo mais pormenorizado dos assuntos por parte dos interessados, quanto ao reconhecimento da influência que a leitura destes trabalhos tenha exercido sobre as pesquisas e opiniões deste autor.

- ALVES, Vágner Camilo; MOREIRA, William de Souza; ARIAS NETO, José Miguel (org.). **A defesa e a segurança na América do Sul: IV Encontro da ABED**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- APAP, Joanna; CARRERA, Sergio. Maintaining security within borders: toward a permanent state of emergency in the EU?. **Alternatives: global, local, politica**, v.29, n.4, p.399-416, 2004.
- APOSTEL, L. Illocutionary forces and the logic of change. **Mind**, v.81, n.322, p.208-224, Apr. 1972.
- ARADAU, Claudia. Security and the democratic scene: desecuritization and emancipation. **Journal of International Relations and Development**, v.7, n.4, p.388-413, 2004.
- _____. Limits of security, limits of politics? A response. **Journal of International Relations and Development**, v.9, n.1, p.81-90, 2006.
- _____. Forget equality? Security and liberty in the 'war on terror'. **Alternatives: global, local, political**, v.33, n.3, p.293-314, 2008.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.
- ASHLEY, Richard K.; WALKER, R. B. J. Introduction: Speaking the language of exile: dissident thought in International Studies. **International Studies Quarterly**, v.34, n.3, p.259-268, Sep. 1990.
- AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words: the William James Lectures delivered at Harvard University**. Oxford: Oxford University Press, 1986 (primeira edição de 1962).
- AVILA, Carlos Frederico Domínguez; ARGUELHES, Delmo de Oliveira. “História da América do Sul e cultura estratégica: estão os conflitos do passado presentes hoje?”. In: OLIVEIRA, 2011, p.21-38.
- BACH, Daniel. Régionalismes, régionalisation et globalisation. In: GAZIBO, Mamoudou; THIRIOT, Céline (org.). **L'Afrique en Science Politique**. Paris: Karthala, 2009.
- BACH, Kent; HARNISH, Robert M. Linguistic communication: a schema for speech acts. In: DAVIS, Steven (ed.). **Pragmatics: a reader**. New York/Oxford: Oxford University Press, 1991.

- BAGGIO, Karina Pistón. “La vulnerabilidad de los países pequeños ante el terrorismo”. In: PANEL ON “DESAFÍOS A LA DEFENSA Y SEGURIDAD EN EL SIGLO XXI: ¿CONTINUIDAD Y CAMBIO?” (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- BALDWIN, David A. The concept of security. **Review of International Studies**, v.23, n.1, p.5-26, 1997.
- BALZACQ, Thierry. The three faces of securitization: political agency, audience and context. **European Journal of International Relations**, v.11, n.2, p.171-201, 2005.
- BANKS, Michael. Systems analysis and the study of regions. **International Studies Quarterly**, v.13, n.4, p.335-360, Dec. 1969.
- BARRACHINA, Carlos. “Programa interno de medidas de confianza mutua: los Libros Blancos en América Latina bajo una perspectiva comparada”. In: SEPÚLVEDA, I.; ALDA, S. **La administración de la Defensa en América Latina**, v.III. Madrid: IUGM, 2008, p.423-446.
- BARBISAN, Leci Borges; SILVA, Carmem Luci da Costa. Oswald Ducrot. In: FLORES et al., 2009, p.247-249.
- BARONAS, Roberto Leiser; KOMESU, Fabiana (org.). **Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- _____. (org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Atual, 1988.
- _____. **Teoria semiótica do texto**. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. Estudos do texto e do discurso no Brasil. **D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Aplicada**, v.15, Especial, p.183-199, 1999.
- _____. “Estudos do discurso”. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística**, v.2: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003, p.187-219.
- _____. Rumos da semiótica. **Todas as Letras**, v.9, n.1, p.12-23, 2007.
- _____. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT (org.), 2008, p.25-36.
- BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. São Paulo: Cultrix, 2007 (original francês publicado em 1964).

- BARTOLOMÉ, Mariano César. “La Triple Frontera desde la perspectiva argentina: principal foco terrorista en el Cono Sur americano”. In: PANEL ON “TERRORISMO Y REPERCUSIONES HEMISFÉRICAS” (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- BASOMBRIÓ, Carlos. “Militarización y desmilitarización de la seguridad pública en el Perú”. In: PANEL ON “MILITARIZACIÓN DE LAS POLICÍAS VERSUS POLICIALIZACIÓN DE LAS FUERZAS ARMADAS” (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- BASRUR, Rajesh M. Decentralizing theory: regional international politics. **International Studies**, v.43, n.4, p.419-424, 2006.
- BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona/ Buenos Aires/ México: Paidós, 1998 [publicação alemã original de 1986].
- BEHNKE, Andreas. No way out: desecuritization, emancipation and the eternal return of the political: a reply to Aradau. **Journal of International Relations and Development**, v.9, p.62-69, 2006.
- BEIDER, Liba. Estrutura linguística. **Tempo Brasileiro**, v.15/15, 1973, p.45-53
- BELL, Duncan S.A. Language, legitimacy and the project of critique. **Alternatives**: global, local, political, v.27, n.3, p.327-350, Jul.-Sep. 2002.
- BEN, Rodrigo Atria. “Libros de la defensa: una base común para su elaboración”. In: PANEL: “Libros blancos de defensa nacional” (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- BENNINGTON, Geoffrey; DERRIDA, Jacques. **Jacques Derrida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996 [original francês publicado em 1991].
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística geral I**, 4.ed. Campinas: Pontes, 1995 [original francês publicado em 1966].
- BERTAZZO, Juliana. New regionalism and leadership in Brazilian security and defense policy. **Security and Defense Studies Review**, v.10, p.91-106, Spring-Summer issue, 2010.
- BERTON, Peter. International subsystems: a submacro approach to international studies. **International Studies Quarterly**, v.13, n.4, special issue on international subsystems, p.329-334, Dec. 1969.
- BESIO, Félix. “Seguridad y Defensa para momentos de crisis: Gobierno, Parlamento y FFAA en el Uruguay de hoy”. In: PANEL: “Congress and defense policy” (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.

- BEVIR, Mark. The errors of linguistic contextualism. **History and theory**, v.31, n.3, p.276-298, Oct. 1992.
- _____. Meaning and intention: a defense of procedural individualism. **New Literary History**, v.31, n.3, p.385-403, Summer 2000.
- _____. How to be an intentionalist. **History and Theory**, v.41, n2, p.209-217, May 2002.
- BIERSTEKER, Thomas J. Critical reflections on post-positivism in International Relations. **International Studies Quarterly**, v.33, n.3, p.263-267, Sep. 1989.
- BILETZKI, Anat; MATAR, Anat. Ludwig Wittgenstein. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2009. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/wittgenstein>> (acesso em 25/11/10).
- BLANTON, Robert G. Bringing the 'community' back: integration, conflict and cooperation. **Cooperation and Conflict**, v.41, n.1, p.31-52, 2006.
- BLEIKER, Roland. Editor's introduction. **Alternatives: global, local, political**, v.25, n.3, p.269-285, Jul.-Sep. 2000.
- BLOOMFIELD, Leonard. A set of postulates for the science of language. **Language**, v.2, n.3, p.153-164, Sep. 1926.
- BLUM-KULKA, Shoshana. "Discourse pragmatics". In: van DIJK, 1997b, p.38-63.
- BØÅS, Morten. Security communities: whose security?. **Cooperation and Conflict**, v.35, n.3, p.309-319, 2000.
- BOHMAN, James; REHG, William. "Jürgen Habermas". In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2007. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/habermas>> (acesso em 22/11/10).
- BONILLA, Adrian. "Una agenda de seguridad andina". In: PANEL: "Evolution of the concept of hemispheric security" (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- _____. "Conflicto en la región andina: inestabilidad política y crisis colombiana". In: PANEL ON "TERRORISMO Y REPERCUSIONES HEMISFÉRICAS" (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- BOOTH, Ken. **Theory of world security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- _____; WHEELER, Nicholas J. **The security dilemma: fear, cooperation and trust in world politics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

- BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: dialogismo e construção do sentido. Campinas: Unicamp, 2008.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: UNESP, 1997.
- BRIGAGÃO, Clóvis. “Apresentação”. In: PROENÇA Jr.; DINIZ, 1998, p.7-9.
- BRONCKART, Jean-Paul. **O agir nos discursos**: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Campinas: Mercado de Letras, 2008.
- BROWER Beltramin, Jorge. La teoría del contexto de T. Van Dijk como proyecto analítico derivado del pragmatismo peirciano: un aporte a la comprensión semiótica del discurso. **D.E.L.T.A.**: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Aplicada, v.25, n.2, p.427-463, 2009.
- BRUBACKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond “identity”. **Theory and Society**, v.29, n.1, p.1-47, Feb. 2000.
- BRUN, Diego Abente. “Paraguay, un escenario confuso y cambiante”. In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.187-193.
- BRYSK, Alison. “Hearts and minds”: bringing symbolic politics back in. **Politic**, v.27, n.4, p.559-585, Summer 1995.
- BURCH, Robert. “Charles Sanders Peirce”. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2010. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/peirce>> (acesso em 22/11/2010).
- BURKE, Anthony. Aporias of security. **Alternatives: global, local, political**, v.27, n.1, p.1-27, Jan.-Mar. 2002.
- BUZAN, Barry. Peace, power and security: contending concepts in the study of International Relations. **Journal of Peace Research**, v.21, n.2 (special issue on alternative defense), p.109-125, Jun. 1984.
- _____. **People, states and fear**: an agenda for international security in the post-Cold War era, 2. ed. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.
- _____; WÆVER, Ole. Slippery? contradictory? sociologically untenable? the Copenhagen School replies. **Review of International Studies**, v.23, p.241-250, 1997.

- _____; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security**: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner, 1998.
- _____; WÆVER, Ole. **Regions and powers**: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- _____; WÆVER, Ole. Macrosecuritisation and security constellations: reconsidering scale in securitisation theory. **Review of International Studies**, v.35, p.253-276, 2009.
- CAMACHO, Ricardo García-Agreda. “Bolivia como eje articulador entre la Comunidad Andina de Naciones y el Mercosur, en la prevención de las nuevas amenazas emergentes”. In: PANEL ON “LAS INSEGURIDADES EMERGENTES DE LA COMUNIDAD ANDINA Y MERCOSUR” (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. O estruturalismo linguístico. **Tempo Brasileiro**, v.15/16, 1973, p.5-43.
- CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity, 2.ed. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998 (primeira edição de 1992).
- CANINAS, Osvaldo Peçanha. “A securitização da Amazônia: atores e agendas”. In: ALVES; MOREIRA; ARIAS NETO, 2011, p.321-347.
- CANTORI, Louis J.; SPIEGEL, Steven L. International regions: a comparative approach to five subordinate systems. **International Studies Quarterly**, v.13, n.4, special issue on international subsystems, p.361-380, Dec. 1969.
- _____; SPIEGEL, Steven L. The international relations of regions. **Polity**, v.2, n.4, p.397-425, Summer 1970.
- C.A.S.E. Collective. Critical approaches to security in Europe: a networked manifesto. **Security Dialogue**, v.37, n.4, p.443-487, 2006.
- CASTILLA, Camilo Echandía; GÓMEZ, Eduardo Bechara; NOSSA, Irene Cabrera. “Colombia: estado del conflicto armado al final de la administración de Álvaro Uribe”. In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.136-172.
- CELI, Pablo. “Ecuador, tensiones bilaterales y reformas institucionales en seguridad y defensa”. In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.255-266.
- _____. Los Libros Blancos y la relación civil-militar: debate y formulación de la política de defensa en Ecuador. In: VI SEMINARIO SOBRE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN EN ESTUDIOS DE SEGURIDAD Y DEFENSA. Santiago de Chile,

- 27-30 octubre, 2003a. Disponível em: <<http://www.libroblanco2010.gov.ar/descargas/pabloceli.pdf>> (acesso em 14/05/2011).
- _____. “Dimensión institucional de la política de defensa: rol parlamentario y política exterior”. In: PANEL: “Congress and defense policy” (REDES). Santiago: October 28-30, 2003b.
- _____. “Las condiciones globales de la seguridad y las políticas de defensa. In: PANEL ON STRATEGIC STUDIES (REDES). Washington: May 22-25, 2001.
- CEPIK, Marco. Segurança nacional e segurança humana: problemas conceituais e consequências políticas. **Security and Defense Studies Review**, v.1, n.1, p.1-19, Spring 2001.
- CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. “Sociolinguística”. In: MARTELOTTA, 2008, p.141-155.
- CHALK, Peter. **Non-military security and global order**: the impact of extremism, violence and chaos on national and international security. Basingstoke: Macmillan Press, 2000.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008a.
- _____. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008b (original francês publicado em 2005).
- _____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (org.). **Análises do discurso hoje**, v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008c.
- _____; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise de discurso**. São Paulo: Contexto, 2008 (original francês publicado em 2004).
- CHECKEL, Jeffrey T. The constructivist turn in International Relations theory. **World Politics**, v.50, n.2, p.324-348, Jan. 1998.
- CHILTON, Paul; SCHÄFFNER, Christina. Discourse and politics. In: van DIJK, 1997b, p.206-230.
- CIAFARDINI, Mariano; UGARTE, José Manuel. Los escenarios de la defensa y de la seguridad en Argentina a finales de la primera década del siglo XXI. In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.85-103.
- CIRINO, Julio A.; ELIZONDO, Silvana L. “Áreas sin ley: orígenes del fenómeno y percepciones de amenaza”. In: PANEL: “Lawless areas and emerging threats” (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.

- CITELLI, Adilson. Comunicação e linguagem: diálogos, trânsitos e interditos. **Matrizes**, ano 2, n.1, p.13-30, 2008.
- COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE. **Our global neighbourhood**. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- CONHEN, L. Jonathan. Do illocutionary forces exist?. **The Philosophical Quarterly**, v.14, n.55, p.118-137, Apr. 1964.
- CONNOLY, William E. Identity and difference in global politics. In: DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, p.323-342.
- CONSTANTINOU, Costas M. Poetics of security. **Alternatives: global, local, political**, v.25, n.3, p.287-307, Jul.-Sep. 2000.
- COOKE, Maeve. **Language and reason**: a study of Habermas's pragmatics. Cambridge: MIT Press, 1994.
- COPELAND, Dale C. The constructivist challenge to structural realism: a review essay. **International Security**, v.25, n.2, p.187-212, Autumn 2000.
- CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. Análise de discurso: em busca de uma metodologia. **D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Aplicada**, v.7, n.1, p.333-355, 1991.
- COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história**: o problema da mudança linguística. Rio de Janeiro: Presença, 1979.
- COULTHARD, Malcolm. **An introduction to Discourse Analysis**. Essex: Longman Group, 1977.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009a.
- _____. "Prefácio: a estranha história da Análise do Discurso". In: PIOVEZANI, 2009(b), p.11-16.
- _____. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.
- _____. "Os deslizamentos do espetáculo político". In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p.21-34 (original francês publicado em 1990).

- CULLER, Jonathan. **Sobre la deconstrucción**: teoría y crítica después del estructuralismo. Madrid: Cátedra, 1992 [original norte-americano publicado em 1982].
- DALBY, Simon. Political space: autonomy, liberalism and empire. **Alternatives**: global, local, political, v.30, n.4, p.415-441, 2005.
- DAMMERT, Lucia. “De la seguridad publica a la seguridad ciudadana”. In: PANEL: “Public and citizen security” (REDES). Santiago: 28-30 October, 2003.
- DARBY, Phillip. Security, spatiality, and social suffering. **Alternatives**: global, local, political, v.31, n.4, p.453-473, 2006.
- DAUENHAUER, Bernard. Paul Ricoeur. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2005. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/ricoeur>> (acesso em 30/12/10).
- DAVIDSEN, Pål Arne. **The making and unmaking of the politics of exceptionality**: studying processes of securitisation and desecuritisation in the Orange and Okavango River basins. Tese (Mestrado) – Institute of Comparative Politics, University of Bergen, 2006.
- DAVIDSON, Donald. Actions, reasons and causes. **The Journal of Philosophy**, v.60, n.23, p.685-700, 1963.
- DEBRIX, François (ed.). **Language, agency, and politics in a constructed world**. New York: M.E. Sharpe, 2003.
- DEELY, John. **Semiótica básica**. São Paulo: Ática, 1990.
- DER DERIAN, James; SHAPIRO, Michael. **International/ Intertextual relations**: postmodern readings of world politics. New York: Lexington Books, 1989.
- DERRIDA, Jacques. **A voz e o fenômeno**: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994 (publicação francesa original de 1967).
- _____. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2005 (publicação francesa original de 1967).
- _____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2008 (publicação francesa original de 1967).
- Di FANTI, Maria da Glória Corrêa. Mikhail Bakhtin. In: FLORES et al, 2009, p.239-241.
- van DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

- _____. (ed.). **Discourse as structure and process**. Discourse studies: a multidisciplinary introduction, v.1. London: SAGE, 1997a.
- _____. (ed.). **Discourse as social interaction**. Discourse studies: a multidisciplinary introduction, v.2. London: SAGE, 1997b.
- DONGHI, Tulio Halperin. **Historia contemporánea de América Latina**, 13.ed. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- DUARTE, Erico E. “Comentários a uma nova Política de Defesa Brasileira”. In: PANEL ON MINISTRY OF DEFENSE IN BRAZIL (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987 (original francês publicado em 1980).
- DURANTI, Alessandro (ed.). **A companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Blackwell, 2004.
- DUQUE-ESTRADA, Paulo César (org.). **Às margens: a propósito de Derrida**. Rio de Janeiro/ São Paulo: PUC-Rio/ Loyola, 2002.
- ENCREVÉ, Pierre. “Labov, Linguistique, Sociolinguistique”. In: LABOV, William. **Sociolinguistique**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1976 (original norte-americano publicado em 1972).
- ERIKSSON, Johan. Observers or advocates?: on the political role of security analysts. **Cooperation and Conflict**, v.34, n.3, p.311-330, 1999a.
- _____. Debating the politics of security studies: response to Goldman, Wæver and Williams. **Cooperation and Conflict**, v.34, n.3, p.345-352, 1999b.
- _____; RHINARD, Mark. The internal-external security nexus: notes on an emerging research agenda. **Cooperation and Conflict**, v.44, n.3, p.243-267, 2009.
- ESCOBAR A., Milton. “Um modelo de seguridad ciudadana: la gobernabilidad democrática y la seguridad ciudadana”. In: PANEL ON CURRENT INTERNAL SECURITY ISSUES (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- FABER, Richard N. Alston's theory of meaning. **The Philosophical Quarterly**, v.19, n.74, p.62-88, Jan. 1969.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- _____; WODAK, Ruth. “Critical discourse analysis”. In: van DIJK, 1997b, p.258-284.

- FARMER, Andrés Rodrigo Angulo. "Impacto y consecuencias de las inseguridades emergentes (y tradicionales) sobre Chile, provenientes desde la Comunidad Andina de Naciones y MERCOSUR". In: PANEL ON "LAS SEGURIDADES EMERGENTES DE LA COMUNIDAD ANDINA Y MERCOSUR" (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- FARRANDS, Chris. "Society, modernity and social change: approaches to nationalism and identity". In: KRAUSE; RENWICK, 1996, p.1-21.
- FAUSTINO, Crístian Veríssimo. "Notas sobre as políticas de defesa de Argentina, Brasil e Chile: vícios e virtudes numa perspectiva histórico-comparativa". In: OLIVEIRA, 2011, p.39-63.
- FERNÁNDEZ, Tania Zúñiga. "El rol de las fuerzas armadas en el proceso de fortalecimiento de la democracia y en la promoción del estado de derecho y la participación civil en asuntos de seguridad y defensa: el caso peruano, en particular el proceso de transición democrática". In: PANEL RELACIONES CÍVICO-MILITARES (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- FERREIRA, Marcos Alan Fagner dos Santos. "A Tríplice Fronteira (Argentina, Brasil, Paraguai) e o terrorismo internacional: a divergência de visões entre o governo brasileiro e órgãos decisórios norte-americanos em tema de defesa". In: CONFERENCIA SUBREGIONAL: "Retos a la seguridad y defensa en un ambiente político complejo: cooperación y divergencia en Suramérica". Cartagena de Indias: Julio 27-31, 2009.
- FERREIRA, Richard. "El proceso de modernización de las fuerzas armadas". In: RESDAL, 2010, p.262-263.
- FIDALGO, António. **Semiótica geral**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1999.
- _____; GRADIM, Anabela. **Manual de Semiótica**. Portugal: UBI, 2004-2005.
- FIERKE, Karin M.; JØRGENSEN, Knud Erik. **Constructing international relations: the next generation**. Armonk/ London: M. E. Sharpe, 2001.
- _____. Breaking the silence: language and method in International Relations. In: DEBRIX, 2003, p.66-86.
- FINGARETTE, Herbert. Performatives. **American Philosophical Quarterly**, v.4, n.1, p.39-48, Jan. 1967.
- FINNEMORE, Martha. "Defining state interests". In: _____. **National interests in international society**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.

_____. “Polifonia textual e discursiva”. In: _____; BARROS, Diana Luz Pessoa de (orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. Sendas e veredas da Semiótica narrativa e discursiva. **D.E.L.T.A.**: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Aplicada, v.15, n.1, fev.-jul. 1999.

_____. “Pragmática”. In: _____ (org.). **Introdução à Linguística**, v.2: Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2002.

FISHEL, John T. El futuro de Bolívia: el gobierno de Evo Morales. **Security and Defense Studies Review**, v.6, n.3, p.285-308, 2006.

FITZPATRICK, Dan. Searle and collective intentionality: the self-defeating nature of internalism with respect to social facts. **American Journal of Economics and Sociology**, v.62, n.1, p.45-66, Jan. 2003.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama et al. **Análise do discurso**: fundamentos & prática. Maceió: EdUFAL, 2009.

FLORES, Mario Cesar. Defesa nacional: parâmetros internacionais e problemas internos. **Interesse Nacional**, v.2, n.1, p.17-26, 2008.

FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges; FINATTO, Maria José Bocorny; TEIXEIRA, Marlene (orgs.). **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FONTANILLE, Jacques. **Semiótica do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008a (original francês publicado em 1999).

_____. Semiótica do discurso: balanços e perspectivas. **CASA**: Cadernos de Semiótica Aplicada, v.6, n.1, jul. 2008b.

FORGUSON, L. W. In pursuit of performatives. **Philosophy**, v.41, n.158, p.341-347, Oct. 1966.

FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. “O papel dos conflitos no quebra-cabeça da segurança hemisférica latino-americana”. In: OLIVEIRA, 2011, p.65-87.

- FUCCILLE, Luís Alexandre. A criação do Ministério da Defesa no Brasil: entre o esforço modernizador e a reforma pendente. **Security and Defense Studies Review**, v.3, n.1, p.1-27, 2003.
- FUCHS, Ruth. ¿Hacia una comunidad regional de seguridad?: las Fuerzas Armadas em la percepción de las elites parlamentarias em Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. **Revista de Ciencia Política**, v.26, n.2, p.29-52, 2006.
- GAITÁN, Guillermo Pacheco. Los libros blancos en Centro América: ¿un paso para consolidar medidas de confianza?. **Security and Defense Studies Review**, v.7, n.3, p.371-395, 2007.
- _____. “La formulación del Libro Blanco de la Defensa: un proceso para el fortalecimiento de las relaciones civiles-militares en Guatemala”. In: PANEL N°. 30: “Libros Blancos de Defensa: análisis comparativo” (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- GALASTRI, Leandro de Oliveira. “Missão de paz na Amazônia estrangeira: o Exército Brasileiro e a Missão de Observadores Militares Equador-Peru/ 1995-1999”. In: OLIVEIRA, 2011, p.245-262.
- GALLARDO, José L. Díaz. “El Ministerio de la Defensa de Chile: entre la 'agenda histórica' y el esfuerzo modernizador”. In: PANEL 28: “Minsiterios de Defensa, casos de estudio” (REDES). Brasília: agosto 7-10, 2002.
- GALLIE, Walter Bryce. Essentially contested concepts. **Proceedings of the Aristotelian Society**, v.56, p.167-198, 1955-1956.
- GARAT, Pablo María. El sistema de coparticipación federal en la organización constitucional argentina. **Revista Latinoamericana de Derecho**, año V, n.9-10, p.55-113, enero-diciembre 2008.
- GEORGE, Jim. International Relations and the search for thinking space: another view of the third debate. **International Studies Quarterly**, v.33, n.3, p.269-279, Sep. 1989.
- _____; CAMPBELL, David. Patterns of dissent and the celebration of difference: critical social theory and International Relations. **International Studies Quarterly**, v.34, n.3, p. 269-293, Sep. 1990.
- GLEASON, Philip. Identifying identity: a semantic history. **The Journal of American History**, v.69, n.4, p.910-931, Mar. 1983.
- GONZÁLEZ, Julián. “Uruguay, claroscuros de la primera gestión de izquierda en el gobierno y perspectivas del gobierno Mujica”. In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.205-217.

- GOODE, William Josiah; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.
- GOULDE, Harry D. "Constructivist International Relations theory and the semantics of performative language". In: DEBRIX, 2003, p.50-65.
- _____. "What is at stake in the agent-structure debate?". In: KUBÁLKOVÁ et al., 1998, p.79-98.
- GRANDY, Richard E.; WARNER, Richard. Paul Grice. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2006. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/grice>> (acesso em 24/11/10).
- GREEN, Mitchell. Speech acts. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2007. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/speech-acts>> (acesso em 19/11/2010).
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. "Formação discursiva, mídia e identidades". In: INDURSKY; FERREIRA, 2007, p.173-186.
- _____. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz, 2006.
- _____. "Análise do discurso: os sentidos e suas movências". In: _____; CRUVINEL, Maria de Fátima; KHALIL, Marisa Gama (org.). **Análise do discurso: entornos do sentido**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001, p.9-34.
- GREIMAS, Algirdas Julien. **Semiótica do discurso científico: da modalidade**. São Paulo: DIFEL/SBPL, 1976.
- _____. Os atuantes, os atores e as figuras. In: (sem autor principal). **Semiótica narrativa e textual**. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977.
- _____. **Semiótica e Ciências Sociais**. São Paulo: Cultrix, 1981 (original francês publicado em 1976).
- _____; COURTÉS, Joseph. **Dicionário de Semiótica**. São Paulo: Contexto, 2008 (original francês publicado em 1979).
- GRICE, Herbert Paul. Personal identity. **Mind**, v.50, n.200, p.330-350, Oct. 1941.
- _____. Meaning. **The Philosophical Review**, v.66, n.3, p.377-388, Jul. 1957.
- _____. Utterer's meaning, sentence-meaning, and word-meaning. **Foundations of Language**, v.4, n.3, p.225-242, Aug. 1968.

- _____. Utterer's meaning and intention. **The Philosophical Review**, v.78, n.2, p.147-177, Apr. 1969.
- GROVOGUI, Siba N'Zatioula. "Criticism and form: speech acts, normativity, and the postcolonial Gaze". In: DEBRIX, 2003, p.121-142.
- _____. Rituals of power: theory, languages and vernaculars of international relations. **Alternatives: global, local, political**, v.23, n.4, p.499-530, Oct.-Dec. 1998.
- GRUGEL, Jean B. New regionalism and modes of governance: comparing US and EU strategies in Latin America. **European Journal of International Relations**, v.10, n.4, p.603-626, 2004.
- GUMPERZ, John J. "The speech community". In: DURANTI, Alessandro. **Linguistic Anthropology: a reader**. Oxford: Blackwell, 2001 (publicação original datada de 1968).
- GUTIÉRREZ, Carlos. "El tema militar y las exigencias democráticas emergentes en un contexto transicional (el caso chileno)". In: PANEL ON CIVILIAN-MILITARY RELATIONS (REDES), Washington: May 22-25, 2001.
- GUTTING, Gary. Michel Foucault. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2008. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/foucault/>> (acesso em 22/11/2010).
- GUYER, Julián González. "*Rara avis*: los libros blancos de defensa en el Cono Sur". [2008?]. Disponível em: <<http://www.libroblanco2010.gov.ar/descargas/libros%20blancos%20cono%20sur%20gonzalez%20guyer.pdf>> (acesso em 14/05/2011).
- GUZZINI, Stefano. The concept of power: a constructivist analysis. In: **Millenium: Journal of International Studies**, v.33, n.3, p.495-521, 2005.
- _____. A reconstruction of constructivism in International Relations. **European Journal of International Relations**, v.6, n.2, p.147-182, 2000.
- HAAS, Ernst B. The challenge of regionalism. **International Organization**, v.12, n.4, p.440-458, Autumn 1958.
- _____. The study of regional integration: reflections on the joy and anguish of pretheorizing. **International Organization**, v.24, n.4, p.607-646, Autumn 1970.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**, 2 vols. Madrid: Taurus, 1987 (original alemão publicado em 1981).
- _____. **Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1984.

- HAFTENDORN, Helga. The security puzzle: theory-building and discipline-building in international security. **International Studies Quarterly**, v.35, n.1, p.3-17, Mar. 1991.
- HARMAN, Gilbert H. Three levels of meaning. **The Journal of Philosophy**, v.65, n.19, p.590-602, Oct. 1968.
- HOLZMANN, Guillermo. Política de defensa y diseño del libro blanco de defensa. El caso de Chile. In: VI SEMINARIO SOBRE INVESTIGACIÓN Y EDUCACIÓN EN ESTUDIOS DE SEGURIDAD Y DEFENSA (REDES). Santiago de Chile, 27-30 octubre, 2003. Disponível em: <<http://www.libroblanco2010.gov.ar/descargas/redes-03-holzmann.pdf>> (acesso em 14/05/2011).
- HERZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. **World Politics**, v.2, n.2, p.157-180, 1950.
- HINDESS, Barry. Terrortory. **Alternatives: global, local, political**, v.31, n.3, p.243-257, 2006.
- _____. Politics as government: Michel Foucault's analysis of political reason. **Alternatives: global, local, political**, v.30, n.4, p.389-413, 2005.
- HOLSTI, Kalevi J. Mirror, mirror on the wall, which are the fairest theories of all?. **International Studies Quarterly**, v.33, n.3, p.255-261, Sep. 1989.
- HOPF, Ted. The promise of constructivism in International Relations theory. **International Security**, v.23, n.1, p.171-200, Summer 1998.
- HORNBECK, J. F. The Argentine financial crisis: a chronology of events. **CRS Report for Congress**, Jan. 31, 2002. Versão digital disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/8040.pdf>> (acesso em 15/08/11).
- HOWART, David. Space, subjectivity, and politics. **Alternatives: global, local, political**, v.31, n.2, p.105-134, 2006.
- HURRELL, Andrew. "Regionalism in theoretical perspective". In: _____; FAWCETT, Louise (ed.). **Regionalism in world politics: regional organization and international order**. New York: Oxford University Press, p.37-73, 1995a.
- _____. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, v.17, n.1, p.23-59, jan./jun. 1995b.
- HUYSMANS, Jef. Language and the mobilisation of security expectations. The normative dilemma of speaking and writing security. In: ECPR JOINT SESSIONS, workshop Redefining Security. Mannheim, 26-31 March 1999. Disponível em:

<<http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/mannheim/w18/huysmans.pdf>>.

_____. Defining social constructivism in security studies: the normative dilemma of writing security. **Alternatives**: global, local, political, v.27, special issue, p.47-62, 2002.

HYMES, Dell. **Language and society**: a reader in Linguistics and Anthropology. New York: Harper & Row, 1964.

INDURSKY, Freda. “Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso”. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (org.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p.9-33.

_____; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. “Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?”. In: _____. FERREIRA, 2007, p.163-172.

JACKSON, Patrick Thaddeus. Forum introduction: is the state a person? Why should we care?. **Review of International Studies**, v.30, n.2, p.255-258, 2004a.

_____. Hegel's house, or 'People are states too'. **Review of International Studies**, v.30, n.2, p.281-287, 2004b.

JÁCOME, Francine. “Venezuela: defensa y seguridad. Bolivarianismo y socialismo del siglo XXI”. In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010(a), p.286-309.

_____. “Sector defensa en Venezuela: hitos nacionales e internacionales (2008-2010). In: RESDAL, 2010(b), p.302-303.

JERVIS, Robert. Security regimes. **International Organization**, v.36, n.2, p.357-378, Spring 1982.

_____. From balance to concert: a study of the international security cooperation. **World Politics**, v.38, n.1, p.58-69, Oct. 1985.

_____. The political effects of nuclear weapons: a comment. **International Security**, v.13, n.2, Fall 1988.

JOBIM, Nelson. A defesa na agenda nacional: o Plano Estratégico de Defesa. **Interesse Nacional**, v.1, n.2, p.9-16, jul.-set. 2008.

- KATZENSTEIN, Peter J. (ed.). **The culture of national security**: norms and identity in world politics. New York: Columbia University Press, 1996.
- _____.; JEPPEPERSON, Ronald L.; WENDT, Alexander. Norms, identity and culture in national security. In: _____, 1996, p.33-75.
- _____. Regionalism in comparative perspective. **ARENA Working Papers**, n.96/1. Disponível em: <http://www.arena.uio.no/publications/wp96_1.htm> (acesso em 04/12/09).
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Globalization: what's new? what's not? (and so what?). **Foreign Policy**, n.118, p.104-119, Spring 2000.
- KESSLER, Oliver; DAASE, Christopher. From insecurity to uncertainty: risk and the paradox of security politics. **Alternatives**: global, local, political, v.33, n.2, p.211-232, 2008.
- KHATRI, Sridhar K. The politics of becoming a community: stages and prerequisites. **South Asian Survey**, v.6, n.2, p.197-229, 1999.
- KING, Gary; MURRAY, Christopher J. L. Rethinking human security. **Political Science Quarterly**, v.116, n.4, p.585-610, Winter 2001-2002.
- KITCHEN, Veronica M. Argument and identity change in the Atlantic security community. **Security Dialogue**, v. 40, n.1, p.95-114, 2009.
- KNUDSEN, Olav F. Post-Copenhagen Security Studies: desecuritizing securitization. **Security Dialogue**, v.32, n.3, p.355-368, 2001.
- KORTA, Kepa; PERRY, John. Pragmatics. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2006. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/pragmatics>> (acesso em 22/11/10).
- KRATOCHWIL, Friedrich. Constructing a new orthodoxy?: Wendt's 'Social theory of international politics' and the constructivist challenge. **Millenium: Journal of International Studies**, v.29, n.1, p.73-101, 2000.
- KRAUSE, Jill; RENWICK, Neil (ed.). **Identities in International Relations**. London: Macmillan, 1996.
- KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. Broadening the agenda of security studies: politics and methods. **Mershon International Studies Review**, v.40, n.2, p.229-254, Oct. 1996.
- KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). **International Relations in a constructed world**. Armonk/ London: M.E. Sharpe, 1998.

- LAITIN, David D. What is a language community?. **American Journal of Political Science**, v.44, n.1, p.142-155, Jan. 2000.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAPID, Yosef. The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. **International Studies Quarterly**, v.33, n.3, p.235-254, Sep. 1989.
- LAWLOR, Leonard. Jacques Derrida. In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2006. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/derrida>> (acesso em 30/12/10).
- LEDEBR, Kathryn. "Coca and conflict: the participation of Bolivia's Police and Armed Forces in drug control". In: PANEL: "Druga control, democracy and human rights" (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- LEECH, Geoffrey. **Principles of Pragmatics**. Essex: Longman Group, 1983.
- LEWIS, William. "Louis Althusser". In: **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2009. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/althusser>> (acesso em 22/11/10).
- LÓPEZ, Ernesto. "Nuevos desafíos a la defensa y la seguridad: el impacto en las relaciones civiles-militares, el caso argentino". In: PANEL ON: "Los desafíos a la defensa y la seguridad: impacto sobre las relaciones civil-militares en el Cono Sur" (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- _____. ¿Un sistema subregional de seguridad?. **FASOC: Fuerzas Armadas y Sociedad**, v.15, n.4, p.38-50, oct.-dic. 2000.
- LUKE, Timothy W. "What's wrong with deterrence?": a semiotic interpretation of national security policy. In: DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, p.207-229.
- _____. "Real interdependence: discursivity and concursivity in international politics". In: DEBRIX, 2003, p. 101-120.
- LUPOVICI, Amir. Constructivist methods: a plea and manifesto for pluralism. **Review of International Studies**, v.35, n.1, p.195-218, 2009.
- MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. **D.E.L.T.A.: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Aplicada**, v.21, Especial, p.1-9, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Nouvelles tendances en analyse du discours**. Paris: Hachette, 1987.

- _____. **Pragmática para o discurso literário**. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (original francês publicado em 1990).
- _____. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola, 2008.
- MALDIDIER, Denise. “Elementos para uma história da Análise do Discurso na França”. In: ORLANDI, 1997, p.15-28.
- _____.; NORMAND, C.; ROBIN, R. “Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa”. In: ORLANDI, 1997, p.67-102.
- MANI, Kristina. “Defining military roles and the nature of security in Argentina's recent crises”. In: PANEL: “Civil-military relations in the Southern Cone: really back from the brink?” (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- MANSFIELD, Edward D.; SNYDER, Jack. Democratization and the danger of war. **International Security**, v.20, n.1, p.5-38, Summer 1995.
- MARQUES, Adriana A.; MEDEIROS FILHO, Oscar. “Bases de um dilema: as percepções militares brasileiras sobre o acordo militar Colômbia-Estados Unidos e suas interconexões com as guerras de quarta geração”. In: ALVES; MOREIRA; ARIAS NETO, 2011, p.103-123.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINEZ, Elias David Morales. “Descrição, logística e institucionalização: a evolução da mediação brasileira na internacionalização do conflito colombiano 2008-2011”. In: OLIVEIRA, 2011, p.277-301.
- MATHIEU, Hans; GUARNIZO, Catalina Niño (ed.). **Anuario 2010 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2010.
- MATOS, Olgária. “A filosofia francesa no Brasil: a pragmática da leitura humanista”. In: PERRONE-MOISÉS, 2003, p.195-211.
- MATTERN, Janice Bially. Taking identity seriously. **Cooperation and Conflict**, v.35, n.3, p.299-308, 2000.
- _____. The power politics of identity. **European Journal of International Relations**, v.7, n.3, p.349-397, 2001.
- MATTHEWS, Jessica Tuchman. Redefining security. **Foreign Affairs**, v.68, v.2, p.162-177, Spring 1989.

- McDONALD, Matt. Securitization and the construction of security. **European Journal of International Relations**, v.14, n.4, p.563-587, 2008.
- McSWEENEY, Bill. Identity and security: Buzan and the Copenhagen school. **Review of International Studies**, v.22, n.1, p.81-94, 1996.
- _____. Durkheim and the Copenhagen School: a response to Buzan and Wæver. **Review of International Studies**, v.24, n.1, p.137-140, 1998.
- MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York/London: W.W. Norton and Company, 2001.
- MEDEIROS FILHO; Oscar. “Defesa, segurança e percepções militares na América do Sul”. In: OLIVEIRA, 2011, p.169-197.
- MEJÍAS, Sonia Alda. “Los cambios en las Fuerzas Armadas y la defensa en la 'Revolución democrática' de Evo Morales”. In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.221-241.
- MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Revista de Sociologia e Política**, n.20, p.135-145, Jun. 2003.
- MERA, Laura Gomez. Explaining Mercosur's survival: strategic sources of Argentine-Brazilian convergence. **Journal of Latin American Studies**, v.37, n.1, p.108-140, Feb. 2005.
- MILLIKEN, Jennifer. “Discourse study: bringing rigor to critical theory”. In: FIERKE; JØRGENSEN, 2001, p.136-159.
- MÖLLER, Frank. Capitalizing on difference: a security community or/as a Western project. **Security Dialogue**, v.34, n.3, p.315-328, 2003.
- MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. “Concepções de ameaça ao Estado brasileiro: uma leitura através das revistas militares (1998-2007)”. In: ALVES; MOREIRA; ARIAS NETO, 2011, p.289-303.
- MOREIRA, Felipe Kern. Processo decisório e percepção de ameaça: abordagem teórica. **Security and Defense Studies Review**, v.6, n.1, p.1-31, 2006.
- MORGAN, Marcyliena. “Speech community”. In: DURANTI, 2004, p.3-21.
- MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003 [original norte-americano publicado em 1948].

- MOULIN, Carolina. Border languages: rumors and (dis)placements of (inter)national politics. **Alternatives: global, local, political**, v.35, n.4, p.347-371, 2010.
- MÜLLER, Harald. "International relations as communicative action". In: FIERKE; JØRGENSEN, 2001, p.160-178.
- MUSUMECI, Martino Gabriel. "O discurso das 'novas guerras' na América do Sul: securitização e legitimidade". In: ALVES; MOREIRA; ARIAS NETO, 2011, p.126-140.
- NATHAN, Laurie. Domestic instability and security communities. **European Journal of International Relations**, v.12, n.2, p.275-299, 2006.
- NEOCLEOUS, Mark. The problem with normality: taking exception to 'permanent emergency'. **Alternatives: global, local, political**, v.31, n.2, p.181-213, 2006.
- NERLICH, Brigitte; CLARKE, David D. **Language, action and context: the early history of Pragmatics in Europe and America, 1780-1930**. Philadelphia: John Benjamins, 1996.
- NEUMANN, Iver. Review: identity and security. **Journal of Peace Research**, v.29, n.2, p.221-226, May 1992.
- _____. Self and Other in International Relations. **European Journal of International Relations**, v.2, n.2, p.139-174, Jun. 1996.
- _____. Beware of organicism: the narrative self of the state. **Review of International Studies**, v.30, n.2, p.259-267, 2004.
- NIEVES, Zulayma Noguera. "Incidencia de las migraciones ilegales colombianas en la seguridad integral de la población venezolana". In: PANEL: "Tri-border area, immigration and terrorism" (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- NYE Jr., Joseph S.; LYNN-JONES, Sean M. International security studies: a report of a conference on the state of the field. **International Security**, v.12, n.4, p.5-27, Spring 1988.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. "Brasil. O Ministério da Defesa: a implantação da autoridade". In: PANEL ON MINISTRY OF DEFENSE CASE STUDIES (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- OLIVEIRA, Marcos Aurelio Guedes de (org.). **Comparando a defesa sul-americana**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.
- O'NEILL, B.C. Conventions and illocutionary force. **The Philosophical Quarterly**, v.22, n.88, p.215-233, Jul. 1972.

- ONUF, Nicholas. "Parsing personal identity: self, other, agent". In: DEBRIX, 2003, p.26-49.
- _____. "The politics of constructivism". In: FIERKE; JØRGENSEN, 2001, p.236-254.
- _____. "Constructivism: a user's manual". In: KUBÁLKOVÁ et al., 1998, p.58-78.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. A Análise de Discurso: algumas observações. **D.E.L.T.A.**: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Aplicada, v.7, n.1, p.105-126, 1986.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. **Discurso & leitura**. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 1996.
- _____. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. (org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional, 3.ed. Campinas: Pontes, 2003 [primeira edição publicada em 1993].
- _____. "O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo". In: INDURSKY; FERREIRA, 2007, p.11-20.
- OTERO, Beatriz. "La evolución de las conductas delictivas comunes como amenaza a la seguridad nacional". In: PANEL: "Citizen security and inter-institutional coordination" (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- OTTONI, Paulo. John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. **D.E.L.T.A.**: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Aplicada, v.18, n.1, p.117-143, 2002.
- PALONEN, Kari. Four times of politics: policy, polity, politicking, and politicization. **Alternatives**: global, local, political, v.28, n.2, p.171-186, 2003.
- _____. ; WALKER, R. B. J. Politics revisited. **Alternatives**: global, local, political, v.28, n.2, p.167-170, 2003.
- PARIS, Roland. Human security: paradigm shift or hot air?. **International Security**, v.26, n.2, p.87-102, Autumn 2001.
- PASSOS, Maria de Lourdes. **Bloomfield e Skinner**: língua e comportamento verbal. Rio de Janeiro: NAU, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2009.

- PEREZ, Guillermo Holzmann. “Los desafíos de una agenda de seguridad en América del Sur y su impacto en los procesos de enseñanza en un contexto de gobernabilidad democrática e integración regional”. In: PANEL ON STRATEGIC STUDIES (REDES). Washington: May 22-25, 2001.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). **Do positivismo à desconstrução**: idéias francesas na América. São Paulo: EDUSP, 2004.
- _____. “Pós-estruturalismo e desconstrução nas Américas”. In: _____, 2004, p.213-236.
- PETRÁSH, Vilma E. “Constructing regionalism in the Americas: explaining progress, reversals and challenges”. In: PANEL ON “DESAFÍOS DE LA DEFENSA Y SEGURIDAD EN EL SIGLO XXI: ¿CONTINUIDAD Y CAMBIO?” (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- _____. “Venezuela's national security policy under the Chávez regime: the impact of changed perceptions and practices on Venezuelan regional dynamics”. In: PANEL ON CIVILIAN MILITARY RELATIONS (REDES). Washington: May 22-25, 2001.
- PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: UNESP, 2009.
- _____. Saussure e o discurso: o *Curso de Linguística Geral* lido pela Análise do Discurso. **Alfa**, v.52, n.1, p.7-20, 2008b.
- POMA, Justo Carlos Patzy. “Análisis-síntesis teórico conceptual sobre los avances del libro blanco de seguridad y defensa colombiano”. In: REDES. Brasília: Agosto 7-10, 2002.
- PORTELA, Jean Cristtus. **Práticas didáticas**: um estudo sobre os manuais brasileiros de semiótica greimasiana. 181 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, 2008.
- POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira?. **Polifonia**, v.12, n.2, p.47-72, 2006.
- PRESS-BARNATHAN, Galia. The changing incentives for security regionalization: from 11/9 to 9/11. **Cooperation and Conflict**, v.40, n.3, p.281-304, 2005.
- PRICE, Richard; REUS-SMIT, Christian. Dangerous liaisons? Critical international theory and constructivism. **European Journal of International Relations**, v.4, n.3, p.259-294, 1998.

- PROCOPIO, Argemiro. “Gênese do crime organizado na Tríplice Fronteira Brasil, Argentina e Paraguai”. In: PANEL: TRI-BORDER AREA, IMMIGRATION AND TERRORISM (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- PROENÇA Jr., Domicio; DUARTE, Érico Esteves. Comentários a uma nova política de Defesa brasileira. **Security and Defense Studies Review**, v.3, n.2, p.164-192, 2003.
- _____; DINIZ, Eugenio. **Política de defesa no Brasil**: uma análise crítica. Brasília: UnB, 1998.
- RABER, Ariel. “The Triple Border area: myth or threat?”. In: PANEL: “Tri-border area, immigration and terrorism” (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- RADSECK, Michael. “El sistema interamericano de seguridad: ¿quo vadis? Posiciones del Cono Sur a la luz de la Conferencia Especial sobre Seguridad Hemisférica”. In: II CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA. Ciudad de México, 29 de septiembre a 1 de octubre, 2004. Disponível em: <http://www.libroblanco2010.gov.ar/descargas/michael_radseck.pdf> (acesso em 14/05/2011).
- RAGIN, Charles C. **The comparative method**: moving beyond qualitative and quantitative strategies. Berkeley: University of California Press, 1987.
- RAJARAM, Prem Kumar; SOGUK, Nevzat. Introduction: geography and the reconceptualization of politics. **Alternatives**: global, local, political, v.31, n.4, p.367-376, 2006.
- RANKIN, K. W. Wittgenstein on meaning, understanding, and intending. **American Philosophical Quarterly**, v.3, n.1, p.1-13, Jan. 1966.
- RECALDE, Martha Lucía Larco. “Amenazas que afectan a la seguridad y defensa de Ecuador”. In: PANEL ON “LAS INSEGURIDADES EMERGENTES DE LA COMUNIDAD ANDINA Y MERCOSUR” (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- RECTOR, Monica. **Para ler Greimas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- REID, Julian. Foucault on Clausewitz: conceptualizing the relationship between war and power. **Alternatives**: global, local, political, v.28, n.1, p.1-28, 2003.
- RESDAL (Red de Seguridad y Defensa de América Latina). **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**. Buenos Aires: RESDAL, 2010.
- RESENDE, Erica Simone Almeida. **Americanidade, Puritanismo e Política Externa**: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas

- discursivas da política externa norte-americana. 2010. 334 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIBEIRO, Renato Janine. Sobre o conceito de interesse nacional. **Interesse Nacional**, v.1, n.2, p.76-85, jul.-set. 2008.
- RICHTER, Melvin. Reconstructing the History of Political Languages: Pocock, Skinner and the Geschichtlich Grundbegriffe. **History and Theory**, v.29, n.1, p.38-70, Feb. 1990.
- RISSE, Thomas. “Let's argue!”: communicative action in world politics. **International Organization**, v.54, n.1, p.1-39, Winter 2000.
- ROBINS, Robert H. “Appendix. History of linguistics”. In: NEWMAYER, Frederick J. (org.). **Linguistics: the Cambridge survey**, v. 1, “Linguistic theory: foundations”. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- ROMAINE, Suzanne. “Sociolinguistics”. In: VERSCHUEREN et al., 1995, p.489-495.
- ROMM, Joseph. **Defining national security: the nonmilitary aspects**. New York: Council on Foreign Relations Press, 1993.
- ROTHSCHILD, Emma. What is security?. **Daedalus**, v.124, n.3, p.53-98, Summer 1995.
- RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. Segurança e defesa nacionais: conceitos básicos para uma análise. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.53, n.1, p.5-24, 2010.
- RUGGIE, John Gerard. Territoriality and beyond: problematizing modernity in International Relations. **International Organization**, v.47, n.1, p.139-174, Winter 1993.
- _____. What makes the world hang together? Neo-utilitarianism and the social constructivist challenge. **International Organization**, v.52, n.4, p.855-885, Autumn 1998.
- SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008 [original norte-americano publicado em 1981].
- _____. **Esperando Foucault, ainda**. São Paulo: Cosac Naify, 2004 [original publicado 1993]
- SAINT, Marcelo Fabián. “El 'Libro Blanco de la Defensa Nacional' en la Argentina: logros y desafíos de la política de defensa y militar argentina en los comienzos del milenio”. In:

- PANEL Nº30: “Libros Blancos de Defensa: análisis comparativo” (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- SANTA ANA, Otto; PARODI, Claudia. Modeling the speech community: configuration and variable types in the Mexican Spanish setting. **Language in Society**, v.27, n.1, p.23-51, Mar. 1998.
- SANTANA, Vagner José. **Leitura crítica do discurso da Política de Defesa Nacional**. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- SANTOS, Alcides Cardoso dos; DURÃO, Fabio Akcelrud; SILVA, Maria das Graças G. Villa (org.). **Desconstruções e contextos nacionais**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- SANTOS, Maria Helena de Castro. “A nova missão das Forças Armadas latino-americanas e os parâmetros de defesa no mundo pós-guerra fria: Brasil em perspectiva comparada”. In: PAINEL SOBRE RELAÇÕES CIVIS-MILITARES (REDES). Brasília: August 7-10, 2000.
- SANTOS Filho, José Luiz Niemeyer dos. “Busca-se a segurança, planeja-se a defesa: uma introdução à (re)discussão dos conceitos de segurança e de defesa nacional na realidade brasileira ontem e hoje”. In: PANEL DE INTELIGENCIA (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística General**. Buenos Aires: Losada, 1945 (original francês publicado em 1916).
- SBISÀ, Marina. “Speech act theory”. In: VERSCHUEREN et al., 1995, p.495-506.
- SCHULTZE-KRAFT, Markus. “Actualización y ampliación de los mapeos sobre el crimen organizado en Colombia y la región andina, 2008-2009”. In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.436-455.
- SEARLE, John. Austin on locutionary and illocutionary acts. **The Philosophical Review**, v.77, n.4, p.405-424, Oct. 1968.
- _____. “What is a speech act?”. In: GIGLIOGLI, Pier Paulo (ed.). **Language and social context: selected writings**. New York: Penguin Books, 1983 (primeira edição de 1972).

- _____. **Expressão e significado**: estudos da teoria dos atos da fala. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (original norte-americano publicado em 1979).
- _____. Collective intentions and actions. In: COHEN, P. et al. (ed.). **Intentions in communication**. Cambridge: MIT Press, 1990, p.401-415. Versão digital disponível em: <<http://ist-socrates.berkeley.edu/~jsearle/130/COLLINTWRD.doc>> (acesso em 11/12/2010).
- SENNES, Ricardo U.; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. “La política exterior brasileña y la seguridad hemisférica”. In: PANEL: “Evolution of the concept of hemispheric security” (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- SESONSKE, Alexander. Performatives. **The Journal of Philosophy**, v.62, n.17, p.459-468, Sep. 1965.
- SHAPIRO, Michael J. Review: Pragmatique critique and Gothic fiction. **International Studies Review**, v.3, n.1, p.123-128, Spring 2001.
- _____. Globalization and the politics of discourse. **Social Text**, n.60, “Globalization”, p.111-129, Autumn 1999.
- _____. Strategic discourse/ discursive strategy: the representation of “security policy” in the video age. **International Studies Quarterly**, v.34, n.3, Special issue: “Speaking the language of exile: dissidence in International Studies”, p.327-340, Sep. 1990.
- _____. “Textualizing global politics”. In: DER DERIAN; SHAPIRO, 1989, p.11-22.
- _____; BONHAM, G. Matthew; HERADSTVEIT, Daniel. A discursive practices approach to collective decision-making. **International Studies Quarterly**, v.32, n.4, p.397-419, Dec. 1988.
- _____. Toward a politicized subject: Peter Handke and language. **Boundary 2**, v.13, n.2/3, p.298-418, Spring 1985.
- SHEEHAN, Michael. **International Security**: an analytical survey. London: Lynne Rienner, 2005.
- SILVA, Ricardo. Retórica e contingência na teoria política. **Política e Sociedade**, n.9, p.195-200, out. 2006.
- _____. História intelectual e teoria política. **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.34, p.301-318, out. 2009.

- _____. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v.53, n.2, p.299-335, 2010.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, v.8, n.1, p.3-53, 1969.
- _____. Conventions and the understanding of speech acts. **The Philosophical Quarterly**, v.20, n.79, p.118-138, Apr. 1970.
- SMITH, Barry. John Searle: from speech acts do social reality. In: _____ (ed.). **John Searle**. Cambridge: Cambridge Univeristy Press, 2003.
- SMITH, Steve. The contested concept of security. In: BOOTH, Ken. **Critical security studies and world politics**. Boulder: Lynne Rienner, 2005.
- SOARES, Samuel Alves. “Contendores apaziguados ou partícipes da cooperação?: as percepções sobre ameaças e cooperação nas políticas de defesa de Argentina, Brasil e Chile na década de 1990”. In: OLIVEIRA, 2011, p.91-109.
- _____. “As novas compleições da defesa e da segurança regional no cenário das novas ameaças”. In: PANEL: “Civilian roles in defense II” (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- SOTO, Andrés. “Evolución del conflicto interno en Colombia”. In: PANEL ON COLOMBIA (REDES). Washington: May 22-25, 2001.
- STALNAKER, Robert C. “Pragmática”. In: DASCAL, Marcelo (org.). **Fundamentos metodológicos da Linguística**, v. IV: Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da Linguística – bibliografia. Campinas: [n/d], 1982.
- STOHL, Michael. O nexso do conflito civil e do conflito international. In: GURR, Ted Robert. **Manual do conflito político**. Brasília: UnB, 1997, p.337-372.
- STRAWSON, P. F. Intention and convention in speech acts. **Philosophical Review**, v.73, n.4, p.439-460, Oct. 1964.
- STRITZEL, Holger. Towards a theory of securitization: Copenhagen and beyond. **European Journal of International Relations**, v.13, n.3, p.357-383, 2007.
- STUBBS, Michael. **Discourse analysis: the sociolinguistic analysis of natural language**. Oxford: Basil Blackwell, 1983.
- SUGANAMI, Hidemi. Agents, strucutres and narratives. **European Journal of International Relations**, v.5, n.3, p.365-386, 1999.

- SURREAUX, Luiza Milano; KUHN, Tanara Zingano. "Roman Jakobson". In: FLORES et al, 2009, p.254-255.
- TATIT, Luiz. **Análise semiótica através das letras**, 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- TAURECK, Rita. Securitization theory and securitization studies. **Journal of International Relations and Development**, v.9, n.1, p.53-61, 2006a.
- _____. "Securitisation theory – the story so far: theoretical inheritance and what it means to be a post-structural realist". In: 4th annual CEEISA convention. University of Tartu, 25-27 June 2006b.
- TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes. "O Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL: criação institucional e cultura estratégica. In: OLIVEIRA, 2011, p.127-147.
- _____; SILVA, Antonio Henrique Lucena. "Contribuições de Barry Buzan para a evolução dos Estudos Estratégicos no pós-Guerra Fria: dinâmica armamentista, polaridade e a *Regional Security Complex Theory*". In: ALVES; MOREIRA; ARIAS NETO, 2011, p.249-261.
- TERRIFF, Terry; CROFT, Stuart; JAMES, Lucy; MORGAN, Patrick M. **Security Studies Today**. Cambridge: Polity Press, 1999.
- THOMPSON, William. Regional subsystems: a conceptual explication and a propositional inventory. **International Studies Quarterly**, v.17, n.1, p.89-117, Mar. 1973.
- TICKNER, Arlene B; MASON, Ann C. Mapping transregional security structures in the Andean region. **Alternatives: global, local, political**, v.28, n.3, p.359-391, 2003a.
- _____; MASON, Ann C. "Transregional security and emerging threats". In: PANEL: "Lawless areas and emerging threats" (REDES). Santiago: October 28-30, 2003b.
- TILLY, Charles. "International communities, secure or otherwise". In: ADLER; BARNETT, 1998, p.397-412.
- TOCHE, Eduardo. "Defensa, seguridad y política externa en Perú, 2008-2010: pragmatismo y corto plazo". In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.194-204.
- TORANZO, Federico Guillermo. Interacción de las amenazas asimétricas y su relación con las armas ilegales en América del Sur. **Security and Defense Studies Review**, v.5, n.2, p.256-280, 2005.
- TORRIJOS RIVERA, Vicente. Dimensión internacional de la Política de Seguridad Democrática. **Security and Defense Studies Review**, v.10, p.79-89, Spring-Summer issue, 2010.

- _____. Parámetros colombianos de seguridad y defensa. Evolución y perspectivas. **Security and Defense Studies Review**, v.6, n.1, p.100-158, 2006.
- TRUMPER, Ricardo. 'Healing' the social body: silence, terror and (re)conciliation in neoliberal Chile. **Alternatives: global, local, political**, v.24, n.1, p.1-38, Jan.-Mar. 1999.
- TSOUKALA, Anastassia. Boundary-creating processes and the social construction of threat. **Alternatives: global, local, political**, v.33, n.2, p.137-152, 2008.
- TUSICISNY, Andrej. Security communities and their values: taking masses seriously. **International Political Science Review**, v.28, n.4, p.425-449, 2007.
- ULLMAN, Richard H. Redefining security. **International Security**, v.8, n.1, p.129-153, Summer 1983.
- URQUIDI, Vivian F. D. "O movimento *cocalero* na Bolívia". In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **América Latina: encruzilhadas da História contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2003.
- VAISMAN, Ester. Althusser: Ideologia e aparelhos de Estado – novas e velhas questões. **Projeto História**, n.33, p.247-269, dez. 2006.
- VÄYRYNEN, Raimo. Regional conflict formations: an intractable problem of International Relations. **Journal of Peace Research**, v.21, n.4, p.337-369, Nov. 1984.
- VAZ, Alcides Costa; MACHADO, Artur Andrade da Silva. "Seguridad y defensa en Brasil en 2009: avances en la consolidación de un designio estratégico". In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.104-113.
- VÉLEZ, Fredy Rivera. "Formas de una guerra amorfa: lucha antinarcóticos, democracia y DDHH en Ecuador". In: PANEL: "Drug control, democracy and human rights" (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- _____. "Desafios e questões de segurança nas relações do Brasil com os países andinos". In: PANEL ON "LAS SEGURIDADES EMERGENTES DE LA COMUNIDAD ANDINA Y MERCOSUR" (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- VERDEJA, Horacio Walter. "Impactos de las nuevas amenazas en los países de la región y la crisis argentina". In: PANEL ON "LAS SEGURIDADES EMERGENTES DE LA COMUNIDAD ANDINA Y MERCOSUR" (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- VERSCHUEREN, Jef; ÖSTMAN, Jan-Ola; BLOMMAERT, Jan (ed.). **Handbook of Pragmatics: manual**. Philadelphia: John Benjamins, 1995.

- VIANA, Manuela Trindade. **A dimensão internacional do conflito armado colombiano: a internacionalização dos processos de paz segundo as agendas hemisférica e global.** 2009. 196 f. Dissertação (mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- VIGLIERO, Sebastián. “La política de defensa en la estrategia nacional”. In: TRACK: “Políticas de seguridad y defensa nacionales” (REDES). Cartagena de Indias: Julio 27-31, 2009.
- _____. “La seguridad nacional frente a la amenaza del terrorismo internacional: notas para la implementación de políticas anti y contra-terroristas”. In: PANEL ON SECURITY AND EMERGING THREATS (REDES). Santiago: October 28-30, 2003.
- VILLA, Rafael Duarte. Segurança internacional e normatividade: é o liberalismo o elo perdido dos *critical security studies*?. **Lua Nova**, n.73, p.95-122, 2008.
- _____. **Quatro teses sobre a política de segurança dos Estados Unidos para a América do Sul.** Tese (Livre-docência em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. **Da crise do realismo à segurança global multidimensional.** São Paulo: Annablume, 1999.
- _____. ; REIS, Rossana Rocha. A segurança internacional no pós-Guerra Fria: um balanço da teoria tradicional e das novas agendas de pesquisa. BIB: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v.62, p.19-52, 2006.
- VUORI, Juha A. Illocutionary logic and strands of securitization: applying the theory of securitization to the study of non-democratic political orders. **European Journal of International Relations**, v.14, n.1, p.65-99, 2008.
- WÆVER, Ole. “Securitization and desecuritization”. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. **On Security.** New York: Columbia, 1995.
- _____. “Insecurity, security and asecuritization in the West European non-war community”. In: ADLER; BARNETT, 1998, p.69-118.
- _____. Securitizing sectors?: response to Eriksson. **Cooperation and Conflict**, v.34, n.3, p. 334-340, 1999.
- _____. Aberystwyth, Paris, Copenhagen: new ‘schools’ on security theory and their origins between core and periphery. ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION. Montreal, March, 2004. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p74461_index.html> (acesso em 11/09/08).

- WAGNER, Wolfgang. Building an internal security community: the democratic peace and the politics of extradition in Western Europe. **Journal of Peace Research**, v.40, n.6, p.695-712, 2003.
- WALT, Stephen M. The renaissance of security studies. **International Studies Quarterly**, v.35, n.2, p.211-239, Jun. 1991.
- WALTZ, Kenneth N. "Reflections on Theory of International Politics: a response to my critics". In: KEOHANE, Robert. **Neorealism and its critics**. New York: Columbia University Press, 1986.
- _____. Structural realism after the Cold War. **International Security**, v.25, n.1, p.5-41, Summer 2000.
- _____. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002 [original norte-americano publicado em 1973]
- WARDHAUGH, Ronald. **An introduction to Sociolinguistics**, 5.ed. Oxford: Blacwell, 2006.
- WELDES, Jutta; LAFFEY, Mark; GUSTERSON, Hugh; DUVALL, Raymond (ed.). **Cultures of insecurity: states, communities and the production of danger**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v.46, n.2, Spring 1992.
- _____. Collective identity formation and the international state. **The American Political Science Review**, v.88, n.2, p.384-396, Jun. 1994.
- _____. Constructing international politics. **International Security**, v.20, n.1, p.71-81, Summer 1995.
- _____. The state as person in international theory. **Review of International Studies**, v.30, n.2, p. 289-316, 2004.
- WIBERT, Håkan. Security communities: Emmanuel Adler, Michael Barnett and anomalous Northerners. **Cooperation and Conflict**, v.35, n.3, p.289-298, 2000.
- WIGHT, Colin. **Agents, structures and international relations: politics as ontology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- WILLIAMS, Michael C. Modernity, identity and security: a comment on the 'Copenhagen controversy'. **Review of International Studies**, v.24, p.435-439, 1998.

- _____. Words, images, enemies: securitization and international politics. **International Studies Quarterly**, v.47, p.511-531, 2003.
- WILMER, Franke. “Ce n'est pas une guerre/This is not a war”: the international language and practice of political violence. In: DEBRIX, 2003, p.220-246.
- WILSON, N. L. Grice on meaning: the ultimate counter-example. **Noûs**, v.4, n.3, p.295-302, 1970.
- WITTKOFF, Peter. “Brazil's Amazon Surveillance System (SIVAM): promoting cooperation against international crime and terrorism”. In: PANEL ON ENVIRONMENTAL SECURITY (REDES). Brasília: August 7-10, 2002.
- WOLFERS, Arnold. “National security” as an ambiguous symbol. **International Security**, v.67, n.4, p.481-502, Dec. 1952.
- YOPO H., Boris; RUZ, María Inés. “Chile: el escenario de la defensa y su proyección regional”. In: MATHIEU; GUARNIZO, 2010, p.126-135.
- YOUNG, Gillian. “Beyond the 'inside/outside' divide”. In: KRAUSE; RENWICK, 1996, p.22-37.
- ZEHFUSS, Maja. Constructivism and identity: a dangerous liaison. **European Journal of International Relations**, v.7, n.3, p.315-348, 2001.
- _____. **Constructivism in International Relations**: the politics of reality. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- ZIFF, Paul. On H. P. Grice's account of meaning. **Analysis**, v.28, n.1, p.1-8, Oct. 1967.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. “O outro da personagem: enunciação, exterioridade e discurso”. In: BRAIT, 2008, p.108-118.
- _____. “Sonhando a pátria: os fundamentos de repetidas fundações”. In: ORLANDI, 2003, p.127-149.
- _____. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas: UNICAMP, 1997.